

**MARCELO AUGUSTO NAHUIZ DE OLIVEIRA**

**AVENIDA PAULISTA:  
A PRODUÇÃO CONTEMPORÂNEA DE UMA PAISAGEM DE PODER**

Dissertação de Mestrado apresentada ao  
Departamento de Antropologia Social da  
Universidade Estadual de Campinas, sob  
a orientação do Prof. Dr. Antônio Augusto  
Arantes Neto.

Este exemplar corresponde  
à redação final da  
dissertação defendida e  
aprovada pela comissão  
julgadora em   /  /  .

*Antônio Augusto Arantes Neto*  
Prof. Dr. Antônio Augusto Arantes Neto (Orientador)

*Marcio D'olne Campos*  
Prof. Dr. Marcio D'olne Campos

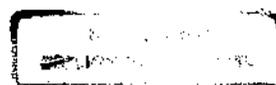
*Laymert Garcia dos Santos*  
Prof. Dr. Laymert Garcia dos Santos

Profa. Dra. Heloísa André Pontes (Suplente)

Setembro 1998

OL4a

35734/BC



## Resumo

Este trabalho investiga as particularidades das articulações entre os processos de globalização e localização na forma como elas se configuram, atualmente, na região da Avenida Paulista, na cidade de São Paulo.

Em lugar de pressupor a oposição entre as forças promotoras da globalização e os processos sociais que continuamente produzem lugares diferenciados dentro das grandes metrópoles contemporâneas, procura-se argumentar que tais tendências se articulam a partir de relações que comportam simultaneamente conflitos e complementaridades.

A partir da consideração de que as áreas urbanas centrais se constituem hoje como objetos privilegiados de diversos investimentos que visam adequá-las aos novos requisitos impostos pela economia dos fluxos globais, a Avenida Paulista é tomada como um espaço de centralidade, historicamente produzido, que se encontra hoje tensionado pelos constantes movimentos de reterritorialização e desterritorialização produzidos em seus espaços.



**Marcelo Augusto Nahuz de Oliveira**

**AVENIDA PAULISTA:  
A PRODUÇÃO CONTEMPORÂNEA  
DE UMA PAISAGEM DE PODER**

*“ - He aquí el agujero de la tarántula!  
Quieres verlo? Aquí está tentada su red;  
tócala, haciéndola estremecer. ”*

*(Friedrich Nietzsche)*

**Dissertação de Mestrado  
Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social  
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas  
Universidade Estadual de Campinas**

**1998**

**FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA  
BIBLIOTECA DO IFCH - UNICAMP**

**OL 4 a**      **Oliveira, Marcelo Augusto Nahuz de**  
                 **Avenida Paulista : a produção contemporânea de uma**  
**paisagem do poder / Marcelo Augusto Nahuz de Oliveira . - -**  
**Campinas, SP : [s.n.], 1998.**

**Orientador: Antônio Augusto Arantes Neto.**  
**Dissertação (mestrado)- Universidade Estadual de Campinas,**  
**Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.**

**1. Espaços públicos. 2. Globalização. 3. Urbanização-  
São Paulo (SP). 4. Urbanismo. 5. Antropologia urbana.**  
**I. Arantes Neto, Antônio Augusto. II. Universidade Estadual  
de Campinas. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.**  
**III. Título.**

Este Trabalho foi realizado  
com o patrocínio da Capes,  
da Finep/Pronex, e com o apoio  
do Centro de Estudos de Migrações Internacionais  
da Unicamp.

Na última tarde em que passamos juntos,  
minha avó Mariinha, em um *loop* iluminado,  
não se cansou de me lembrar o quanto a  
música é importante em nossas vidas. A ela,  
que se foi, dedico esse trabalho.

## Sumário

Agradecimentos	8
Introdução	9
<b>Parte I: Espaço</b>	<b>29</b>
<b><u>Capítulo I</u> - O Global e o Local - Complementariedade e Conflito</b>	<b>30</b>
I.1 - Problematizando a Globalização	30
I.2 - A Compressão do Tempo-Espaço	34
I.3 - Acumulação Flexível e Acumulação Reflexiva	37
I.4 - Novas Formas de Estruturação Social	40
<b><u>Capítulo II</u> - Alguns Conceitos</b>	<b>48</b>
II.1 - Espaço e Lugar - A Espacialização das Relações Sociais	48
II.2 - Enquadramento	56
II.3 - Escalas Espaciais da Vida Social e a Produção da Paisagem	59
<b>Parte II: Tempo</b>	<b>61</b>
<b><u>Capítulo III</u> - A Formação da Avenida Paulista: Poderes Públicos e Interesses Privados</b>	<b>64</b>
III.1 - Mudanças nas Formas de Produção Social do Espaço Urbano	66
III.2 - Considerações Preliminares sobre Fontes e Enfoque	72
III.3 - A Implantação de um Grande Negócio Imobiliário	77
<b><u>Capítulo IV</u> - Produzindo uma Paisagem de Modernização</b>	<b>86</b>
IV.1 - Um Lugar para Ver, Mostrar e Ser Visto	93
IV.2 - A Inserção Social dos Primeiros Moradores	104

<b><u>Capítulo V</u></b> - Verticalização, Circulação e as Grandes Corporações	109
<b>V.1</b> - A Dubiedade do Urbanismo Modernizador	113
<b>V.1.1</b> - Expansão e Desadensamento de São Paulo: metade da história	113
<b>V.1.2</b> - A Verticalização do Centro e o Prolongamento do Vetor Sudoeste	116
<b>V.2</b> - Novos Proprietários, Novas Propriedades, Nova Exclusividade	121
<b>V.2.1</b> - A Ocupação da Avenida Paulista pelas Atividades Comerciais e de Prestação de Serviços	129
<b>V.3</b> - Finanças e Cultura no Centro da Metrópole	138
<b>V.3.1</b> - O MASP como Sinalizador dos Novos Investimentos na Distintividade Local	138
<b>V.3.2</b> - O Complexo Corporativo da Avenida Paulista	142
<b>Parte III: Deslocamento</b>	154
<b><u>Capítulo VI</u></b> - Paisagem é Esquecimento	155
<b>VI.1</b> - Extra Quadro	155
<b>VI.2</b> - Perturbações na Paisagem	165
<b>VI.3</b> -Atualizações da Singularidade: a Expulsão do Comércio Ambulante e o Grito dos Excluídos	171
<b><u>Capítulo VII</u></b> - A Discursividade Pública e as Práticas Espaciais	187
<b>VII.1</b> - Discursividade Pública	194
<b>VII.1.1</b> - Urbanismo	194
<b>VII.1.2</b> - Arquitetura e Propaganda	221
<b>VII.1.3</b> - Imprensa	242
<b>VII.2</b> - Práticas Espaciais	252
Conclusão	276
Bibliografia	288

## **Agradecimentos**

A todas as pessoas que me ajudaram, de diferentes maneiras, ao longo do período em que desenvolvi esta pesquisa, terei o prazer e a alegria de agradecer pessoalmente. Mas algumas delas, quer seja por sua dedicação, paciência e interesse, ou ainda por não estarem aparentemente ligadas de forma direta a esse trabalho, me impedem de fazê-lo apenas daquela forma.

Agradeço ao meu orientador Antônio Arantes e ao professor Laymert pelas intermináveis conversas e pela tranquilidade que me proporcionaram.

Aos meus amigos Armando, Dani K., Rarfs e Pedro B., agradeço por estarem sempre do meu lado e principalmente por serem quem são.

André e Cris. Sem vocês eu não poderia ter feito.

Ao Keko e ao Paolo por não me deixarem esquecer.

## Introdução

1

O objetivo deste trabalho é investigar - na cidade de São Paulo, mais especificamente na região da Avenida Paulista - como são construídas as articulações entre os processos simultâneos de globalização e localização.

A escolha desse local específico foi motivada pela interessante conjugação que ali se verifica entre diversos investimentos simbólicos e econômicos que objetivam a criação de um lugar capaz, por um lado, de simbolizar a força e o progresso da cidade e do povo paulista, e por outro, de representar, no espaço urbano edificado, os desejos das elites do capital financeiro nacional em se fazerem crer inseridas de forma inequívoca nos circuitos globais por onde fluem as pessoas, os capitais, as informações e as imagens responsáveis pela produção contemporânea da experiência desigual de "um mundo cada vez menor"<sup>1</sup>.

Essa situação se torna tão mais representativa dos dilemas hoje colocados à formulação das políticas urbanas nas grandes metrópoles brasileiras quanto mais claro é o fato de que a cidade de São Paulo foi sendo historicamente construída, ao menos durante os últimos cento e cinquenta anos, com base na intensificação das desigualdades sociais, na promoção da segregação espacial

<sup>1</sup> Esta expressão faz parte do slogan de uma grande corporação transnacional que diz oferecer "Soluções para um mundo cada vez menor".

entre as suas elites e a grande maioria da população que é sistematicamente “empurrada” para a periferia, e num gigantesco esforço de produção e *marketing* de uma imagem de desenvolvimento propiciado pelo crescimento econômico.

Procuro ao longo dessa dissertação analisar diversas práticas e representações, - frequentemente antagônicas - responsáveis pela produção material e simbólica dos espaços sociais da Avenida Paulista. Enfatizo as formas através das quais tais atividades, usos e representações, fundam e estruturam, simultaneamente, espaços de centralidade e a sua contrapartida em desigualdade e exclusão. Desenvolvo a reflexão acerca desses processos focalizando os modos pelos quais eles reafirmam, expressam e instituem diferentes poderes de “enquadrar a realidade” e também o acesso desigual às diferentes “escalas espaciais da vida social”<sup>2</sup>.

Uma vez que o tema de fundo é a produção social contemporânea do espaço urbano é necessário deixar claro, desde logo, que o conceito de espaço utilizado nesta pesquisa se distancia das tradições de inflexão mais positivista que pressupõem a separação entre o espaço e a sociedade em virtude de postularem a existência de um espaço físico, geométrico e principalmente absoluto e abstrato que se manifesta, ora apenas como o receptáculo dos objetos e das ações humanas, ora como mero reflexo da sociedade à qual dá abrigo.

Os processos que aqui interessam são aqueles da construção dos vários espaços relativos, das territorialidades, e das diferentes escalas espaciais de existência social verificáveis entre os diversos atores da Avenida Paulista.

O enfoque proposto implica na busca não de uma natureza, vocação ou essência inequívoca da Avenida. A Paulista hoje não é apenas a exageradamente narrada destruição da ex-avenida dos barões do café e dos bondes. Ela é o palco privilegiado de embates - às vezes invisíveis e silenciosos, entre interesses e poderes diferentes e desiguais - cujo efeito mais geral, ao contrário do que pretendem fazer crer os discursos hegemônicos, é a produção de um espaço permanentemente

---

<sup>2</sup> As noções de “enquadramento”, utilizada por Zukin(1996), e de “escalas espaciais da vida social” desenvolvida por Smith(1988; 1992;1996b) serão abordadas no capítulo II (itens II.2 e II.3). Por ora acredito ser suficiente apenas adiantar que: o poder de “enquadrar a realidade” diz respeito aos diferentes processos pelos quais alguns atores são capazes de produzir e fazer significar as paisagens urbanas de forma a torná-las instrumentais na consecução de seus objetivos particulares; a noção de “escala espacial da vida social” se refere às diferentes posições nas quais os atores sociais desiguais se encontram em relação aos cada vez mais importantes fluxos globais de capitais, pessoas e signos.

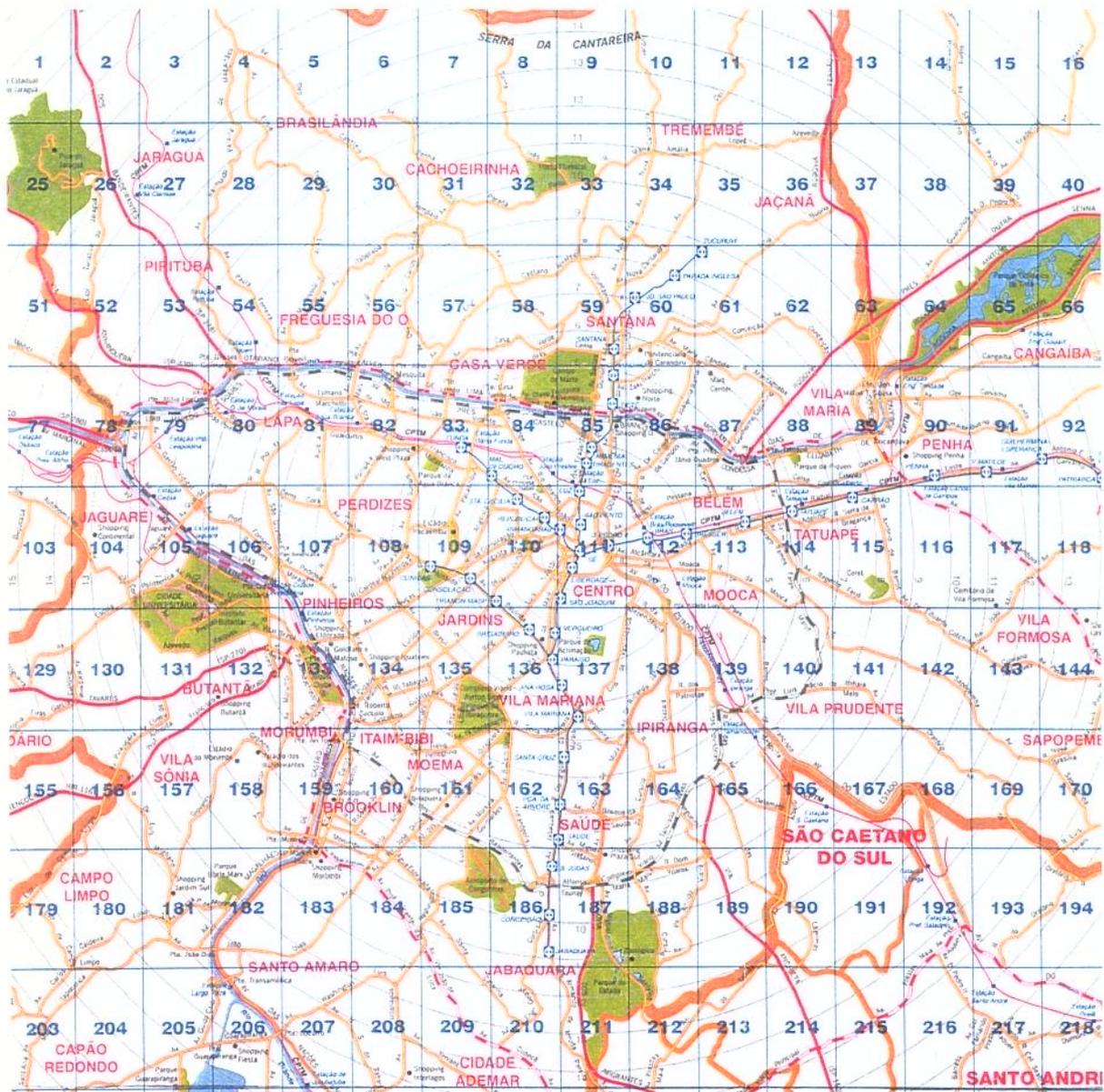
vigiado e inflexionado de forma a colocar em cheque os valores comumente associados à noção de espaço público.

Enfatizar a produção da Avenida Paulista através do jogo entre os diferentes atores sociais atuando a partir de escalas distintas e detentores de diferentes prerrogativas para enquadrar a realidade, e portanto criando desigualmente a experiência de outros como a imagem materializada de suas idéias e valores, significa enfocar tanto a produção concreta do espaço edificado quanto as práticas de uso do espaço urbano, e também a produção dos significados e das representações destes espaços.

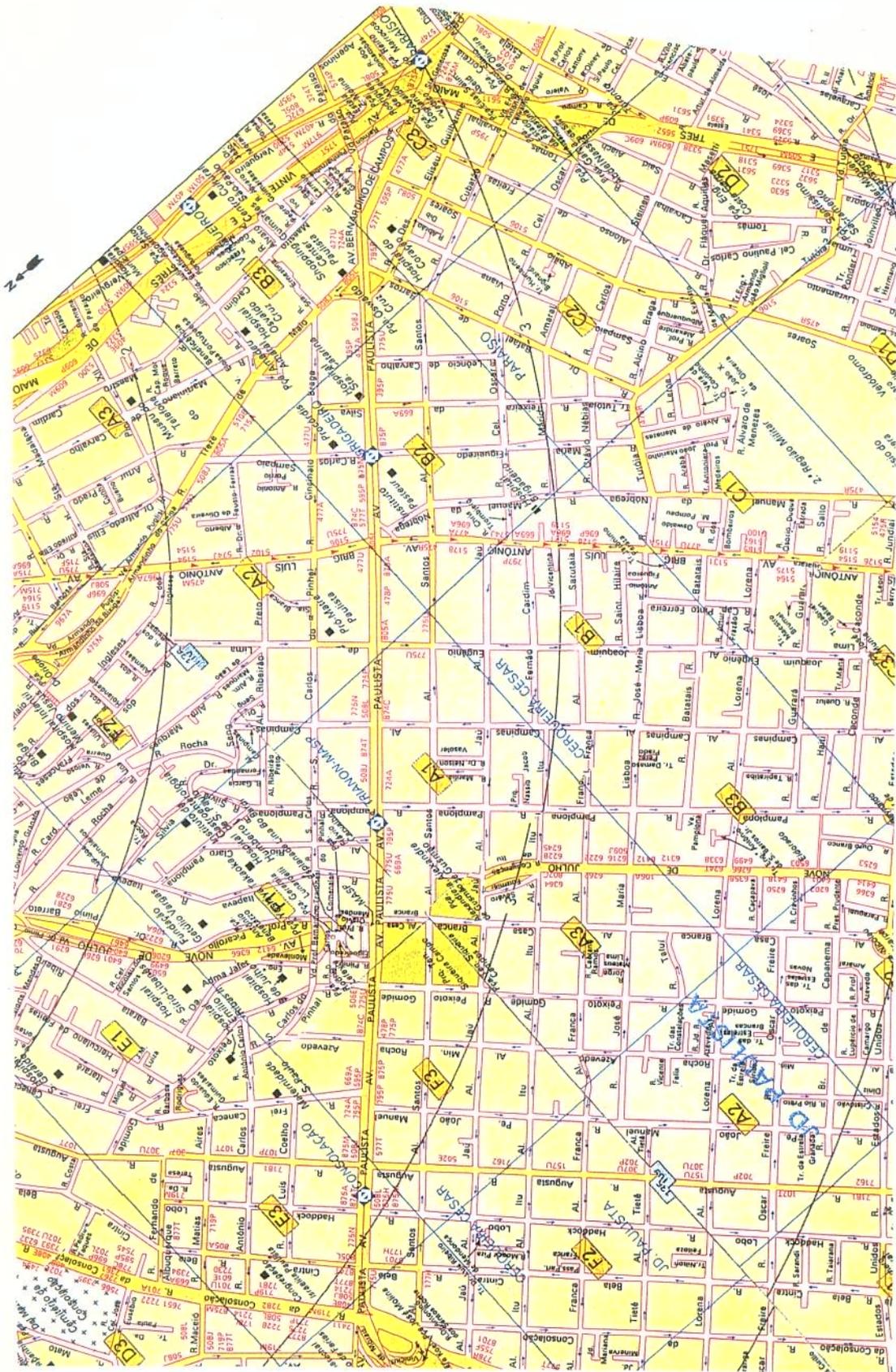
É por este motivo que me proponho a desenvolver a análise das práticas presentes de produção da Avenida Paulista na forma como elas são realizadas em dois níveis não excludentes: em primeiro lugar abordarei aquilo que trato como a discursividade pública produzida na avenida e a seu respeito - incluindo-se aqui o urbanismo, a arquitetura, as representações midiáticas, e a publicidade; e num segundo momento trato das práticas de uso de seu espaço e das diversas apropriações que visam a reafirmação de lugares de exclusividade em seu interior.

Nestes dois níveis ocorre o cruzamento e a interpenetração entre duas instâncias da vida urbana cujas interrelações específicas, construídas na Avenida Paulista, fazem parte do horizonte de preocupações que orientou a elaboração dos diversos momentos dessa análise. Refiro-me aqui às redefinições situacionais que ocorrem hoje entre as instâncias públicas e privadas que são colocadas em diálogo constante pelo desenrolar cotidiano dos conflitos pela apropriação e definição dos significados deste espaço.

Em termos práticos, tais preocupações dizem respeito a um universo que, a rigor, se mostra inapreensível em sua totalidade. Dados variados falam de uma circulação de pessoas entre um e dois milhões de pessoas/dia; de edifícios por onde circulam vinte mil pessoas/dia; de poderes concentrados de decisão sobre 40% do PIB. Tudo isso distribuído em 2, 8 Km de extensão de uma Avenida em linha reta que ocupa um dos pontos mais altos da maior metrópole brasileira.



Mapa de São Paulo. A Avenida Paulista se estende entre os quadrantes 109,110 e 136. (fonte: Guia São Paulo Ruas 1998 – Ed. Abril)



Mapa da Avenida Paulista e seus arredores (fonte: Guia São Paulo Ruas 1998 – Ed. Abril)

A altíssima concentração de hotéis, flats, hospitais e sedes de empresas com negócios que ultrapassam a escala da cidade, gera ali uma enorme massa de habitantes temporários, das mais diversas procedências e interesses. Tais características das formas de sociabilidade vivenciadas nesta região tornaram clara a importância que assumia, desde o início das atividades de pesquisa, o trabalho de definição das perguntas a serem feitas a respeito desse objeto.

Afinal é esse um dos requisitos básicos para a realização de etnografias consistentes: a necessidade de que evitemos a crença na ilusão de que o etnógrafo em campo, durante os primeiros momentos de sua pesquisa, seja capaz de se transmutar numa espécie de tábula rasa, uma página em branco sobre a qual a realidade empírica é capaz de se impor na sua forma mais pura e verdadeira. Conforme observa Magnani, a "... etnografia não é mera descrição ou recolha de dados a serem posteriormente trabalhados: o que se observa e a forma como se ordenam as primeiras observações já obedecem a algum princípio de classificação e, se não se propõe algum, o que vai presidir e orientar esse primeiro olhar é o senso comum. Que é o que, precisamente, se pretende evitar."<sup>3</sup>.

Boa parte das discussões a respeito dos processos em curso no mundo contemporâneo faz referência ao crescimento e à intensificação dos fluxos de pessoas, capitais e signos em escalas globais, nacionais e regionais<sup>4</sup>.

Em que pese a validade e a importância de tais constatações parece também importante a realização de trabalhos que tentem dar conta dos processos específicos de "aterrissagem" de tais fluxos, sem perder de vista o fato de que tais reterritorializações, na maior parte das vezes, não são definitivas.

Posso inclusive adiantar a esta altura que um dos atrativos que um determinado lugar pode oferecer a tais fluxos, de forma a eventualmente receber os benefícios destas territorializações temporárias, se constitui sem dúvida alguma, na promessa de que os mesmos atributos locais que os atraem possam vir a viabilizar, sempre que desejado, novas desterritorializações.

Esta é a lógica dos *flats*, híbridos de hotéis impessoais e residências estáveis. É o caso das centrais telefônicas, que centralizam as chamadas para logo em seguida distribuí-las mais facilmente; ou ainda dos edifícios-estacionamento,

<sup>3</sup> Magnani (1996), pg.37.

<sup>4</sup> Por exemplo, Lash & Urry (1994).

que concentram e imobilizam os automóveis para viabilizarem a sua difusão posterior pelo espaço da cidade.

Neste contexto, o jogo das finanças internacionais desempenha o papel de promotor privilegiado dos fluxos globais e de exemplo claro da inevitabilidade dos movimentos dúbios envolvidos na desterritorialização e na localização.

Não é pensando em outras possibilidades que a grande maioria das políticas econômicas dos Estado Nacionais, com exceção dos E.U.A e em certo grau da Alemanha e Japão, têm nos últimos anos sido formuladas com o intuito de oferecer condições seguras e rentáveis de aterrissagem à monumental massa de capitais financeiros que fluem em busca de oportunidades de valorização. Produz-se um misto de estabilidade e de deslocamento - por um lado parализando-se as oscilações dos preços relativos dos produtos, e por outro, acelerando-se a movimentação espacial e a variabilidade dos valores relativos da riqueza em suas formas mais abstratas.

Os vários movimentos de reterritorialização, de capitais, de signos, de pessoas, e imagens, produzem novos atores sociais, cada qual com acesso diferenciado em relação às escalas de participação nos jogos de poder. Os executivos em constante trânsito internacional e as acompanhantes, escort-girls ou prostitutas, que com eles compartilham as reterritorializações na cidade não só condicionam transformações do espaço edificado, alteram os espaços relativos dentro das cidades, participam da produção de novas desterritorializações na forma de novos significados e imagens da cidade e de seus núcleos globalizados, mas também, por outro lado, são condicionados e se concretizam, ou se atualizam, de acordo com as injunções dos espaços sociais excludentes produzidos localizadamente nas regiões mais diversas do globo.

No caso da Avenida Paulista, o exemplo mais claro dessas relações contraditórias talvez seja fornecido pela situação do comércio ambulante e das manifestações públicas ali realizadas. Ao mesmo tempo em que os pesados investimentos na reelaboração da imagem da avenida se revelam, ao menos parcialmente, efetivos na sua intenção de atrair a riqueza e o poder simbolizados pelos grandes investimentos internacionais, essas mesmas transformações do espaço da Paulista e das formas de sociabilidade ali vividas, recriam a avenida como um lugar extremamente interessante para outros atores sociais que a

princípio não “cabem” nos conceitos e imagens da globalização. Os ambulantes sabem que ali podem vender mais e por melhores preços, da mesma forma em que os atores políticos responsáveis pela organização de passeatas e comícios não hesitam em escolher a avenida como palco de seus protestos justamente por saberem do altíssimo grau de visibilidade daquela “vitrine” da cidade.

Dentro desta perspectiva a Avenida Paulista que tenho em mente não é a Avenida símbolo do progresso de São Paulo, nem o “modelo reduzido da cidade”<sup>5</sup>, nem mesmo um agente social com força, motivação e objetivos próprios. Ela é sim, o palco onde determinados valores são representados, e um dos inúmeros atores - ao se constituir como suporte e matéria para a produção de imagens de glamour e consumo que atualizam um lugar ideal para a aterrissagem dos fluxos globais de capital - de um processo de transformação social a nível global, o que inclui, como já está claro também as transformações em escala nacional, regional e urbana. O que se deve ter em mente é que tal processo só se manifesta, e de fato só se viabiliza, como uma teia que, ao mesmo tempo em que constitui diversos pontos nodais e entroncamentos, deles depende para sua conformação, sustentação e expansão.

## 2

É importante mencionar, a título de introdução às temáticas envolvidas nesse trabalho, uma outra ordem de questões: aquelas que se referem ao atributo, sempre relativo, de centralidade, que permeia a história da Avenida Paulista.

Esta característica relativamente constante em sua história não se perpetua de forma imutável, mas sim através de investimentos precisos na reelaboração, em cada momento histórico, da singularidade da Avenida. Essas reelaborações se dão no sentido de atender aos requisitos de centralidade, particulares a cada época. São estes que devem ser preenchidos e produzidos pelos lugares que almejam ocupar uma posição privilegiada nas hierarquias da organização espacial da cidade. Assim como já afirmei com relação à produção

<sup>5</sup> Limena (1997), se vale da idéia do “modelo reduzido” proposta por Lévy Strauss, como forma de argumentar que a mais marcante característica da Avenida Paulista é a diversidade de seus usos e frequentadores. Discordo completamente dessa posição.

social do espaço urbano em geral, a produção de determinados lugares como centros concentradores e representativos da intensidade da vida urbana também é realizada socialmente e historicamente.

As associações entre urbanidade e heterogeneidade - onde esta é entendida como o atributo marcante da primeira - e entre densidade e centralidade, são muitas vezes tomadas tanto como as marcas definidoras dos espaços urbanos quanto como o instrumental analítico adequado e suficiente às tentativas de se estabelecer as distinções e hierarquias entre as diferentes regiões de uma cidade. Tais associações além de serem passíveis de problematização quando apresentadas sob a forma de generalizações sempre válidas e aplicáveis a qualquer situação estudada, não podem ser, de forma alguma, tomadas como o único ponto de partida para análises que se preocupem justamente com a interrelação entre a produção social dos lugares dentro do espaço urbano e a participação do espaço urbano, como o conjunto dos lugares da experiência, na produção da vida social<sup>6</sup>.

A Avenida Paulista poderia ser enfocada apenas como um lugar privilegiado para a observação, dentro da cidade de São Paulo, da ocorrência e desenrolar de várias manifestações públicas, ou dos rituais diários de consumo e trabalho de jovens executivos, ou mesmo da peregrinação incessante de crianças e adultos de rua. Essa é a Avenida heterogênea, onde os mais diferentes personagens representam os seus papéis de membros dos diversos níveis da cadeia alimentar num espaço privilegiado para a enunciação de seus desejos, sonhos e missões.

Ela pode também ser mostrada apenas como uma região da cidade pela qual circulam diariamente milhões de pessoas: de forma a torna-la um nó central na hierarquia das vias de transporte e dos eixos de circulação de pessoas, mercadorias e imagens de São Paulo; ou como um espaço intensamente povoado por atividades de prestação de serviços auxiliares à produção econômica e simbólica da cidade, conjunto este no qual se incluem restaurantes, fast-foods, serviços de segurança pública e privada, bancos, museus, galerias, institutos culturais, laboratórios fotográficos, serviços de entrega rápida, companhias de seguros, caixas eletrônicos, serviços públicos e privados de manutenção das estruturas edificadas e das infra-estruturas energéticas, de transportes e comunicação: ou ainda como um degradado sítio histórico, singular para a

<sup>6</sup> Para a apresentação e discussão da importância histórica e da instrumentalidade das noções de heterogeneidade, densidade e centralidade no pensamento social a respeito da especificidade da forma urbana ver Hannerz (1980) especialmente capítulos 3,4 e 5

compreensão da vida da elite paulistana, nos seus lugares de residência e de sociabilidade doméstica durante as primeiras décadas deste século, e também de seus ambientes de trabalho, pelo menos nos últimos trinta ou quarenta anos. Em qualquer uma destas perspectivas o que emerge é uma Avenida Paulista intensa e densa.

O que todos estes pontos de vista em separado, ou somados e superpostos, têm em comum, parece ser o poder de caracterizar a região como lugar concentrador e articulador de diversas práticas e atores participantes da produção da vida cotidiana da cidade.

Nesta ampla gama de sentidos, a mais ou menos explícita percepção da centralidade da Avenida surge da comparação, qualitativa e quantitativa, entre aspectos (diversidade, heterogeneidade), dados (volumes de negócios e de investimentos) e atributos mensuráveis da Avenida objetificada, e as formas que estes mesmos aspectos assumem em outras regiões - estas por sua vez circunscritas com maior ou menor precisão, dentro de espaços maiores também variáveis: a cidade, a região metropolitana, o Estado, o país, ou mesmo o que houver para além deste.

Embora as diversas "Avenidas Paulistas" potencialmente contidas neste tipo de abordagem tenham muito a dizer sobre semelhanças e dessemelhanças, e sobre aquilo que elas podem conter de diferença e particularidade, à medida em nos permitem "sequestrar o lugar" da massa indistinta do espaço cartesiano, abstrato e geométrico dos mapas da cidade, e abordar o problema central da produção social do espaço, resta ainda, para além de seu alcance, mas sem excluí-las, uma série de questões que considero serem de grande relevância por apontarem na direção da investigação dos processos sociais concretos de produção histórica das centralidades, ou seja, por permitirem a inclusão, no nosso horizonte de preocupações, das questões relativas às assimetrias de poder político, econômico e simbólico produzidas e produtoras dos atributos de centralidade envolvidos na dinâmica social de singularização dos lugares no espaço urbano das "cidades globais".

É suficiente a identificação da existência de uma relação de centralidade abstrata e a-histórica entre a região da Avenida Paulista e outros espaços da cidade

---

<sup>7</sup> Sassen (1991).

- quase uma vocação da avenida investida como símbolo da vocação dos paulistas para o progresso? Quero dizer, basta-nos identificar e ao mesmo tempo realizar uma atribuição instantânea de centralidade a este espaço, não qualificada nem por um "para quem", nem por um "em que termos", e sequer "em proveito de quem"? Como compreender não só os efeitos desiguais desta centralidade explícita, mas também as diversas práticas sociais de construção e apropriação desta trama de significações? Como tratar das estratégias conflitivas envolvidas na explicitação desta centralidade?

Conforme argumenta Caldeira<sup>8</sup> o próprio modelo de organização do espaço urbano de São Paulo em termos da dualidade centro-periferia, que prevaleceu dos anos 40 até os anos 80, vem sendo substituído por um novo modelo que gera "a more heterogeneous but equally segregated city."<sup>9</sup> A dupla qualificação da cidade de São Paulo, expressa na citação acima, fornece a perspectiva adequada à compreensão das reelaborações da vida social, atualmente em curso, em lugares específicos na cidade de São Paulo.

Os dois processos de mudança apontados por Caldeira como causadores desta reestruturação do espaço urbano são, por um lado, "the paradoxical combination of gentrification e impoverishment"<sup>10</sup>, e por outro "a process of decentralization in which the upper classes flee from the center for walled communities in the periphery, at the same time that large complexes of office buildings, shopping centers, and hyper-markets (gigantic super-markets) start to move to non-urbanized areas where only the poor used to live."<sup>11</sup>.

O padrão de transformações do espaço urbano paulistano se aproxima, a partir desta descrição, do padrão de constituição das "edge cities"<sup>12</sup>: "the development of big centers of office space and commerce in areas accessible by freeways and close to new residential developments for the middle and upper classes"<sup>13</sup>.

---

<sup>8</sup> Caldeira (1992), cap.5.

<sup>9</sup> Idem, pg.225.

<sup>10</sup> É importante notar que Teresa Caldeira se refere, ao falar de "gentrification", especificamente ao processo de enobrecimento de áreas da periferia da cidade.

<sup>11</sup> Idem, pgs 225 e 226.

<sup>12</sup> Garreau, J.(1991) "Edge City - Life on the New Frontier" . N.Y. Doubleday, citado em Caldeira(1992). A autora se utiliza deste conceito, desenvolvido originalmente tendo por referência o caso norte- americano, ressaltando as particularidades - como por exemplo a ineficiência dos serviços de transporte coletivos - da situação da cidade de São Paulo.

<sup>13</sup> Caldeira (1992), pg. 262.

Embora não caiba aqui qualquer questionamento a estas nítidas transformações nas atuais formas de reorganização da cidade de São Paulo, assim como de várias outras metrópoles, parece ser necessário o reconhecimento da coexistência e complementaridade - apenas aparentemente paradoxal - entre este processo de descentralização e uma outra ordem de transformações que diz respeito não à expansão da cidade em direção às suas margens, mas sim à marcha forçada em direção a um de seus futuros possíveis - marcha essa empreendida através das constantes reatualizações das tradicionais áreas centrais historicamente já constituídas no espaço urbano.

É preciso enfatizar que as áreas centrais de diversas metrópoles - como por exemplo Nova York, Rio de Janeiro, e particularmente importante para nossa discussão, São Paulo - não estão sendo "abandonadas" à sua própria sorte, evacuadas, desertificadas ou esquecidas.

Ao encararmos apenas a questão dos deslocamentos e dos investimentos responsáveis pela descentralização e pela produção das "edge-cities" em qualquer de suas versões - norte-americana ou brasileira - podemos perder de vista o fato de que o que se cria nas áreas centrais de diversas cidades - mesmo antes da intensificação dos processos de enobrecimento e "recolonização" pelo capital - não são vácuos econômicos e sociais e nem muito menos a desestruturação social total.

A ênfase exclusiva nos movimentos que configuram o processo de descentralização tende, por isso mesmo, a fornecer, ainda que involuntariamente, a legitimação dos discursos - que hoje já fazem parte do senso comum promovido pelas classes médias urbanas, pelas elites intelectuais e econômicas, e pelos meios de comunicação - responsáveis pela instituição das áreas centrais das grandes cidades como zonas de perigo eminente, algo como um resquício de barbárie em meio ao entorno supostamente civilizado dos espaços privados do consumo. Os centros urbanos, ao se tornarem novamente áreas de interesse para os fluxos de capital, transformam-se, a partir dessas representações, em espaços nos quais, a intervenção repressora e socialmente higienizadora dos poderes públicos e das milícias policiais e publicitárias privadas, mais do que desejável, é vista como necessária.

O que se produz de fato nestes espaços centrais, é uma extensa série de conflitos - deflagrados pelas novas formas de estruturação social, e vividos por

atores sociais diferentemente situados em estruturas de poder desiguais - a respeito dos direitos à produção, ao uso e às definições das imagens socialmente aceitas do lugar.

É neste sentido, de argumentar a interconexão entre, por um lado, os processos de suburbanização e criação das *"edge cities"*, e por outro, os investimentos simbólicos na reestruturação e enobrecimento das áreas centrais das cidades norte-americanas - e também dialogando com Garreau - que Smith (1996) afirma: "The same forces of urban restructuring that have ushered new landscapes of gentrification to the central city have also transformed the suburbs."<sup>14</sup>

No caso de São Paulo o recente interesse de alguns segmentos da sociedade pela "revitalização", "remodelamento", "requalificação", "recuperação", e "revalorização urbana" das áreas centrais da cidade, confirma a importância e a visibilidade crescentes de áreas que definitivamente não se caracterizam por serem os novos espaços de centralidade recentemente desenvolvidos na periferia.

Notadamente a atenção e os investimentos econômicos e simbólicos - tanto por parte dos poderes públicos quanto por parte de grandes corporações privadas e das classes mais abastadas - com o centro da cidade e com a Avenida Paulista indicam a plausibilidade desta idéia.

Se é verdade que a região metropolitana de São Paulo vem, desde o início dos anos 90, vivenciando o aumento do desemprego e uma crescente desindustrialização, com a mudança de inúmeras plantas produtivas para outras regiões mais atraentes do espaço nacional ou mundial, é também verdadeiro que, em primeiro lugar, tais movimentos não são exclusivos a esta cidade - já que pelo menos desde a década de 80 os grandes centros industriais, numa escala global, têm experimentado tais transformações. Em segundo lugar, o que vemos ser produzido não é um vazio absoluto, uma terra de ninguém, como sugerem os defensores incondicionais da implantação, a qualquer custo, dos processos de "redesenvolvimento"<sup>15</sup> das áreas centrais das grandes metrópoles e a sua "recolonização" pelo capital.

Quer seja através da constituição de associações civis - legitimadas e presididas por representantes dos grandes capitais financeiros internacionais como

<sup>14</sup> Smith (1996), pg.40.

<sup>15</sup> Idem.

é o caso das relações entre a “Associação Viva o Centro” e o Bank Boston, ou mesmo comandadas pelo capital financeiro nativo, penso aqui na indissociabilidade entre a “Associação Paulista Viva” e o grupo Itausa - ou através de apologias midiáticas a respeito da bem sucedida “recolonização” da cidade de Nova York pelos cidadãos de bem <sup>16</sup> e do início deste processo no centro de São Paulo<sup>17</sup>, podemos identificar claramente tanto a permanência da centralidade simbólica quanto o renascimento da centralidade econômica de determinados espaços representativos do antigo modelo centro-periferia de desenvolvimento urbano.

Em geral, observa-se que estes inúmeros discursos reformadores terminam por produzir o reforço radical das assimetrias de poder já previamente existentes. Nestes espaços centrais contestados, enfrentam-se hoje, de um lado, atores que se beneficiaram do relativo desinteresse e dos desinvestimentos maciços de capital ocorridos nestas regiões temporariamente abandonadas pelos “mercados”, e, de outro, os novos atores sociais hegemônicos que se constituem como portadores de um poder renovado e da missão de recuperar a cidade de seu propagandeado atual estado de degradação. Estes atores tomam para si a tarefa de preencher os espaços físicos, econômicos e simbólicos da cidade através da produção de significados e imagens que tendem a reforçar seus próprios poderes.

Tais territórios são zonas de conflitos permanentes, usualmente dissimulados por invocações à ordenação racional da forma urbana e à preservação “da História” da cidade. Tais conflitos colocam frente a frente as reivindicações mais localizadas de atores atuantes em escalas espaciais reduzidas e vinculadas à materialidade da experiência urbana cotidiana, e do outro lado, o poder de oferecer pública e legitimamente perspectivas privilegiadas, a partir das quais pode-se imaginar o futuro da cidade. Este poder parece emanar diretamente da mobilidade de seus portadores e das suas possibilidade de atuação em escalas que ultrapassam os limites da cidade.

<sup>16</sup> Me refiro ao insistente discurso do jornalista Gilberto Dimenstein - tanto em sua coluna no jornal Folha de São Paulo, quanto em recente entrevista concedida à revista “Urbs”, número 1, publicada pela associação “Viva o Centro” - a respeito das maravilhas alcançadas pelos projetos de recuperação de ilhas dentro da cidade de Nova York. Ver também o artigo de Caio Binder “Renascença Urbana”, sobre Nova York e a “repatriação urbana” levada a cabo pelos “novos pioneiros”, publicado na seção “Manhattan Connections”, no “Estado de São Paulo”, 19/10/97, pag. d-3. Para visões extremamente críticas destes processos de reapropriação por parte das elites dos espaços centrais das metrópoles ver: Zukin(1995), op. cit. e Smith(1996) e (1996b).

<sup>17</sup> Tanto na entrevista concedida por Dimenstein citada acima como em recente reportagem em “O Estado de São Paulo” sobre as vantagens e a crescente procura pelos antigos apartamentos no centro da cidade (domingo 23 de novembro de 1997).

É neste contexto que a significância de determinados projetos ultrapassa os limites estreitos da eficácia prática e econômica às quais eles parecem exclusivamente se referir. Na realidade, é a própria viabilidade do urbano enquanto espaço público democrático e representativo das demandas sociais por direitos à diferença e à própria existência que está em jogo.

Desde o início dos anos 70 a Região da Avenida Paulista - e a mancha de prosperidade que ao seu redor se organiza - vem se configurando como um espaço diferenciado dentro da cidade de São Paulo para o qual afluem importantes segmentos dos setores essenciais à existência concreta e localizada de determinados processos sociais característicos das grandes metrópoles contemporâneas<sup>18</sup>.

A Avenida e suas imediações abrigam grande parte das sedes brasileiras de instituições financeiras transnacionais, alguns órgãos da administração pública municipal, estadual e federal, a parcela mais sofisticada dos serviços de hotelaria, uma extensa e intensamente utilizada infra-estrutura de alimentação, transportes, telecomunicações, de segurança pública e privada, e uma infinidade de serviços que de modo geral poderíamos classificar como auxiliares em relação a esse núcleo produtivo.

Se vemos hoje o surgimento e desenvolvimento de novos espaços de centralidade na cidade de São Paulo como um todo - como por exemplo os grandes *shopping centers* na periferia, os *office centers* nas marginais e os condomínios fechados praticamente auto-suficientes, construídos para funcionarem como verdadeiras "micrópoles" excludentes - isso não é o suficiente para que esvaziemos a importância atual - certamente distinta daquela que possuíam no passado - das áreas urbanas centrais.

Esta "descentralização", ou como prefiro, esta multiplicação periférica e a reelaboração, nas zonas geograficamente centrais, dos espaços de centralidade - não exclusiva da cidade de São Paulo, e que se expressa na simultaneidade e interconexão entre a produção de novas centralidades e a recriação das antigas -

<sup>18</sup>A Avenida Paulista vem desde de pelo menos o início dos anos sessenta, e mais intensamente a partir da década de 70 concentrando inúmeras atividades características do núcleo dinâmico do "capitalismo desorganizado" (Lash & Urry 1994). Notadamente atividades financeiras e culturais. Exemplos da pertinência deste movimento e de sua periodização são, entre outros, a construção do edifício do MASP em 1968, as obras do complexo viário e o seu alargamento entre 1972 e 1974 e a instalação naquela região, de mais de 70 instituições financeiras nos últimos 20 anos. (Fontes: Lima (1997); Bueno (1995); Cordeiro (1997)).

torna essencial a compreensão do fato de que aquilo que este movimento aparentemente possui de mais claro - a capacidade da "permanência" histórica de determinadas áreas centrais no imaginário sobre a cidade, mesmo quando a novidade e o crescimento deslocam parcialmente certas atividades para a periferia - pode ser apenas uma das formas ingênuas que encontramos para interpretar as intensas transformações contemporâneas pelas quais passa a vida urbana.

Sem dúvida alguma, o poder simbólico acumulado pelas áreas centrais - através da combinação entre a duração histórica da cidade e das memórias e experiências compartilhadas por seus habitantes - é fator decisivo para a manutenção da presença de tais espaços no imaginário social urbano. Mas tal fator por si só não seria suficiente para explicar a intensidade atual dos esforços de determinados atores no sentido de conquistarem o direito de definir os caminhos que devem ser seguidos em direção à "revitalização" ou "revalorização urbana" dos centros das cidades.

São simplistas e inadequadas as suposições de que a importância e centralidade hoje atribuídas à Avenida Paulista, são resultado apenas da inércia das estruturas de significação que presidem as práticas sociais ou, por outro lado, mas incorrendo em simplificações igualmente graves, são produto direto da eficácia prática dos esforços de determinados segmentos da sociedade no sentido de edificação do espaço público na sua acepção moderna, aquela de uma arena aberta ao debate livre e democrático erigida por cidadãos iguais em seus direitos e deveres.

Nestas duas interpretações tudo se passa como se o lugar que foi um dia de fato central, pudesse continuar a sê-lo simplesmente porque as pessoas e as instituições são incapazes de alterar o seu olhar sobre a cidade ou, no segundo caso, e de forma simetricamente oposta, porque os esforços deliberados para a manutenção de determinadas conquistas sociais, não conhecendo limites e oposições sistemáticas, são considerados capazes de manter os ganhos democráticos de uma modernidade que não chegamos a viver por completo.

A Avenida Paulista mantém e, ao mesmo tempo, tem transformada a sua centralidade, não em virtude de qualquer omissão, negação ou capacidade de recusa das transformações da cidade e da sociedade como um todo, mas ao contrário: é justamente por estar e ser envolvida, de diversas maneiras, na produção

destas transformações e na mediação entre elas e as práticas sociais cotidianas - e para isso tendo também que se transformar - é que é possível a este lugar específico da cidade de São Paulo a manutenção, sob novas formas, de sua importância e centralidade singulares.

A argumentação da continuidade da centralidade de regiões como a Avenida Paulista só adquire sentido com o reconhecimento de que os requisitos para tal permanência se modificam constantemente.

Vale dizer, se é verdade que as práticas e representações sociais do espaço urbano continuam edificando lugares e categorias de centralidade e sua contrapartida em espaços "marginais" em relação a estes primeiros, é também verdadeiro que tal processo só se realiza, em primeiro lugar, através de constantes reelaborações dos critérios relevantes a serem levados em conta nestas permanentes reconstruções sociais, e em segundo lugar, através dos embates redefinidores dos atores sociais detentores do poder de determinar quais seriam tais critérios.

Os espaços de centralidade continuam a ser criados, mas não necessariamente da mesma forma, com os mesmos objetivos e pelos mesmos atores que o foram no passado.

Qualquer enfoque monocular e estático, que parta unicamente da constatação da centralidade do lugar e portanto, de um processo de objetificação instantâneo e puramente abstrato, para atingir por fim a constatação daquilo que já havia pressuposto, ou seja, a perfeição completa do objeto e a centralidade do lugar, resulta na dificuldade de se lidar com as práticas cotidianas de imaginação, representação e construção do espaço urbano.

No limite, quanto mais nos restringimos a apenas destacar e reafirmar a centralidade e heterogeneidade inquestionáveis de determinado lugar, mais ele se aproxima de ser catalogado como um "modelo reduzido" da metrópole, um equivalente, puramente material e empiricamente observável da totalidade da cidade imaginada, ou mesmo o exemplo vivificado das próprias idéias de heterogeneidade urbana ou de diversidade cultural nas suas versões liberais<sup>19</sup>.

As diferenças, particularidades e desigualdades embora muitas vezes

---

<sup>19</sup> Ver as críticas de Arantes (1996) e Bhabha (Rutheford, 1996) a respeito dos riscos inerentes às reduções das diferenças culturais e das desigualdades sociais à simples "diversidade" cultural.

visualizáveis e apreensíveis em situações de co-presença real subjazem também às relações sociais que estabelecidas entre atores que nem sempre se encontram. A diferença e a desigualdade - que não definem mas sem dúvida fazem parte da experiência urbana - não podem ser reduzidas simplesmente à heterogeneidade vivida cotidianamente nas relações face-a-face, uma vez que a sua produção se dá, inclusive, através da segregação e da exclusão, espacial e simbólica<sup>20</sup>, produzidas no espaço urbano.

Neste sentido, a redução da urbanidade à heterogeneidade pode não ser muito mais do que uma maneira um tanto quanto suave de encararmos e nos referirmos à diferença e à desigualdade que são mantidas à distância, tanto física quanto simbolicamente.

A transformação sofrida pela *paisagem social* do lugar pesquisado a partir de recortes limitantes, transforma-se na delimitação da compreensão do lugar à paisagem na sua definição mais estreita: "Espaço de terreno que se abrange num lance de vista."<sup>21</sup>.

Ao enfocarmos as grandes metrópoles contemporâneas, especificamente o caso de São Paulo e da Avenida Paulista, apenas em termos da centralidade e heterogeneidade de suas paisagens - tomadas desta forma como "qualquer espaço de terreno" - estaremos elipsando necessariamente a sua capacidade simbólica efetiva de produção da segregação espacial e social; o seu poder de produzir atores políticos legitimados socialmente, ainda que pouco visíveis nas calçadas e cruzamentos da Avenida e os seus "outros" - aqueles cuja exclusão da paisagem simbólica do lugar os renega à invisibilidade dos extra-quadros.

---

<sup>20</sup> Caldeira(1992) se concentra exatamente neste ponto. A sua análise explora os nexos existentes entre a produção de espaços segregados, excludentes, e a reelaboração dos discursos sobre a violência urbana que inscrevem, cada vez mais profundamente, o preconceito de classe e de região de origem no tecido de uma cidade internamente sitiada.

<sup>21</sup> Buarque de Holanda, A. " Novo Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa". 2ª ed. RJ.ed Nova Fronteira. 1986., pg 1274.

Dito isto, essa dissertação se subdivide em três partes: Espaço, Tempo e Deslocamento. Quero deixar claro que essa subdivisão não pressupõe qualquer separação entre o tempo histórico da singularização da avenida e as suas características e determinações de ordem espacial. Se optei por chamar assim a primeira e a segunda partes foi unicamente, e isso deixo claro desde logo, porque na Parte I trato, em termos mais conceituais, da bibliografia referente às transformações contemporâneas nas formas de estruturação do espaço mundial e nos significados assumidos pela produção das paisagens urbanas.

Assim o Capítulo I argumenta que, antes de falarmos de globalização, como se a sua simples invocação pudesse explicar todo e qualquer fenômeno contemporâneo, é preciso que saibamos quais são os diferentes processos sociais envolvidos na sua realização.

O Capítulo II trata bastante sucintamente de alguns conceitos utilizados nas análises posteriores da Avenida Paulista.

A Parte II - Tempo - é composta de três capítulos - III, IV, V - ao longo dos quais procuro recuperar a história da avenida de forma a argumentar que, se hoje a sua paisagem é produzida como algo bastante distinto, formalmente, do que era no passado, são também bastante nítidas determinadas continuidades de significações inscritas no seu espaço físico, e, a partir dele, transcritas para as relações sociais ali experienciadas.

A terceira parte - Deslocamento - é assim intitulada não apenas como forma de insinuar que mudanças simultâneas no tempo e no espaço resultam em movimento, mas principalmente como forma de indicar que este termo se conecta ao presente da Avenida Paulista pelo menos de três outras formas: em primeiro lugar, diversos dos investimentos que pretendem transformá-la em um lugar participante dos fluxos globais contemporâneos se esforçam no sentido de deslocar a avenida do contexto urbano mais imediato no qual ela se insere e alavancá-la em direção a um outro espaço mais abstrato que é conformado pela rede de transações dos mercados capitalistas transnacionais. Em segundo lugar, as estratégias que

visam criar aquela deslocalização se realizam a partir da intensa produção de imagens, representações e regulamentações do cotidiano da avenida que deslocam de seu interior, numa espécie de “esquecimento ativo”, determinados atores sociais que não se enquadram nos conceitos de um “núcleo globalizado”. Em terceiro lugar acredito que o termo deslocamento se aplica ao movimento que procuro fazer atuar por sobre as narrativas hegemônicas a respeito da avenida, no sentido tanto de restituí-la ao seu contexto urbano original, quanto de reintroduzir na sua paisagem aqueles atores sistematicamente apagados por essas narrativas.

Essa terceira parte se divide nos capítulos VI e VII. No sexto capítulo procuro mostrar de que forma as preocupações com a produção da Paulista como uma paisagem de poder dependem do sucesso das tentativas de se excluir determinados atores e práticas do seu espaço físico e simbólico. No sétimo capítulo, o mais etnográfico, analiso a discursividade pública e as práticas espaciais realizadas na avenida.

O último capítulo - Conclusão - procura mostrar em que consistem as tensões que parecem se infiltrar no dia-a-dia da região de forma a impossibilitar, ao menos temporariamente, o sucesso dos sonhos de desmaterialização expressos pelos atores sociais hegemônicos.

PARTE I

ESPAÇO

# CAPÍTULO I

## O Global e o Local: Complementaridade e Conflito

*“Imagine for a moment that you are on a satellite, further out and beyond all actual satellites; you can see ‘planet earth’ from a distance and, rarely for someone with only peaceful intentions, you are equipped with the kind of technology which allows you to see the colours of people’s eyes and the numbers on their numberplates. You can see all the movement and tune-in to all communication that is going on. Furthest out are the satellites, then aeroplanes, the long haul between London and Tokyo and the hop from San Salvador to Guatemala City. Some of this is people moving, some of it is physical trade, some is media broadcasting. There are faxes, e-mail, film distribution networks, financial flows and transactions. Look in closer and there are ships and trains, steam trains slogging laboriously up hill somewhere in Asia. Look in closer still and there are lorries and cars and buses, and on down further, somewhere in sub-Saharan Africa, there’s a woman on foot who still spend hours a day collecting water.”*

Doreen Massey, “A Global Sense of Place”, pg 25.

### I.1 Problematizando a Globalização

Talvez não haja, hoje em dia, nenhum outro conjunto de termos mais utilizado do que aquele composto por todas as expressões derivadas da noção de globalização.

Quer seja nas conversas informais entre pessoas que se encontram por acaso, na extrema superficialidade analítica dos discursos repetidos à exaustão no meio de comunicação, ou ainda nas declarações públicas dos tecnocratas responsáveis pela fabricação da aura pseudo-científica do culto à imagem da “mão

invisível” dos mercados, em todos estes casos é a globalização que explica em última instância e justifica os fatos e processos sociais das mais diversas espécies e ordens de grandeza.

Como bem nota Susan Strange, se referindo especificamente a um certo “relaxamento conceitual” que ela identifica no meio acadêmico, e que seria responsável pelo uso exaustivo de determinadas expressões de maneira imprecisa, “the worst of them all [estes termos] is ‘globalization’- a term which can refer to anything, from the internet to hamburger.”<sup>1</sup>

Este poder explicativo conferido socialmente à idéia de globalização, sem a preocupação com o desenvolvimento de qualquer mediação entre a absoluta abstração da palavra e a concretude das transformações da experiência contemporânea, torna-a capaz de participar da produção e disseminação de um achatamento da percepção do mundo. Legitima-se assim uma forma particular de concebê-lo: a internet e o hamburger são a mesma coisa porque ambos não passam de um efeito material de sua substância abstrata comum. Ao mesmo tempo se inviabiliza qualquer possibilidade de pensá-los em conjunto, porque a causalidade que os torna, para alguns poucos, acessíveis, e pra outros tantos, reais, nada significa: É “apenas” a globalização. Nem sempre boa, quase nunca ruim, às vezes nem mesmo importante. Mas apenas real e inescapável, porque está igualmente em todos os lugares.

Depois de invocada, o seu caráter impreciso e indefinido pouca margem deixa para a imaginação e o pensamento: tudo está dentro dela, não há exterioridade possível ou desejável. Os Países periféricos se tornam mercados emergentes e emergenciais, os seus habitantes, pretendendo a cidadania, conquistam o direito de ascenderem à posição de consumidores potenciais do mercado “global”.

A causalidade “global” imputada desta forma a toda a realidade sensível, assume por subtração de todas as outras significações possíveis, o sentido de indicar a inclusão da totalidade dos atores políticos econômicos e sociais no prente coletivo de um planeta envolto num tecido impermeável. Sendo elástico e totalmente transparente, ele é capaz de unir e colar indistintamente todos os pontos

---

<sup>1</sup> Strange, S (1996) “The Retreat of the State. The diffusion of Power in the World Economy”. Cambridge University Press. Cambridge. pgxiii, citada em Fiori (1997), pg. 88.

colocados em contato com a sua superfície, que é também a sua única dimensão. Na realidade falar de pontos não faz justiça à homogeneização e indistinção bi-dimensionais criadas por esta representação .

Em oposição a esta imagem proponho o argumento de que de fato há algo global ocorrendo, e é a inscrição em profundidade, por sobre toda a extensão do mundo, de uma intrincada trama cuja geometria está tão distante da densidade e impermeabilidade homogêneas, quanto pode estar uma rede, com seus nós e linhas discretas, daquela película plástica acima descrita.

Os processos históricos específicos que compõem, às vezes contraditoriamente, o conteúdo desta entidade, a globalização, se desenrolam produzindo um remapeamento determinado do espaço planetário. Para cada ordem de fluxos promovidos ou reprimidos em escala global, corresponde a fabricação de linhas que através dos seus entroncamentos produzem pontos diferenciados. Estes, por sua vez, as articulam e sustentam ao concentrarem as atividades de comando e organização destes mesmos fluxos. Nos entre-espacos desta trama são circunscritas regiões que se definem por exclusão de alternativas. Não são nódulos articuladores e muito menos se configuram como regiões imantadas pelas intensidades dos fluxos que conectam aqueles nódulos entre si.

A geografia produzida é tanto de inclusão, quanto de exclusão, ambas em escala global. Então não é proibido falar de "global" ou "globalização"? Não. Me parece que a confusão surge quando o global, a globalização, se tornam apenas substantivos, o nome da realidade indecifrável.

A palavra global e seus derivados - quando recuperados desta esfera na qual seu nome é a sua própria definição, e através da qual se narra e se promove tanto a aniquilação real de determinadas distâncias quanto a aniquilação imaginária do espaço, ambas pela abstração das desigualdades produzidas concretamente - devem ser restituídos à condição de qualificativos de processos mais bem definidos, introduzindo coerência e sentido na compreensão das realidades históricas destas apropriações desiguais dos espaços produzidos no mundo contemporâneo.

Assim por exemplo, quando digo que as escalas nas quais se realizam a inclusão e a exclusão de determinados atores sociais da paisagem são globais, o

global é atributo. Ele se refere a outra coisa. Refina-se a compreensão ao invés de impedi-la. A globalização frouxamente invocada não explica nada. Ela, e as suas invocações é que devem ser explicadas.

À medida em que o móvel dos processos sociais que se verificam, ou pretendem se verificar globalmente, se encontra nas suas capacidades ou desejos de superação dos impedimentos colocados pelas distâncias físicas e culturais, é da conquista material e simbólica do poder de organizar o espaço do planeta que se trata.

E com relação à história desta conquista é interessante notar que a aceleração da superação das distâncias por determinadas práticas e atores sociais se encontra em relação de proporcionalidade direta ao seu poder de imaginar, representar e compreender cada vez mais abstratamente o próprio espaço<sup>2</sup>.

Neste contexto adquirem sentido tanto a facilidade com que hoje se pode imaginar a globalização como o golpe derradeiro desferido contra a materialidade da resistência do espaço à aceleração incontrolável do tempo de giro do capital, quanto a própria facilitação de tal aceleração proporcionada por este tipo de representação abstrata do espaço.

---

<sup>2</sup> Smith(1988)

## I.2 A Compressão do Tempo-Espaço.

O espaço de fato é hoje, no momento maior de radicalização de uma tendência já identificável em pleno século XIX, o objeto de fortes pressões cujo resultado é aquilo que Harvey (1989) denomina a “compressão do tempo e espaço”

Mas note-se que não é afirmar a mesma coisa dizer que o espaço e o tempo são cada vez mais aceleradamente comprimidos, e postular a “aniquilação” das dimensões espaciais das relações sociais. A compressão brutal que se verifica - decisões cada vez mais rápidas em um mundo cada vez menor - não se realiza da mesma forma em todos os lugares e para todos os atores sociais. O que se aniquila não é o espaço em geral ou a espacialidade das relações sociais.

A aniquilação que ocorre é aquela, promovida por atores específicos, das distâncias entre lugares também determinados. A distância entre os centros de tomada de decisão sobre os destinos das finanças internacionais, por exemplo, é reduzida a algo muito próximo de zero.

É por isso que em situações como as cada vez mais frequentes crises dos mercados financeiros mundiais, os efeitos de decisões de desinvestimento em uma determinada região do globo podem instantaneamente se fazer refletir nos centros de controle da economia global espalhados pela Ásia, Europa e pelas Américas. É assim também que as propostas de mecanismos para o controle dessa compressão extrema, dessa aniquilação das distâncias, se voltam para a implantação de mecanismos capazes de expandir o tempo dos fluxos de informação, como forma de compensar ou anular os efeitos desta proximidade absoluta. O “circuit breaker” global deveria determinar o momento a partir do qual a proximidade é excessiva, e garantir a reprodução da distância, agora simulada pela produção de uma nova temporalidade.

De qualquer forma, o que se tenta neste caso controlar é a distância, espacial e temporal, entre pontos e decisões específicas. A complexidade espacial de tais circuitos é inegável, não apenas quando focamos os pontos que deles

participam, mas principalmente quando percebemos o que ocorre naqueles entre-espacos excluídos de cada uma das diversas redes globais por onde fluem os capitais, os signos e os atores sociais.

Nas mais diversas escalas os efeitos dos processos que comprimem o tempo e o espaco atingem de maneiras opostas diferentes grupos e lugares. À medida em que se reduz a quase zero os impedimentos à circulação de signos, imagens, pessoas e objetos entre alguns lugares específicos do mapa do mundo globalizado, aumenta-se relativamente as distâncias entre este conjunto de lugares e os outros que deste processo não participam, ou se o fazem, fazem sempre em condições menos privilegiadas.

Tanto os benefícios quanto as desvantagens produzidas pela realização em escala global, de determinados circuitos e dos fluxos que os conformam, são ambas apropriadas de maneiras diferentes e desiguais pelos diversos grupos sociais que neles se vêem envolvidos.

Massey (1992) se refere a uma "geometria do poder da compressão do tempo-espaco", uma vez que pode-se identificar diversas posições a partir das quais os diferentes grupos sociais se relacionam com aquilo que Lash & Urry(1994) denominam a "economia dos fluxos globais". Segundo essa autora "This point concerns not merely the issue of who moves and who doesn't, although that is an important element of it; it is also about power in relation to the flows and the movement. Different social groups have distinct relationships to this anyway differentiated mobility; some people are more in charge of it than others; some initiate flows and movement, others don't; some are more on the receiving-end of it than others; some are effectively imprisoned by it."<sup>3</sup>.

O meu interesse mais direto nesta argumentação se refere à possibilidade de identificar, num lugar específico - a Avenida Paulista - de que forma se produzem as hierarquias que organizam os diferentes atores sociais nas diversas posições possíveis dentro desta geometria do poder de compressão do tempo e do espaco.

Anthony Giddens, em "As Consequências da Modernidade"<sup>4</sup>,

---

<sup>3</sup> Massey (1991), pgs 25 e 26.

<sup>4</sup> Giddens (1991).

desenvolve a idéia do desencaixe (*disembedding*) das relações sociais de contextos espaço-temporais específicos. Através da criação e difusão de diversos sistemas abstratos, as experiências da modernidade têm proporcionado, a certos atores sociais, cada vez mais, a possibilidade de participação em relações sociais que se estabelecem através de crescentes extensões de tempo e espaço.

A argumentação de Giddens, além de apontar na mesma direção em que a noção de compressão do tempo-espaço, possui outro traço em comum com as idéias de Harvey. Ambos os autores negam que estes processos de superação das distâncias e de organização da experiência ao longo de extensões ampliadas de tempo, se configurem como algo exclusivo da atual fase de internacionalização das relações capitalistas. Tanto um como o outro procuram demonstrar que as mudanças nas condições de percepção e na experiência do homem contemporâneo, já se realizavam desde o surgimento da modernidade, não podendo ser tomadas portanto como uma ruptura em relação aos padrões de transformação social verificados pelo menos durante os últimos dois ou três séculos.

Massey (1991) chama a atenção para esta mesma questão ao se perguntar se a sensação que hoje um cidadão inglês, por exemplo, experimenta ao se deparar nas ruas de sua cidade com uma variedade de "cultural imports" não seria semelhante àquela já há séculos conhecida pelos povos colonizados. A experiência de viver em meio a objetos e costumes produzidos em outros contextos sociais.

Nesse sentido parece que os processos contemporâneos de aniquilação de determinadas distâncias e a reprodução em escala ampliada de outras, não se constitui, em absoluto, como uma total novidade. Mas o que parece ser de fato novo são as transformações verificadas na construção social dos critérios responsáveis pela determinação das diversas inclusões e exclusões - de lugares e atores sociais - desses circuitos que se estendem por sobre o espaço geográfico mundial e que realizam, cada vez mais aceleradamente, a aproximação entre lugares e tempos distantes.

### 1.3 Acumulação Flexível e Acumulação Reflexiva

Segundo Harvey a intensificação atual, tanto do aniquilamento das barreiras espaciais e quanto da compressão das durações temporais, tem suas origens nas transformações do modo de produção capitalista em direção à “acumulação flexível”.

É importante notar que mesmo para este autor a compressão do tempo-espaço não é criada ou inventada pela acumulação flexível, e também não se restringe exclusivamente à esfera da nossa experiência de contato direto com um mundo de “objetos” ou mercadorias que circulam em escalas globais. Este processo histórico é, na sua análise, um movimento orquestrado pela ação intencional de atores sociais, localizados e nomeáveis, e se refere às próprias possibilidades de representação e apropriação dos sentidos das transformações envolvidas no deslocamento das práticas sociais de produção circulação e consumo em direção maiores graus de flexibilidade.

Ou seja, para Harvey o eixo sobre o qual se deslocam as práticas sociais contemporâneas, e sobre o qual se intensifica a compressão do tempo-espaço, se estende da rigidez associada à produção em massa do fordismo em direção à flexibilidade dos novos processos de produção, dos produtos e dos mercados característicos das novas modalidades da acumulação capitalista do pós-guerra.

Lash & Urry (1994) realizam a crítica à idéia de acumulação flexível. As suas considerações, antes de negar tal formulação buscam apontar as insuficiências presentes na oposição entre rigidez e flexibilidade. Em “Economies of Signs and Space” argumenta-se que a noção de “Acumulação Reflexiva” traria melhor compreensão de determinados processos e transformações cuja relevância recebia pouca atenção na argumentação de Harvey.

Em primeiro lugar poderia ser dada a ênfase correta às transformações decorrentes da mudança de uma modalidade de acumulação baseada na produção

industrial para uma outra na qual a ênfase recai sobre a produção de serviços. Sob uma ótica puramente econômica tal questão não seria tão relevante ou talvez nem mesmo formulável. Como demonstra Sassen (1991), os consumidores responsáveis pelo crescimento dos setores de prestação de serviços não são os consumidores finais, pessoas físicas, mas sim as grandes corporações envolvidas em outros setores da produção capitalista. Os serviços continuam, no sentido econômico, subordinados à dinâmica da produção material<sup>5</sup>.

Mas em termos propriamente sociais e culturais a migração que se verifica entre atividades produtivas de naturezas tão distintas assume significância inegável. A proliferação de novos estilos de vida - relacionados às atividades profissionais que surgem e se tornam cada vez mais valorizadas - tem, sem dúvida alguma, grande participação nas transformações produzidas em diversas escalas da vida social, notadamente nas formas de sociabilidade urbana das grandes metrópoles concentradoras das atividades relacionadas à prestação de serviços<sup>6</sup>.

Além disso as mercadorias produzidas em economias cada vez mais baseadas na prestação de serviços sofrem também transformações em seus conteúdos. Os "fluxos globais de objetos"<sup>7</sup> se compõem cada vez mais de conteúdos estéticos e simbólicos em detrimento dos conteúdos materiais.

Embora as referências à globalização ainda sejam feitas frequentemente em termos de uma identificação de uma circulação ampliada de mercadorias nos moldes daquelas tipicamente produzidas durante a vigência padrão fordista de acumulação e produção em massa, o caráter destes fluxos se encontra hoje radicalmente transformado.

E isso conduz ao segundo aspecto apontado por Lash & Urry como um

---

<sup>5</sup> Mas nem mesmo em termos puramente econômicos tal afirmação é completamente válida. Dentro dos setores de serviços, o maior crescimento é registrado nas atividades financeiras, que deixam de se caracterizar pela simples intermediação e conquistam o status de fins em si mesmas. A autonomização destas atividades é de fato percebida tanto por Sassen, ao falar da transformação dos serviços financeiros em uma indústria possuidora de uma dinâmica própria, quanto por Lash & Urry, quando identificam uma relativa independência entre os serviços e as manufaturas. Um bom panorama a respeito das raízes conceituais das dificuldades que as teorias econômicas enfrentam ao tentar lidar com o desenvolvimento de uma economia financeirizada e relativamente independente da produção material é fornecido por Michel Aglietta e André Orléan em "A Violência da Moeda." Ed. Brasiliense, 1990.

<sup>6</sup> Penso por exemplo nas relações entre os processos de "enobrecimento" das áreas centrais dos grandes centros urbanos e as atividades e práticas simbólicas desenvolvidas por grupos sociais específicos cujas estratégias de ascensão social muitas vezes se vinculam à "acumulação de capital cultural." Uma interessante análise das teorias que desenvolvem tal argumentação pode ser encontrada em Smith (1996).

<sup>7</sup> Lash & Urry (1994), cap. 2.

refinamento proporcionado pela noção de acumulação reflexiva em relação à acumulação flexível: ela enfatiza a produção e a circulação cada vez mais intensivas em informação e conhecimento. E não é apenas através do crescimento dos setores de serviços em relação à produção industrial que tal tendência se verifica. A própria produção de bens materiais se dá cada vez mais baseada nas capacidades de processamento de símbolos e informações.

As atividades de pesquisa e desenvolvimento, e de design, compõem parte cada vez maior do valor agregado aos produtos. Este fato é verificável tanto na órbita da produção, quanto da circulação e do consumo de mercadorias. O que se verifica é um esvaziamento do conteúdo material dos objetos.

Em que pesem as outras diferenças de ênfase e de alcance entre as propostas de Harvey e de Lash & Urry, me detenho nestas duas primeiras pois elas me parecem suficientes para a compreensão da crítica mais geral que fazem estes últimos ao primeiro.

Segundo eles o conceito de acumulação flexível, ao se basear na oposição entre rigidez e flexibilidade, não dá conta dos processos de desmaterialização, ou de esvaziamento do conteúdo material, característicos das transformações do “capitalismo organizado” em direção ao “capitalismo desorganizado”<sup>8</sup>.

---

<sup>8</sup> O desenvolvimento das diferenças entre os modelos de “capitalismo organizado” e de “capitalismo desorganizado” é realizado por Scott Lash em “The End of Organized Capitalism” e retomado em Lash & Urry (1994).

## I.4 As Novas Formas de Estruturação Social

Retomo aqui os argumentos de Saskia Sassen (1991 e 1996) a respeito das inúmeras atividades e ocupações de baixa qualificação e remuneração necessárias à existência localizada das estruturas organizacionais envolvidas na produção e viabilização dos fluxos em escala global de pessoas, objetos e signos.

Segundo Sassen, uma das principais características das atividades econômicas que compõem o novo núcleo da produção capitalista contemporânea é a sua capacidade de excluir do imaginário social, da paisagem dos núcleos globalizados, e mesmo das estatísticas relacionadas à globalização, toda uma infinidade de atores sociais cujas atividades, em geral muito mal remuneradas, são indispensáveis à produção concreta da economia global.

Ao lado dos personagens cuja imagem é usualmente associada ao crescimento das “indústrias limpas”<sup>9</sup> e dos serviços que organizam o mundo dos negócios globalizados - cientistas, experts em informática, executivos bem trajados - cria-se uma grande massa de desempregados da indústria ao lado de um exército de copeiros, cozinheiros, entregadores, faxineiros, atendentes, seguranças, recepcionistas, digitadores, telefonistas, motoboys, manobristas e ocupações afins - que se por um lado estão muito distantes da imagem tradicional do proletariado industrial, por outro estão também completamente excluídos da imagem de glamour associada aos executivos e homens de negócio de trânsito internacional que deles dependem em cada uma de suas incontáveis reterritorializações.

A nova estruturação social produzida neste contexto foi denominada por Lash & Urry “two-thirds society”. Segundo eles “... the new lower class represents a sort of structural downward mobility for substantial sections of the organized-capitalist working class, as well as a set of structural social places into

---

<sup>9</sup> A expressão indústrias limpas se refere àqueles setores da produção capitalista que desenvolvem suas atividades em espaços altamente controlados, e por isso mesmo passíveis de apropriações estetizadas de suas imagens - que normalmente são feitas significar a superação das condições insalubres de trabalho normalmente associadas ao padrão de produção do fordismo. São tratadas como indústrias limpas, por exemplo, as firmas atuantes no setor de eletro-eletrônicos, software, medicamentos e biotecnologia.

which large numbers of immigrants flow. The new lower class then is filled with, initially, social...flows of social agents. The new lower class takes its place at the bottom of a restructured stratificational ladder in which the hierarchy of capital and labour is replaced by a three-tiered ordering - a mass class of professional-managers (alongside a very small capitalist class), a smaller and comparatively under-resourced working-class, and this new lower class. Paradoxically, this new Quasi-Weberian pattern of social stratification is brought about by the eminently Marxian process of capital accumulation and effective positioning of new lower-class agents by the dominant classes themselves."<sup>10</sup>.

Em que pesem as diversas particularidades brasileiras - por exemplo a histórica precariedade estrutural dos mercados de trabalho, ou ainda a exclusão explícita de parcelas significativas da população dos circuitos sociais da sociedade de consumo<sup>11</sup>, praticamente invertendo as proporções de inclusão e exclusão acima mencionadas - existem indicações precisas de que, processos de natureza semelhante àqueles identificados por Lash & Urry como responsáveis pela intensificação das desigualdades sociais nas "Two-Thirds societies", são também perceptíveis atualmente, e com consequências ainda mais graves, nas transformações por que passam aquelas nações que a retórica da globalização decidiu nomear os países, ou melhor, "os mercados emergentes".

Segundo aqueles autores as três principais razões para a tendência de crescente desigualdade em termos de renda e riqueza, no caso dos EUA e dos países da Europa ocidental, a partir do final dos anos 60, seriam: a transferência de postos de trabalho da manufatura para os serviços; a generalização tanto dos contratos temporários de trabalho quanto das práticas de redução das jornadas de trabalho - com a consequente redução dos salários pagos por cada trabalhador empregado; e a difusão de estratégias, empresariais e governamentais, no sentido de reduzir a influência e o poder dos sindicatos de trabalhadores<sup>12</sup>. (Lash & Urry, 1994; pgs. 162-163).

No caso brasileiro - e mais especificamente, no caso da região

<sup>10</sup> Lash & Urry (1994), pgs. 145-146.

<sup>11</sup> Para uma exposição sobre tais temas e as suas relações com os modelos de desenvolvimento econômico adotados desde a década de 60, tanto durante o regime militar quanto posteriormente, ver Baltar, P. E. A., Dedecca, C. S. & Henrique, W. (1996) " Mercado de Trabalho e Exclusão Social no Brasil" in Barbosa de Oliveira, C. A. e Mattoso, J. E. L. (orgs.) "Crise e Trabalho no Brasil" , pgs. 87 a 108.

<sup>12</sup> Lash & Urry (1994), pgs 162-163.

metropolitana de São Paulo, o centro da produção capitalista no Brasil, respondendo por 50% do PIB industrial brasileiro e hoje também recordista em desemprego, com índices por volta dos 18% - especialmente a partir do início dos anos 90, os três fatores acima listados, estão claramente presentes.

O debate e as pressões em torno da institucionalização dos contratos temporários de trabalho, e dos planos de simultânea redução das jornadas e das remunerações a elas correspondentes, têm sido amplamente divulgadas pelos meios de comunicação, e a sua implantação realizada como condição básica para a redução do que os industriais brasileiros e o próprio governo convencionaram chamar "custo Brasil"<sup>13</sup>.

Neste sentido até mesmo algumas centrais sindicais se voltam para a defesa do contrato temporário e da redução das jornadas de trabalho, como formas paliativas de reduzir o desemprego, e simultaneamente de estancar o esvaziamento significativo de seus quadros e conseqüentemente de sua representatividade junto à população<sup>14</sup>.

A mudança de destino, tanto de vários dos novos investimentos em unidades de produção quanto de antigas indústrias instaladas no Estado de São Paulo, para outras regiões - já na década de 80 o PIB de São Paulo sofreu queda de 8% devido a migração de atividades produtivas para o interior de Minas Gerais, Paraná, Bahia e Mato Grosso<sup>15</sup> - está vinculada a dois fatores fundamentais: os incentivos fiscais vultuosos que os diversos estados da federação se dispõem a oferecer, e não menos importante, o menor grau de sindicalização da mão-de-obra disponível nestas regiões<sup>16</sup>.

O terceiro fator é a absorção de mão de obra pelo setor serviços. Parte dos desempregados na indústria da Grande SP, encontraram durante o primeiro ano de plano real, a oportunidade de empregos no setor de prestação de serviços, que durante os anos de 1995 e 1996 ainda expandia sua oferta de postos de

<sup>13</sup> Ver Folha de São Paulo, 22/05/1996, pg 1-8, reportagem " FHC vai propor redução do custo Brasil" e a reprodução integral do documento " Brasil industrial: competitividade para crescer" preparado pela confederação Nacional da Indústria e entregue neste mesmo dia 22/05/96 ao presidente da república por ocasião do encerramento do Encontro Nacional da Indústria em Brasília.

<sup>14</sup> O Estado de São Paulo, 14/04/96, pgB1, reportagem " Serviços já não absorvem demitidos na indústria"

<sup>15</sup> Revista Business Travel, abril de 1997, pg51.

<sup>16</sup> A importância de tais fatores nos processos de tomada de decisão para novos investimentos por parte dos atores no comando dos fluxos globais de capital é exposta com clareza no artigo " Site Selection" publicado no número 52 da revista mensal da Trevisan Consultores Associados.

trabalho. No entanto já durante o primeiro ano do governo Fernando Henrique, 1995, a capacidade de absorção deste setor (223 mil novos postos de trabalho que se somavam a 123 mil do comércio, sendo que 70% deste total de vagas foram oferecidas em 1995) foi ultrapassada pelo ritmo de demissões na indústria<sup>17</sup>.

As consequências de transformações de tal magnitude são, por um lado, a diminuição na renda dos trabalhadores - para os desempregados ou empregados na prestação de serviços mal remunerados (garçons, cozinheiros, arrumadeiras, camareiros, contínuos e atendentes) o seguro desemprego e os salários são, via de regra, bem mais baixos do que aqueles pagos aos trabalhadores das indústrias - e por outro lado, a intensificação da informalidade da estrutura do mercado de trabalho brasileiro, aumentando ainda mais a parcela da população que não conta com os parcos benefícios do sistema público de seguridade social.

A face “emergente” deste processo, além do seu poder de simbolizar uma modernização que se define da forma mais superficial possível, fica a cargo apenas das estatísticas que se referem a tais transformações a partir da ótica do crescimento econômico como fim em si mesmo, ou seja, como acumulação capitalista. Os serviços especializados tiveram o seu crescimento concentrado na região metropolitana de São Paulo - 85% nos últimos 8 anos segundo dados do DIEESE. No ano de 96 a sua oferta de postos de trabalho cresceu 7,7%, ao mesmo tempo em que na indústria essa oferta diminuiu em 12%.

Se tais dados anunciam de forma sutil a queda do nível de emprego<sup>18</sup> e da parcela da renda nacional dedicada à remuneração da força de trabalho, por outro lado eles permitem, de forma panorâmica, que rastreemos os rumos que têm tomado os investimentos capitalistas na busca por maiores valorizações da sua riqueza abstrata.

Em que pese a importância das transformações correntes na estrutura ocupacional dos maiores centros industriais brasileiros é necessário que também atentemos para os movimentos mais gerais responsáveis, entre outras coisas, por estas alterações nas demandas sociais por força de trabalho.

<sup>17</sup> O Estado de São Paulo, 14/04/96, pgB1, reportagem “ Serviços já não absorvem demitidos na indústria” op. cit.

<sup>18</sup> De fato os índices de desemprego referentes à região metropolitana de São Paulo no mês de Dezembro de 1997 atingiram o recorde de 16% da população economicamente ativa, segundos dados do Dieese divulgados pela imprensa. Desta época até a conclusão dessa pesquisa foram sendo periodicamente divulgados índices crescentes.

A importância do deslocamento do eixo de dinamismo econômico do capitalismo não reside, como poderia parecer a partir da argumentação anterior, apenas nos seus efeitos intensificadores das desigualdades sociais. O que parece estar em questão é justamente a própria materialidade do mundo da nossa experiência cotidiana.

O deslocamento do dinamismo do setor industrial, fruto mais bem acabado do padrão fordista de acumulação e produção em massa, para outras áreas de atividade, em que tanto as matérias primas utilizadas quanto as mercadorias produzidas e os próprios processos de produção, circulação e consumo possuem cada vez maior conteúdo imaterial ou intangível - na forma de signos, imagens ou informações - afeta não apenas a distribuição social da riqueza e pobreza produzidas, mas também as próprias formas de estruturação social e simbólica da realidade do mundo vivido - inclusive nas escalas mais restritas associadas à produção contínua dos diferentes lugares dentro das metrópoles.

De qualquer forma é importante notar que a importância que atribuo a esse deslocamento não depende, nem se baseia, na associação direta entre indústria e materialidade, e serviços e imaterialidade. Neste ponto as categorias econômicas são nitidamente insuficientes - e mesmo contraproducentes - para a compreensão da extensão e profundidade das transformações sociais contemporâneas. Conforme é muito bem observado por Featherstone se desde os trabalhos da escola de Frankfurt temos conhecimento dos processos de industrialização da cultura, só recentemente é que fomos atentar para o movimento paralelo de "culturalização" da indústria<sup>19</sup>.

Assim as indústrias da informática e biotecnologia, por exemplo, lidam necessariamente com as capacidades de processamento simbólico, o desenvolvimento de produtos intangíveis e a instauração de processos de trabalho significativamente intensivos em conhecimento. As mesmas considerações podem ser feitas a respeito da crescente dependência de inúmeros setores industriais em relação à prestação de serviços variados, notadamente os serviços financeiros, de design de produtos e processos e de publicidade<sup>20</sup>.

---

<sup>19</sup> Featherstone (1994).

<sup>20</sup> Sssen (1996) argumenta a respeito da importância do fato de que o crescimento do setor serviços está via de regra conectado às novas demandas dos setores industriais. São serviços prestados não a consumidores finais mas a agentes de outros processos produtivos.

Por outro lado inúmeras atividades de prestação de serviços estão se tornando cada vez mais intrinsecamente conectadas à materialidade da vida nos espaços urbanos das grandes metrópoles. Podemos pensar por exemplo nos motoboys, cujos serviços requerem não só o transporte de objetos concretos como documentos e pizzas mas também o deslocamento de seus próprios corpos pelo espaço das cidades. Neste mesmo grupo poderíamos incluir também os vendedores ambulantes e camelôs, cuja presença em lugares específicos se soma aos atos de vocalização de suas ofertas e ao oferecimento de seus produtos à visão e ao tato dos eventuais fregueses<sup>21</sup>.

Os vínculos existentes entre as atividades produtivas cada vez mais dispersas no espaço e os diversos centros de controle da indústria e dos serviços cada vez mais concentrados em regiões específicas das principais "cidades globais"<sup>22</sup> constituem os inúmeros núcleos que hoje, em escala mundial, são responsáveis pela viabilização da acumulação capitalista.

Através destas considerações procuro indicar que, se por um lado a compreensão dos processos simultâneos de desindustrialização de determinadas regiões e de crescimento do setor de prestação de serviços permite a percepção quase imediata dos processos de intensificação das desigualdades sociais e econômicas, há algo além desta constatação que talvez mereça maiores investigações.

A profunda transformação das formas de estruturação social parece dizer respeito também ao surgimento de tensões significativas entre atividades que requerem e promovem a materialidade do mundo da experiência cotidiana, através de suas constantes reterritorializações, e aquelas outras que de certa forma tendem a elipsar a sua própria materialidade a partir de discursos e práticas que constantemente desterritorializam a experiência do mundo através da intensificação dos fluxos globais de imagens, signos e capitais.

As transformações das paisagens das grandes metrópoles parecem participar ativamente do jogo surgido a partir destas tensões. Enquanto certas áreas enfrentam um processo de "decadência" visível de seus espaços edificados e a

<sup>21</sup> Segundo as estimativas do SINPESP - Sindicato dos Permissionários de Pontos Fixos do Estado de São Paulo - o número de vendedores ambulantes nas ruas da cidade de São Paulo cresceu, nos últimos dois anos, de aproximadamente 45 mil em 1996 para 60 mil em 1998.

<sup>22</sup> Sassen (1991).

intensificação de problemas sociais variados como consequência da combinação de diversos fatores que a princípio podemos tratar sob o título genérico de desindustrialização, outras regiões passam por transformações absolutamente diferentes mas nem por isso menos intensas. Esse é o caso, por exemplo de cidades recentemente incluídas nas rotas dos fluxos internacionais de turismo, ou daquelas estabelecidas como centros produtores das tecnologias, finanças, estilos de vida e bens culturais que capitaneiam os movimentos de deslocamento de determinados pontos do mapa social, geográfico e simbólico dos Estados Nacionais em direção à globalização.

Algumas cidades, como acredito ser o caso de São Paulo, participam de ambas as formas desses processos acima enunciados. O que eu gostaria de deixar claro a esta altura é que a paisagem socialmente edificada de determinados lugares contruídos dentro das cidades não passa ilesa por todas essas transformações.

A reterritorialização destes diversos fluxos, notadamente dos fluxos de capital, é condição primeira para a própria existência dos deslocamentos, mas os lugares a serem escolhidos para participarem ativamente destes processos devem sem dúvida alguma ser capazes de produzir a si próprios como lugares atraentes, lugares capazes de resolver a tensão entre a materialidade das experiências cotidianas e a sua eventual desmaterialização na forma dos fluxos globais.

Conforme deverá ficar claro na segunda e terceira partes desse trabalho, alguns espaços urbanos das grandes metrópoles contemporâneas - como é o caso da Avenida Paulista - têm a sua história presente profundamente vinculada aos três temas discutidos nesse capítulo.

Em primeiro lugar, a compressão do tempo e do espaço recria constantemente, e sob novas formas, as relações entre regiões geograficamente distantes no mapa mundial da globalização, de forma a aproximá-las ou afastá-las, tanto no sentido de suas características mais materiais quanto com relação à intensidade e natureza das trocas entre elas realizadas. Nesse sentido pode-se falar de uma deslocalização de determinados espaços urbanos - que se realiza na medida em que as suas relações passam a se constituir com exterioridades cada vez mais distantes, e não apenas com os "outros" mais imediatos e espacialmente contíguos.

Em segundo lugar a transformação das relações capitalistas em direção à lógica da acumulação reflexiva - e o processo correlato de esvaziamento do conteúdo material do mundo das experiências mais cotidianas - se reflete nas formas de produção daquele talvez seja o mais complexo produto social: o espaço urbano. É a partir do reconhecimento da efetiva atuação dessa transformação por sobre o tecido das cidades que se torna possível interpretar o fato de que, cada vez mais, os espaços em vias de inserção ou exclusão dos fluxos globais contemporâneos, cuidam de se reproduzirem como imagens capazes de simbolizar a sua própria distintividade e a sua adequação ao ideário que viabiliza a criação localizada das estruturas sustentadoras da globalização.

O terceiro assunto levantado nesse capítulo - as novas formas de estruturação social - também se relaciona intimamente às transformações da paisagem contemporânea da Avenida Paulista. Nos capítulos VI e VII serão analisadas as formas pelas quais a crescente desigualdade social produzida na cidade como um todo, é esquecida, ou apagada, do cenário ali produzido.

Mas antes da incursão mais detalhada pelas particularidades da avenida escolhida como o foco desse trabalho, faz-se necessária a discussão de algumas noções capazes de revelar os pontos para os quais confluem as diversas práticas sociais que participam da produção contemporânea da Paulista como uma paisagem de poder.

## CAPÍTULO II

### Alguns Conceitos

Este capítulo tem por objetivo introduzir, em termos eminentemente conceituais, determinadas noções que serão utilizadas nas análises posteriores da Avenida Paulista. Além disso a exposição prévia desses conceitos me parece importante por terem eles participado, durante a pesquisa, da própria escolha de algumas “parcelas” da realidade social da Avenida Paulista como focos privilegiados de observação.

#### II.1 Espaço e Lugar - A Espacialização das Relações Sociais

A Avenida Paulista é hoje, assim como tem sido ao longo de toda sua história, tanto o objeto como o resultado de uma série bastante extensa de representações e práticas sociais. A abundância e a abrangência dessas representações e práticas requerem um esforço inicial de “desconstrução” desse objeto que tende a se apresentar ou como um fato social naturalizado, ou como um marco puramente geográfico.

Em qualquer um desses dois casos a Paulista é transformada, e reapresentada, como um lugar que só poderia ter se tornado aquilo que é hoje. São assim elipsados tanto os processos sociais através dos quais a avenida - como categorial espacial - é historicamente produzida, quanto a própria produção - culturalmente determinada - dos significados que a instituem como o condicionante primeiro da vida social que ocupa os seus espaços.

As análises a serem realizadas nos próximos capítulos - e que procurarão apresentar a Avenida Paulista enquanto espaço historicamente e socialmente produzido como singularidade<sup>1</sup> - exigem uma recuperação prévia do argumento de que, o espaço em geral, mas ainda mais claramente o espaço urbano, não pode ser definido como um receptáculo das ações humanas nem tampouco como o simples ambiente material que, ao contê-las, pode simultaneamente determinar os seus sentidos.

Isso equivale a afirmar que a abordagem da Avenida Paulista realizada nesse trabalho se apóia sobre a idéia de que, para compreendermos os significados específicos, culturalmente determinados, que são constantemente re-inscritos na materialidade do espaço urbano, é preciso que abordemos a questão da produção social do espaço. Recupero inicialmente as considerações de Marshall Sahlins, em "Cultura e Razão Prática", sobre a ordenação simbólica que preside toda a atividade humana de produção da existência social, inclusive a produção de mercadorias nas sociedades capitalistas.

Embora esse autor não se dedique especificamente a discutir a questão da produção social do espaço, acredito que as diversas formas pelas quais os espaços das cidades vêm se tornando, cada vez mais, mercadorias de grande prestígio social, indicam a possibilidade de que determinados argumentos mais gerais por ele desenvolvidos a respeito das sociedades capitalistas possam se estender a esse tema.

Segundo tal autor a especificidade do modo de produção capitalista não reside no fato de que a produção de mercadorias escape às estruturas simbólicas socialmente instituídas pela prática humana, e através das quais os homens

<sup>1</sup> Com o uso desse termo pretendo argumentar que a Avenida Paulista é um espaço que se singulariza no tempo da edificação da sua própria história, e simultaneamente, uma singularidade que só se realiza à medida em que se atualiza e se recria como espaço urbano socialmente produzido, ou seja, como um corpo específico de relações sociais de diferenças e desigualdades espacializadas e reinscritas, como um lugar delimitado, na concretude da forma urbana.

experienciam e dão sentido ao mundo, mas sim no fato de que “...na cultura ocidental a economia é o locus principal da produção simbólica” e ainda “A singularidade da sociedade burguesa não está no fato do sistema econômico escapar à determinação simbólica, mas em que o simbolismo econômico é estruturalmente determinante.”<sup>2</sup>. Ou seja, tal perspectiva indica que a produção dos sistemas de objetos na sociedade capitalista, nunca se realizou simplesmente como produção de valor de troca.

Como Sahlins relembra muito pertinentemente, já para Marx, a produção do valor é sempre produção de valor de troca e de valor de uso. Mas além destes produz-se também aquilo que Baudrillard denomina o valor de signo<sup>3</sup>: “... a produção do valor de troca simbólico [valeur d’échange/signe] como a mesma coisa e no mesmo movimento que a produção de bens materiais e do valor de troca econômico. Portanto a análise da produção de símbolos e cultura não se mostra externa, ulterior, ou “superestrutural” em relação à produção material; ela se mostra como uma revolução da própria economia política, generalizada pela intervenção teórica e prática do valor de troca simbólico.”<sup>4</sup>.

A produção do espaço também se inclui na lógica acima descrita. O espaço urbano, é hoje produzido, tanto como mercadoria, o que vale dizer como valor-de-uso e valor-de-troca, quanto como bem simbólico, sendo que cada uma destas formas, na outra se apóia e dela depende para sua realização.

Sahlins também insinua que a própria possibilidade de multiplicação infinita dos objetos produzidos incessantemente para o mercado potencializa e multiplica a produção de “operadores de produtos” que desempenham funções similares aos “operadores totêmicos”<sup>5</sup> do “pensamento selvagem”.

Enquanto Lévi-Strauss encontra o totemismo moderno em algumas poucas práticas isoladas, Sahlins argumenta que a substituição dos elementos da natureza, os “operadores totêmicos”, pelos objetos manufaturados, “categorias totêmicas”, abre a possibilidade para a duplicação e multiplicação, através da produção social do mundo das coisas, dos sistemas simbólicos de classificação.

<sup>2</sup> Sahlins (1979), pg 232.

<sup>3</sup> A exposição desta argumentação de Baudrillard é retomada por diversos autores que compõem o universo de referências deste trabalho, como por exemplo Featherstone(1994), e Lash & Urry(1994).

<sup>4</sup> Baudrillard citado em Sahlins (1979) pg 185.

<sup>5</sup> Os trechos entre aspas são reproduções dos termos exatos utilizados pelo autor.(Sahlins,1979; pgs196 e 197).

Tais conjuntos de significações criam distinções entre os proprietários e usuários de objetos diversos e instituem determinadas relações nas quais são criados nexos, culturalmente relevantes, entre as pessoas - exatamente através de suas correspondências nos sistemas de objetos - e entre as coisas, por meio das suas relações com as categorias de pessoas organizadas pela estrutura social.

As implicações do desenvolvimento de tais considerações, no caso específico desta pesquisa, se aproximam da colocação de Sharon Zukin ao parafrasear Frederic Jameson afirmando que antes de a arquitetura se configurar como o símbolo do Capitalismo "a arquitetura é importante porque ela é o capital do simbolismo."<sup>6</sup>.

A Avenida Paulista, tanto em função de sua topografia em relação ao resto da cidade e de sua escala grandiosa em relação a outros logradouros públicos quanto como conjunto composto dos resultados concretos de estratégias específicas de valorização imobiliária e de "embelezamento" de espaços privados, surge a esta altura como um lugar produzido a partir da capitalização simbólica de sua visibilidade, e como símbolo investido do poder de visibilização das estratégias de acumulação do capital.

Esta argumentação tornará possível, ao longo da análise, a consideração das transformações arquitetônicas, urbanísticas, paisagísticas e legais, não só como atividades voltadas para a produção de um espaço funcional, capaz de abrigar, incentivar, acelerar e promover determinadas atividades, mas também como atividades de produção simbólica de espaços edificados para o consumo visual de determinados valores e distinções culturais, que longe de se restringirem à paisagem edificada, nela podem se inscrever adquirindo uma estabilidade e permanência que as coloca em posição de participar da própria estruturação das práticas sociais<sup>7</sup>.

Os conflitos envolvidos na produção do presente deste lugar são portanto produtos concretos das atividades socialmente realizadas de inscrição de valores

---

<sup>6</sup> Zukin (1996), pg 207.

<sup>7</sup> "(...) o valor de uso não pode ser compreendido especificamente ao nível natural de "necessidades" e "desejos" - precisamente porque os homens não produzem simplesmente "habitação" ou "abrigo": eles produzem unidades de tipos definidos, como a cabana de um camponês ou castelo de um nobre. Essa determinação de valores de uso, um tipo específico de construção habitacional como um tipo de lar, representa um processo contínuo de vida social na qual os homens reciprocamente definem os objetos em termos de si mesmos e definem-se em termos de objetos." (Sahlins, 1979; pg 188).

por sobre as superfícies edificadas através da simultânea edificação de superfícies socialmente significativas.

Além destas primeiras considerações, que instituem a relevância da ordem simbólica na produção concreta da paisagem edificada da cidade, a idéia da “produção social do espaço”, formulada por Smith<sup>8</sup>, notadamente de seu livro “Desenvolvimento Desigual”, são de extrema importância para o enfoque aqui adotado. As idéias deste autor, de que os processos de “homogeneização” e “rediferenciação” espaciais são inseparáveis na lógica capitalista de produção do espaço, são recuperadas tanto na escala da cidade - para elucidar o diálogo entre a Avenida e outras regiões do espaço urbano - quanto na escala da própria Avenida - para demonstrar o diálogo entre os diversos elementos constitutivos desta paisagem.

A sua insistência na importância de se recuperar a dimensão de construto social para o espaço produzido nas sociedades capitalistas realiza-se tendo como ponto de referência a tradição da geografia acadêmica. Por outro lado os seus esforços em demonstrar a importância das categorias espaciais na estruturação social se constrói como uma crítica às insuficiências do materialismo histórico.

A partir desta perspectiva o autor procura introduzir, nas análises da história do capitalismo, a relevância dos processos de espacialização das relações sociais de produção, através de uma crítica sistemática da a-historicidade da geografia tradicional e de uma extensa reelaboração do conceito de espaço.

Retomando a idéia de “produção social do espaço”, desenvolvida inicialmente por Henri Lefebvre, e tentando leva-la mais adiante, Smith narra a história do crescente grau de abstração que as noções de espaço foram adquirindo durante os últimos três ou quatro séculos no pensamento ocidental.

Este percurso histórico, que desde Newton até Einstein<sup>9</sup> aprofunda a separação entre natureza (o espaço como o receptáculo dos objetos e da ação física

---

<sup>8</sup> Smith (1988;1992;1996;1996b).

<sup>9</sup> No primeiro momento, o pensamento newtoniano define o espaço como “meio” puramente físico no qual se realizam os fenômenos naturais reversíveis no tempo e determinados pelas leis da mecânica, e no segundo momento, no pensamento de Einstein, a abstração é levada ainda mais adiante, e o espaço passa a ser tomado como grandeza matemática abstrata cujas múltiplas dimensões cada vez mais se tornam inexprimíveis nas escala físicas da existência humana.

do homem sobre a natureza) e a sociedade (os homens entre eles), é retomado pelo autor até o momento em que se generaliza nas ciências humanas a utilização da noção de “espaço social”, desenvolvida por Durkheim e Mauss, que é “espaço” apenas num sentido metafórico.

Na realidade esta acepção de espaço social só se constitui à medida em que se opõe ao espaço físico, e no momento em que toda substância social já havia sido deste expurgada: “Assim como o espaço matemático veio representar o campo abstrato dos eventos naturais, o espaço social é o campo abstrato humanamente constituído pelos eventos sociais e pode ser definido de vários modos. Um objeto ou uma relação pode ser bastante real, por exemplo a classe trabalhadora, ou a relação salário-trabalho, mas colocá-los como pontos no espaço social não implica absolutamente nada sobre a sua localização no espaço físico ou no espaço natural.”<sup>10</sup>.

Ele prossegue sua elaboração do conceito de espaço buscando a independência com relação a qualquer pressuposta separação entre espaço e sociedade, o que na melhor das hipóteses resultaria num esforço desmedido, *a posteriori*, para promover uma reunião das duas ordens de existência que, de fato, só se encontrariam então separadas em virtude de postulados analíticos que nunca são os únicos possíveis<sup>11</sup>. Smith conclui: “Por suas ações, a sociedade não mais aceita o espaço como um receptáculo, mas sim o produz; nós não vivemos, atuamos ou trabalhamos “no” espaço, mas sim produzimos o espaço vivendo, atuando e trabalhando.”<sup>12</sup>

Na perspectiva que procurei desenvolver até aqui o espaço é, portanto, considerado, em primeiro lugar, como constituído através das práticas simbolicamente organizadas de produção da própria existência humana, e em segundo lugar, como produto histórico de tais práticas, ou seja, não como uma invenção totalmente nova a cada momento, mas sim uma invenção que se realiza sempre a partir de um conjunto já existente de relações sociais espacializadas e de relações espaciais socializadas.

Essa noção de espaço implica na discussão do que possa vir a ser, então,

<sup>10</sup> Smith(1988) pg. 120. Esta discussão que aqui sintetizo é realizada ao longo de todo o capítulo 3 - “A Produção do Espaço”.

<sup>11</sup> Penso aqui na formulação de Bruno Latour (1994), a respeito da especificidade do pensamento e das práticas modernas, que “purificam” o entendimento para melhor “hibridizar” a experiência.

<sup>12</sup> Smith(1988), pg 132.

o "lugar". Segundo De Certeau o lugar é "...uma configuração instântanea de posições. Implica uma condição de estabilidade"<sup>13</sup>. O espaço, para este autor, seria então a colocação em movimento do lugar, uma vetorialização de um quadro estático. É neste contexto que ele exemplifica "Assim a rua geometricamente definida por um urbanismo é transformada em espaço pelos pedestres."<sup>14</sup>.

Mas dentre a bibliografia consultada diversos autores se referem a este par de termos de maneiras diferentes, nem sempre com a preocupação de elaborá-los sistematicamente.

Sharon Zukin, por exemplo, se refere ao lugar como "(...)as forças espaciais que as ancoram [as pessoas] ao mundo social, dando base para uma identidade estável." e o opõe ao mercado caracterizado como "(...)as forças econômicas que desvinculam as pessoas de instituições sociais estabelecidas."<sup>15</sup>. A mesma autora diz sobre o espaço: "O espaço passou a ser visto como um meio dinâmico que, ao mesmo tempo exerce uma influência sobre a história e é moldado pela ação humana. Do mesmo modo que a confluência da biografia individual e mudança estrutural, o espaço é potencialmente um agente que estrutura a sociedade". A idéia de espaço como elemento dinâmico está aqui presente como em De Certeau.

Mas ao definir tanto o mercado quanto o espaço em oposição ao lugar ela iguala espaço a mercado? E se assim o faz qual é o critério para esta aproximação? Seria o espaço então definido por incluir conjuntos extensos de objetos não conectados por relações de contiguidade física mas sim por relações puramente econômicas? E portanto seria o lugar algo referente a justamente à esta contiguidade no espaço físico ou natural?

Caso assim fosse a sua definição de lugar estaria próxima à acepção utilizada por Lash & Urry (1994) que se referem a lugar sempre que pretendem expressar uma zona delimitada de espaço físico na qual se podem ser observados determinados padrões de interação social face a face.

Mas não acredito ser esse o caso. É preciso que reconheçamos o fato de que os lugares também são socialmente produzidos, e que a sua estabilidade tem

---

<sup>13</sup> De Certeau (1994), pg.201.

<sup>14</sup> Idem, pg.202.

<sup>15</sup> Zukin (1996), pg. 206.

como condição necessária de realização a permanência das relações que a produzem. Quando De Certeau introduz a noção de “próprio” esta incompatibilidade entre uma suposta inércia do lugar e a absoluta vinculação do espaço ao tempo histórico e às forças de transformação, se torna um falso dilema.

Para ele o “próprio”, como atributo socialmente construído de cada lugar, é capaz de instituir a separação entre aquilo que lhe é interno, apropriado a determinado lugar, e todos os outros objetos e relações que passam a ser definidos como exterioridades em relação aos primeiros. O que define portanto o lugar é a sua vinculação às ações sociais contraditórias que, em certas vezes pretendem garantir a manutenção de seus limites e em outras visam justamente questionar e reordenar as fronteiras físicas e simbólicas que delimitam o lugar e suas exterioridades.

Nesse sentido ambos, o espaço e o lugar, são, em primeiro lugar, constituídos por dimensões físicas e simbólicas sem as quais não podem ser compreendidos, e, em segundo lugar, são produtos históricos de práticas sociais determinadas, e portanto estão sujeitos a constantes reelaborações.

Mas o que parece diferenciá-los são justamente as diferentes relações que estabelecem com o transcorrer do tempo histórico. Por um lado o espaço contém relações que, ao se alterarem ao longo do tempo, surtem o efeito de transformá-lo, sem que isso no entanto venha a questionar a sua própria existência. O lugar, por sua vez, é contido em relações. E a transformação destas colocam em risco as fronteiras entre o lugar e as suas exterioridades, que por sua vez se constituem como a própria razão de ser do lugar<sup>16</sup>.

Nesse sentido a Avenida Paulista é enfocada nesse trabalho tanto como espaço quanto como lugar: em determinadas situações a Paulista é tomada como espaço que contém práticas, representações e projetos díspares que são responsáveis pela criação da dinâmica de seu presente; Em outras - quando o objetivo é justamente chamar a atenção para as ações que pretendem instituir e reafirmar a distintividade da avenida em meio a espaços mais amplos e ao mesmo tempo restringir a determinados atores sociais o “direito à avenida” - procuro tratá-la como um contínuo processo de criação, manutenção e questionamento de um lugar e de seus “próprios”.

---

<sup>16</sup> Me parece ser esse o ponto de partida para a diferenciação que De Certeau faz entre estratégias e táticas, assunto este que introduzo em capítulos posteriores.

## II.2 Enquadramento

Esta noção é apresentada como forma de permitir mais adiante, nas partes II e III, a compreensão das assimetrias de poder inscritas nas paisagens urbanas e exercidas na produção dos seus significados sociais. O trabalho de Sharon Zukin (1996) é o ponto de partida. Relevante também é o balanço dos usos desta noção de enquadramento (*framing*) realizado por Entman (1993).

Os termos enquadramento, enquadrar, quadro e extra-quadro comumente utilizados no jargão da fotografia e do cinema, indicam uma atividade que num só golpe torna visível aquilo que foi escolhido pelo operador dos dispositivos como central e condena ao esquecimento a porção da realidade que foi deixada de fora.

Aquilo que não é enquadrado sofre um cessamento de sua existência. Os elementos incluídos no quadro, através destes atos que recortam intencionalmente a realidade, também são hierarquizados de forma relacional.

Conforme as suas posições relativas os diversos elementos “mudam de tamanho”. A decisão de produção de uma imagem com foco perfeito em toda sua profundidade de campo torna o resultado hiper-real, e insinua o poder do operador de produzir uma realidade aperfeiçoada. O ponto de vista escolhido pelo mesmo pode ressaltar aspectos positivos ou negativos deste ou daquele elemento. Em suma, diversos aspectos envolvidos na produção de um “quadro” apontam para as eleições e decisões tomadas pelo operador dos dispositivos.

Quer sejam tais dispositivos uma máquina fotográfica, uma declaração à imprensa, um conjunto de pinçéis, telas e tintas, um projeto arquitetônico, um comercial de televisão, um texto escrito, um corpo de leis, um sistema de iluminação, um contingente policial, ou o próprio corpo em movimento pela cidade, o que está em jogo é sempre a intencionalidade daqueles que manipulam, através de sistemas mais ou menos codificados, a natureza dos resultados esperados.

Dentro das ciências humanas pode ser traçado um passado, ainda que

relativamente fragmentado para este conceito de enquadramento. Numa tentativa de realizar um balanço sobre os diferentes desenvolvimentos do conceito de "framing" (que traduzi provisoriamente por enquadramento, ou ato de enquadrar), Robert Entman oferece a seguinte definição: "Enquadrar é selecionar alguns aspectos da realidade percebida e os tornar mais salientes dentro de algum tipo de comunicação, de forma a promover uma definição particular de um problema, uma interpretação causal, uma valoração moral e/ou uma recomendação de encaminhamento." e mais adiante " ... enquadramentos selecionam e chamam a atenção para aspectos particulares da realidade descrita, o que logicamente significa que eles simultaneamente dirigem a atenção para longe de alguns dos aspectos."<sup>17</sup>.

Se os atos comunicativos são movimentos que visam transformar as idéias de alguns na experiência de outros, ou de vários outros<sup>18</sup>, o enquadramento - tomado como a atividade de selecionar os conteúdos e determinar a forma dos atos comunicativos - realizados através da arquitetura, da publicidade, da imprensa, da conversação, da movimentação pelo espaço urbano, da redefinição das formas e usos desses últimos - permite detectar certas recorrências nos enunciados socialmente produzidos e amplificados sobre determinado lugar.

O poderes diferenciados de se "enquadrar a realidade"<sup>19</sup> fundam e reafirmam as assimetrias de poder político, econômico e cultural. O que parece ser de extrema relevância para os objetivos desse trabalho é essa relação entre poderes desiguais de se produzir enquadramentos e os poderes e direitos também desiguais de apropriação física e simbólica do espaço urbano.

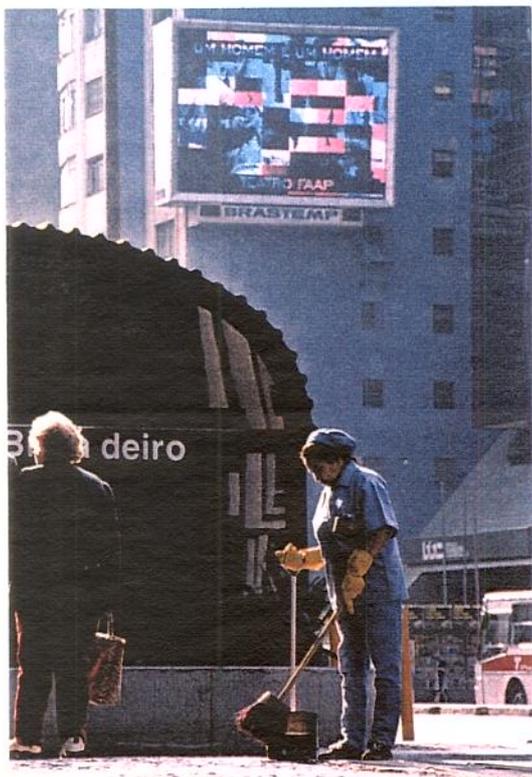
Na página seguinte, apenas como forma de tornar mais explícitas essas breves considerações, apresento uma sequência de três possíveis enquadramentos - no sentido mais estrito do termo - da mesma parcela do espaço da Avenida Paulista. Os critérios utilizados na produção de cada uma das imagens me parecem ser bastante claros. Mas as suas significações deverão se desenhar só a partir do momento em que se tornarem explícitas - com a análise mais cuidadosa da produção presente dos espaços e dos significados da avenida - as sucessivas filtragens das imagens e dos usos do espaço urbano que parecem hoje se ali desenrolar.

---

<sup>17</sup> Entman (1993), pgs. 52 e 53.

<sup>18</sup> Biocca (1993).

<sup>19</sup> Zukin(1996).



Em cima, foto realizada durante a pesquisa de campo. Ao centro, foto publicada na Revista Marketing Cultural, número 13, em reportagem sobre as atividades culturais na Paulista. Em baixo, foto realizada pelo autor após a comparação entre os enquadramentos expressos pelas duas primeiras.

## II.3 Escalas Espaciais da Vida Social e a Produção da Paisagem

Neil Smith<sup>20</sup> enfatiza a importância das escalas espaciais da vida social em dois sentidos principais. Em primeiro lugar certos processos constitutivos da globalização só podem ser compreendidos se levadas em conta as suas diferentes manifestações nas distintas escalas em que ocorrem, grosseiramente falando, as escalas locais, regionais, nacionais e globais.

Assim, por exemplo, se a expansão em escala planetária das atividades de produção capitalista intra-firmas e a fragmentação espacial dos diversos elos das cadeias de produção, podem ser lidas como uma tendência da globalização à descentralização dos estágios mais concretos das atividades produtivas, por outro lado, quando a escala de referência escolhida é outra, a possibilidade, e mesmo a necessidade da concentração espacial crescente dos poderes de decisão e das capacidades de comando e organização destas atividades em áreas específicas dentro das cidades globais, indica a tendência contrária e não paradoxal de um desenvolvimento da centralização do poder e da riqueza.

Em segundo lugar, as desigualdades - existentes entre os diversos atores sociais - em termos do seu acesso às diversas escalas espaciais de atuação muito dizem a respeito das assimetrias de poder que daí se originam e aí se reproduzem. Mais uma vez, é da conquista do espaço, e do poder de construção dos lugares, que aqui se trata. Neste ponto a noção de escalas espaciais da vida social se articula com os dois temas já abordados. Por um lado, a escala espacial de atuação social se configura como diretamente proporcional ao poder de enquadrar e de transformar idéias e representações particulares em experiências mais ou menos universais. Por outro lado a percepção das desigualdades no acesso às variadas escalas espaciais reforça a percepção da apropriação desigual dos eventuais benefícios obtidos com a crescente tendência à compressão do tempo e do espaço <sup>21</sup>.

A noção de escala espacial da vida social introduz portanto a idéia de que - ao contrário do senso comum que associa às diferentes escalas um simples *continuum* de variações de grandeza - a sua importância reside no fato de que às

<sup>20</sup> Smith (1988;1992;1996b).

<sup>21</sup> Esta idéia, de que a compressão do tempo e do espaço pode ter efeitos inversos para diferentes atores envolvidos em diferentes situações é desenvolvida, com grande clareza e pertinência por Massey(1991).

discontinuidades entre as diversas escalas de atuação dos atores sociais correspondem a diferenças qualitativas das experiências e dos poderes por elas promovidas.

É importante notar também, que o conceito de paisagem está estreitamente ligado tanto ao “poder de enquadrar” quanto às “escalas espaciais” da vida social. Por um lado a paisagem urbana, no sentido desenvolvido por Sharon Zukin<sup>22</sup>, é justamente a resultante da atuação dos poderes de enquadramento por sobre a materialidade da experiência humana na cidade. E de fato esta autora se dedica à discussão dos poderes de enquadrar exatamente com objetivo de explicitar a diferença profunda entre a noção de paisagem da qual se utiliza - “A paisagem é sempre socialmente construída: ela é construída ao redor de instituições sociais dominantes (a igreja, a fábrica, a corporação de franquias) e ordenada pelo poder.”<sup>23</sup> - e o sentido mais largo e corriqueiro do termo: “Espaço de terreno que se abrange num lance de vista.”<sup>24</sup>.

Por outro lado a discussão das escalas espaciais também está intimamente vinculada tanto à noção de paisagem quanto ao poder de enquadrar. A correlação histórica entre as escalas mais expandidas de deslocamento de diversos atores e os seus privilégios enquanto detentores do poder de enquadrar as realidades localizadas produzindo paisagens que se impõem ao “vernacular”<sup>25</sup> é sublinhada pela própria Zukin: “... o “fluxo de capitais” hoje vincula a mudança da paisagem material à capacidade de se impor perspectivas múltiplas, através das quais a paisagem pode ser vista. Enquanto o capital móvel pode sujeitar uma paisagem que, de outro modo, permaneceria estável, a uma disrupção pelas “forças do mercado”, as atividades diárias e os rituais sociais que constituem o vernacular estão inelutavelmente vinculadas ao “lugar”. Assim, os interesses capitalistas desempenham um papel essencial como agentes da dialética entre mercado e lugar. O que deduzimos então, é que a revisão da paisagem fomenta mudanças no vernacular.”<sup>26</sup>.

---

<sup>22</sup> Zukin (1991; 1996; 1996b).

<sup>23</sup> Zukin (1996), pg. 207.

<sup>24</sup> Buarque de Holanda, A. “Novo Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa”. 2ª ed. RJ. ed Nova Fronteira. 1986., pg 1274.

<sup>25</sup> A acepção conferida por Zukin à noção de vernacular difere das de outros autores que ela mesma analisa, mas de forma sintética pode-se afirmar que no seu trabalho o vernacular diz respeito à produção arquitetônica realizada por grupos menos poderosos, e a sua relação com a paisagem, a mesma produção realizada pelos poderes do mercado, é uma de “espelhamento adaptativo”.

<sup>26</sup> Zukin (1996), pg 207.

PARTE II

TEMPO

Nesta segunda parte, faço uma reconstituição da história da Avenida Paulista, desde a sua criação em 1891 até os dias atuais, com a preocupação de identificar e compreender um processo aparentemente contraditório: nas inúmeras ondas de investimentos e desinvestimentos econômicos e simbólicos de que foi objeto, ao mesmo tempo que a face visível da Avenida foi se transformando, reforçou-se progressivamente o seu caráter singular e distintivo.

De um modo geral, a bibliografia que utilizo neste estudo apresenta uma série de rupturas através das quais, em cada período, a Avenida Paulista apresenta-se como algo radicalmente diverso do que teria sido na fase anterior. Acredito que essas interpretações se devem a uma sobre-valorização das mudanças ocorridas a nível da aparência material da paisagem edificada, o que termina por simplificar o complexo processo de transformação material e simbólica que aí teve lugar. Ao comentar cada onda de demolições e construções, a bibliografia identifica dois quadros estáticos - um *antes* e um *depois* - que, ao serem sobrepostos e comparados, deixam espaço apenas para a percepção daquilo que teria se tornado explicitamente *outro*. Com isso, perde-se a possibilidade de compreender a coerência mais geral do processo que teria presidido essas ondas de re-inscrições renovadas de significados no espaço da Avenida, gerando sentidos relativamente estáveis.

Com o objetivo de compreender os motivos para tal conexão entre as mudanças e continuidades envolvidas na produção da Avenida em sua configuração atual, adianto algumas questões que se fazem relevantes à compreensão do sentido histórico dessa contínua (re)produção de sua singularidade:

- Quais são a natureza e intensidade das relações presentes entre, de um lado, os projetos privados de exploração da Avenida enquanto investimento imobiliário e signo de poder e, de outro, as decisões do poder público em relação às formas de uso e aos investimentos em infra-estrutura?

- Como se constituem historicamente os atributos simbólicos contraditórios de um espaço que ao mesmo tempo se apresenta como fixo e contínuo - de tal modo que significados e imagens estáveis de poder possam ser

socialmente apropriados - e, simultaneamente, como dinâmico e flexível - ao ser caracterizado como linha condutora de deslocamentos e fluxos de pessoas, de veículos, das suas auto-representações e das representações de um crescimento urbano baseado no princípio de “destruição criadora” da cidade?

- Qual a lógica envolvida na transformação de uma Avenida que é criada como sendo de uso e caráter residencial e que move-se na direção de abrigar prioritariamente comércio e serviços?

- E, finalmente, para se compreender as transformações da Avenida Paulista, qual a importância do fato deste espaço ter proporcionado, desde a sua criação, uma perspectiva privilegiada para o consumo visual da paisagem do desenvolvimento econômico de São Paulo e, ao mesmo tempo, ter se configurado, ele próprio, como suporte de imagens de riqueza e prosperidade, produzidas e apropriadas desigualmente?

## CAPÍTULO III

### A Formação da Avenida Paulista: Poderes Públicos e Interesses Privados

No ano de 1879 dois investidores de origem alemã - Glette e Nothman - adquirem a propriedade até então conhecida como Chácara do Capão Redondo. Após realizarem a implantação do arruamento loteiam-na - apurando com a venda dos terrenos uma soma equivalente a oito vezes o valor inicialmente investido. Assim, surge na cidade de São Paulo o inovador - para o lugar e para a época - bairro dos Campos Elíseos <sup>1</sup>.

É criado nos mesmos moldes, onze anos após este investimento pioneiro, o bairro que se tornaria o preferido pelas famílias mais tradicionais da elite Paulistana de fins do século XIX: o loteamento da Avenida Higienópolis, inicialmente denominada Boulevard Bouchard.

No ano seguinte, mais precisamente no dia 8 de dezembro de 1891, Joaquim Eugênio de Lima - célebre empresário de origem uruguaia do ramo dos negócios imobiliários e da imprensa - inaugura, com a realização de uma grande festa que contou com a presença de inúmeras autoridades locais, um outro imenso "*boulevard*", batizado de "Avenida Paulista em homenagem aos paulistas!"<sup>2</sup>.

---

<sup>1</sup> Rolnik(1997) pg 46.

<sup>2</sup> Tal frase é atribuída a Joaquim Eugênio de Lima por Azevedo Filho, R. "Um Pioneiro em São Paulo. Joaquim Eugênio de Lima: o urbanista, o jornalista, o filantropo." . SP. Revista dos Tribunais, 1941. pgs. 34-35. Citado em Bueno de Moraes (1995), pg.67.

Naquela ocasião, se organizava em torno desta via mais um loteamento cujo objetivo era servir, simultaneamente, à realização de lucros do capital imobiliário nascente e à criação de bairros residenciais para a elite paulistana da época. Tais bairros deveriam ser capazes de materializar e representar, inequivocamente, o *status* social e a riqueza de seus proprietários e de, simultaneamente, produzir uma paisagem de sonho: a cidade de São Paulo como uma cidade européia e o seu crescimento como o avanço das forças do progresso.

### III.1 Mudanças nas Formas de Produção Social do Espaço Urbano.

O surgimento destes três loteamentos, transformados posteriormente em bairros, se deu no contexto da crescente importância que os investimentos imobiliários passavam a ter na segunda metade do século XIX na cidade de São Paulo.

Rolnik (1997) indica várias razões pelas quais o investimento em terras urbanas se torna, a partir deste período, não só uma opção interessante para os capitais em busca de uma valorização segura mas também um dos principais, senão o principal, mecanismos de expansão urbana da capital do estado.

Em primeiro lugar, a autora aponta a promulgação da Lei de Terras de 1850, a partir da qual "...a única forma de posse legal da Terra passou a ser a compra devidamente registrada", como marco inicial de um novo período nas relações entre as diversas classes sociais e a terra no Brasil e, mais especificamente, na forma em que passam a se desenvolver os espaços urbanos em expansão.

A mercantilização da terra decorrente dessa medida se dá de forma simultânea às primeiras iniciativas do Estado no sentido de promover a vinda de colonos europeus a serem empregados como trabalhadores livres em terras brasileiras. É por sinal essa mesma lei nº 601 de 18 de setembro de 1850 que institui as duas formas de mercantilização: a mercantilização da terra, que passa a ser negociada prioritariamente em termos monetários e a mercantilização do tempo de trabalho do imigrante, que aos poucos vai substituindo a mão-de-obra escrava. A conexão entre tais transformações é explicitada pela autora que, se baseando em José de Souza Martins, sintetiza: "a terra no Brasil é livre quando o trabalho é escravo; no momento em que se implanta o trabalho livre, ela passa a ser cativa."<sup>3</sup>.

A partir deste substrato legal puderam se constituir novas relações econômicas e sociais ao mesmo tempo em que se aprofundavam tendências já

---

<sup>3</sup> Rolnik (1997) pg.23.

existentes desde o início do século passado. A combinação entre o excedente de riqueza, multiplicado pela economia cafeeira, e as novas possibilidades de investimento, abertas pela mercantilização da terra e pela implantação do trabalho livre, viriam criar as possibilidades de sucesso dos empreendimentos privados voltados ao desenvolvimento urbano da cidade de São Paulo.

A Lei de Terras é nesse sentido tanto o resultado quanto um poderoso fator incentivador da migração de parte da riqueza dos grandes proprietários rurais em direção à propriedade imobiliária<sup>4</sup>. Se a grande reserva de capital de tais atores tinha sido até meados do século XIX a posse de escravos, a partir do momento em que o valor investido na terra passa a receber a garantia de estabilidade proporcionada pela legislação nascente verifica-se uma significativa aceleração do ritmo de crescimento da parcela do capital agrário investido no mercado imobiliário e a conseqüente valorização dos imóveis na cidade.

Tal processo é acentuado pelo fato de que as instituições financeiras, agora podendo contar com as garantias oferecidas pela lei à propriedade privada dos bens imóveis, passam a aceitar a hipoteca destes, incluindo-se aqui os imóveis urbanos, como garantia para a concessão de empréstimos que visavam, via-de-regra, financiar a expansão da produção cafeeira e industrial no estado de São Paulo.

O deslocamento do foco de concentração da riqueza teve efeitos significativos sobre a forma que a cidade passaria a assumir a partir das últimas décadas do século XIX . Se o investimento imobiliário se tornou gradativamente mais interessante, seguro e usual, tal fato se deu, conforme já se argumentou, a partir da possibilidade de se desvincular completamente a ocupação da terra de sua propriedade. Este é também o marco do surgimento de uma nova forma de produção do espaço urbano: "A separação entre a propriedade e a efetiva ocupação ocasionou uma transformação radical na forma da cidade, na medida em que aparecem a figura do loteamento ou arruamento, o desenho das ruas e lotes prévios ao próprio ato de construir"<sup>5</sup>.

Essa transmutação das formas da riqueza não se deveu exclusivamente, é claro, a esse novo arcabouço legal proporcionado pela Lei de Terras. Um segundo

---

<sup>4</sup> Rolnik (1997) pg.24.

<sup>5</sup> Rolnik (1997) pg.25.

fator que contribuiu para o desenvolvimento do mercado imobiliário na cidade foi a quebra do Banco Mauá. Instituição financeira tradicional, depositária da confiança e das fortunas dos grandes produtores de café na época do império, o Banco Mauá, através de sua derrocada, teria contribuído para criar um fluxo significativo de capital em direção aos investimentos imobiliários.

Em terceiro lugar, a conclusão do ciclo de implantação das ferrovias no estado de São Paulo também promoveu a ascensão do mercado de terras urbanas. Os excedentes acumulados com a cafeicultura vinham sendo, durante os primeiros três quartéis do século XIX, investidos na implantação e expansão da malha ferroviária paulista. Com o arrefecimento desta atividade, criou-se uma considerável massa de capitais em busca de novas possibilidades de realização de lucros.

As garantias de estabilidade dos investimentos imobiliários se tornavam também especialmente interessantes em função do temor dos fazendeiros com relação a uma possível “depreciação de suas propriedades agrícolas, ou quaisquer outros títulos, em consequência da abolição da escravatura e da proclamação da república.”<sup>6</sup>.

Um último fator que concorre para o desenvolvimento do mercado de terras urbanas na cidade de São Paulo se refere à congruência de interesses entre os grandes investidores e os poderes públicos municipais que se constituíam. A interpenetração, e mesmo a sobreposição, entre essas duas esferas - propiciada entre outros motivos pela pouca extensividade dos direitos políticos da época - fazia com que fosse comum a atuação de determinados personagens simultaneamente como investidores imobiliários e como concentradores do poder de decisão sobre os investimentos públicos<sup>7</sup>

As três últimas décadas do século XIX foram pródigas em transformações profundas da paisagem social da cidade de São Paulo. O fluxo intenso de imigrantes de diversas nacionalidades longe de se restringir a fornecer braços para o trabalho nas lavouras do interior do Estado teve o efeito de

---

<sup>6</sup> Rolnik (1997) pg. 103.

<sup>7</sup> Tais conexões são bastante desenvolvidas em Rolnik (1997). Cabe notar aqui que apresentarei mais adiante especificamente as informações obtidas sobre a construção da Avenida Paulista.

multiplicar e diversificar a população da cidade.

O surgimento de novos bairros populares, nas áreas mais baixas da cidade, se realiza em relativa consonância ao incremento populacional. Dos “pouco mais de 30 mil habitantes em 1873” a população da cidade salta para mais ou menos 120 mil em 1893<sup>8</sup>, 239 mil por volta de 1900 e 600 mil habitantes ao entrar nos anos vinte deste século<sup>9</sup>. A cidade se transforma de um simples entreposto comercial da produção cafeeira em um centro importante de decisões políticas, econômicas e de atividades “culturais”.

Menos comentado do que o crescimento quantitativo da população e da área ocupada pela cidade neste período é o profundo processo de reestruturação das formas de espacialização das relações sociais produzidas na metrópole nascente. Segundo Rolnik, neste período “(...) São Paulo se redefiniu territorialmente. A emergência da segregação como elemento estruturador da cidade foi uma das principais mudanças que ocorreram no período. A partir daí, a segregação urbana seria determinante para a fixação de valores no mercado imobiliário e para a expressão política da disputa do espaço pelos grupos sociais.”<sup>10</sup>

Os novos bairros residenciais da elite paulistana, criados a partir da iniciativa de investidores privados, surgem como uma das formas assumidas pelo espaço urbano em meio a este processo de segregação. Concomitantemente, criam-se novos bairros destinados à população de baixa renda e efetua-se a “limpeza” do centro da cidade.

Em simultaneidade com a redefinição das relações entre os espaços domésticos e os espaços públicos - tema ao qual retornarei posteriormente - surge toda uma série de concepções higienizadoras a respeito da cidade, concepções estas que, de fato, dominavam todo o debate do urbanismo internacional na passagem para o século XX.

Atividades consideradas menos nobres - como pequenas fábricas e oficinas - são deslocadas do coração da cidade. Novos bairros - como o Brás, Bom Retiro, Mooca, Água Branca, Lapa, Ipiranga - passam a concentrar não só os casebres do proletariado e do sub-proletariado em expansão mas também as

---

<sup>8</sup> Rolnik (1997) pg.28.

<sup>9</sup> Limena (1996) pg.46.

<sup>10</sup> Rolnik (1997) pg.28.

instalações que haviam se tornado indesejáveis na vitrine dos tipos urbanos em que se transformava o centro da cidade.

Os cortiços localizados nas áreas centrais são classificados como verdadeiros focos de doenças, maus hábitos e criminalidade. A produção da saúde física e moral das classes mais baixas passava pela descaracterização e remoção dessa forma de habitação coletiva. No ano 1886 era essa a preocupação central da legislação municipal, que passou a proibir a instalação de casas de operários, cortiços e cubículos no centro da cidade: "(...) proibiu-se genericamente a presença de pobres no centro da cidade (...). Este tipo de intervenção no território "popular" complementava o projeto urbanístico municipal de construção de uma nova imagem para a cidade, aquela de um cenário limpo e ordenado que correspondia à respeitabilidade burguesa com a qual a elite do café se identificava."<sup>11</sup>.

A construção dessa imagem, desse novo cenário da metrópole, foi empreendida também através de novas concepções a respeito da forma e das funções do espaço das ruas e da sua relação com as edificações.

O ideário higienizador associava a poluição, a doença e o perigo à idéia de acúmulo, de imobilidade capaz de depositar as impurezas em determinado local. As ruas passam a ser cada vez mais definidas como espaço de circulação, e não de agrupamento. As suas funções passam a ser de escoamento e dissipação. Criam-se leis referentes às dimensões mínimas aceitáveis para a largura das ruas e avenidas e disposições sobre os recuos em relação aos limites dos terrenos a serem respeitados pelas novas edificações.

Determinadas formas de uso do espaço público passam a ser coibidas. Por determinação da Câmara dos Vereadores as quitandeiras são retiradas das ruas do centro e colocadas na Praça do Mercado. Segundo Rolnik "(...) iniciou-se (...) também neste momento um conflito histórico - jamais resolvido - entre a apropriação da rua como espaço de circulação e todos os demais usos, automaticamente excluídos. (...) Retirar quem atrapalhava o trânsito para finalmente regularizar o tráfego, por meio das reformas e alargamentos iniciados na virada do século, foi uma das estratégias adotadas para a captura do espaço da rua - antes destinado a uma multiplicidade de usos - ao uso exclusivo dos meios de

---

<sup>11</sup> Rolnik (1997) pg.37.

circulação.”<sup>12</sup>

A importância e violência destas transformações não podem ser subestimadas. “Analisando a estrutura do mercado de trabalho da metrópole paulistana nos fins do século XIX e primeiras décadas do século XX, observa-se a predominância acentuada das pequenas ocupações autônomas e do trabalho informal (...) Calcula-se que a maioria expressiva da população pobre era composta por trabalhadores que viviam na base das pequenas ocupações independentes, do trabalho temporário de baixa remuneração, como também de funções marginais e dos ganhos ilícitos.”<sup>13</sup>

Paralelamente às intensas atividades de remodelamento dos usos e formas de ocupação e do redirecionamento das novas construções nas regiões mais antigas do centro, surgiam novas frentes de expansão da cidade, muitas vezes em regiões consideradas até então como não pertencentes ao próprio tecido urbano.

Ao mesmo tempo em que o mercado imobiliário produzia lucrativamente nas baixadas alagadas novos loteamentos que se transformavam em bairros para a população de baixa renda, as diversas formas de associação entre os empreendedores privados e os poderes públicos - em expansão no período - viabilizaram também a implantação de espaços de exclusividade para a burguesia nascente nas regiões mais altas do relevo de São Paulo.

É neste contexto de profundas transformações na vida da cidade que Joaquim Eugênio de Lima entraria para a história de São Paulo como o criador da Avenida Paulista.

---

<sup>12</sup> Rolnik (1997); pgs. 31 e 32.

<sup>13</sup> Maria Inez Borges Pinto citada em Rolnik (1997), pg 79.

### III.2 Considerações Preliminares Sobre Fontes e Enfoque.

Analisarei na próxima seção - e nos capítulos seguintes - os fatos envolvidos na implantação e desenvolvimento da Avenida Paulista, mas antes me parecem necessárias certas considerações sobre as fontes consultadas e a utilização que delas aqui faço.

Durante a pesquisa que realizei em busca de referências bibliográficas que dessem conta *das histórias* da Avenida Paulista, me deparei, inicialmente, com dois trabalhos bastante recentes que cobrem todo o período de existência da Avenida, desde 1891 o de Bueno de Moraes (1995) e o de Limena (1996). Após a sua leitura pude perceber que as fontes, por eles utilizadas, relativas a essa história, eram em sua grande maioria as mesmas. E este fato me pareceu, inicialmente, o principal responsável pela semelhança existente no enfoque dado por ambos à lógica que teria presidido a construção da Avenida e o desenrolar de diversos acontecimentos da sua história. Procurando aprofundar a pesquisa, e checar os motivos desta coincidência de referências bibliográficas, realizei o levantamento das obras constantes dos catálogos da Universidade Estadual de Campinas, da Universidade de São Paulo, do Instituto Cultural Itaú e da Biblioteca da Fiesp. Verifiquei então que os dois trabalhos acima citados contemplaram grande parte das referências disponíveis. Uma vez que minha pesquisa não se constituía como uma investigação especificamente sobre a história da Avenida e nem a respeito da historiografia sobre o tema, resolvi assumir a descrição de certos fatos por aqueles autores narrados como referências confiáveis.

Esta decisão, de qualquer forma, não impediu que surgisse um certo incômodo com relação a dois aspectos presentes em maior ou menor medida em ambos os trabalhos: a ênfase que colocam, em primeiro lugar, sobre o engrandecimento que as iniciativas de “particulares” representavam para a cidade e, em segundo lugar, sobre a independência e autonomia dos empreendimentos capitalistas em relação aos poderes públicos no processo de construção da Avenida. Ou seja, tanto para Limena (1996) quanto principalmente para

Bueno(1995), a narração da história da Avenida Paulista tem como pressuposto central, não questionado, a idéia de que **apesar** da busca constante pela lucratividade dos capitais imobilizados na paisagem urbana se constituir a motivação primeira para os projetos imobiliários levados a cabo, a implantação e as transformações da Avenida Paulista - considerada enquanto espaço edificado puramente físico - sempre se deram no sentido de aperfeiçoar e fazer evoluir a cidade de São Paulo - tomada como simples unidade política abstrata, homogeneamente composta por cidadãos com direitos e deveres iguais. São elipsadas, portanto, tanto as relações entre tais motivações e os resultados por elas trazidos à constituição de novas paisagens sociais para a cidade, quanto quaisquer nexos entre os espaços físicos produzidos e a reprodução de práticas de segregação social e espacial através deles reinstituídas.

Nesta perspectiva, qualquer tentativa de questionamento em relação à história das apropriações - físicas e indissociavelmente simbólicas - do espaço da Avenida teria necessariamente que se limitar, como ocorre principalmente em Bueno (1995), à crítica pontual das questões éticas e morais relacionadas ao lucro capitalista obtido através da especulação imobiliária.

A Avenida Paulista é assim apresentada - apesar da riqueza de detalhes das descrições - como uma "paisagem vazia": como um espaço físico em si mesmo digno de apreciação estética, independentemente das práticas sociais que enseja e estrutura. A "cidade", espaço que abriga os iguais, é na melhor das hipóteses o palco da diversidade dos tipos urbanos, e nunca o resultado de conflitos entre atores diferentes em situação de desigualdade.

Tomando o espaço urbano - tanto a Avenida quanto a cidade - apenas como a materialização posterior de relações sociais previamente determinadas, ambos os autores perdem de vista a possibilidade de problematização destes mesmos espaços. Sem o reconhecimento do caráter ativo da estruturação social que se realiza com as lutas pela determinação dos usos e representações possíveis dos espaços da cidade, toda a conflituosidade destes é instantaneamente dissolvida.

Acredito que tais semelhanças entre os dois trabalhos não se deva exclusivamente, como já mencionei, à utilização das mesmas narrativas como fonte de informações e dados. Parece-me também que ambos são prejudicados pela ausência da capacidade de estranhamento de nosso próprio tempo, sendo assim

levados a compartilhar plenamente um “espírito de época” que tão bem continua a associar desenvolvimento social ao crescimento urbano; e não menos facilmente, mantém e reforça o pressuposto de uma oposição total entre a iniciativa privada e os poderes públicos, gerando a partir daí toda uma série de dualidades valorativas - eficiência, produtividade, atualidade e dinamismo privados em contraposição à ineficiência, os baixos rendimentos, o arcaísmo e a estagnação públicos.

De qualquer forma, e independentemente de quais sejam os motivos, o resultado é que as duas narrativas terminam por reforçar aquilo que considero o mais profundo e bem sucedido esforço de *enquadramento* da Avenida Paulista. Uma Avenida sempre adiante de seu tempo, bela e delicada, e portanto digna dos mais intensos cuidados para a preservação de sua exclusividade e distinção, através do monitoramento constante dos seus usos e das suas imagens.

Os significados culturais particulares aí contidos, e impressos à materialidade da Avenida - e à sociedade paulistana como um todo através da edificação dessa materialidade - se tornam a chave para a compreensão da questão que considero relevante: quais são os valores socialmente compartilhados, e sempre sujeitos a reelaborações, que recriam constantemente este espaço urbano como um lugar valorizado e valorizável?

Procurando compreender melhor de que forma a criação da Avenida se relacionava com os processos históricos mais amplos em curso na cidade de São Paulo recorri a duas outras obras - Rolnik (1997) e Somekh (1997), já amplamente citadas ao longo deste texto - e que de fato se provaram essenciais não só para a compreensão do “ato fundador” da Paulista mas também do sentido mais geral que assumiriam as representações e as práticas de uso do espaço da Avenida ao longo de sua história .

Segundo Bueno (1995), “em face da impossibilidade do Poder Público Municipal gerir satisfatoriamente o crescimento da cidade, muitas das obras **necessárias** se efetivaram por conta de particulares (...). Coube-lhes a tarefa de (...) construção de viadutos, parques públicos, bairros inteiros como o Campos Elíseos, por exemplo e, para nosso interesse, a própria Avenida Paulista, construída graças à iniciativa privada, depois encampada pela municipalidade. (...) O **espaço deixado** pela ausência da administração municipal foi sendo ocupado pela iniciativa privada, que tratou de prover a cidade com vários melhoramentos e um

razoável número de novos equipamentos urbanos(...)" e mais adiante: "podemos concluir [*em face desse quadro*] que se o objetivo maior não foi alcançado, o de dotar a cidade de uma quantidade de melhoramentos e infra-estrutura de acordo com o ritmo do seu crescimento, nas diversas funções que se multiplicavam e se instalavam em seu território, isto se deveu sobretudo, à **ausência de uma política específica que orientasse todo esse crescimento.**"<sup>14</sup>.

Tais considerações vão no sentido contrário à principal argumentação de Rolnik (1997). Para ela, a ineficácia da legislação urbanística paulistana em regular a produção da cidade como um todo "(...) é a verdadeira fonte de seu sucesso político, financeiro e cultural, em uma cidade em que riqueza e poder estiveram historicamente bastante concentrados."<sup>15</sup>.

A formulação da legislação urbanística e a aplicação dos recursos públicos se deram, intencionalmente, sempre de maneira altamente seletiva em relação às diversas regiões da cidade. O objetivo de se produzir a totalidade de uma cidade segregada foi alcançado justamente através da pontualidade das diversas iniciativas dos poderes públicos.

Na história da cidade de São Paulo é essa capacidade de selecionar e distinguir entre, por um lado, as áreas merecedoras de legislações específicas, objetos de maiores investimentos públicos e privados, e por outro, as demais regiões - não regulamentadas e carentes em termos de infra-estrutura e de serviços públicos - que tem sido o melhor instrumento para produção de uma cidade estruturada com base na segregação espacial das diversas classes sociais e etnias.

Essa suposta "ausência de uma política específica que controlasse todo esse crescimento" é, na realidade, apenas a aparência mais superficial da presença altamente seletiva das políticas públicas de produção do espaço urbano, cuja eficácia é de extrema importância para a definição do desenho que a cidade viria a assumir partir de 1890.

As discussões sobre o urbanismo e a preocupação com as transformações da cidade marcaram a passagem do século. Mas muito embora as referências às cidades européias e norte-americanas tenham dado a tônica das discussões, e as referências ao modernismo e à modernidade tenham - à medida

<sup>14</sup> Bueno de Moraes (1995) pgs. 20 e 22. Grifos meus.

<sup>15</sup> Rolnik (1997) pg. 14.

em que avançava o século XX - se tornado cada vez mais presentes, o urbanismo paulistano se restringiu à adoção de medidas modernizadoras, por oposição ao conjunto de idéias do urbanismo modernista<sup>16</sup>.

Este fato não impediu que fosse produzido um padrão bastante específico de crescimento urbano; pelo contrário! É justamente com o desenvolvimento, a partir das últimas décadas do século XIX, dos bairros de elite na região sudoeste da cidade, que se inicia o processo de constituição do vetor sobre o qual se dariam os grandes investimentos públicos e privados ao longo deste período que nos separa do início da construção da Avenida Paulista. O assim denominado vetor sudoeste de expansão urbana - desenhado a partir do percurso Centro-Campos Elíseos-Higienópolis-Avenida Paulista - concentra até hoje parte importante da riqueza, da infra-estrutura urbana e do poder na cidade de São Paulo<sup>17</sup>.

Tais idéias permeiam todo o restante deste trabalho. Por enquanto, desejo apenas reafirmar que, se nas seções seguintes farei uso de diversos dados e descrições presentes em Bueno (1995) e em Limena (1996), o sentido geral da argumentação se baseia na compreensão proporcionada por Rolnik (1997) e Somekh (1997) a respeito do sentido que os empreendimentos relacionados à construção e consagração da Avenida Paulista adquiriram em meio às redefinições do espaço urbano de São Paulo em fins do século XIX e ao longo de todo o século XX.

---

<sup>16</sup> Esta argumentação é desenvolvida no cap. 2 e na conclusão de Somekh, N. "A Cidade Vertical e o Urbanismo Modernizador.". SP. Studio Nobel. 1997.

<sup>17</sup> O vetor sudoeste de expansão urbana é uma das características marcantes do urbanismo paulistano até os dias de hoje e, conforme pude verificar durante a pesquisa de campo, parece já incorporado amplamente às percepções que os próprios moradores possuem da estruturação da cidade. Voltarei a tais observações no próximo capítulo, por ora basta indicar que a configuração de tal vetor se deu no mesmo momento em que outras importantes características da cidade se delineavam. Entre 1886 e 1936 foram definidos os princípios urbanísticos responsáveis pela perenização da "(...) muralha protetora em torno dos bairros residenciais da elite, a posição eternamente periférica dos bairros populares, a concentração dos investimentos e a super-regulação do centro-sudoeste da cidade, a expansão horizontal de baixa densidade." (Rolnik, 1997, pg. 14, ver também pgs. 186 a 189).

### III.3 A Implantação de um Grande Negócio Imobiliário.

Anteriormente me referi ao loteamento colocado à venda no ano de 1891 por Joaquim Eugênio de Lima e seus dois sócios<sup>18</sup> como um empreendimento imobiliário que se organizava ao redor da recém construída Avenida Paulista. De fato, a Avenida foi projetada e construída antes da efetiva ocupação de qualquer um dos terrenos colocados à venda, ou seja, cronologicamente a sua construção e inauguração precederam qualquer outra edificação. E é verdade também que o seu traçado em linha reta foi implantado no cume do espigão central - acidente geográfico que separa os vales do Rio Pinheiros e Tamanduateí e se constitui como a espinha dorsal da cidade de São Paulo<sup>19</sup>. A Avenida era inequivocamente o centro geográfico do empreendimento que se inaugurava. Em suma, os lotes colocados a venda e as alamedas que os circunscreviam se organizavam, espacialmente, em torno da Avenida cuja construção e utilização também precederam no tempo a ocupação destes terrenos que a cercavam.

Embora a ordem de precêdência cronológica e a forma de organização espacial daquele novo empreendimento imobiliário não estejam sendo feridas com este modo de apresentar a situação, tal enquadramento pouco diz sobre a lógica que presidiu o loteamento da região do alto do espigão central - entre o Largo do Paraíso e o Caminho dos Pinheiros - e a construção da Avenida que viria posteriormente a ser "eleita" o símbolo da cidade. A pergunta que aqui se coloca é: Qual era a lógica envolvida na implantação de uma Avenida de dois mil e oitocentos metros de extensão e trinta metros de largura, no ponto mais alto da cidade, num momento em que não havia qualquer outro traço de urbanidade na região?

Todo o projeto deste empreendimento foi concebido com o intuito de atrair um seletivo grupo de compradores para os terrenos recém demarcados na região até então conhecida como o Alto do Caagaçu. Os três sócios no negócio começaram em 1890, quase dois anos antes da inauguração da Avenida, a adquirir

<sup>18</sup> José Borges de Figueiredo e João Augusto Garcia. Fonte: Bueno de Moraes (1995) pg. 59.

<sup>19</sup> Bueno de Moraes (1995) pg. 57.

uma série de terrenos naquela região. Bueno de Moraes (1995) realizou o levantamento dessas transações e menciona que um dos antigos proprietários já denotava interesse em abrir na região uma avenida<sup>20</sup>.

Joaquim Eugênio de Lima, homem bem informado e de bons relacionamentos, já a algum tempo participava ativamente dos negócios relacionados à expansão urbana de São Paulo, tanto nos seus aspectos mais práticos - de viabilização e execução de projetos específicos - quanto em termos de participação ativa nos debates sobre os rumos esperados para a cidade.

Uruguaio de nascimento, formado em agronomia na Alemanha, viajou por vários países europeus e por diversos estados brasileiros antes de se fixar na capital paulista. Casado com Maria Polônia Moreyra Rios, de tradicional família paulista, Joaquim Eugênio de Lima acumulou relativa fortuna, já antes de seu envolvimento no projeto do loteamento da Avenida Paulista, com a compra e venda de terrenos em diversas regiões de São Paulo .

Longe de se restringir a tal atividade foi também atuante como filantropo, e como proprietário de dois jornais, o Omnibus - a partir de 1872 - e o Cidade de São Paulo - a partir de janeiro de 1891 - para os quais regularmente colaborava como articulista <sup>21</sup>.

A sua proeminência na sociedade paulistana da época, condição esta que só viria a se reforçar com a inauguração e o sucesso da Avenida Paulista, tende a criar um bloco coeso de defensores de suas idéias e iniciativas. São diversos os artigos na mídia impressa do período elogiando sua visão de futuro e sua sintonia com a modernidade européia do período<sup>22</sup>.

E de fato, a escolha do local a ser instalada a nova Avenida - o seu mais ousado projeto no ramo dos negócios imobiliários - denotava uma profunda capacidade de perceber e influenciar as tendências e os rumos que tomavam a produção do espaço da cidade de São Paulo.

---

<sup>20</sup> Bueno de Moraes (1995) pg. 60.

<sup>21</sup> As fontes que aqui utilizo para a exposição dos fatos mais relevantes envolvidos na construção e abertura da Avenida Paulista são Limena (1996), Rolnik (1997) e principalmente Bueno de Moraes (1995). No caso específico da história de Joaquim Eugênio de Lima a fonte principal é Bueno de Moraes, salvo quando houver outra indicação.

<sup>22</sup> Bueno de Moraes (1995) transcreve inúmeros trechos de artigos com tal conteúdo.

Segundo Limena, “a situação do terreno era privilegiada, marcada por sua localização, que se destacava do conjunto da cidade pelo fato de estar situada no alto do espigão. Era avistada de vários pontos da cidade e dela se avistavam as chaminés das primeiras indústrias, os bairros populares (...), a fumaça e a fuligem que se constituíam no melhor indicador da prosperidade e do desenvolvimento acelerado de São Paulo (que poderia ser observado pelos futuros moradores e visitantes da Avenida de longe, sem que as condições locais de salubridade fossem comprometidas).”<sup>23</sup>

A escolha do local reafirmava uma nova tendência surgida já com a criação do bairro de Higienópolis. Em consonância com o ideário higienista que ganhava força naquela época, as terras mais altas se revestem de novas significações. A capacidade de usufruir do isolamento físico em relação às baixadas alagadas e insalubres, que aos poucos iam sendo ocupadas pelas classes mais populares, se torna um dos traços marcantes das residências da elite paulistana. Essa é a principal diferença entre o pioneiro bairro de Campos Elíseos e as suas versões mais “aperfeiçoadas”: Higienópolis e a Avenida Paulista.

Mas, particularmente no caso da Avenida Paulista, ao mesmo tempo em que a possibilidade de se evitar o contato físico direto com a crescente insalubridade atribuída ao restante da cidade adquire uma importância sem precedentes, o contato visual a partir de um ponto de vista privilegiado - de longe e de cima - com a diversidade criada pela intensa urbanização, passa a se tornar também um traço distintivo altamente valorizado e desejado.

A implantação da Avenida se deu de forma a capitalizar a situação geográfica privilegiada daquela região. O extenso platô num dos pontos mais altos do sítio da cidade de São Paulo foi remodelado pela intervenção dos homens de negócio de forma a se tornar um lugar único: um camarote de onde se via bem a cidade e de onde era bom ser por ela visto.

As notícias da época não se cansavam de louvar a belíssima paisagem produzida pela conjunção das belezas naturais pré-existentes com a ação ordenadora do empreedimentismo imobiliário. Elogios ao clima agradabilíssimo, e à beleza do projeto paisagístico implantado narravam - já antes do uso efetivo do espaço da Avenida pela população - o valor desse local para a difusão de um novo

---

<sup>23</sup>Limena (1996), pg.54.

tipo de imagem da cidade.

Como homem de sua época e de sua classe social, Joaquim Eugênio de Lima soube identificar e intensificar tais demandas das elites paulistanas por lugares que simbolizassem satisfatoriamente a estratificação social que se cristalizava naquele período. Mas também parece certo que, como experiente negociante do ramo imobiliário, ele soube mais do que ninguém tirar proveito das peculiares relações estabelecidas em fins do século XIX entre a administração municipal em fase de implantação, o ideário do urbanismo modernizador e o crescente mercado das transações imobiliárias na cidade de São Paulo.

Até 1891, ano da inauguração da Avenida Paulista, as Câmaras Municipais, muito embora tivessem sob sua alçada as tarefas relativas ao governo municipal das cidades e vilas, não possuíam de fato autonomia em suas resoluções - sempre subordinadas ao crivo das assembleias provinciais - e muito menos fontes próprias de financiamento. É somente com a aprovação neste ano da Lei Orgânica dos Municípios por parte da Assembleia Legislativa de São Paulo que as cidades passam a possuir o direito de coletar impostos territoriais e portanto de possuir uma receita própria. Esta inovação, embora fosse suficiente para gerar o interesse das administrações municipais na expansão dos negócios imobiliários nas cidades - o que ampliaria sua base de arrecadação ou promoveria ganhos de capital privado - não era capaz de garantir a autonomia financeira dos municípios. Os impostos sobre construções, por exemplo continuavam sob a alçada dos governos estaduais. De fato, até a constituição de 1932, quando o Imposto Predial e Territorial Urbano foi cedido às municipalidades, foi impossível que a cidade de São Paulo se tornasse auto-suficiente em termos financeiros, dado o desequilíbrio entre as suas fontes de receitas e o escopo de suas obrigações<sup>24</sup>.

Além disso, os interesses privados dos homens públicos concorriam para a diminuição da arrecadação municipal. Muitas vezes eles próprios como investidores imobiliários aprovavam isenções de impostos para os terrenos de determinadas regiões. Foi assim que durante a gestão do conselheiro Antonio Prado, por exemplo, foram isentas de tributação por um período de cinco ou seis

---

<sup>24</sup> Até 1930 as municipalidades são responsáveis pela "(...) manutenção e limpeza dos espaços públicos; pela construção e inspeção da infra-estrutura (água, esgoto e iluminação); pela regulamentação do uso e ocupação da terra e pelo trânsito(...); e pela inspeção da atividade econômica." Rolnik (1997), pg. 18.

anos a baronesa de Limeira, que loteara sua Chácara do Riachuelo em 1899, dona Angélica e dona Veridiana Prado ao realizarem o arruamento da Chácara das Palmeiras e da Consolação em 1901<sup>25</sup>.

Neste contexto, a destinação dos gastos da prefeitura é muito ilustrativa sobre a ordem de prioridades estabelecidas pelos poderes públicos. Segundo Rolnik “a política municipal de investimentos urbanos beneficiava claramente os novos arruamentos no vetor oeste/espigão. A infra-estrutura produzida sob a administração direta do município consistia basicamente em passeios, obras de drenagem e pontes, calçamento e arborização. Águas e esgotos desde que a Companhia Cantareira fora encampada pelo governo estadual em 1892, ficara sob sua égide.”<sup>26</sup>.

Entre os anos de 1900 e 1902 metade dos investimentos públicos se concentraram nos bairros de Campos Elíseos, Consolação e na área central da cidade. Entre 1904 e 1905 o recalçamento da Avenida Paulista, os melhoramentos na Vila Buarque e em Higienópolis e as benfeitorias em Campos Elíseos representaram o dobro da soma do que foi investido em todas as regiões populares da cidade<sup>27</sup>. Acrescente-se a isso o fato de que este elevadíssimo grau de concentração espacial dos investimentos públicos se fez às expensas de todas as outras regiões da cidade não apenas por que poucos recursos a elas eram destinados mas também porque tais gastos só puderam ser realizados através de um brutal endividamento da municipalidade. Entre 1893 e 1904, enquanto a arrecadação do município de São Paulo apenas dobrou, “(...) o montante gasto somente em obras públicas aumentou quase sete vezes.”<sup>28</sup>

Além dos interesses comuns que aproximavam os grandes empresários do setor imobiliário da administração municipal - os primeiros garantindo a expansão da base de arrecadação destes últimos, e estes efetuando melhorias que sobrevalorizavam as propriedades daqueles - uma outra forma de associação também surgia. A associação entre o capital imobiliário e diversas das empresas concessionárias de serviços públicos.

Já em 1880 Joaquim Eugênio de Lima era um dos principais acionistas

---

<sup>25</sup> Rolnik (1997), pg. 109.

<sup>26</sup> Rolnik (1997), pg. 112

<sup>27</sup> Rolnik (1997), pg. 113

<sup>28</sup> Bueno de Moraes (1995), pg. 19.

da recém criada Cia do Viaduto do Chá, juntamente com Pedro Vicente de Azevedo, “que foi vereador por duas legislaturas e presidente da província de São Paulo.”<sup>29</sup>. Em 1887 a companhia se torna, por decisão da Câmara Municipal, a concessionária responsável pela construção do viaduto que - superando o obstáculo natural representado pelo Vale do Anhangabaú - viria tornar possíveis e viáveis “os mais importantes empreendimentos imobiliários do final do século XIX: Higienópolis e Paulista.”<sup>30</sup>.

Assim, após a aquisição das terras necessárias e da realização dos serviços de agrimensura, têm início ainda em 1890 as obras de construção da Avenida Paulista. Inicialmente aterrou-se o vale por onde hoje passa a Avenida 9 de julho e foram realizados os trabalhos de terraplenagem necessários à delimitação e calçamento do leito da Avenida. Todos os terrenos com faces voltadas para a Avenida foram cercados, e as alamedas transversais foram abertas, muito embora não tenham recebido calçamento algum<sup>31</sup>. O leito da Avenida foi macadamizado com pedregulhos brancos e dividido em três faixas: uma para carruagens e cavalos; uma segunda para pedestres; e a terceira para os bondes de tração animal. O ajardinamento e a arborização da Avenida, além da construção de um restaurante no Parque da Avenida<sup>32</sup> foram realizados por Paul Villon, Francês trazido do Rio de Janeiro por iniciativa de Joaquim Eugênio de Lima.

As pressões para que a municipalidade se responsabilizasse por realizar melhorias na região se iniciam já antes da inauguração oficial. Em artigo do dia 11 de maio de 1891 o jornal Diário Popular reclama “(...) a Avenida como está sendo realizada vai ser para esta Capital um melhoramento incomparável, e bastava esta consideração para que os poderes competentes estabelecessem a mais activa vigilância para que espíritos perversos, verdadeiros vandalos não estragassem, como tem sucedido, as obras de aformoseamento da Avenida, ora cortando as arvores nella plantadas, ora destruindo os enquadros que as preservam da voracidade dos animaes. E para isto seria apenas suficiente a collocação já alli, de combustores, e que fosse estabelecido um policiamento regular para toda a longa extensão que a Avenida percorre. (...) A iluminação da Avenida e o seu policiamento evitarão que alli continuem a ir cotejar animais de corrida (...). Não

---

<sup>29</sup> Rolnik (1997), pg. 108

<sup>30</sup> idem.

<sup>31</sup> Rolnik (1997), pg. 112

<sup>32</sup> Naquela época denominado Parque Villon, depois parque Tenente Siqueira Campos. Fonte: Bueno de Moraes (1995), pg. 61.

há, estamos certos, quem visitando a Avenida Paulista, deixe de julgar justíssima a nossa reclamação.”<sup>33</sup>

À época da publicação de tal texto pouquíssimos habitantes da cidade conheciam a Avenida Paulista, quer porque a implantação ainda não tivesse se completado, quer porque não houvesse nenhum meio de transporte que a ligasse à cidade. Além disso toda a região ainda se constituía como propriedade particular da sociedade entre os três empreendedores já mencionados.

Não obstante tal fato já no dia 18 de maio subsequente o mesmo Diário Popular noticiava a visita feita pelo Governador do Estado às obras da Avenida. A comitiva era formada além dele pelo Presidente da Intendência, por Rui Mesquita, redator do jornal O Estado de São Paulo e pelo repórter que posteriormente noticiaria a visita. Após ter recebido as saudações dos proprietários dos terrenos marginais à Avenida o Governador prometeu que não pouparia esforços para que fossem realizadas todas as melhorias necessárias ao “desenvolvimento e embelezamento da Avenida Paulista.”<sup>34</sup>

Inúmeras melhorias foram sendo realizadas independentemente das considerações a respeito do número de habitantes atendidos, ou da densidade populacional da região. Mesmo após a sua ocupação quase completa pelos casarões, a densidade populacional da Avenida Paulista era obviamente muito menor do que a de outras regiões da cidade não contempladas com a provisão de diversos serviços públicos. Mas de qualquer forma, os critérios de decisão pareciam obedecer a outra lógica.

Já em 1894, a rede de águas e esgotos se encontrava em fase final de implantação, graças às iniciativas do Sr. Teodoro Sampaio<sup>35</sup> e da interferência direta do Presidente da Companhia Cantareira de Esgotos - coronel Antônio Proost Rodovalho - várias vezes vereador e proprietário de imóveis no bairro<sup>36</sup>. A construção de residências na Avenida ainda estava por acontecer. Uma das primeiras teria sido a residência Von Bulow, do proprietário da Cervejaria Antartica, construída em 1895. Em 1898 um visitante declarava que a Avenida se encontrava ainda, “depovoada, com algumas chácaras, como a do Bulow.”<sup>37</sup>.

<sup>33</sup> Citado em Bueno de Moraes(1995) pg 63.

<sup>34</sup> Citado em Bueno de Moraes(1995), pg 64.

<sup>35</sup> Bueno de Moraes(1995), pg 64.

<sup>36</sup> Rolnik (1997) pg.109.

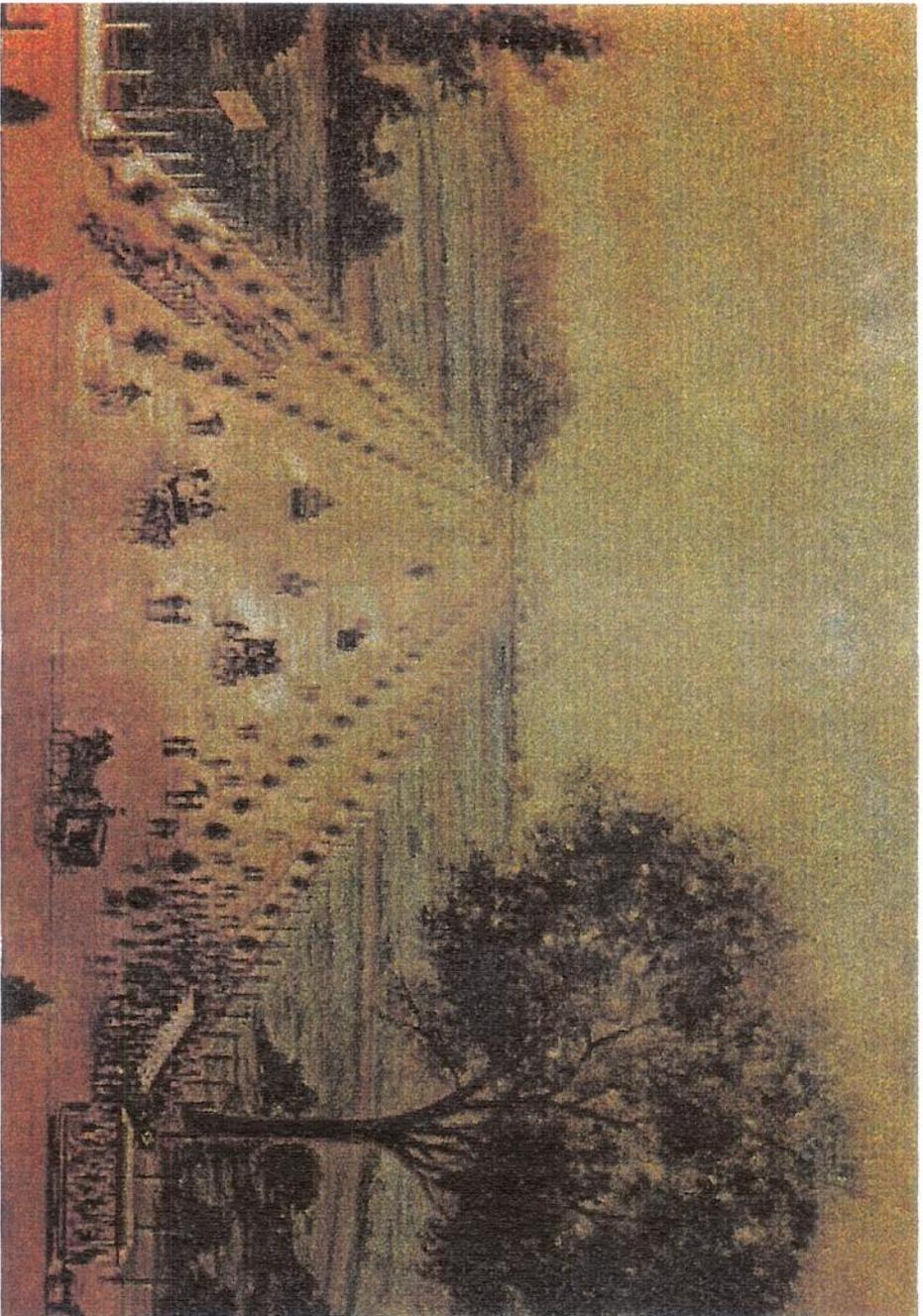
<sup>37</sup> Jorge Americano citado em Bueno de Moraes(1995), pg 78

No dia da inauguração da Avenida inaugurou-se também a linha de bondes puxados por burros. Tal agilidade em se dotar a nova maravilha paulistana dos confortos proporcionados por esse meio de transporte tão avançado para o período foi possível mais uma vez graças à iniciativa de Joaquim Eugênio de Lima. Após ter obtido a isenção de impostos para os terrenos da Avenida, no mesmo ano de 1891, meses antes da inauguração oficial do empreendimento, ele se tornou acionista da Companhia de Carris Urbanos, a empresa responsável pela concessão dos serviços de transporte na capital. Somando-se a isto o fato de que diversos proprietários de terrenos na região faziam parte do conselho deliberativo da referida empresa, tornou-se possível que o passeio inaugural pela Avenida, praticamente deserta e descontínua em relação ao restante do tecido urbano da cidade, se realizasse já através da linha regular de Bondes Metropolitanos.

A sensibilidade dos meios letrados da época já registrava o tipo de importância que a Avenida passaria a ter para a cidade de São Paulo. No dia seguinte à inauguração, o jornal *Diário Popular* assim noticiava: “Agradecendo o convite recebido [*para a festa de inauguração*] damos sinceros parabéns não só à Companhia [*de Carris Urbanos*] e ao público, mas ainda aos arrojados proprietários da Avenida Paulista, não só por esta em si, mas pelos resultados que com a nova linha, colherão de seus esforços e capitaes, alli acumulados.”<sup>38</sup>.

---

<sup>38</sup> *Diário Popular* 09 de dezembro de 1891, citado em Bueno de Moraes (1995), pg 66.



Inauguração da Avenida Paulista em 8 de dezembro de 1891. Quadro de Jules Martin (fonte: Instituto Cultural Itau)

## CAPÍTULO IV

### Produzindo uma Paisagem de Modernização

O ritmo de crescimento do número de novas edificações na cidade de São Paulo como um todo, entre 1890 e 1915, marca uma época de verdadeiro “frenesi imobiliário”.

Entre 1843 e 1872 eram construídos em média 25 novos prédios por ano. No período imediatamente anterior à construção da Avenida Paulista tal número salta para 310 prédios (1872 a 1886). Entre 1886 e 1893, período que engloba os dois primeiros anos da existência oficial da Avenida, tem-se em média 1613 novas edificações a cada ano. Até 1909 mantêm-se aproximadamente as mesmas grandezas, que voltam a crescer neste ano até atingirem, no ano de 1913, a marca de 5591 novos prédios<sup>1</sup>.

Neste contexto o ritmo de ocupação dos terrenos da Avenida Paulista não pode ser considerado uma excepcionalidade. Na virada do século, a Avenida contava com aproximadamente cinquenta residências já construídas<sup>2</sup>, o que significa aproximadamente a construção de seis novas casas a cada ano entre 1891 e 1900, muito embora a grande maioria delas tenha sido edificada somente após 1895.

Mas além do número absoluto de obras realizadas no período, outro fator que contribuía para que se consolidasse a idéia de que a Avenida estava sendo muito rapidamente ocupada era a demora na realização de cada uma das obras.

<sup>1</sup> Rolnik (1997) pg103.

<sup>2</sup> Bueno de Moraes (1995), pg. 78.

A duração média dos trabalhos de construção - desde a preparação dos terrenos até a efetiva ocupação dos imóveis - era bastante elevada. Quer fosse em virtude das dimensões das residências, da complexidade dos seus projetos, ou da intensa utilização de materiais de construção e acabamento importados, não era raro que os trabalhos se estendessem por um período superior a dois anos.

Muito embora o sucesso do loteamento da Avenida Paulista fosse cantado em prosa e verso já mesmo antes de sua inauguração, fizeram-se necessárias outras estratégias de incentivo à valorização e ocupação dos terrenos colocados à venda.

A grande extensão do loteamento, e a relativa concentração das primeiras construções em algumas regiões mais delimitadas, propiciaram a participação ativa de alguns dos capitalistas já proprietários e moradores da região como investidores imobiliários responsáveis por novas ondas de valorização das propriedades da Avenida Paulista.

Assim, nos anos subsequentes à inauguração da Avenida o próprio Joaquim Eugênio de Lima adquiriu, de antigos proprietários anteriormente relutantes, diversos outros terrenos às margens da Paulista.

A preocupação com os usos já consolidados das trilhas e caminhos que recortavam o espigão também ensejou uma série de medidas e tomadas de posição tanto por parte dos proprietários dos terrenos - entre eles o próprio Joaquim Eugênio de Lima - quanto por parte da imprensa da cidade.

O Alto do Caagaçu vinha sendo tradicionalmente utilizado como rota preferencial de passagem das boiadas vindas do interior, notadamente de Sorocaba. Após atravessarem o caminho da Vila de Pinheiros os animais eram conduzidos pelo platô no qual a Avenida viria a ser implantada, rumando daí em direção ao matadouro da Vila Mariana.

Após a abertura e inauguração da Avenida tal procedimento continuou sendo utilizado pelos condutores das boiadas, até mesmo em função da maior facilidade com que passaram a contar a partir do desmatamento realizado pelo novo empreendimento.

A imprensa da época apontava tal prática como extremamente nociva à conservação do calçamento e das alamedas de árvores plantadas no leito da Avenida. Além disso protestava-se também contra as corridas de pequenos veículos de tração animal que eram promovidas em seu leito recém calçado.

Em 1894 a municipalidade aprova a lei de número 100 que proibia a passagem das boiadas pela Avenida, quase inteiramente desocupada, visando proteger as benfeitorias locais e a segurança dos visitantes que já haviam escolhido o local como uma das melhores áreas de lazer da cidade<sup>3</sup>.

As corridas continuaram permitidas - numa pequena e primeira indicação daquilo que viria a se tornar a tônica dos discursos e das políticas com relação à Avenida Paulista, e em termos mais gerais, com relação aos espaços públicos da cidade em geral.

Já em 1894 a legislação urbanística fazia eco e tornava lei o entendimento de que o espaço público das ruas e avenidas deveria ser o espaço do deslocamento por excelência. Mas não só isso. A regulamentação diferenciada para locais específicos deveria também ser capaz de construir uma grade legível que estabelecesse as diferentes velocidades projetadas para tais deslocamentos .

Uma vez que a lei 100 de 1894 era específica para a Avenida Paulista, o seu principal resultado foi o desvio imediato das atividades não relacionadas à simples passagem veloz ou à fruição da paisagem para as alamedas paralelas e transversais recém abertas mas ainda não urbanizadas<sup>4</sup>. Notadamente foram empurradas para as vias secundárias da região as atividades do pequeno comércio ambulante, e os trabalhadores que as desempenhavam.

A Alameda Santos passou a receber o fluxo das boiadas, que ao atingirem o início da Avenida para ela se desviavam. Os serviços de entrega e venda - de pães, peixe e leite por exemplo - também foram, a partir daí, redirecionados para esta rua - a primeira paralela à Avenida, do lado oposto ao centro da cidade, na região em que viriam a se desenvolver posteriormente os

---

<sup>3</sup> Rolnik (1997), pg. 46

<sup>4</sup> As alamedas transversais e paralelas foram traçadas e abertas junto com a Avenida Paulista, mas a sua urbanização só viria a se realizar com a implantação do projeto das "cidades jardins" levados a cabo pela City of São Paulo Improvements Co. Para a discussão das atividades desta empresa, importantíssima na intensificação do crescimento e da concentração da riqueza da cidade no vetor sudoeste, ver Rolnik (1997), principalmente o cap 3.

bairros dos “jardins”.

Como descreve Zélia Gattai “A Alameda Santos, vizinha pobre da Paulista, herdava tudo o que pudesse comprometer o conforto e o status dos habitantes da outra, da vizinha famosa. Os enterros, salvo raras exceções, jamais passavam pela Avenida Paulista, (...)rodas de carroça e patas de burro jamais tocaram no bem cuidado calçamento da Paulista. Tudo pela Alameda Santos! Nem as carrocinhas da entrega do pão, nem os burros da entrega do leite (...)tinham permissão de transitar pela Avenida. Nossa rua era, pois, uma das mais movimentadas e estrumadas do bairro, com seu permanente desfile de animais.”<sup>5</sup>.

Uma outra lei, a de número 111 de 1894, também viria reforçar o caráter de exclusividade da Avenida e, assim o fazendo, engrossava a lista dos procedimentos adotados para garantir as chances de sucesso do loteamento e a valorização de seus terrenos.

Esta lei definia as regras para a implantação das edificações nos terrenos da Avenida Paulista e dizia “nenhuma casa poderá ser edificada sem que deixe entre o alinhamento e a frente da mesma um espaço de 10 metros pelo menos, para jardim ou arvoredos e bem assim um espaço de não menos de dois metros de cada lado.”<sup>6</sup>.

Embora outras regiões da cidade viessem a ser contempladas posteriormente pelo mesmo tipo de legislação, em nenhum caso os recuos frontais mínimos exigidos eram tão grandes. Na Avenida Higienópolis por exemplo, por ocasião da aprovação da lei municipal 355 de 1898, estabeleceu-se o recuo frontal mínimo de seis metros<sup>7</sup>.

O tipo de edificação privilegiado por essas novas formas de se condicionar o aproveitamento dos terrenos era aquele das residências unifamiliares espaçosas.

Segundo Rolnik, “a essas leis, que definiam a especificidade do modo de construir nos bairros de elite, corresponde uma característica absolutamente marcante na construção da legalidade urbana na cidade de São Paulo: a lei como

<sup>5</sup> Citado em Lima (1996), pg. 55.

<sup>6</sup> Citado em Bueno de Moraes (1995).

<sup>7</sup> Rolnik (1997), pg. 46.

garantia de proteção do espaço das elites (...)Ali está contido o chamado modelo higiênico, com todas as suas letras físicas e morais: a casa unifamiliar isolada em grande terreno e separada da rua e dos vizinhos. A chave da eficácia em demarcar um território social preciso reside evidentemente no preço. Lotes grandes, grandes recuos, nenhuma coabitação é fórmula para quem pode pagar. A lei ao definir que num determinado espaço pode ocorrer somente um certo padrão opera o milagre de desenhar uma muralha invisível e, ao mesmo tempo, criar uma mercadoria exclusiva no mercado de terras e imóveis.”<sup>8</sup>.

Em acréscimo a estas duas leis - prévias às primeiras edificações na Avenida - e que restringiram eficientemente as formas possíveis de sua ocupação, até o ano de 1906 a Paulista tinha o seu uso legalmente definido como voltado exclusivamente para a instalação de residências?

Isto não impediu que já em 1903 se instalassem na Paulista o Instituto Pasteur e o Gymnasio Anglo-Brazilian School, posteriormente Colégio São Luís, iniciando uma outra forma de ocupação, por parte de atividades relacionadas à prestação de serviços - notadamente aqueles relacionados à pesquisa, saúde e educação. Tais usos não parecem ter sido na época considerados nocivos às imagens de desenvolvimento e prosperidade que eram produzidas na Avenida.

No ano de 1906 a lei número 960 vem proibir exclusivamente “(...) o estabelecimento de fábricas e a construção de edifícios com finalidade industrial.”<sup>10</sup> na Avenida. Nenhuma referência é feita à instalação de estabelecimentos de prestação de serviços.

Neste mesmo ano, inaugura-se o “(...) primeiro hospital particular da cidade, [o] Sanatório Santa Catarina”<sup>11</sup>, e em 1907 instala-se na esquina da Avenida com a Rua Pamplona, com o nome de Escolas Reunidas da Avenida Paulista, o colégio que em 1919, ocupando já um prédio próprio, passou a se chamar Grupo Escolar Rodrigues Alves, até hoje existente na esquina da Paulista com a Rua Teixeira da Silva.

Antes de trazerem prejuízo aos usos elitizados ou à imagem da Avenida

---

<sup>8</sup> Idem, pgs. 46 e 47.

<sup>9</sup> Limena(1996), pg. 55.

<sup>10</sup> Rolnik (1997), pg. 109.

<sup>11</sup> Limena (1996), pg. 57.

tais instituições significavam em primeiro lugar, um acréscimo de conforto a ser desfrutado pelos seus moradores e também uma ratificação dos significados àquela altura já inscritos na sua paisagem: “(...) a presença de serviços (...) não interferia negativamente na identidade de uma avenida projetada para ser símbolo de uma época. Os projetos das edificações harmonizavam-se com o restante das construções, produzindo intencionalmente uma sensação de monumentalidade.”<sup>12</sup>.

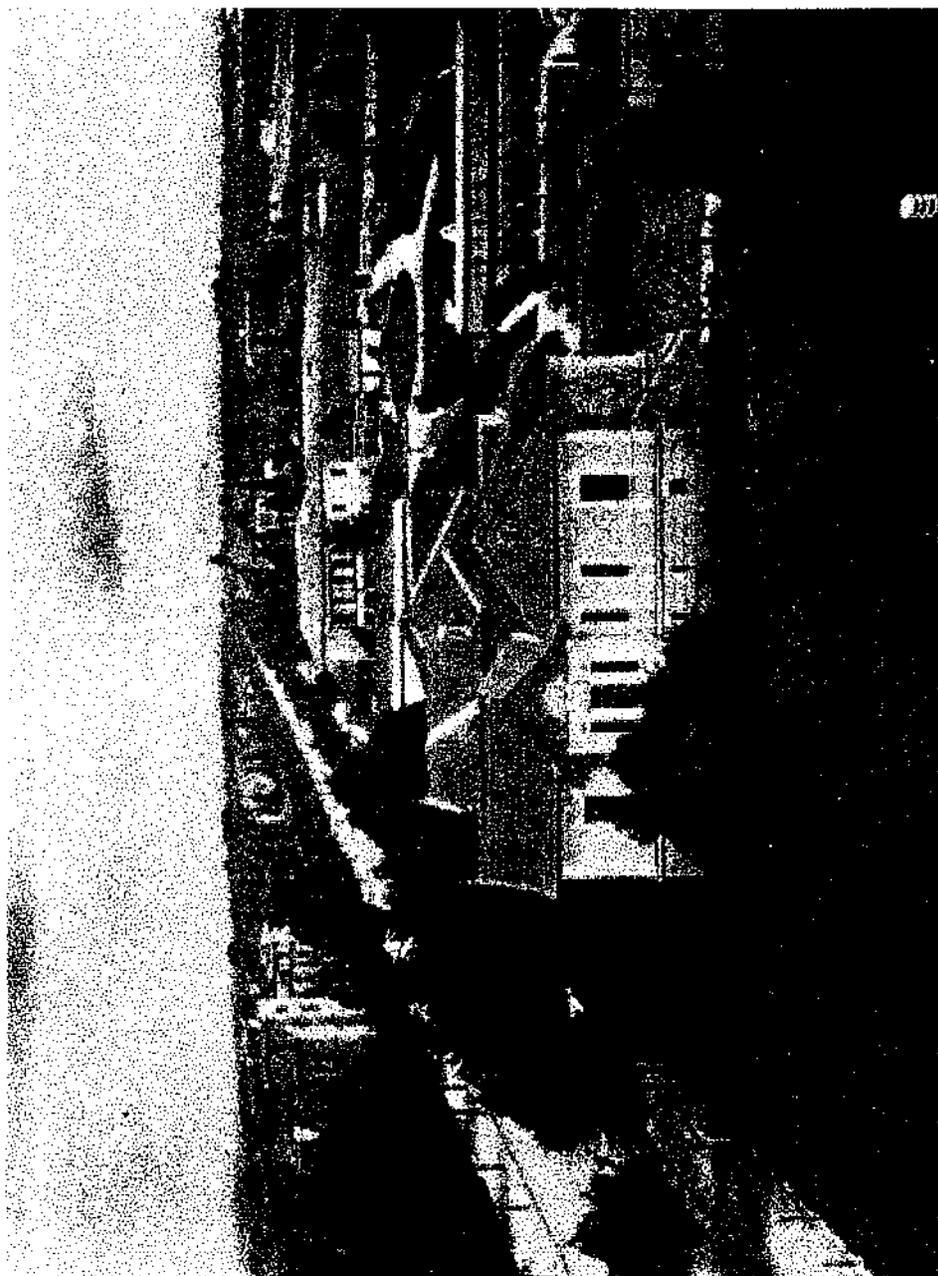
Os esforços para a ocupação seleta da Avenida foram muito bem sucedidos, não deixando margem alguma para quaisquer surpresas com relação à valorização dos terrenos. Em 1910 a Avenida já possuía o metro quadrado mais caro da cidade de São Paulo, alcançando valores até 30% mais elevados do que em Higienópolis e 50% em relação à zona do triângulo no centro da cidade. Nessa época, por exemplo, um trabalhador assalariado dos mais bem remunerados teria condições de adquirir com a economia da totalidade de seus rendimentos anuais, menos de dois metros quadrados de terreno na Avenida Paulista<sup>13</sup>.

É dentro deste quadro que o espaço urbano criado com a implantação da Avenida vai sendo emoldurado - no período que se estende dos últimos anos do século XIX até mais ou menos meados dos anos 30 de nosso século - de forma relativamente homogênea, por casarões e mansões dos mais variados estilos arquitetônicos, e que serviam ora como residências para parte da elite paulistana, ora como instalações para instituições educacionais, de saúde e religiosas.

---

<sup>12</sup> Limena (1996), pg 57..

<sup>13</sup> Rolnik (1997), pg.114.



Avenida Paulista em 1900 (fonte: Instituto Cultural Itaú)

## IV.1 Um Lugar Para Ver, Mostrar, e Ser Visto.

É importante notar que já a partir dos seus primeiros anos de existência o espaço público conformado pelos passeios e pelas diversas pistas de circulação da Avenida Paulista é moldado, feito funcionar e propagandeado, de acordo com as novas concepções de urbanidade surgidas em fins do século XIX, num período de intensa afirmação das normas de respeitabilidade burguesas.

A propagação desse ideário surtiu intensos efeitos nas formas de organização e produção dos espaços da cidade de São Paulo e nas suas relações com as estruturas sociais e políticas do período. Conforme já mencionado anteriormente, foi em meio a tais transformações que, por exemplo, o centro da cidade sofreu profundas modificações em relação aos seus usos permitidos e desejados.

Se a passagem das boiadas e dos inúmeros trabalhadores envolvidos nas atividades de venda de mercadorias de porta em porta foram desviadas da Avenida Paulista para as ruas secundárias, o mesmo não ocorreu com as charretes particulares utilizadas para corridas, e que inicialmente também eram alvos de críticas dos moradores e da imprensa<sup>14</sup>.

No caso dos primeiros houve um expurgo sumário da sua lentidão e da sua visibilidade, uma vez que tais imagens poderiam permitir associações entre a Avenida - que já se queria símbolo do progresso dos paulistas - e determinadas práticas de uso do espaço da cidade que remetiam a um passado provinciano e não tão distante assim.

Desde aquele início de história da Avenida os paulistanos responsáveis pela produção das imagens da cidade pareciam acreditar na máxima popular de que "aquilo que os olhos não vêem o coração não sente".

Tendo sido construída como o marco de uma nova era para a cidade, a

<sup>14</sup> Conforme será descrito no Capítulo VII, a prática de se "retirar" da Avenida atividades menos prestigiadas se reproduz, atualmente, com relação ao comércio ambulante.

preocupação em segregar espacialmente - congregando na Paulista todos os signos possíveis da riqueza e da modernidade nascentes - veio acompanhada de um esforço deliberado que visava forjar, simultaneamente, a separação temporal rígida entre um passado agrícola e provinciano e um presente cosmopolita e cheio de potencialidades. Mas "a São Paulo caipira também integrava a identidade paulistana. A imagem européia da cidade era uma visão parcial dos fotógrafos que retratavam o progresso, deixando de fora a volumetria geral, marcadamente provinciana até o início do século XX."<sup>15</sup>.

Já no caso das corridas de "pequenos veículos" parece ter ocorrido apenas uma domesticação de sua velocidade excessiva - transformando um espaço que corria o risco de ser apropriado enquanto palco de disputas abertas, em um lugar de representação de um outro tipo de mobilidade - uma mobilidade ordeira e "civilizada".

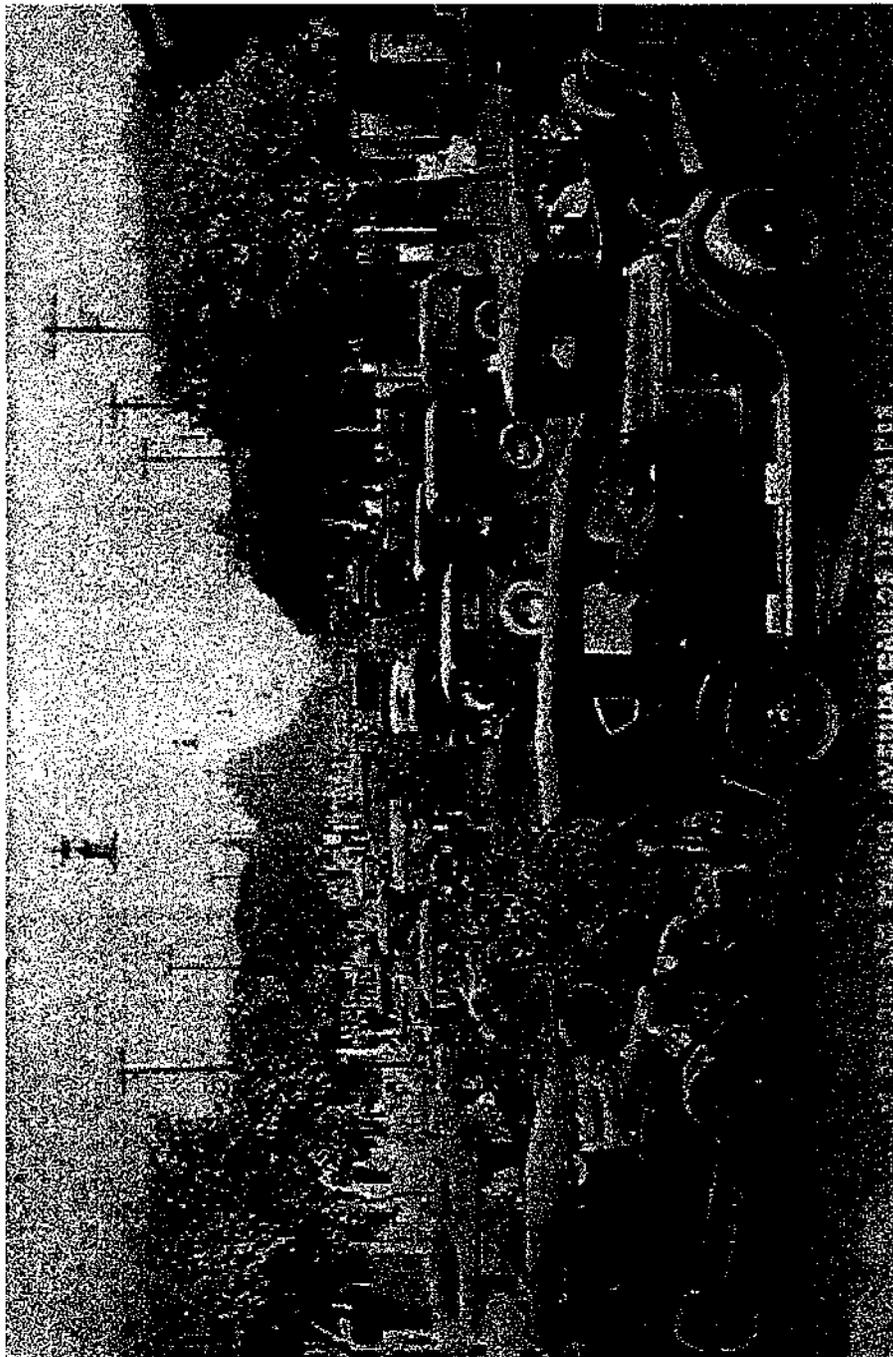
Em 6 de maio de 1894 uma matéria publicada no jornal O Estado de São Paulo louvava a aprovação da lei 100 de 1894, cobrava das autoridades medidas para que fizessem valer a proibição da passagem das boiadas e, por fim, se pronunciava sobre as tais corridas - não contempladas por essa lei - dizendo: "As árvores, novas ainda, são cercadas de engradamento para que possam prosperar; esse engradamento desaparecerá (...) por uma célebre corrida de pequenos vehiculos que alli se faz aos domingos. As pessoas que os guiam no intuito de vencer uma à outra, disparam os cavallos, mettendo os veículos por entre as árvores, resultando ora em uma dellas resvalarem, ora quebrar um engradamento."<sup>16</sup>. Em pouco tempo as disputas, antes realizadas aos domingos, se transformam nos famosos cursos da Paulista<sup>17</sup>. Surge, durante os dias da semana o ritual dos desfiles em carros abertos, executado pelas famílias residentes na região. As moças paqueravam e eram paqueradas enquanto as famílias se cumprimentavam e comentavam sobre os acontecimentos do momento. Nos fins de semana os cursos eram menos prestigiados, pois participavam deles pessoas vindas de outras áreas da cidade, o que nem por isso os tornava "populares"<sup>18</sup>.

<sup>15</sup> Somekh (1997), pg.81. No mesmo sentido outro autor afirma "Até 1890 São Paulo mantinha ainda seu aspecto triste e pacato de cidade provinciana.". Richard Morse citado em Bueno de Moraes (1995), pg. 30.

<sup>16</sup> Citado em Bueno de Moraes (1995), pg. 71.

<sup>17</sup> Na página seguinte reproduzo uma fotografia da realização do curso. Note-se que ali se indica o local como Av. Carlos de Campos. Este nome foi dado à Avenida durante um curtíssimo período de tempo, em homenagem a um presidente do estado, e por pressões dos moradores desistiu-se rapidamente da idéia.

<sup>18</sup> Limena (1996), pg.63.



O "curso da Paulista" em 1927 (fonte: Instituto Cultural Itaú)

Nessa versão mais sofisticada do *footing* praticado no centro da cidade, os carros circulavam em paralelo, por toda a extensão da Avenida em ambas as direções - fazendo o retorno em cada uma de suas extremidades graças às praças que nelas se localizavam.

A instrumentalidade destes passeios diários no exercício constante de delimitação das fronteiras sociais ficaria nítida quando, nos anos trinta, com a introdução dos automóveis cobertos, tais veículos passaram a ser chamados de "tomara que chova"<sup>19</sup>. Tal expressão ilustra bem de que forma o exercício diferenciado das possibilidades de apropriação espacial da cidade não apenas simbolizava as distinções sociais mas também as fazia retornar, sob a forma de diferentes experiências sensíveis, por sobre os atores desigualmente nelas envolvidos.

Esta forma de apropriação simbólica e espacial do espaço público - que relembra recorrentemente, através dos desfiles pela Avenida, a ordem social e os seus *próprios*<sup>20</sup> - surgiu dentro do processo de instauração de um conjunto específico de novas formas de sociabilidade desenvolvidas pelas classes dominantes em seus espaços de exclusividade.

Assim, Limena se refere por exemplo aos salões de chá, palcos de uma prática característica dos "(...) ricos de toda a cidade" como "(...) um elo fictício entre estes e os outros. Ao frequentá-los, rapazes e moças da classe média sentiam-se próximos dos endinheirados e recompensados por essa pseudoconvivência *momentânea*"<sup>21</sup>. As crianças residentes eram levadas, por suas babás, a passeios diários pelos parques da Avenida, sinalizando e demonstrando publicamente a ruptura com as formas mais antigas e populares de socialização infantil - nas quais a convivência cotidiana entre pais e filhos nos locais e tempos do trabalho asseguravam a transferência entre gerações de determinadas tradições e ofícios<sup>22</sup>.

Não raramente essas profissionais responsáveis pelo cuidado diário com

<sup>19</sup> Vergueiro, L. (1979). "O lazer e a diversão em São Paulo: o entreguerras", citado em Limena (1996), pg. 63.

<sup>20</sup> De Certeau (1994) ao diferenciar entre estratégias e táticas espaciais vincula tal distinção à prevalência ou não do poder de permanência auto-explicativa do *próprio*: "A estratégia (...) postula um lugar capaz de ser circunscrito como um *próprio* e portanto capaz de servir de base a uma gestão de suas relações com uma exterioridade distinta (...). O "próprio" é uma vitória do lugar sobre o tempo. Ao contrário, pelo fato de seu não-lugar, a tática depende do tempo, vigiando para "captar no vôo" possibilidades de ganho." (De Certeau, 1994; pgs 46 e 47).

<sup>21</sup> Limena (1996), pg. 63, grifo meu.

<sup>22</sup> Aries (1986).

as crianças eram trazidas da Europa, e contavam com um direito negado aos empregados brasileiros: enquanto estes tinham seus aposentos em edículas construídas no fundo dos quintais das casas, as primeiras geralmente recebiam um aposento dentro das próprias residências de seus patrões.<sup>23</sup>

Os encontros diários para o chá-das-cinco, os luxuosos bailes de gala, inúmeras reuniões políticas e de negócios, e os passeios dominicais pelo parque Villon também compunham este conjunto das refinadas atividades sociais desempenhadas nos espaços meio públicos e meio privados da Avenida Paulista das primeiras décadas do século XX<sup>24</sup>.

A partir do ano de 1916 várias destas atividades passariam a contar com as facilidades, o conforto e o luxo proporcionados pela inauguração do Belvedere do Trianon. Construído pela Prefeitura num terreno adquirido em 1911 este belvedere passou a compor, junto com o Parque Villon, rebatizado naquela ocasião Parque Trianon, um conjunto de equipamentos de lazer importantíssimo para a história da Avenida Paulista.

O parque Villon, assim batizado por ocasião de sua fundação em homenagem ao paisagista francês trazido do Rio de Janeiro para São Paulo por Joaquim Eugênio de Lima, foi construído junto com a própria Avenida Paulista, em um terreno de propriedade da família de José Borges de Figueiredo, um dos três sócios do empreendimento.

Com a abertura da Alameda Santos o parque foi dividido em dois quarteirões, posteriormente religados por uma passarela. A área como um todo foi moldada de forma a conjugar a preservação da vegetação nativa ainda existente com os novos jardins e caminhos traçados por Paul Villon e também ao pavilhão destinado a abrigar restaurantes e salas de banho.

Em 1894 um artigo na imprensa paulistana argumentava a importância de locais de belas paisagens, como o parque e a Avenida Paulista, para o bem-estar de determinados segmentos da sociedade: “O número de pessoas que invejam bellas paysagens, espaços imensos, é certamente considerável. Entre ellas, a

---

<sup>23</sup> Limena (1996), pg. 62.

<sup>24</sup> Embora não tenha sido possível obter a data exata da “transformação” do estatuto jurídico da Avenida - de propriedade privada para logradouro público - é importante frisar que tal fato ocorreu, segundo o que pude descobrir, vários anos após a sua fundação. Ver Bueno de Moraes (1995), pg.20.

maior parte, pelo menos, é privada de ar e de luz. (...)Não pertencem propriamente a si mesmos, pertencem a uma clientella de doentes, se é médico, de demandistas, se é advogado, de compradores, se é negociante, clientella que é necessário agradar e acariciar. Os magistrados não fazem excepção à regra, tem deveres a cumprir em dias e horas fixas. Sendo assim, é natural que procurem aos domingos o repouso, afastando-se da cidade para gozar num recanto agradável as doçuras da vida.”<sup>25</sup>.

E de fato o parque vai aos poucos se constituindo como o lugar por excelência dos passeios bulcólicos dos habitantes da Avenida durante todos os dias da semana e da população de outras áreas da cidade, especialmente aos domingos.

Em 1907, Francisco Matarazzo adquire os terrenos do parque, para revendê-los quatro anos depois, em 1911, à prefeitura de São Paulo, por um valor duas vezes maior que aquele inicialmente dispendido. Na mesma ocasião a prefeitura adquiriu também o terreno em frente ao parque, do outro lado da Avenida, num barranco que se debruçava sobre o vale por onde se estende hoje a Avenida 9 de Julho em direção ao centro da cidade. Nesta área foi então construído o Belvedere do Trianon - novo nome que recebeu, por ocasião de sua aquisição pela municipalidade, o antigo Parque Villon.

O belvedere ali construído inscreveu na materialidade da cidade, de forma mais oficial e legível do que nunca, a profunda preocupação que os mais diversos atores sociais - proprietários de terrenos e casas; representantes dos poderes públicos; a imprensa; os urbanistas; os investidores imobiliários e a parcela da população não completamente excluída da vida política e econômica do período - demonstravam ter com relação à produção e o consumo do espaço e das imagens de algumas áreas bem delimitadas da cidade, principalmente dos espaços elitizados da Avenida, enquanto paisagens de desenvolvimento e modernização.

Nesta primeira fase, a Avenida Paulista começava em sua extremidade noroeste, onde ela se encontrava com a Rua da Consolação e a Avenida Angélica. A numeração das casas crescia portanto em direção ao sudeste da cidade, até o ponto onde a Avenida desembocava no Largo do Paraíso.

O marco inicial da Avenida, desde a sua fundação era simbolizado pela

<sup>25</sup> O Estado de São Paulo, 06 de maio de 1894, citado em Bueno de Moraes (1995), pgs. 122 e 123. As demais informações sobre a história do parque e do belvedere também provém da mesma fonte, salvo quando for explicitamente citada outra origem.

praça denominada “Mirante da Avenida Paulista” construída voltada em direção ao Pacaembú e ao Pico do Jaraguá, sendo este o ponto mais elevado do relevo Paulistano. Ainda hoje, conforme me foi lembrado durante uma das entrevistas da pesquisa de campo, este pico é potencialmente visível a partir da Avenida, a depender apenas da densidade dos poluentes em suspensão no ar da cidade e da capacidade ou interesse dos diversos segmentos da sociedade em evitar a instalação, pretendida pela Coca-Cola, de um gigantesco outdoor nesta cabeceira da Avenida<sup>26</sup>.

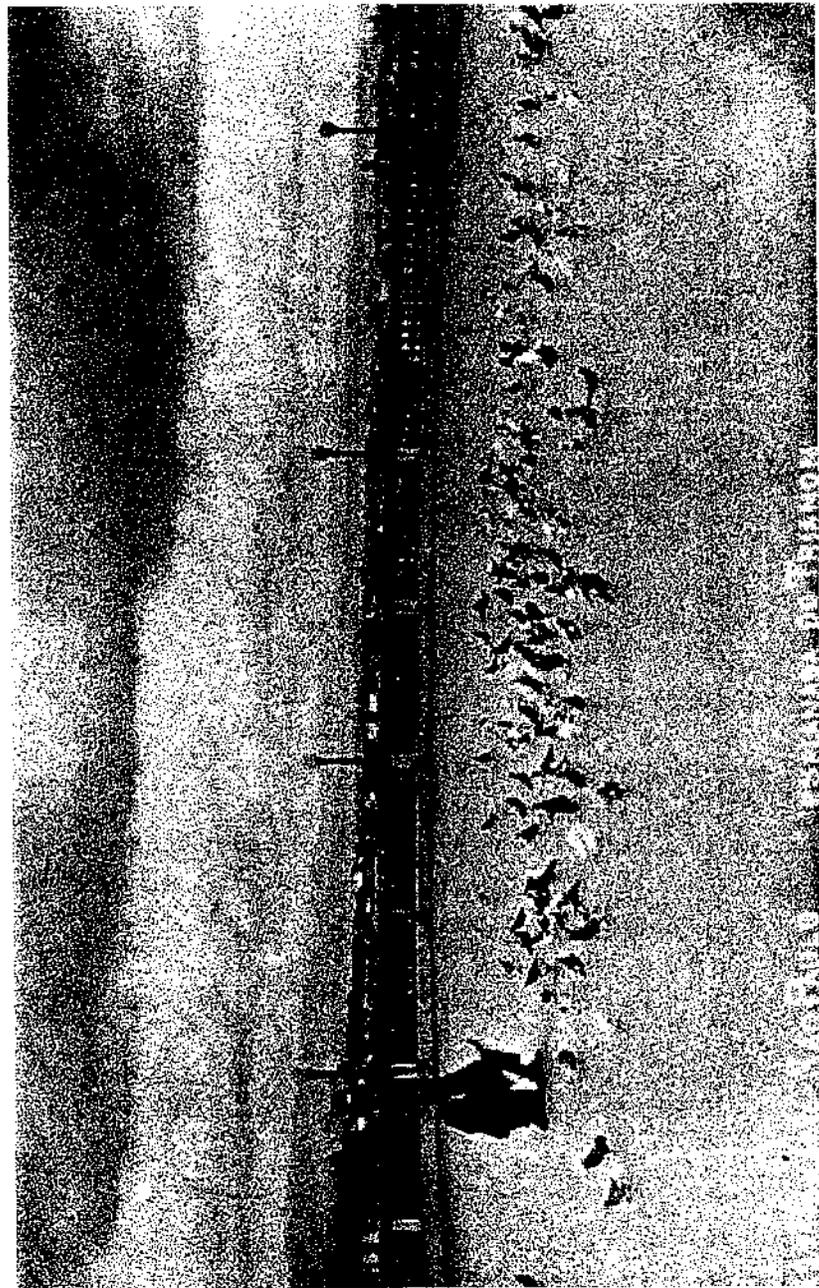
De qualquer forma, em 1891, nenhum destes dois empecilhos ameaçavam a magnífica vista que a partir daquele mirante se descortinava. A porção da cidade compreendida entre esta extremidade da Avenida e o Jaraguá era ainda largamente intocada: algumas poucas casas e uma exuberante vegetação recobriam toda a extensão do vale do Riacho do Pacaembú.

A elevação do sítio da Paulista em relação às outras regiões da cidade era sempre mencionada como um dos seus principais atrativos. As perspectivas privilegiadas, pelo menos em três direções, que dali se possuía foram incansavelmente elogiadas e valorizadas tanto através dos discursos quanto das práticas produtores do espaço da Avenida.

Em direção ao centro da cidade, que se situava a nordeste da Avenida, construiu-se o Belvedere do Trianon, cujo projeto arquitetônico privilegiou, além do luxo e conforto dos frequentadores, a produção de dois terraços semi-circulares a partir dos quais a paisagem da área mais urbanizada cidade - incluindo-se aqui o seu centro - poderia ser visualmente consumida sem que houvesse qualquer obstáculo significativo.

---

<sup>26</sup> Durante uma das entrevistas realizadas, foi mencionada a proposta recentemente feita pela Coca-Cola que se comprometeria a cuidar da limpeza das calçadas da Paulista em troca do direito a instalar, na sua extremidade voltada para o pico do Jaraguá, um imenso outdoor.



Vista da Esplanada do Belvedere do Trianon - 1940 (fonte: Instituto Cultural Itau)

O mirante da Avenida, como mencionado acima, dominava toda a área a noroeste da Paulista, permitindo que num golpe de vista fosse incluída no repertório de paisagens cotidianas dos moradores toda a extensão de terras entre a encosta que descia em direção ao Pacaembú e o pico do Jaraguá.

A face da Avenida oposta ao centro da cidade, aos pés da qual viriam a se implantar posteriormente os novos bairros dos Jardins, contava potencialmente com uma outra excelente vista, cuja profundidade se estenderia até as pequenas elevações situadas para além do Rio Pinheiros. As áreas de vegetação mais alta ainda remanescentes às margens da Avenida eram aí o único empecilho existente aos olhares desbravadores dos pioneiros da urbanização do vetor sudoeste de crescimento da cidade.

Tendo sido tal obstáculo em grande parte removido com a abertura das alamedas paralelas e transversais por toda a extensão da encosta sudoeste do espigão, e a sua subsequente ocupação exclusivamente por residências baixas, completou-se um quadro no qual a partir Avenida Paulista todo o sítio da cidade de São Paulo podia ser visualmente apreendido e mentalmente organizado, excetuando-se aqui as regiões encobertas pela própria continuação do espigão em direção ao sudeste.

Esta posição privilegiada oferecia aos olhos dos agentes da modernização da cidade um panorama que abrangia não só os espaços já urbanizados quanto aqueles outros, ainda virgens, cuja apropriação e transformação ainda estavam por vir. Do alto do espigão, contemplava-se e planejava-se não somente a transformação da antiga cidade provinciana do passado na metrópole com pretensões internacionalistas do presente mas também a extensão futura de suas fronteiras em direção a regiões até pouco tempo inimagináveis. Como relatava em 1905 Louis Casabona “[A Avenida Paulista] é um dos mais interessantes pontos de vista. Domina-se de lá grandes e profundos vales, em um dos quais se estende a cidade.”<sup>27</sup>.

A fabricação de lugares capazes de oferecer perspectivas privilegiadas não se restringiu de maneira alguma às possibilidades oferecidas pela localização da Avenida em relação ao restante da cidade. Não apenas a cidade era vista a partir da Paulista. O cotidiano nos espaços abertos da Avenida também era vivido para

<sup>27</sup> Citado em Bueno de Moraes (1995), pg. 84.



ser visto e admirado. A forma da Avenida - reta, plana e larga - tornava a visibilidade da própria Paulista uma de suas mais marcantes características. Como num grande palco a céu aberto, os acontecimentos e pessoas que nela tinham lugar eram alvos imediatos de inúmeros olhares.

Neste contexto, demonstrar a posse de lugares a partir dos quais a perspectiva era privilegiada se torna também uma estratégia eficaz de enunciação do poder de enquadrar a paisagem da cidade. É assim que a construção de mirantes nas residências da Paulista se difunde. Segundo Bueno de Moraes " (...) a preocupação com o domínio sobre a paisagem [era] uma das particularidades mais evidentes na tipologia dessas residências da Avenida. (...) Assim a presença de mirantes era quase uma obrigação. Sob a forma de torreões, terraços elevados, ou lanternins, eram uma constante na definição desta arquitetura, presente em quase toda a extensão da Avenida." (1995; pg. 97)

A arquitetura monumental, e até mesmo ostentatória, de suas edificações foi se constituindo com base na consciência da importância que possuía, sob essas condições, a elaboração de um discurso visual - sobre a cidade e sobre o própria conquista do poder de ver - a ser fixado na paisagem edificada de forma a se tornar capaz de representar e instituir diferenças culturais e desigualdades sociais.

Muito embora as plantas das primeiras residências da Avenida Paulista mostrem muito mais semelhanças do que diferenças naquilo que se refere à divisão interior dos aposentos e à disposição e funcionalidade destes uns em relação aos outros<sup>28</sup>, os estilos arquitetônicos e os exteriores das casas configuravam um conjunto que embora coeso, se comparado ao restante da cidade, possuía como traço marcante um ecletismo ilimitado.

Nesse sentido, não seria exagero afirmar que a ocupação da Avenida Paulista assumiu um caráter de "fachadismo" explícito. Se os espaços privados internos das residências da elite da Avenida Paulista reproduziam de forma padronizada determinadas noções sobre a ordenação ideal do espaço da domesticidade burguesa, as suas faces, oferecidas ao olhar desejante dos

<sup>28</sup> Bueno de Moraes (1995), pg. 97. Este autor discute diversos destes traços comuns. Para mencionar apenas os mais importantes, podemos listar além dos mirantes já mencionados : a manutenção de um rígido paralelismo das casas em relação aos limites dos terrenos; a especialização funcional de cada um dos aposentos (salas de música, lavanderia, salas de visita, aposentos dos criados, biblioteca); a presença de halls de entrada decorados por vitrôs; a utilização das áreas de recuo para a implantação de ricos jardins.

transeuntes, buscavam sempre remeter a lugares distantes e variados.

Se o acesso físico ao espaço das residências da Avenida era regulado pelas normas aplicáveis à propriedade privada, o acesso visual às significações produzidas por suas aparências externas não só era permitido como incentivado e imposto pela conjugação entre a grandiosidade do espaço vazio da Avenida e a monumentalidade das fachadas que a cercavam.

## IV.2 A Inserção Social dos Primeiros Moradores.

Faz-se necessária aqui uma observação a respeito de quem eram os primeiros moradores e construtores das residências localizadas na Avenida e quais eram as suas origens.

Embora sejam inúmeras as referências à essa primeira fase da história da Paulista como um período no qual ela teria sido ocupada pelos “barões do café” tal representação não faz justiça às infinitamente mais variadas origens e formas de inserção social dos primeiros proprietários e das suas fortunas.

A grande maioria dos primeiros moradores da Avenida havia de fato acumulado suas fortunas atuando em atividades de alguma forma relacionadas ao *boom* da economia cafeeira nas últimas décadas do século XIX. Estranho seria se fosse diferente, pois neste período era essa atividade econômica a grande impulsionadora da modernização capitalista do estado de São Paulo como um todo.

Foram os lucros das plantações de café que alavancaram grande parte das atividades financeiras e comerciais que então se desenvolviam, além é claro de ter sido esse núcleo o responsável por todos os efeitos multiplicadores de negócios e rendas gerados em escala urbana principalmente na cidade de São Paulo - que de entreposto comercial entre as fazendas do interior do estado e o porto de Santos, pôde sob tais condições enormemente favoráveis, se transformar no maior pólo de crescimento econômico do estado a partir da década de 30.

Quando resolveram fixar residência na capital - quer tenha sido em razão da maior proximidade com o centro de negócios ou pelas amenidades da vida urbana que então se constituíam - as famílias mais tradicionalmente ligadas à **produção** do café escolheram outras regiões da cidade que não a Avenida Paulista para a construção de seus palecetes e mansões . Notadamente os bairros dos Campos Elíseos e de Higienópolis se tornaram as áreas mais marcadamente ocupadas pela burguesia agrária ligada diretamente à lavoura cafeeira.

Os moradores da Avenida eram em grande parte, imigrantes enriquecidos com atividades ligadas a esse núcleo mais tradicional de produtores de café. Eram principalmente banqueiros responsáveis pelas intermediações financeiras envolvidas nas diversas etapas dos ciclos de produção, comerciantes ligados à exportação do produto, e por fim proprietários de indústrias surgidas em meio ao enorme afluxo de recursos verificado em direção à cidade de São Paulo no período do auge da produção cafeeira.

E embora não fossem tais personagens exatamente “barões do café”, os títulos de nobreza das mais variadas grandezas eram bens altamente valorizados, exibidos e invocados em meio a essa nova burguesia nascente.

Representando um valor que transcendia a pura posse da riqueza material recentemente conquistada, os títulos de nobreza, obtidos ou imaginados, forneciam uma outra chave, ajudava a viabilizar a inserção, ainda que incompleta, nas rodas da alta-sociedade paulistana do início do século XX. Assim, “a Avenida contava com uma ‘nobilizarquia própria’, segundo o folclore urbano. Pela leitura da bibliografia disponível, a Paulista era de fazendeiros, barões, condes, cavaleiros e reis. Entendamo-nos. A vista dos nomes dos proprietários, fazendeiro não deveria ser somente o proprietário de fazenda (de café). Deveria ser o comerciante de fazenda estabelecido na Rua 25 de Março e o banqueiro preocupado com fazenda, na acepção original da palavra. Barão seria o quatrocentão enriquecido com o café. Conde, o industrial italiano. Cavaleiro, o comerciante árabe sem outro título disponível. Rei, finalmente seria o fazendeiro de café com fortuna incalculável (pelo menos até a quebra da bolsa).”<sup>29</sup>

As origens e as referências culturais dos profissionais responsáveis pelos projetos e pelas obras de construção das casas da Paulista também contribuíam para a profusão de citações e referências aos mais variados estilos e ornamentos originários de épocas e lugares distantes. Um tipo especial de ecletismo constituía o principal traço da nova face da cidade que se construía: “(...) o estilo despolitizado do ecletismo praticado pelos arquitetos e mestre-de-obras italianos, que tudo aceitavam e tudo impingiam, por estarem abaixo da linha do Equador, onde tudo era possível.”<sup>30</sup>

<sup>29</sup> Benedito de Lima Toledo citado em Bueno de Moraes (1995), pg.76.

<sup>30</sup> Carlos A. C. Lemos, citado em Somekh (1997), pg. 81.

Embora boa parte dos principais artesãos envolvidos nos projetos da Paulista fossem de fato de origem italiana<sup>31</sup>, os traços que tendiam a ser ressaltados em cada uma das residências eram aqueles capazes de explicitar simultaneamente a nacionalidade de origem dos seus proprietários e os seus gostos apurados. Para essa demonstração de domínio cultural de um repertório tido como cosmopolita um dos principais recursos era a sobreposição de materiais importados de vários países e a fabricação de ornamentos característicos de determinados estilos de época.

Passear pela Paulista era experimentar uma profunda transformação da experiência de deslocamento no espaço físico através do uso do tempo. As dimensões espaciais da Avenida, grandiloquentes em si mesmas, se dilatavam ainda mais, em função da interminável variabilidade dos cenários que se sucediam, conferindo ao conjunto uma profundidade espacial que ultrapassava em muito os seus limites geográficos. A sobreposição de estilos originários das mais diversas épocas e lugares obtinha um duplo efeito. Em primeiro lugar produzia uma contrapartida temporal àquele dilatamento espacial ao conferir - não exatamente às construções, cujo estado de conservação deixava certamente transparecer a pouca idade - um aspecto de profundidade histórica e cultural às famílias responsáveis pela sua construção.

Este efeito de modulação e deslocamento dos valores explicitados nas formas arquitetônicas que ao serem anunciados na recém produzida paisagem edificada dela se deslocavam em direção às pessoas de seus proprietários, mostra a importância que possuía para estes a oportunidade de se fundarem a si mesmos enquanto membros legítimos das classes dominantes através da apropriação simbólica de um espaço urbano exclusivo.

Os procedimentos adotados na construção das residências da Avenida Paulista não visavam conferir ao espaço público ou à identidade coletiva dos paulistanos referenciais comuns de pertencimento ou inclusão e comunhão com valores culturais historicamente constituídos.

O objetivo não era reunir, homogeneizar ou instituir formas novas de solidariedade baseadas em invocações a passados e origens comuns. Um bom

---

<sup>31</sup> Para um panorama bastante compreensivo a respeito dos principais artistas envolvidos em tais projetos consultar Bueno de Moraes (1995), pgs. 34 a 47.

exemplo de políticas urbanísticas e arquitetônicas definidas com tais fins é fornecido pelo terceiro Reich na Alemanha das décadas de 30 e 40. Com o intuito de criar marcos visíveis e experienciáveis que pudessem reforçar e aprofundar o tempo da coesão cultural entre os alemães - que remontava ao passado recentíssimo dos últimos três ou quatro séculos<sup>32</sup> - foram realizadas uma série de obras faraônicas que reproduziam estilos arquitetônicos antigos, como templos românicos e anfiteatros gregos, num esforço estupendo de criação de verdadeiras cidades cenográficas a partir do nada.

O detalhe interessante é que a construção de tais edifícios se realizou intencionalmente com a utilização de materiais extremamente sensíveis ao desgaste pelo tempo e pelos fatores climáticos. A idéia era que tais edificações deveriam ser inauguradas já com a aparência de antigas. - produzindo coletivamente a experiência de uma vida presente que se desenrolava dentro de um tempo mítico<sup>33</sup>.

No caso das residências da Avenida Paulista, o recurso à expressividade dos discursos arquitetônicos parecia dizer respeito muito mais à criação de rupturas e cisões - quer entre o seletivo grupo de proprietários e o restante dos paulistanos, quer entre o espaço privado das residências e o espaço público da cidade através da mediação do espaço hibridizado da Avenida.

Mas se tal diferença permite distinguir radicalmente os dois processos por outro lado as suas semelhanças indicam a existência, também no caso da estilização excessiva das primeiras casas da Avenida Paulista, de uma preocupação com a formulação de um discurso mítico. Cito aqui um trecho extenso de Barthes (1993), que mais uma vez parece ir diretamente ao ponto: "O mito possui um caráter imperativo, interpelatório: tendo surgido de um conceito vindo diretamente da contingência (...) é diretamente a *mim* que ele se dirige: está voltado para mim, impõe-me a sua força intencional; obriga-me a acolher a sua ambiguidade expansiva. Se passeio, por exemplo, na região basca espanhola, posso constatar, sem dúvida nenhuma, uma unidade arquitetural nas casas, um estilo comum, que me obriga a reconhecer a casa basca, como um produto étnico determinado. No entanto, não me sinto afetado pessoalmente, nem, por assim

<sup>32</sup> Uma excelente análise dos esforços envolvidos no processo gradativo de constituição de uma identidade nacional germânica é feita por Norbert Elias em " O processo civilizador". Jorge Zahar editores. RJ. (19 ).

<sup>33</sup> Tais idéias são discutidas e exemplificadas no filme documentário "Arquitetura da Destruição.", de 1994, dirigido por Peter Cohen.

dizer, atacado por este estilo unitário: constato claramente que já existia antes de mim, sem mim; é um produto complexo, cujas determinações se situam ao longo de uma vasta história: ele não se dirige a mim, não me provoca, forçando-me a nomeá-lo (...). Mas, se eu estiver na região parisiense e vir (...) um lindo chalé branco com telhas vermelhas, madeiras escuras, água do telhado assimétricas e com a fachada coberta de estacaria, tenho a sensação de estar recebendo um convite imperioso, pessoal, para nomear esse objeto, defini-lo como chalé basco: e mais, para ver nele a própria essência da *basquidade*. É que, aqui, o conceito manifesta-se em toda a sua apropriação: vem até mim para me obrigar a reconhecer o corpo de intenções que o motivou, e o colocou aí como sinal de uma história individual, como uma confiança e uma cumplicidade: é um verdadeiro apelo que os proprietários do chalé me dirigem. E este apelo, para se tornar mais imperativo, consentiu todos os empobrecimentos: tudo o que justificava a casa basca na ordem da tecnologia: a granja, a escada exterior, o pombal etc., tudo isso desapareceu: permaneceu apenas um sinal breve, indiscutível. E o apelo ao homem é tão franco que tenho a sensação deste chalé ter sido criado neste instante, *para mim*, como um objeto mágico surgindo no meu presente, sem nenhum rastro da história que o produziu.”<sup>34</sup>.

Em segundo lugar, como fica claro a partir do trecho acima citado, a convivência entre mansões renascentistas francesas, palacetes *art-déco*, casarões neogóticos e outros inúmeros estilos, imaginados e imaginários, lembrava enfaticamente aos olhares maravilhados dos paulistas, que ali estava então sendo construído o presente de São Paulo, pois como bem nota Nádia Somekh, “O ecletismo vinculava-se a idéia de progresso, como se a obediência a um único estilo fosse atraso de outras épocas.”<sup>35</sup>.

---

<sup>34</sup> Barthes (1993), pgs. 145 e 146.

<sup>35</sup> Somekh (1997), pg.81. Benedito Lima Toledo também registra a profusão de referências presentes na Avenida: “As imensas residências, cada uma com estilos diversos, constituíam impressionante documento do ecletismo. Neo-clássico, toscano, florentino, egípcio, neo-romano, “art-nouveau”, todos os estilos e pretensos estilos ali estavam enfileirados. (...) Havia também os “bolos-de-noiva”, com ornamentação prolixa, de caráter ostentatório e gosto duvidoso. Várias residências com mirantes acima dos telhados, algumas com arcos arrematados ao gosto otomano(...)”. Citado em Limena (1996), pg. 58.

## CAPÍTULO V

### Verticalização, Circulação e as Grandes Corporações

Durante os anos 20 e 30 deste século a vida política, econômica e social da cidade de São Paulo se transformou significativamente, tanto em virtude das novas formas de se viver o cotidiano urbano que se conformavam desde o início do século, quanto em função das inúmeras conexões entre a organização do espaço da cidade e as várias mudanças que ocorriam na escala da nação e, para além dela, nos espaços mais amplos do capitalismo internacional.

A erosão das bases de sustentação da República Velha pôs em xeque as posições das oligarquias regionais e trouxe para o cenário político, ainda que sob a tutela de um Estado de contornos autoritários, a figura das massas de trabalhadores urbanos.

A depressão econômica que assolou as economias capitalistas a partir da quebra da Bolsa de Nova York em 1929 veio selar o destino do antigo modelo de crescimento econômico paulista baseado na contínua expansão das lavouras de café para exportação. Em sua versão brasileira, a crise de sobreacumulação do capitalismo mundial se expressou no rompimento definitivo das condições de lucratividade da produção cafeeira a partir do momento em que coincidiram a queda radical da demanda internacional e a produção de super-safras na lavoura paulista<sup>1</sup>.

---

<sup>1</sup> Em 1928 foram colhidas 28 milhões de sacas de café, uma quantidade duas vezes maior do que a média das exportações entre 1925 e 1927 (Buena de Moraes, 1995, pg.89).

A crise de superprodução de café não pode de qualquer forma ser tomada como o único fator a desencadear os processos de mudança política que se verificaram. De fato, desde pelo menos 1905, ano em que já 11 milhões de sacas de café não conseguiram encontrar mercados externos, o governo federal vinha compondo e queimando estoques do produto com o objetivo de garantir a rentabilidade dos investimentos da burguesia agrária paulista e a segurança dos capitais financeiros que viabilizavam tais investimentos<sup>2</sup>. Tais políticas se estenderiam por vários anos em concomitância com um surto de expansão industrial e populacional na cidade de São Paulo durante a primeira guerra mundial e os anos subsequentes.

Através das oportunidades abertas para a criação de novas indústrias a partir do corte de vários dos fluxos internacionais de mercadorias, em função dos conflitos na Europa, a cidade de São Paulo viu surgirem inúmeras atividades industriais capazes de empregar um crescente proletariado urbano.

Estes movimentos - de decadência da economia cafeeira e ascensão das atividades industriais - se realizaram em estreita conexão. A queda de rentabilidade da lavoura cafeeira foi extremamente amenizada e diluída no tempo pelas políticas governamentais, permitindo assim que uma boa parte dos capitais da burguesia agrária pudessem encontrar novas atividades altamente rentáveis em meio à indústria nascente antes que tivessem se comprometido por completo com as dívidas e prejuízos acumulados pela cafeicultura.

O entendimento deste ponto é essencial para que se compreenda porque as mudanças estruturais na economia paulista **não** significaram a derrocada definitiva das famílias da elite do café. Se alguns membros desta classe viram as suas fortunas se esvaírem em dívidas descomunais, outros viram nesse momento grandes oportunidades para novas inversões lucrativas.

O amortecimento, para usar um eufemismo técnico, da crise do café por parte dos poderes públicos permitiu a gradual transformação do capital agrário em capital industrial e bancário. Desta forma, já a partir da segunda década do século XX, parte da oligarquia cafeeira e da sua riqueza, apesar das dificuldades enfrentadas e de algumas baixas permanentes, se transmutou elegantemente

---

<sup>2</sup> Rolnik (1997), pg. 153.

em elite do capital financeiro<sup>3</sup> nascente. Muitos dos antigos “barões do café” mantiveram seu status de classe dominante. A partir de então, sob a forma da burguesia industrial paulista, sua escala de atuação se ampliaria a nível nacional<sup>4</sup>.

Dentro deste quadro, a situação econômica precária do Estado, cada vez mais disposto a assumir a implantação de políticas de caráter inflacionário para socializar os prejuízos da lavoura cafeeira, associava-se a uma nova percepção da cidade e da ordem social por parte do crescente contingente de trabalhadores que tomava contato com as idéias e práticas do anarquismo de origem espanhola e italiana e começava a perceber assim, as vantagens da organização e reunião de suas reivindicações através da formação de associações e coletivos operários.

A cidade, já então dividida entre a legalidade dos bairros mais nobres e a invisibilidade das regiões mais populares crescia horizontalmente, expandindo-se em direções diversas e a distâncias cada vez maiores. Começam a surgir as discussões a respeito das formas mais adequadas de se permitir tal crescimento e a pulverização de uma cidade que era, em 1924, considerada excessivamente “densa e explosiva”<sup>5</sup>.

Como deve ficar claro nas próximas seções, as políticas urbanas desenvolvidas em São Paulo na primeira metade do século XX não fugiram à regra de considerar a produção do espaço urbano da cidade exclusivamente como uma das possibilidades de valorização do capital. É isso que se quer dizer com a afirmação de que o urbanismo paulistano foi modernizador e não modernista. O modernismo, no que diz respeito ao pensamento e às políticas urbanísticas, não só incluía a idéia de que a racionalização das formas e dos usos do espaço urbano, tratado globalmente, tornariam possível o domínio da forma da cidade mas também, e esse é o seu traço essencial, baseava-se na crença de que tal racionalização, sendo capaz de incluir todo o espaço da cidade e os seus moradores, resolveria satisfatoriamente os problemas sociais surgidos a partir da

<sup>3</sup> É importante notar que, historicamente, o período compreendido entre a grande Crise Mundial de 1874 e o fim da primeira Grande Guerra marca o nascimento daquilo que Hilferding (1985) trata por capital financeiro. Este autor designa com essa expressão a concentração e centralização radicais que levaram o desenvolvimento industrial e o crescimento das atividades financeiras a se integrarem numa única estrutura internacional de comando do crescimento das economias capitalistas. Assim, quando falo de capital financeiro me refiro tanto às suas materializações comoo capital industrial quanto como capital financeiro em sentido mais estrito

<sup>4</sup> A demonstração de que o fim do ciclo cafeeiro não foi marcado pela queda da rentabilidade dos capitais investidos mas sim pela diversificação e transformação das atividades por estes capitais empreendidas é feita em Cardoso de Mello (1982).

<sup>5</sup> Rolnik (1997), pg.161.

promoção das desigualdades decorrentes das altas concentrações urbanas.

O urbanismo paulistano nunca incluiu de fato esta última preocupação em suas agendas de debates e nem muito menos na implantação efetiva de suas políticas públicas. Nas palavras de Somekh, "A ação dos urbanistas na cidade de São Paulo (...)apresenta características muito mais modernizadoras do que propriamente modernas ou modernistas. Nenhum projeto de transformação social, nem mesmo a questão social, estava presente nos seus discursos, muito mais permeados por questões relativas à melhoria de lucratividade da terra urbana. (...) Embora o urbanismo paulistano tivesse parte das características do pensamento moderno, pode ser considerado apenas como modernizador, pois se constitui da chamadas "leis coercitivas" de competição de mercado, que forçam todos os capitalistas a procurar mudanças organizacionais e tecnológicas com o intuito exclusivo de melhorar sua lucratividade."<sup>6</sup>.

---

<sup>6</sup> Somekh (1997), pgs.39 e 160.

## V.1 A Dubiedade do Urbanismo Modernizador.

### V.1.1 Expansão e Desadensamento da Cidade de São Paulo: Metade da História.

Ao mesmo tempo em que se objetivava expandir a periferia da cidade, viabilizando a ocupação residencial por parte das classes mais baixas de áreas cada vez mais distantes do núcleo urbano central, havia também a preocupação em se produzir no centro da cidade uma nova imagem da metrópole em desenvolvimento - imagem esta que então se afastava cada vez mais dos padrões estéticos e urbanísticos das cidades européias e passava a incorporar o padrão norte-americano de associação entre o desenvolvimento urbano e a verticalização ilimitada das áreas centrais das cidades.

A trajetória de crescimento de São Paulo era portanto imaginada a partir da preocupação com o controle de um certo tipo de adensamento - a concentração de residências populares nas áreas centrais - ao mesmo tempo em que se permitia e incentivava um relativo adensamento, de tipo muito específico, a ser realizado através da produção em série do novo signo da modernização: o edifício vertical.

Em 1920 a lei 2.332 estabelecia os limites de altura para as construções no centro da cidade. A altura mínima permitida passava a ser de cinco metros e a máxima não deveria ultrapassar duas vezes a largura da rua em vias com menos de nove metros, duas vezes e meia para vias com mais de nove e menos de doze metros de largura, e três vezes a largura para ruas com mais de doze metros.

Esta decisão marca o início dos problemas de circulação na região, agravados pela disseminação dos automóveis, e que mais tarde iriam criar pressões no sentido da migração de atividades comerciais e de serviços para outras regiões da cidade como por exemplo a Avenida Paulista. Se os resultados desta legislação se revelaram funcionalmente perversos a médio e longo prazo, de

imediatamente “o seu efeito cenográfico de conjunto (...) era de notável eficácia plástica.”<sup>7</sup>

Nos anos 20, deu-se também a introdução e a multiplicação acelerada dos automóveis na cidade. Além das complicações trazidas para o trânsito no centro, a disponibilização desta nova tecnologia trouxe a possibilidade da ocupação residencial e industrial de outras áreas na periferia da cidade. Em 1924 surgem os primeiros ônibus e delinea-se assim o início das preocupações da administração municipal com a implantação de um sistema viário capaz de permitir a conquista de distâncias cada vez maiores: “o final dos anos 20 inaugurou a era dos grandes projetos viários, do incremento da intervenção do governo na provisão de serviços e da emergência da expansão da fronteira interna como estratégia de acomodação dos assentamentos populares.”<sup>8</sup>

A concepção urbanística de Prestes Maia - anunciada em 1924 e assumida nos anos seguintes pelo prefeito Pires do Rio - se opunha a “(...) qualquer obstáculo físico para o crescimento urbano ou a definição *a priori* de um limite para o crescimento da cidade”<sup>9</sup> e via na utilização dos ônibus movidos a diesel inúmeras vantagens em relação ao sistema de bondes elétricos. Em primeiro lugar, a sua flexibilidade permitiria que áreas mais distantes ou isoladas fossem atingidas sem que se fizessem necessários maiores investimentos na implantação de linhas fixas, como era preciso no caso dos bondes elétricos.

Além disso, ao permitir que as populações de menor renda se mudassem para regiões distantes obtinha-se a dupla vantagem de, por um lado, refrear aquilo que era considerado uma degradação do centro da cidade e a conseqüente desvalorização de seus espaços causadas por sua presença e, por outro lado, imaginava-se que as pressões sociais exercidas pelos trabalhadores em função da persistente elevação do custo de vida na metrópole, poderia ser contida ou amenizada em virtude do menor valor dos aluguéis cobrados na periferia.

Em 1929, o Código de Obras Arthur Sabóia, uma compilação de toda a legislação urbanística em vigor até então, reafirmava todos os zoneamentos particularistas existentes e instituíam como normalidade as práticas de produção de uma cidade composta por diversas ilhas de riqueza e legalidade - relativamente próximas do centro da cidade e umas das outras - implantadas em meio a um mar

<sup>7</sup> Somekh (1997), pg. 81.

<sup>8</sup> Rolnik (1997), pg. 160.

<sup>9</sup> Rolnik (1997), pg. 161.

de áreas dispersas cujas formas de utilização eram, propositadamente, pouco definidas e fiscalizadas.

Fazendo ecoar, em termos urbanísticos, a postura que o Partido Republicano Paulista vinha adotando durante toda a República Velha em relação às questões sociais - "faz de conta que não existe"<sup>10</sup> - o Código de Obras se revelaria particularmente problemático quando a ele veio se somar, em 1930, no panorama geral das políticas públicas de produção do espaço urbano, o Plano de Avenidas de Prestes Maia<sup>11</sup>. Este conjunto de projetos para a implantação de uma estrutura viária "radiocêntrica"<sup>12</sup> tinha por objetivo justamente incentivar aquilo que a legislação urbanística fazia questão de colocar à margem: o crescimento horizontal da cidade baseado na expansão territorial das ocupações situadas na fronteira urbana<sup>13</sup>

O dilema que presidiria o crescimento de São Paulo durante a década de 30 estava assim colocado. As transformações políticas em curso no país obtiveram como um de seus resultados o reconhecimento da condição dos setores populares enquanto interlocutores políticos legítimos e, a nível das políticas urbanas municipais, surgiu a preocupação de se estender a infra-estrutura e os serviços públicos às áreas da periferia da cidade. Mas como contemplar tais regiões se a legislação urbanística produzida nas décadas anteriores definia como "cidade" apenas uma pequena parte central das áreas já ocupadas de São Paulo circunscrevendo aproximadamente dois terços da área urbana à condição de ilegalidade ou, pior ainda, de extra-legalidade?

A busca da superação de tal entrave, de grande interesse para a afirmação do Estado populista, ficou expressa a partir da Anistia aos territórios dos trabalhadores decretada em 30 de junho de 1936. O Ato 1.123 dizia: "as casas do pobres e trabalhadores construídas até essa data na 2ª e 3ª subzonas urbanas e na zona rural que se encontrem em condição razoável de higiene e segurança poderão ser aceitas a juízo do Departamento de Obras e Serviços Municipais."<sup>14</sup>

Como veremos a seguir, esse esforço para a incorporação dos territórios

---

<sup>10</sup> Rolnik (1997), pg.164.

<sup>11</sup> Lima (1996), pg. 82.

<sup>12</sup> Idem.

<sup>13</sup> Rolnik (1997), pg.164.

<sup>14</sup> Rolnik (1997), pg.173.

dos trabalhadores criados a partir do crescimento, da industrialização e do espraiamento da cidade<sup>15</sup>, representa apenas uma das metades do urbanismo paulistano das décadas de 20 e 30.

A outra face desse processo seria a construção das garantias de continuidade da lucratividade do solo urbano das áreas mais ricas da cidade - tanto aquelas já existentes quanto as que viriam a ser neste período produzidas.

A interconexão entre tais processos fazia parte da renovação de uma cidade que continuaria a ser produzida com base na segregação espacial: "Se é verdade que o tema da política urbana nos anos 30 seria a forma de incorporar o território dos pobres e trabalhadores à administração urbana, foi durante esse período também que o fundamento de uma política de zoneamento se consolidou. O zoneamento tinha como objetivo básico proteger os bairros residenciais de alta renda. Os dois tipos de política urbana estavam relacionados: quando a cidade popular era anistiada, a cidade burguesa precisava se defender."<sup>16</sup>

### V.1.2 A Verticalização do Centro e o Prolongamento do Vetor Sudoeste.

Conforme mencionei anteriormente, em 1920 o desejo de promover a verticalização do centro da cidade já se expressava na forma da lei 2.332. Desde então a construção de prédios cada vez mais altos era vista como um procedimento capaz de produzir uma nova imagem do desenvolvimento e prosperidade da cidade e de propiciar uma nova onda de valorização das áreas nas quais ela se tornava a regra. O uso de elevadores, ao viabilizar a construção e a utilização eficiente dos novos edifícios verticais, permitiria o acesso a alturas antes

---

<sup>15</sup> Se em 1914 a cidade ocupava uma área de 3760 hectares com densidade populacional de 110 habitantes por hectare, em 1930 a área da cidade cresce para 17653 hectares com uma densidade média de 47 hab/ha. Fonte: " A Estrutura Territorial da Metrópole Sul-Brasileira", Flávio Villaça, citado em Rolnik (1997), pg.165.

<sup>16</sup> Rolnik (1997), pg.173.

impraticáveis<sup>17</sup>.

O incentivo à verticalização que era fornecido pela legislação fica claro quando se verifica que em fins dos anos 20 existiam na cidade apenas pouco mais de cinquenta edifícios com mais de quatro andares<sup>18</sup>, sendo que as alturas máximas permitidas pela legislação em pouquíssimos casos eram atingidas. Ainda assim, o Código de Obras de 1929 levou ainda mais adiante tal intuito, ao transformar o que eram as alturas máximas fixadas em 1920, nas alturas mínimas a serem, a partir de então, permitidas na zona central. Deste modo “demarcou-se a possibilidade de verticalização: estimulada na zona central, possível sob condições na zona urbana, proibida nas zonas suburbana e rural. Ao permitir a construção de edifícios mais altos apenas na zona central, a legislação reinvestiu na zona central, conferindo-lhe um novo potencial de edificabilidade que garantiria a contínua elevação de preços de terrenos e imóveis na região nos anos 20.”<sup>19</sup>.

A divisão da cidade em zonas com diferentes finalidades e potenciais de edificabilidade se consolidou como o principal instrumento de regulação do crescimento urbano. Este mecanismo legal funcionava em conjunção com a concentração das redes, principalmente de água, energia e transportes, nas regiões mais interessantes para os propósitos de lucro das companhias concessionárias destes serviços públicos. A coordenação entre tais dispositivos determinou o sentido dos grandes investimentos imobiliários realizados entre 1910 e 1940, assim como já tinha ocorrido no passado por ocasião do desenvolvimento do loteamento da Avenida Paulista.

Algumas das novas frentes de expansão urbana foram implantadas já como zonas altamente beneficiadas pelos poderes que coordenavam os deslocamentos da riqueza imobiliária e a implantação de infra-estruturas dentro do território paulistano.

O caso mais notável - e intimamente relacionado às transformações que se verificariam na Avenida Paulista durante este período - foi a ocupação e o desenvolvimento de toda a área da encosta do espigão delimitada de um lado pela própria Avenida e do outro pelo Rio Pinheiros.

<sup>17</sup> Segundo Somekh (1997, pg. 73) o primeiro elevador de se tem registro na cidade de São Paulo foi instalado no ano de 1918 no prédio do sanatório Santa Catarina na Avenida Paulista.

<sup>18</sup> Rolnik (1997), pg. 190.

<sup>19</sup> Rolnik (1997), pg. 129.

Em 1911 um “banqueiro e capitalista” de origem belga, Edouard Fontaine Lavelaye, se associou ao arquiteto Bouvard - projetista responsável pela criação da Avenida Higienópolis - e a diversos outros políticos e empresários brasileiros e estrangeiros com negócios no país, entre eles vários diretores da concessionária dos serviços de bondes, iluminação e do fornecimento de energia e gás da cidade - a Light - para fundarem a City of São Paulo Improvements Co., empresa que se dedicaria ao desenvolvimento de empreendimentos imobiliários na cidade<sup>20</sup>.

A City passou então a adquirir enormes extensões de terras na cidade de forma que um ano depois, em 1912, a empresa já era proprietária de 37% da área urbana da cidade. Em 1914 suas atividades se concentram no desenvolvimento do primeiro bairro no estilo *garden-city* da América do Sul - o Jardim América - localizado na várzea do Rio Pinheiros, a partir de onde subia a encosta do espigão da Paulista até se encontrar com a Alameda Jaú - a segunda paralela da Avenida logo abaixo da Alameda Santos.

A viabilidade do seu desenvolvimento dependeria tanto da prefeitura, que deveria realizar o calçamento da Rua Augusta - a via de acesso principal à região - quanto da Light da qual se pleiteava a expansão da rede de energia até o futuro bairro.

“Entre 1918 e 1928, os únicos bairros novos incorporados às redes de água e esgoto foram os Jardins da Cia. City”<sup>21</sup>. Em 1928 a prefeitura realiza a pavimentação das ruas do Jardim América.

As relações entre a Cia. City e a Light foram presididas por seus interesses comuns, que se deviam não apenas à participação de diversos indivíduos na direção de ambas. A própria Light era uma interessada direta na valorização dos imóveis da região.

Além de ter recebido diversos terrenos no bairro como parte do pagamento pela instalação da rede elétrica, a Light era proprietária de grandes áreas às margens do Rio Pinheiros, exatamente na direção em que a cidade se expandia com a implantação do loteamento dos Jardins.

<sup>20</sup> Todos os dados aqui utilizados foram retirados de Rolnik (1997), 130 a 136.

<sup>21</sup> Rolnik (1997), pg. 135.

Estas áreas, completamente desocupadas e retidas com o nítido fim de ganhos financeiros a partir da especulação imobiliária, vinham sendo adquiridas pela empresa a partir de suas prerrogativas legais que lhe permitiam solicitar a desapropriação de terrenos situados nas margens inundáveis do Rio Pinheiros. Este procedimento especulativo continuou sendo utilizado pela empresa por vários anos, e atingiu o seu auge na grande enchente de 1929, quando a partir da manipulação do volume de água do Rio Pinheiros através de suas usinas elevatórias de Traição e Pedreira, a Light contribuiu para o alagamento e consequente desapropriação de uma grande extensão de terras às margens daquele rio.

A implantação dos Jardins não só levou a urbanização em direção às propriedades da Light situadas na região sudoeste da cidade e ao bairro do Morumbi, que àquela altura já se delineava na outra margem do Rio Pinheiros, como também veio ao encontro das concepções urbanísticas que então orientavam as iniciativas dos poderes públicos. Conforme já foi mencionado anteriormente, a prefeitura se preocupava em expandir horizontalmente a cidade e em construir uma malha viária portentosa, capaz de suportar o intenso crescimento do fluxo de automóveis particulares e de ônibus coletivos.

Com a adoção do Plano de Avenidas de Prestes Maia, em 1930, definiram-se como prioritários os esforços para a abertura de grandes avenidas radiais, capazes de estabelecer uma série ligações diretas entre o centro da cidade e os bairros mais afastados.

No ano de 1934 a prefeitura asfaltou todas as ruas do bairro em troca de uma área de sete mil metros quadrados, de propriedade da Cia. City, que seria utilizada para a construção da Avenida 9 de Julho. Esta Avenida ao permitir uma ligação expressa entre o centro da cidade e o bairro teve o efeito de valorizar ainda mais os terrenos dos Jardins<sup>22</sup>.

Já nos contratos de compra e venda dos lotes haviam cláusulas referentes à natureza, às dimensões e à localização das casas e edículas a serem neles construídas. Reproduzindo diversos destes temas foi baixado em 1929 um decreto municipal que estabelecia o uso exclusivamente residencial e as dimensões dos

<sup>22</sup> Rolnik (1997), pg.135. Segundo Somekh (1997, pg. 121) o preço do metro quadrado de terreno no Jardim América em 1935 era de Cr\$60,00, no ano de 1944 tal preço já era de Cr\$300,00.

recuos a serem observados nos terrenos dos Jardins.

Assim, ao se iniciar a década de trinta - além de todas as transformações políticas e econômicas pelas quais passavam o país e a cidade de São Paulo como um todo - a Avenida Paulista assistia o desenrolar de uma verdadeira revolução na sua vizinhança mais próxima.

A encosta sudoeste do espigão, e toda a baixada que para além dela se estendia em direção ao Rio Pinheiros estavam se transmutando de uma agradável paisagem natural pronta para ser conquistada, em uma nova fronteira urbana que já começava a ser ocupada pelas residências da elite da cidade.

## V.2 Novos proprietários, Novas Propriedades, Nova Exclusividade.

A crise, no início dos anos 30, dos negócios relacionados à lavoura cafeeira trouxe consequências imediatas para os moradores da Avenida Paulista. Fortunas rapidamente criadas com a expansão contínua da cafeicultura desde 1870 foram destruídas com rapidez ainda maior a partir do momento em que o ciclo do café iniciou a sua fase descendente.

A situação mais crítica era aquela enfrentada pelos proprietários de fazendas e plantações que muitas vezes tinham seus imóveis na Avenida hipotecados como garantia pelos empréstimos contraídos para o financiamento da produção anual de suas lavouras. Em tal situação, às vezes bastava um ano de diminuição brutal nas vendas da safra ou de queda significativa dos preços pagos pelo mercado, para que se tornasse impossível o resgate de tais dívidas.

Os capitais que com o auxílio das políticas governamentais conseguiram se proteger foram redirecionados para diversos dos ramos de atividades industriais que então se constituíam, transformando assim também, em certa medida, o estilo de vida de parte da elite paulistana mais tradicional, que neste contexto voltava a buscar símbolos capazes de expressar sua modernização e capacidade de adaptação às vicissitudes da economia brasileira.

Foi desta forma que várias das suntuosas residências construídas na primeira fase da ocupação da Avenida Paulista, mudaram de mãos ao longo das décadas de 20 e de 30. Os novos proprietários eram na maior parte das vezes homens relacionados aos diversos setores da indústria, do comércio e das finanças que haviam se expandido entre o início do século e os anos 30. Em meio a este processo, várias residências da Avenida sofreram reformas contundentes empreendidas pelos novos milionários da cidade<sup>23</sup>. Tais reformas, antes de romperem com o padrão arquitetônico anterior - baseado no ecletismo e no

<sup>23</sup> Uma das mais comentadas reformas do período, embora não estivesse relacionada à venda do imóvel, foi aquela realizada na mansão dos Matarazzo e supervisionada por Piacentini, o "arquiteto oficial" do fascismo italiano. (Limena (1996), pg.86.).

simbolismo das fachadas e jardins - retomavam vários dos seus aspectos mais marcantes e os radicalizavam. A ostentação da riqueza passa, através das formas de apropriação das imagens da Avenida praticadas pelos novos proprietários, a se apresentar como uma caricatura de seu próprio passado.

Lévi-Strauss ao dizer que "(...) os milionários já deixaram a Avenida Paulista. Acompanhando a expansão da cidade, desceram com ela para o sul da colina, na direção dos tranquilos bairros de ruas sinuosas."<sup>24</sup> percebia em fins dos anos 30, parte do processo de desocupação e reocupação da Avenida Paulista. Por um lado, realmente acontecia a debandada de parte dos moradores mais "tradicionais", que deixavam a Avenida. Alguns em função da perda de suas propriedades e outros em busca da tranquilidade que passava a ser oferecida pelos bairros dos Jardins.

Um outro fator que contribuía para a intensificação desta migração das antigas fortunas era a divisão que ocorria nas famílias dos antigos proprietários da Paulista, quer em função de sua morte ou do crescimento e casamento de seus descendentes. A prática da repartição equitativa entre os herdeiros, em geral filhos e cônjuges, do patrimônio deixado por ocasião do falecimento dos chefes de família, associada ao altíssimo valor das propriedades da Avenida em comparação aos imóveis situados em outras regiões, inclusive nos Jardins, tornava extremamente interessante a venda dos bens da Paulista - uma vez que os valores apurados eram suficientemente elevados para permitirem a aquisição de diversas outras residências de menor valor em áreas nobres recém criadas.

Além disso, ao atingirem a idade adulta e procurarem fixar suas próprias residências, os filhos dos "barões da Paulista" encontravam nos Jardins a combinação ideal entre exclusividade e preços mais acessíveis do que na Avenida propriamente dita, e tudo isso não muito distante da casa de seus pais e sogros <sup>25</sup>.

Por outro lado, ao mesmo tempo em que a venda das residências trazia para a região outros personagens e as suas representações de riqueza e poder, o início das práticas de construção de prédios residenciais também participava do conjunto de reinvestimentos econômicos e simbólicos que garantiriam a continuidade da valorização das propriedades da Avenida Paulista.

<sup>24</sup> Claude Lévi-Strauss citado em Bueno de Moraes (1995), pg. 91

<sup>25</sup> Para um exemplo interessante da importância de tal proximidade entre a Avenida e outras regiões "nobres" da cidade nas práticas de manutenção da coesão familiar ver Limena (1996), pgs.63 e 64.

O ano de 1935 pode ser considerado um marco neste sentido: ao mesmo tempo em que se inaugurava a residência da filha de Ramos de Azevedo<sup>26</sup>, recém casada com um rico comerciante, apresentava-se à prefeitura o pedido de alvará para a construção do primeiro edifício residencial da Avenida Paulista<sup>27</sup>.

O alvará da prefeitura para a construção do edifício Camille Sabagh, na esquina da Avenida Paulista com a rua Frei Caneca, foi concedido em 1936. A demolição posterior deste prédio, na década de 60, ocasião na qual o Grupo Sul América ergueu no mesmo local um edifício de escritórios<sup>28</sup>, viria a marcar a difusão de um novo padrão de ocupação da Avenida que, como veremos mais adiante, terminou por sobrepujar a ocupação residencial verticalizada.

Durante o decorrer dos anos 40 não foram muitos os edifícios residenciais construídos na Paulista mas, de qualquer forma, a possibilidade de tais desenvolvimentos já havia mais uma vez sido viabilizada pela antecipação das transformações da cidade realizada recorrentemente pela legislação urbanística.

Se desde 1920, marco indicado por Nádía Somekh como o início do período de efetiva verticalização da cidade de São Paulo, já se consolidava um conjunto de normas e regulamentações referentes às alturas dos edifícios e do uso dos elevadores, pode-se verificar também que até 1957 tais leis se restringiram "(...) ao estabelecimento de alturas máximas, sempre mais altas que as praticadas e nem sempre resultando em um controle efetivo"<sup>29</sup> da intensidade e concentração espacial do processo de verticalização de São Paulo.

De acordo com esta autora o processo de verticalização entre 1920 e 1939 se restringe principalmente à área central da cidade e se dá através da construção de edifícios comerciais e de escritórios. Embora ao longo dos anos 30 tenham aparecido casos isolados de construção de edifícios em outras regiões da cidade - como por exemplo o edifício Camille Sabagh acima citado - a concentração do

---

<sup>26</sup> A casa então inaugurada, hoje conhecida como a "Casa das Rosas" - espaço cultural mantido pela Secretaria Estadual de Cultura - foi o último projeto de Ramos de Azevedo. Arquiteto dos mais requisitados na cidade a partir do fim do século XIX, e responsável pelos projetos de inúmeras residências da Avenida Paulista e de outras obras importantes para a cidade - como por exemplo o Teatro Municipal de São Paulo - Ramos de Azevedo era tido, na época de seu falecimento em 1928, como o "maior arquiteto e construtor do estado", posição obtida pela sua capacidade de dominar os recursos expressivos típicos do neo-classicismo arquitetônico.

<sup>27</sup> Limena (1996), pg. 86 e Bueno de Moraes (1995), pg. 161.

<sup>28</sup> Bueno de Moraes (1995), pg. 162.

<sup>29</sup> Somekh (1997), pg. 22.

processo na área central continuou a se verificar mesmo em meio ao espantoso crescimento do número de edifícios com mais de quatro andares<sup>30</sup> verificado na passagem dos anos 20 aos 30.

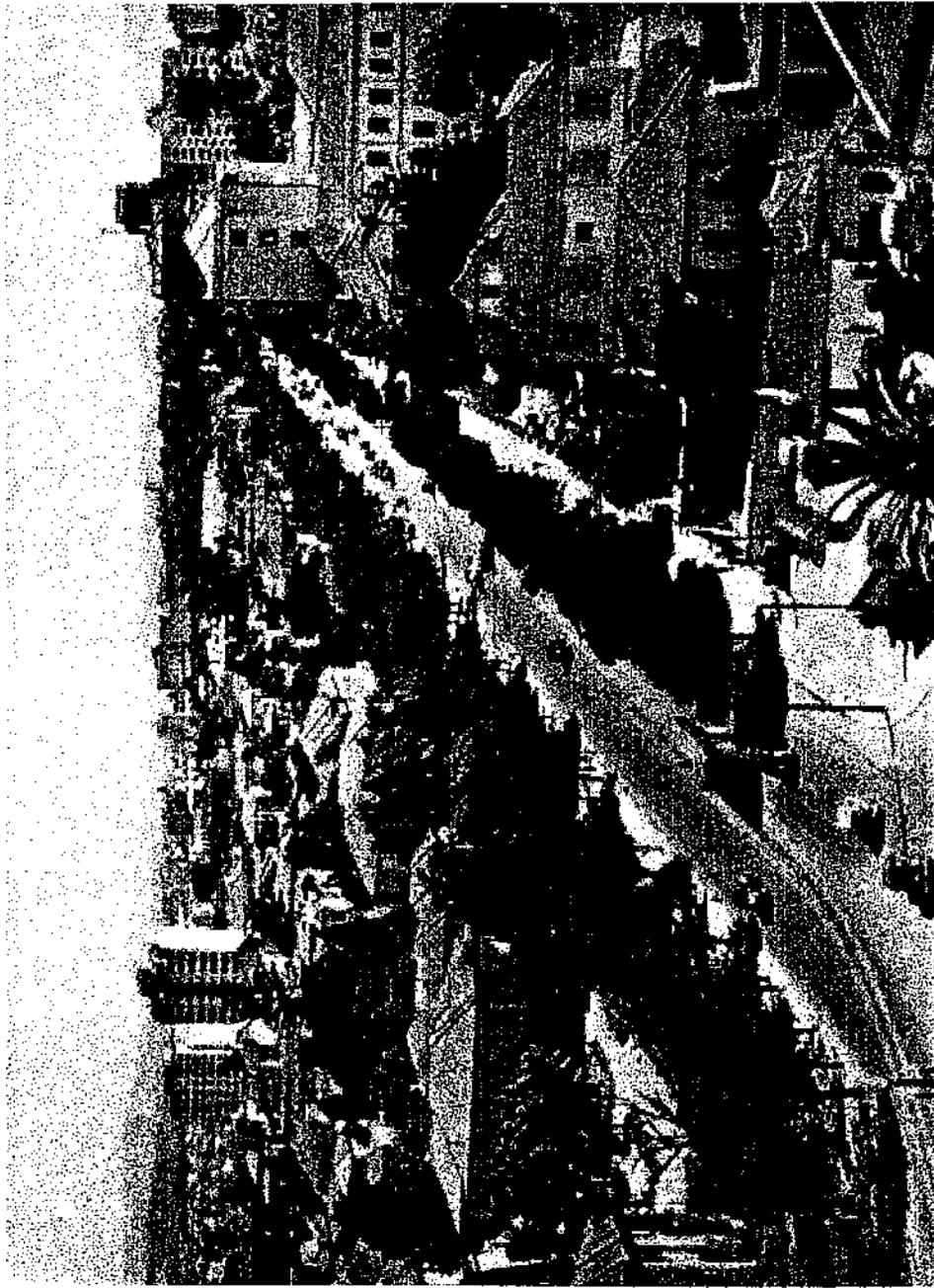
A lei 3.571 de 1937 viabilizou a verticalização de algumas outras áreas determinadas da cidade restringindo-as, entretanto, à ocupação exclusivamente residencial. São aí incluídas as avenidas Paulista, Higienópolis, Angélica, D. Pedro I e a Rua Maranhão<sup>31</sup>. A partir de então, a Avenida Paulista começou a ser, aos poucos, ocupada por grandes prédios de apartamentos. Se tal fato não pode ser considerado exatamente uma “democratização” das formas de ocupação da Avenida, conforme argumentarei a seguir, a sua contribuição para a atualização das imagens e dos usos da Paulista foi considerável. Entre 1940 e 1955 diversos dos maiores edifícios residenciais da Avenida tiveram suas obras iniciadas: em 1941 aprovou-se a construção do edifício Anchieta, entre a Rua da Consolação e a Avenida Angélica; em 1947 o edifício Savoy; em 1952 o Três Marias; em 1953 o Nações Unidas, o Saint-Honoré e o Baronesa de Arary; e em 1955 o Paulicéia<sup>32</sup>. Os apartamentos que compunham boa parte dos edifícios da Avenida tentavam reproduzir verticalmente todo o conforto e espaço característicos das casas da região. Tal esforço se refletia, por exemplo, nas amplas varandas ajardinadas dos apartamentos do edifício Saint-Honoré, que abrigam até hoje plantas ornamentais em profusão, numa clara referência aos magníficos jardins das primeiras residências térreas da Avenida. Em muitos casos os prédios tinham apenas um apartamento por andar, de forma não só a garantir um excelente espaço interno mas também a maior privacidade possível a cada um dos moradores.

Limena (1996) indica uma série de características de tais apartamentos e de suas formas de ocupação. Convém destacar, em primeiro lugar, a existência de dependências de empregados, reproduzindo os padrões de execução dos trabalhos domésticos tradicionais nas residências das classe mais altas paulistanas e, assim o fazendo, introduzindo diferenças nítidas em relação aos edifícios residenciais norte-americanos que a eles serviam de modelo e que contavam desde o início do século XX com áreas comuns de lavanderia e refeições e com um verdadeiro exército permanente de funcionários, como copeiros e arrumadeiras.

<sup>30</sup> “ Se até 1929 existiam pouco mais de 50 edifícios acima de quatro andares, depois de 1930 existem 10 vezes mais.” (Somekh, 1997, pg.103). A difusão de um padrão de verticalização baseado na construção de edifícios cada vez mais altos indica a transformação das concepções urbanísticas paulistanas em direção à adoção de padrões norte-americanos de produção do espaço urbano.

<sup>31</sup> Somekh (1997), pg. 133

<sup>32</sup> Dados fornecidos por Bueno de Moraes (1995), pg.164.



Avenida Paulista – Vista Panorâmica em 1952 (fonte: Instituto Cultural Itaú)

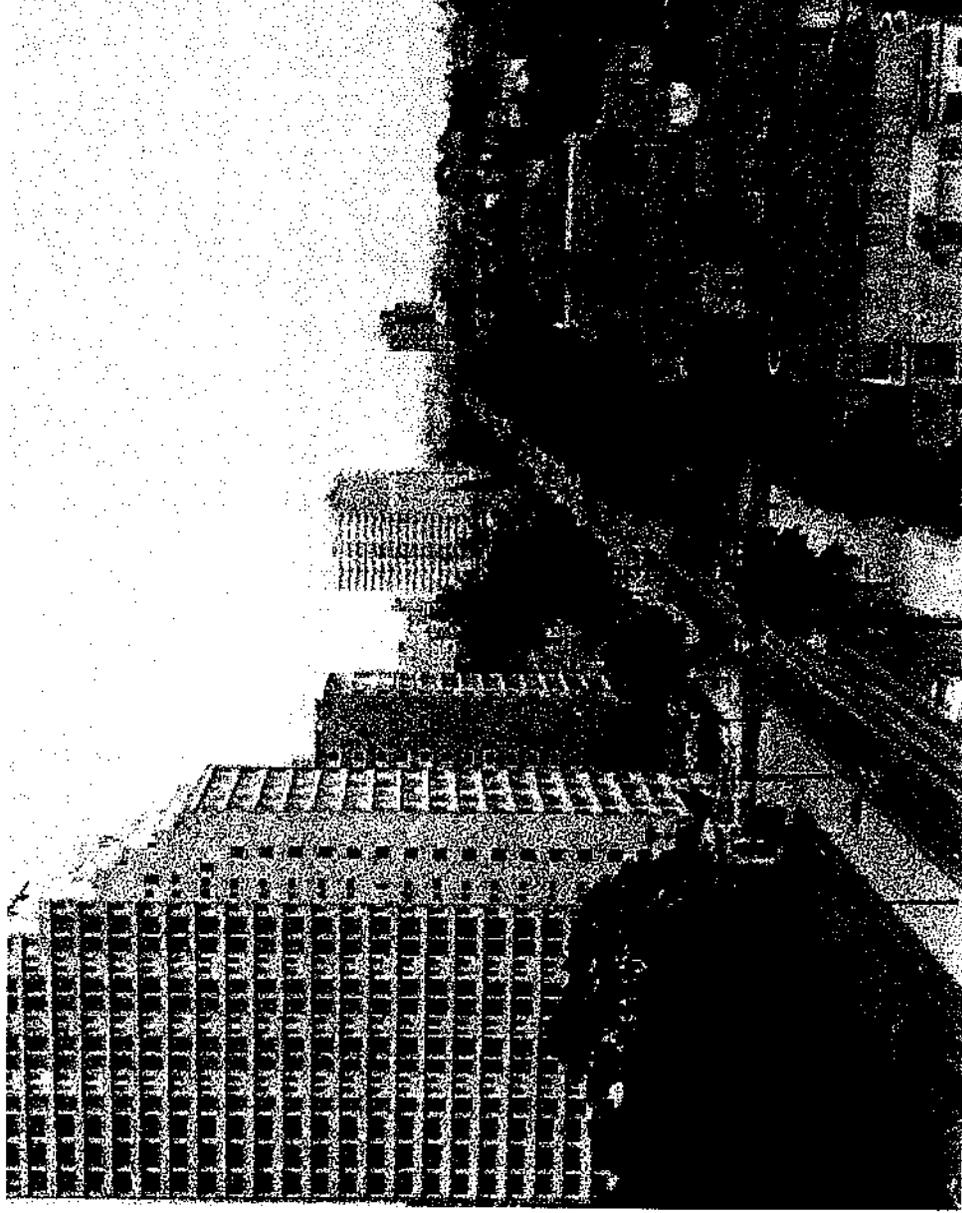
Em segundo lugar, a autora chama atenção para o fato de que eram raríssimos os casos de apartamentos alugados. A grande maioria deles era coerentemente ocupada pelos próprios donos, numa época em que fornecer a alguém o seu endereço “era apresentar ao mesmo tempo seus documentos e a sua conta bancária”<sup>33</sup>.

O que se percebe a partir das características dos edifícios construídos neste período, que se estende de 1940 a 1955, é que se a sua ocupação promoveu o adensamento populacional da Avenida em relação ao período anterior, marcado pela ocupação horizontal dos casarões, tal alteração não teve efeitos profundos no sentido de viabilizar a instalação na Avenida de moradias voltadas às classes populares. Mesmo no caso do edifício Paulicéia, construído já em fins da década de 50, e que possuía alguns apartamentos de um dormitório, as metragens das unidades eram bastante elevadas.<sup>34</sup> E nem poderia ter sido diferente. A edificação destes prédios de apartamentos foi realizada pelos grandes incorporadores imobiliários da cidade. O seu objetivo não era, definitivamente, romper com o caráter exclusivista da Avenida. O seu interesse na verticalização se devia, pelo contrário, na dupla utilidade que tal transformação possuía para a produção renovada da exclusividade da Avenida.

Em primeiro lugar, as silhuetas dos edifícios já haviam se tornado os novos índices da modernidade paulistana. A monumentalidade das fachadas dos casarões de aparência passadista estavam perdendo terreno para a grandiloquência dos destemidos arranha-céus. A sua estatura imponente invocava os grandes feitos tecnológicos com os quais o progresso estava sendo construído. A sua escala decididamente sobre-humana parecia desvincular a transformação da paisagem urbana de atos individuais corajosos e isolados, de forma a lhes associar a uma ordem superior, coletiva, de organização da cidade.

<sup>33</sup> A. Muhistein citado em Limena (1996). pg.88.

<sup>34</sup> Conforme me foi informado durante a pesquisa de campo, os apartamentos de um dormitório do Paulicéia possuem mais ou menos 70m<sup>2</sup> de área.



Avenida Paulista – 1957 (fonte: Instituto Cultural Itaú)

Desde pelo menos a excitação causada pela construção do Edifício Martinelli no centro da cidade no ano de 1929 - e que passara a rivalizar com a Paulista na disputa pelo título de símbolo mais importante da "paulistanidade" - a fascinação pelo efeito cenográfico dos grandes edifícios tomou conta das páginas da imprensa do período e da produção fotográfica sobre a cidade.<sup>35</sup>

Em meio a esses significados que a verticalidade passava a assumir, a construção dos edifícios residenciais cumpriu a função simbólica de retomar para a Avenida a atenção e a admiração públicas por toda a sua grandiosidade, riqueza e modernidade.

Em segundo lugar, e não menos importante do que o reinvestimento simbólico na imagem da Avenida, estava a produção renovada e imediata da lucratividade dos terrenos da Paulista. Tão simples quanto pode parecer, a estratégia aqui era a de multiplicar verticalmente a área dos terrenos. Nas palavras de Limena, "onde uma residência abrigava uma família, a verticalização se encarregou de abrigar várias."<sup>36</sup>

Mais uma vez a Avenida não fugiu à lógica das transformações urbanas mais amplas que se processavam na cidade de São Paulo. Através das políticas de zoneamento da cidade -cujo objetivo primeiro era criar as condições ideais para a valorização contínua e diferenciada do solo urbano - e do papel ativo dos agentes do mercado imobiliário, a Avenida se manteve - apesar da decadência da economia cafeeira, da criação de novos bairros residenciais exclusivos, e da demolição de várias das residências que a caracterizavam anteriormente - como uma das áreas privilegiadas de São Paulo para a realização de investimentos imobiliários altamente lucrativos e para a capitalização privada das vantagens de sua visibilidade.

O adensamento populacional da Avenida Paulista neste período em que os casarões começaram a ser substituídos por outros tipos de edificações, notadamente os prédios residenciais, não significou um desvio em relação à trajetória mais ampla de sua história ou em relação ao modelo de crescimento

<sup>35</sup> Incluem se aqui fotografias, matérias jornalísticas, fotomontagens e panfletos oficiais sobre a cidade. Alguns destes materiais são reproduzidos em Somekh (1997). Ver também Mendes (1993) e a sua análise - através do levantamento dos temas fotográficos mais utilizados na Revista S.Paulo - da importância que a produção de representações sobre a construção dos primeiros arranha-céus desempenhava na constituição de uma identidade paulistana vinculada ao trabalho e ao progresso.

<sup>36</sup> Limena (1996), pg.88

urbano da cidade. Conforme demonstra Somekh, no longo prazo os discursos do urbanismo que associavam a expansão das fronteiras da cidade ao controle do seu adensamento excessivo se revelaram apenas mais uma das formas de se beneficiar determinadas parcelas reduzidas da população em detrimento de todas as outras. As áreas da cidade que se beneficiaram do desadensamento causado pela expulsão dos pobres em direção às margens da cidade foram justamente as regiões mais ricas.

De acordo com os discursos que legitimaram historicamente as práticas do urbanismo modernizador paulistano, era de se esperar que as áreas mais verticalizadas da cidade apresentassem as maiores densidades populacionais, enquanto que nos bairros mais populares, menos verticalizados, a densidade mais baixa deveria compensar as piores condições de vida a que tal população é submetida.

Mas o que se verificou, no que diz respeito à verticalização de caráter residencial, foi exatamente o contrário. A carência de regulação legal das periferias da cidade fez com que a excessiva compartimentação da terra produzisse nas regiões mais pobres os maiores índices de densidade populacional. Por outro lado o vetor sudoeste, a área mais verticalizada da cidade e aonde se inclui a Avenida Paulista, apresenta as menores densidades de ocupação<sup>37</sup>. A verticalização residencial, antes de facilitar o acesso à mais bela e importante Avenida da cidade, recriou-a como espaço de exclusividade das novas elites de São Paulo.

### **V.2.1 A Ocupação da Avenida Paulista pelas Atividades Comerciais e de Prestação de Serviços.**

A partir da implantação do Plano de Avenidas de Prestes Maia, e da muito bem-sucedida ocupação dos bairros dos Jardins, a Avenida Paulista passou a desempenhar uma nova função na estrutura urbana de São Paulo.

---

<sup>37</sup> Somekh (1997), pg. 14.

Com a expansão da região sul e sudoeste da cidade o espigão da Paulista não era mais o limite da zona urbana naquela direção mas sim um local de passagem obrigatória - tanto em função de sua posição geográfica quanto do desenho viário implantado na cidade - dos fluxos diários de pessoas e mercadorias que se estabeleciam entre os bairros mais afastados e o centro da cidade.

Além da construção da Avenida 9 de Julho a prefeitura realizou também, como parte do Plano de Avenidas, as obras de prolongamento da Avenida Paulista<sup>38</sup>. Tal intervenção veio se somar às obras de alargamento e pavimentação realizadas por volta de 1903 de forma que em fins da década de 30 a Paulista já possuía as dimensões que seriam mantidas até o início da década de 70.

Assim, durante o período em que se intensificou a ocupação da Avenida através da construção de algumas novas casas e dos primeiros prédios de apartamentos, a Paulista já possuía os requisitos estruturais necessários para se transformar num dos principais corredores de trânsito e de negócios da cidade de São Paulo.

Estas novas funções da Paulista em lugar de substituírem por completo os antigos atributos da Avenida a eles vieram se somar. A Avenida Paulista passava a ser um importante elemento do sistema viário e comercial da cidade sem que para isso fosse necessária a destruição completa de suas características historicamente já constituídas: ela continuava desempenhando de forma muito clara o papel de excepcional reserva de valor econômico e simultaneamente de capital simbólico passível de apropriação pelas classes mais abastadas.

A sensível aceleração da velocidade dos deslocamentos por entre a trama da cidade - proporcionada pela crescente motorização dos meios de transportes utilizados - certamente se relacionava às características arquitetônicas que passavam a ser valorizadas, consumidas e produzidas. Os rebuscados detalhes das fachadas dos antigos casarões vão perdendo aos poucos a sua antiga proeminência na paisagem à medida em que se difunde a facilidade de leitura contida nos grandes volumes de linhas modernistas dos edifícios residenciais mais

---

<sup>38</sup> O Plano de Avenidas surtiu efeitos mais extensos sobre a Avenida Paulista, como argumentarei mais adiante, do que este aqui mencionado. O prolongamento da Avenida foi apenas a intervenção mais direta e imediata na sua forma material.

novos<sup>39</sup>.

Ao circular mais rápido o habitante da cidade passava a demandar a inscrição de significados de leitura mais ágil nas fachadas dos imóveis. O sentido desta determinação ou mesmo a possível relação de causalidade presente em tal relação entre velocidade e "imediatez" arquitetônica não é de fato o que a torna relevante: a mesma idéia poderia ser expressa dizendo-se que a agilidade das inscrições dos significados nas fachadas de estilo modernista permitiam a leitura mais instantânea por parte das pessoas que se deslocavam cada vez mais velozmente.

De qualquer forma, o que interessa é que as aos poucos as transformações nas faces visíveis da Avenida vão constituindo uma nova paisagem da metrópole. Por sobre todo o personalismo que estava envolvido na apreciação da Paulista dos "barões do café" vem se inscrever a modernização mais impessoal dos edifícios residenciais. Por sobre a fixidez envolvida nos pesados casarões das famílias mais tradicionais - ou para as quais a conquista da tradição era ainda absolutamente necessária - são construídos os prodigiosos edifícios verticalizados, de uso misto, melhor adaptados à paisagem da "São Paulo [que] não pode parar"<sup>40</sup>.

A facilidade com que eles se afastavam do solo - projetando suas sombras por sobre as construções menores - se tornava, na época, tanto o símbolo mais nítido do constante movimento da cidade rumo ao futuro como também a melhor forma de se materializar, na paisagem edificada, as narrativas de tal trajetória.

A Avenida começa a acumular funções e sentidos que se podia imaginar como excludentes. Ela é ao mesmo tempo lugar de residência e de passagem; lugar de reprodução acelerada da concentração histórica da riqueza da cidade e, simultaneamente, lugar de ágil transmutação das formas materiais assumidas por esta concentração.

Embora o modelo norte-americano de cidade verticalizada estivesse

<sup>39</sup> É interessante mencionar também que desde 1924 já atravessava a Avenida Paulista, na passagem do ano, a corrida pedestre de São Silvestre, que neste contexto pode ser lida como uma ritualização anual, realizada na escala do corpo humano, da apropriação recorrente do espaço da Paulista pela força e pela velocidade.

<sup>40</sup> "São Paulo não pode parar" era o lema difundido por Ademar de Barros na década de 50. Roinik (1997), pg. 197.

presente no imaginário paulistano já há algumas décadas<sup>41</sup> - como inclusive demonstravam inúmeros artigos da imprensa que, numa hesitação cheia de significados, alternavam-se nas comparações da Avenida ora com Paris, ora com Nova York<sup>42</sup> - foi no início da década de 50 que surgiria na Avenida Paulista, o primeiro empreendimento de inspiração inequivocamente norte-americana: o edifício do Conjunto Nacional.

Muito embora o edifício Nações Unidas, projetado em 1953 e só concluído em 1960, já contemplasse a instalação de uma galeria de pequenas lojas no seu térreo, é de fato o Conjunto Nacional um marco na arquitetura paulistana representando o início da instalação de atividades comerciais conjugadas ao uso residencial nos prédios da Avenida Paulista<sup>43</sup>.

A história da construção do Conjunto Nacional foi cheia de idas e vindas entre as pranchetas dos projetistas responsáveis e as mesas de despacho da prefeitura da cidade. Durante um longo período de impasses os usos, formas de ocupação e as dimensões do edifício foram alteradas diversas vezes. Não irei me deter em tais questões e procurarei apenas traçar um panorama mais geral desta história uma vez que o Conjunto Nacional retornará diversas vezes ao texto durante o próximo capítulo.

O terreno no qual o edifício foi implantado ocupa todo o quarteirão circunscrito pelas ruas Augusta e Padre João Manuel, a Alameda Santos e a Avenida Paulista, numa área de 14.600 m<sup>2</sup>.<sup>44</sup>

Anteriormente ali se encontrava a residência de Horácio Sabino, um dos grandes empreendedores imobiliários da primeira fase da Avenida, e que viria a se tornar posteriormente, como já foi mencionado, um dos principais responsáveis pela criação da City of São Paulo Improvements Co. - empresa que realizou o loteamento dos Jardins.

---

<sup>41</sup> Somekh (1997, cap 3), argumenta que mesmo na primeira fase da verticalização do centro da cidade, durante os anos vinte, apesar das feições europeizadas de diversos edifícios, era já o urbanismo norte-americano que orientava os sentidos mais gerais de tal processo.

<sup>42</sup> Os inúmeros trechos retirados da imprensa diária da cidade, citados em Bueno de Moraes (1995), ilustram muito bem tal indefinição.

<sup>43</sup> É interessante notar que enquanto o edifício Nações Unidas se inspirava no sucesso do edifício Galeria Califórnia - situado na Rua Barão de Itapetininga, no centro da cidade - projetado por Oscar Niemeyer, o Conjunto Nacional se inspirou diretamente em edifícios norte-americanos construídos na mesma época.

<sup>44</sup> Limena(1996), pg 97.

A venda da propriedade ao Sr. José Tijurs, o homem que construiu o Conjunto Nacional, foi realizada pelos herdeiros de Horácio Sabino logo após a sua morte e de sua esposa em curto espaço de tempo. A operação, altamente lucrativa para a família, era lembrada muitos anos depois por sua filha, que aproveitava para protestar contra o não cumprimento, por parte do comprador, de uma promessa supostamente feita na época da transação: "Sentimos muito quando a casa foi abaixo. Mas meu pai e minha mãe tinham morrido, com 17 dias de intervalo. E como o terreno era uma propriedade de valor extraordinário, decidimos vender. Quem comprou era um homem chamado José Tijurs. Na ocasião, inclusive, ele disse que ia conservar o bosque. Não apenas pôs tudo abaixo como construiu um prédio feíssimo, sem nenhuma graça."<sup>45</sup>.

A construção do conjunto Nacional teve início em 1953, mas até o ano de 1963 ainda tramitavam na prefeitura as últimas alterações pedidas no alvará da obra. Em 1957 inicia-se a ocupação do edifício com a inauguração do restaurante Fasano. A partir daí, à medida em que se completavam determinadas etapas da obra, partes do prédio iam sendo entregues ao público, não tendo havido portanto uma inauguração do edifício.

O projeto arquitetônico ficou a cargo de David Liebeskind, um recém-formado arquiteto mineiro que, ao que tudo indica, conseguiu dar forma às intenções do empreendedor. Segundo o arquiteto, certa vez Tijurs haveria dito a ele "Eu quero fazer da Paulista a 5ª Avenida brasileira. As famílias desses barões que moram aqui hoje ainda vão me pagar *royalties* pela valorização do terreno."<sup>46</sup>. O Conjunto Nacional foi projetado em duas lâminas. Uma primeira, horizontal, ocupa toda a área do terreno, com entradas nos seus quatro lados, e se destina a abrigar atividades comerciais diversas. Uma segunda lâmina, vertical, que se apoia sobre a primeira, se constitui de dois blocos, paralelos à Avenida Paulista, e cujos usos programados mudaram várias vezes durante a construção do prédio.

Inicialmente pensava-se em destinar um bloco para apartamentos e um segundo para a instalação de um hotel. A idéia do hotel foi posteriormente abandonada, e em seu lugar foi construído um edifício de escritórios: "Esta alteração foi motivada, segundo diz o arquiteto David Liebeskind, pelo

<sup>45</sup> Depoimento de Maria Helena de Souza Queiroz, publicado na revista "Goodyear Especial - Avenida Paulista, o futuro faz cem anos". São Paulo, 1991. Citado em Limena (1996), pg. 99.

<sup>46</sup> David Liebeskind em depoimento publicado na revista "Goodyear Especial - Avenida Paulista, o futuro faz cem anos". São Paulo, 1991. Citado em Bueno de Moraes (1995), pg.174.

reconhecimento dos proprietários em adequar o prédio ao panorama em que vinha se consagrando a Avenida Paulista já naquela época, por meio das rápidas transformações em sua estrutura urbana, quando perdia o uso residencial dos anos anteriores.”<sup>47</sup>.

Nas galerias da lâmina horizontal - além do restaurante já mencionado, frequentado normalmente pelos milionários e pelas mais importantes personalidades internacionais em visita à cidade - se instalaram diversos estabelecimentos comerciais tradicionais que começavam a deixar o centro da cidade.

Comportando lojas de roupas, galerias de arte, cinema e outros espaços de consumo elitizado, inclusive um teatro que não chegou a ser operacionalizado, o Conjunto Nacional se fixou nestes primeiros anos de seu funcionamento como o primeiro centro comercial de grande porte a ser instalado na Avenida Paulista. Várias de suas características - notadamente a criação de uma área interna em forma de praça, destinada a recriar em um espaço privado a aparência do espaço público - já antecipavam as formas e funções que posteriormente, a partir das décadas de 70 e 80, se tornariam marcas presentes na maioria dos inúmeros “*shopping centers*” construídos na cidade.

No ano de 1949 já havia sido inaugurada na rua 13 de Maio, no limite de uma das cabeceiras da Paulista, a loja da Sears Roebuck, grande *magazin* norte-americano<sup>48</sup>. Embora ela tenha se constituído naquela época como um ponto preferencial de compras para os paulistanos parece que o seu significado foi muito mais o de indicar a direção para a qual viriam a se deslocar, a partir do centro da cidade, as atividades comerciais do que propriamente sinalizar o início da ocupação comercial da Avenida Paulista. Até porque seria apenas em 1952 que a legislação referente aos usos permitidos para a Avenida Paulista seria modificada de forma a possibilitar a instalação de atividades comerciais como lojas e escritórios.

Assim, em 1953, quando se iniciam os procedimentos de construção do edifício Nações Unidas e também do Conjunto Nacional, já se fazia presente - em

<sup>47</sup> Bueno de Moraes (1995), pg.178. Este mesmo autor também demonstra a interessante semelhança entre o projeto arquitetônico do Conjunto Nacional e o edifício Lever House, construído em Nova York no ano de 1952. (idem, pg.173).

<sup>48</sup> No local em que hoje se encontra o Shopping Paulista, assim batizado, segundo seus proprietários, em homenagem à Avenida. (Limena, 1996; pg.96.)

meio a diversos setores importantes da sociedade paulistana - a idéia de que o futuro da Avenida Paulista não passava mais pela manutenção de seu caráter de zona exclusivamente residencial.

É fácil perceber que tal transformação se esboçava, ainda que em termos mais abstratos, já na adoção do Plano de Avenidas de Prestes Maia na década de 30. Algumas das idéias ali contidas iriam influenciar sensivelmente o sentido das mudanças verificadas na Avenida Paulista, pelo menos até o início dos anos setenta. A primeira, e mais importante delas por nortear todo o restante do Plano, era que o objetivo central da produção de uma malha viária eficiente era o de propiciar a produção de novos espaços de centralidade que permitissem o desafogo do centro da cidade. Ou seja, a partir da crítica à constituição de uma centralidade única e absoluta, Prestes Maia entendia que “espalhar o movimento, multiplicar os centros é o *mot-d’ordre* do urbanismo moderno.”<sup>49</sup>.

Em segundo lugar, para que as vias pretendidas se tornassem de fato operacionais para a intensificação dos deslocamentos pela cidade, as suas qualidades urbanísticas e estéticas deveriam produzir por um lado, um trânsito fluente e suave e, por outro, uma integração entre as próprias avenidas e as diferentes regiões da cidade que conformavam os seus entornos: “Associou-se o modelo das avenidas a um tratamento paisagístico das artérias e a um zoneamento cujas características deveriam ser, de acordo com Prestes Maia: ‘moderação, respeito pelas tendências naturais (salvo quando opostas a princípios essenciais de urbanismo), colaboração com o plano geral, acordo com a estrutura social existente’. Não havia portanto, intenção nenhuma de mudar as posições relativas que foram sendo conformadas pelos distintos segmentos do mercado imobiliário. Sua proposta era de restringir a altura dos edifícios de forma mais rígida na área central do que na orla do perímetro de irradiação, (...) instituir corredores e zonas comerciais ao longo das radiais [e] o uso residencial verticalizado ao longo das radiais e diametrais próximas.”<sup>50</sup>.

O trecho acima não poderia ser mais claro. A Avenida Paulista possuía todas as características necessárias para que se tornasse uma das principais regiões a tomar parte neste novo modelo de organização da cidade. Em termos estruturais a amplidão de seus espaços - da Avenida propriamente dita e dos lotes ao seu

<sup>49</sup> Prestes Maia citado em Rolnik (1997), pg.191.

<sup>50</sup> Rolnik (1997), pg. 191.

redor - significava uma enorme facilidade para a intensificação de sua ocupação e a configuração de uma nova centralidade para a cidade. Quer fosse através da verticalização ou do deslocamento de atividades comerciais e dos fluxos de veículos para a Paulista a sua localização, o seu traçado, e a organização de suas compartimentações passariam cada vez mais a desempenhar a função de atrair novas atividades para os seus espaços.

Acrescentava-se a isso todo o peso dos interesses econômicos dos agentes do mercado imobiliário. A verticalização - que no caso da Paulista representaria uma intensificação da densidade de ocupação em relação à época dos casarões - associada à possibilidade de usos comerciais diversos significou o nascimento de oportunidades de negócio excepcionais, uma vez que dava início a uma nova e avassaladora onda de valorização dos preços dos imóveis.

O interesse dos incorporadores pelas áreas da Avenida era intensificado pelos ganhos adicionais previstos com a reapropriação do capital simbólico que ali já se acumulara com o passar dos anos. A possibilidade de se "vender", junto com os imóveis produzidos, a exclusividade e distinção da sua localização tornava ainda mais acelerada a realização dos novos empreendimentos imobiliários.

No momento em que a verticalização do centro da cidade era refreada pelas políticas públicas e também pelo fato de que já eram poucos os terrenos disponíveis para a construção de altos edifícios naquela região, os interesses do mercado imobiliário se voltam para a Paulista, e passam a atuar no mesmo sentido das políticas públicas.

O caráter irreversível de tal movimento originava-se na desvalorização impingida às antigas residências horizontais. Ao mesmo tempo em que o espaço dos terrenos era valorizado em função dos lucros potenciais a serem realizados com a verticalização de caráter comercial, a "utilidade" residencial e econômica dos antigos casarões - agora espremidos entre os novos edifícios - se esgotava.

A eventual resistência de alguns proprietários em vender seus casarões parecia dizer respeito muito mais a uma estratégia econômica em busca de maior valorização pelo mercado do que a qualquer outro possível motivo. Tal idéia veio a ser confirmada, durante as décadas seguintes, com as inúmeras notícias de demolições realizadas apressadamente, na calada da noite, por proprietários de

velhas residências que buscavam evitar assim, a ameaça de iminente tombamento de seus imóveis.

O cenário para as transformações ocorridas na Avenida Paulista entre a década de 30 e os anos 60, estava assim montado. Os formuladores das políticas públicas, os agentes do mercado imobiliário e os proprietários de imóveis na Avenida Paulista - três segmentos historicamente não excludentes quando se tratava de definir os rumos do urbanismo paulistano - reuniam-se mais uma vez, em torno de objetivos comuns. Para a sua consecução, tais agentes possuíam, sem dúvida alguma, os poderes políticos e econômicos necessários, e para além destes, possuíam também a clara compreensão da lógica que desde 1890 vinha presidindo a História da Avenida Paulista.

### V.3 Finanças e Cultura no Centro da Metrópole.

#### V.3.1 O Masp Como Sinalizador dos Novos Investimentos na Distintividade Local.

No início dos anos 60 a aparência da Avenida já havia sido completamente modificada. Alguns casarões, em geral muito mal conservados, ainda sobreviviam mas o seu papel nas imagens da Avenida já não tinha o destaque de outros tempos. Os personagens centrais eram agora os edifícios de apartamentos, os centros comerciais e o trânsito cada dia mais intenso.

A visível decrepitude das mansões e palacetes não deixava de ter seus significados no novo panorama da Avenida. Ao mesmo tempo em que seu abandono os relegava a planos secundários nas representa es cotidianas do desenvolvimento da cidade, expresso pelo florescimento comercial da Paulista, a sua simples permanência nos espaços ainda não ocupados pela verticaliza o indicava que novas transforma es ainda estavam por vir.

Estes exemplos do passado, meio vivos porque de p  e meio mortos porque obsoletos, funcionavam alternadamente como signos de cada um dos extremos da "destrui o criadora" da cidade. Cada constru o remanescente, submetida isoladamente ao olhar mais detido e individualizante dos técnicos e peritos das diversas artes da urbanidade, encarnava a morte das coisas belas, o peso insuportável do presente sobre o passado. O seu conjunto, lido pelo transeunte na pressa de quem vive em meio   novidade, visto de passagem como *flashes* repentinos por entre o reluzir das novas imagens na Avenida, indicava o nascimento de outras coisas, belas a seu modo - indicava a leveza do futuro sendo inscrita no presente, através da destrui o da memória.

Além destas altera es na posi o relativa dos significados internos   Avenida - aqueles produzidos pela intertextualidade de seus incontáveis elementos

- haviam se transformado também as relações entre a Avenida e o restante da cidade.

No início do século a Avenida Paulista era um bairro residencial relativamente isolado, a partir de onde a elite ocupava e delineava um dos horizontes da cidade. A partir do centro, os olhares se elevavam e se perdiam em direção à Avenida distante.

Na década de 60 a cidade já ultrapassara em muito a Avenida. Olhando-se "de fora" o centro e a Paulista já se misturavam num mar de torres e paredes de concreto. A Avenida se tornava uma linha, especialmente luminosa e elevada no horizonte, indicadora da intensidade da vida nas regiões centrais.

A essa mudança na inserção espacial da Avenida em meio ao contexto mais amplo do espaço urbano paulistano - de limite externo distante, para linha demarcatória daquilo que melhor representa a internalidade e relativa entropia da metrópole, o seu centro urbano - correspondeu uma transformação significativa nos conteúdos materiais da própria Paulista. Como descrito no ítem precedente, a Avenida foi gradualmente sendo reinvestida por atores diversos que - através da renovação da sua paisagem e das suas formas de uso - visavam garantir a reprodução ampliada da sua lucratividade econômica e do seu capital simbólico.

A decadência dos casarões e a transformação das relações sociais que os ancoravam a um mundo relativamente estável, significou também o enfraquecimento de diversas formas de sociabilidade antes exercitadas nos espaços de "glamour" da Avenida Paulista. Os espaços quase públicos de lazer cederiam lugar aos espaços essencialmente privados do lazer de consumo. As grandes reuniões políticas e de negócios - onde muitas vezes se arquitetava o futuro da cidade - deixariam de se realizar nos espaços domésticos das grandes residências e se deslocariam para os ambientes mais "profissionais", e nem por isso menos exclusivos, dos edifícios corporativos.

O uso do Parque Tenente Siqueira Campos perdeu sua intensidade à medida em que a cidade o cercava cada vez mais de perto. Os cuidados com sua manutenção diminuíam no mesmo passo que a sua exclusividade e isolamento.

Em 1950, o Belvedere do Trianon foi fechado após a realização de um

último baile “popular” cuja renda se reverteu para o Museu de Arte Moderna de São Paulo. Mas já há algum tempo estes bailes haviam perdido o seu antigo apelo às elites da cidade. Com a multiplicação dos restaurantes finos e dos clubes exclusivos, estas “passariam a se reunir em salões fechados”<sup>51</sup>, como aconteceu na década de 50, por exemplo, nos salões do luxuosíssimo restaurante Fasano do Conjunto Nacional.

O Belvedere foi demolido em 1951, e em seu espaço se instalou temporariamente um pavilhão onde foi realizada a primeira Bienal de São Paulo. O primeiro projeto formulado pela prefeitura previa a ocupação desta área através da construção de um conjunto de benfeitorias voltadas para o lazer popular. A função já consagrada de mirante seria mantida com a criação de uma praça arborizada servida por lanchonetes e outros serviços de apoio<sup>52</sup>.

Tais intenções foram abandonadas e, por razões que posso apenas supor, abriu-se um concurso público para a escolha de um projeto arquitetônico a ser utilizado na construção do prédio que serviria como instalação definitiva para o Museu de Arte Moderna de São Paulo.

O Museu já existia há alguns anos, inicialmente instalado no prédio dos Diários Associados na Rua 7 de Abril. O seu nascimento remonta ao ano de 1946, quando durante um almoço em sua residência, em Copacabana, o magnata da imprensa brasileira Francisco de Assis Chateaubriand teria dito a Pietro Maria Bardi: “Vamos instalar um museu; mas em São Paulo, pois é lá que está o dinheiro: o café ainda dá.”<sup>53</sup>. Ao que parece, Chateaubriand acreditava também que, dentre todos os lugares de São Paulo, era na Avenida Paulista que esse dinheiro estava.

Bardi se tornaria, a partir de então, o responsável pelo museu e sob a sua coordenação iniciou-se o processo de composição do acervo do MASP. As primeiras obras foram compradas por Bardi e por Assis Chateaubriand, que se encarregava de angariar os recursos necessários, através de sua enorme influência e pressão, em meio ao empresariado paulista.

A construção do MASP na Avenida Paulista deveria, por determinação

<sup>51</sup> Limena (1996), pg. 94. Nesta época, segundo a autora, os bailes ali realizados possuíam um caráter e frequência já muito distintos dos grandes bailes de gala que marcaram os primeiros anos de funcionamento do salão.

<sup>52</sup> Bueno de Moraes (1995), pg. 188.

<sup>53</sup> Depoimento de Pietro Maria Bardi citado em Bueno (1995), pg. 187.

da prefeitura, proprietária do terreno, respeitar a maravilhosa vista que já havia feito a história do Belvedere Trianon. Esse era o requisito básico exigido dos projetos inscritos no concurso.

Segundo se conta, o único dos projetos apresentados a seguir satisfatoriamente tal diretriz, foi aquele elaborado por Lina Bo Bardi, esposa de Pietro Maria Bardi<sup>54</sup>. O edifício do MASP foi construído então como um único grande bloco retangular que se elevava acima do nível da Avenida Paulista, sustentado por quatro pilares de 4m x 2,5m em seus cantos, e simultaneamente suspenso por duas vigas de concreto que deles se originavam atravessando o perfil superior da construção<sup>55</sup>. De acordo com o projeto de Lina Bardi as instalações do museu se concentravam abaixo do nível da Avenida Paulista - onde foram construídos auditórios, salas de exposição e um restaurante - e nos dois andares elevados que compõem o volume único do prédio suspenso. Com esta solução o edifício manteve livre grande parte do terreno no qual se implantou. Ao nível da Avenida criou-se o espaço que se tornou conhecido como o "vão livre do MASP", e que deveria ser utilizado para a realização de eventos culturais abertos ao público e outras atividades coletivas<sup>56</sup>.

De qualquer forma, com o passar dos anos o MASP se tornou gradualmente um dos principais pontos de referência da Avenida Paulista e uma das imagens mais reproduzidas da cidade de São Paulo.

Embora eu não tenha encontrado interpretações suficientemente claras a respeito dos motivos que levaram à escolha da Paulista como o lugar para a instalação do MASP, no decorrer da pesquisa foi se tornando cada vez mais nítida a importância que teve tal escolha para a manutenção da distintividade da Avenida sob uma forma atualizada: O MASP contribuiu enormemente - à medida em que a sua construção inscreveu de uma forma explícita naquele espaço, e graças a ele, a importância do consumo da chamada "alta cultura" - para que se constituísse e desenvolvesse a idéia da existência de um pólo de concentração cultural na "Avenida Paulista". Me refiro à produção de tal significação como uma atualização da distintividade local por perceber neste processo uma nítida

<sup>54</sup> Bueno de Moraes (1995), pgs 188 e 189.

<sup>55</sup> A descrição mais completa das características técnicas do edifício pode ser encontrada em Bueno de Moraes (1995), pgs 189 a 192.

<sup>56</sup> Conforme veremos no próximo capítulo, os usos atuais deste espaço são completamente outros, indicando claramente a importância que possui o tratamento dos espaços da Avenida a partir da perspectiva dos seus usos concretos, e não apenas com base nas intenções e propostas de seus planejadores.

reapropriação de valores e juízos sobre a Avenida já produzidos no passado.

Já nos inícios de sua história a disseminação ao longo da Avenida das inúmeras referências estilísticas e culturais contidas na saturação arquitetônica de seus casarões colocava na ordem do dia o tema da competência cultural no domínio de amplos repertórios estéticos. Feita operar como uma caixa de ressonância de suas partes componentes, a própria Paulista foi sendo investida dos significados e imagens de exclusividade que aquelas faziam circular.

Após um curto período sob a ameaça de um eventual “Triunfo do Mau Gosto”<sup>57</sup> - período este que coincide com um segundo momento da verticalização residencial, quando os apartamentos construídos começavam a diminuir de tamanho e a situação de locação se difundia - a revalorização imobiliária a partir do início da ocupação comercial, e o “renascimento cultural” da Paulista, com a instalação do MASP, vieram restabelecer a aura de “alta cultura e altas finanças” que já marcara e definira o seu passado.

A Avenida voltaria a ser ocupada por atividades tão nobres e prósperas quanto ela mesma. E é aqui que me parece surgir um dos traços mais fortes da história da construção da singularidade da Paulista: a permanência através de mais de um século, apesar das transformações radicais em suas formas, do fortíssimo efeito de realimentação existente entre a sua própria distintividade e as distintividades particulares dos seus ocupantes e proprietários.

O MASP é um lugar especial, porque está na Paulista. A Avenida representa as diversas faces positivas da riqueza da cidade porque abriga o MASP e as belas torres de vidro onde se instalaram as sedes das grandes instituições financeiras. Tais edifícios espelham o futuro viável da cidade porque são vizinhas do MASP e dos casarões restaurados., e assim por diante.

---

<sup>57</sup> Foi este o título dado ao já citado último baile realizado no Belvedere do Trianon antes de sua demolição. (Limena; 1996, pg.95).

### V.3.2 O Complexo Corporativo da Avenida Paulista.

Na época da construção do atual prédio do Museu de Arte Moderna na Avenida Paulista, na segunda metade dos anos 60, o país vivia os primeiros anos de um período que passaria a ser conhecido como o “milagre econômico”. Sob um regime militar ditatorial o Brasil sofreu um novo surto de industrialização baseado no crescimento do setor de produção de bens de consumo. Abriam-se oportunidades de ascensão social para as camadas médias escolarizadas, incorporadas às atividades administrativas em expansão, ao mesmo tempo em que se reduziram os rendimentos da grande maioria dos trabalhadores com o objetivo de fornecer mão-de-obra barata às indústrias nascentes. Aprofundaram-se radicalmente as disparidades sociais e a concentração da renda.

A região metropolitana de São Paulo era, já a algum tempo, o principal centro da produção capitalista em território brasileiro. Já nos anos 40 São Paulo havia ultrapassado o Rio de Janeiro, ainda capital da República, em termos de participação na produção industrial brasileira<sup>58</sup>. Em fins dessa mesma década, o emprego industrial crescia a taxas de 5% ao ano. A concentração das atividades industriais, dentro da região metropolitana se dava prioritariamente no município de São Paulo de forma que em 1939 a renda interna deste representava 38,3% de toda a renda interna brasileira<sup>59</sup>.

Entre 1940 e 1960, verificou-se uma redistribuição relativa desta enorme concentração industrial na cidade de São Paulo. O município vê a sua participação nos índices referentes ao setor secundário da economia se reduzir em relação à região metropolitana; e os desta, da mesma forma, em relação ao restante do estado.

Mas o que também marca as transformações sofridas pela economia do município ao longo destas duas décadas é o crescimento das atividades relacionadas ao setor de serviços. Embora as atividades industriais no município de São Paulo tenham crescido intensamente, os diversos ramos de atividade do setor terciário se expandiram ainda mais. Nas décadas de 40 e 50 a renda interna do setor de serviços cresceu 40 vezes e, dentro deste, a dos serviços de

<sup>58</sup> Cordeiro (1997), pg.320.

<sup>59</sup> Levy (1997), pg 136. Os diversos dados que apresento a seguir, salvo quando explicitada outra fonte, foram obtidos neste texto.

intermediação financeira 60 vezes, de transportes e telecomunicações 50 e a renda do comércio 20 vezes.

Grande parte destas atividades vinham a reboque do crescimento industrial do próprio município, mas tal incentivo não correspondia à totalidade deste crescimento. O crescimento do setor terciário em São Paulo era devido, também, ao crescimento econômico de outras regiões do estado: “é o que explica o fato de, em 1959, o município concentrar cerca de 68% da renda gerada pelas empresas financeiras paulistas, 57% do comércio, e 55% dos demais serviços do estado de São Paulo.”<sup>60</sup>.

A população da cidade se expandia também a um ritmo impressionante, graças aos influxos de migrantes de outras regiões do estado e do país. Assim, tais grandezas, envolvidas neste crescimento dos serviços, expressam também as dimensões que ia já assumindo na economia paulistana a parcela da população que dependia de atividades instáveis e mal-remuneradas. As ocupações ligadas ao artesanato, consertos e confecções empregavam, em 1968, 20% dos paulistanos envolvidos com a prestação de serviços.

Este quadro rapidamente esboçado até aqui, aponta em duas direções bastante nítidas: em primeiro lugar, o crescimento e a industrialização da cidade de São Paulo a partir do início do século, mas principalmente a partir da década de 30, nunca chegou a ser capaz de incorporar de fato à vida política e econômica da cidade a imensa massa de mão-de-obra barata de que necessitou o padrão de acumulação adotado. A produção de uma sociedade de consumo para poucos se fez por sobre a transformação de muitas das pessoas, atraídas pelas promessas da cidade grande, na enorme massa de despossuídos, indigentes e miseráveis sobre a qual recaíram, até agora, os ônus do crescimento econômico. Uma série interminável de dados a este respeito poderia ser fornecida, inclusive aqueles referentes à organização espacial das periferias da cidade, mas tal tarefa fugiria dos objetivos e do alcance deste trabalho<sup>61</sup>.

Em segundo lugar, surge a percepção de que, já na década de 60, a cidade de São Paulo começava a se delinear como o centro do controle administrativo das atividades capitalistas desempenhadas em escalas que ultrapassariam, cada vez

<sup>60</sup> Idem, pg.137

<sup>61</sup> Uma minuciosa análise sobre a produção das periferias paulistanas e as suas relações com os contextos político-econômicos mais amplos é feita por Rolnik (1997), já amplamente citado ao longo deste capítulo.

mais, os limites geográficos do município, abrangendo o estado, a nação e, para além desta, os espaços do capitalismo transnacional.

Este segundo ponto me parece ser extremamente relevante no que se refere à compreensão do papel que passa assumir a Avenida Paulista a partir da ruptura das condições de manutenção de sua exclusividade residencial.

Ao imaginarmos a instalação dos edifícios comerciais e de uso misto nos lugares antes ocupados pelos casarões é extremamente compreensível que adotemos o olhar do pedestre ou do motorista que, ao se deslocar pela Paulista, começava a perceber aqui e ali alguns indícios desta transformação. Uma lanchonete ou restaurante, as primeiras agências bancárias, uma papelaria e outros estabelecimentos comerciais mais ou menos do mesmo estilo e da mesma ordem de grandeza, se constituíam (e ainda se constituem) como a face mais imediatamente visível deste processo. O cidadão comum convive diariamente, ao nível da rua, com aquilo que podemos chamar de “serviços ao consumidor”<sup>62</sup>

É claro também que tais usos são relevantes para a compreensão do intrincado funcionamento que o cotidiano da Avenida foi assumindo nas últimas décadas. Não é minha intenção aqui ignorá-los ou diminuir sua importância. Pelo contrário, eles são essenciais para compreender o presente da Avenida conforme argumentarei no próximo capítulo.

Mas as novas formas de ocupação dos espaços verticalizados produzidos na Paulista a partir da sua liberação para as atividades terciárias em 1952, ultrapassam em muito essa percepção mais imediata que as atividades comerciais em geral podem proporcionar. E é justamente este o motivo para o uso do termo “atividades terciárias” em lugar de simplesmente “atividades comerciais”.

Mesmo não querendo significar exatamente apenas o comércio de mercadorias tangíveis, a expressão “atividades comerciais” já possui toda uma carga que aponta para as relações face-a-face de compra e venda de algo e, também, para a existência de espaços de acesso relativamente irrestrito, como lojas diversas, restaurantes, farmácias e assim por diante. As “atividades comerciais” muitas vezes levam à formulação de imagens nas quais o consumidor final está sempre

<sup>62</sup> Faço aqui uma tradução direta do termo utilizado na literatura especializada de língua inglesa, “consumer services”.

presente representando a própria razão de ser de tais atividades.

Ao fazermos referência às “atividades terciárias” todos estes lugares e as formas de interação aí praticadas estão incluídas. Mas além destes, outros espaços de trabalho e de sociabilidade são trazidos para o foco de nossos interesses: os pequenos escritórios e consultórios de profissionais liberais; os espaços fragmentados do interior dos grandes edifícios corporativos cujo acesso muitas vezes é restrito apenas aos seus funcionários; os espaços privados, ou de acesso controlado, voltados ao consumo e aos negócios da cultura; e por fim, se articulando com estes espaços mais fixos contidos no interior das edificações, toda uma série de atividades pulverizadas no tempo e no espaço da rua e que também são necessárias à manutenção e estabilidade daquele núcleo mais coeso de atividades de controle e administração.

É no sentido de argumentar a crescente concentração dos centros de controle corporativo da economia capitalista em território brasileiro na região da Avenida Paulista que Cordeiro (1997), afirma ter ocorrido “o deslocamento do setor de decisão do Centro Principal, onde a City de São Paulo era exclusiva, até fins dos anos 60, no centro antigo, para uma nova concentração, altamente significativa da força da centralidade dessa atividade transnacional no Centro Paulista. Os edifícios neotécnicos das sedes dos grandes conglomerados financeiros nacionais e das instituições internacionais, alinhados na Avenida Paulista, projetam a imagem simbólica mais expressiva da “cidade mundial” de São Paulo”<sup>63</sup>.

A multiplicação dos edifícios corporativos instalados na Paulista, foi em grande parte viabilizada e incentivada pela realização das obras de seu alargamento e pela construção do complexo viário Vinícius de Moraes, ambas realizadas no início dos anos setenta. Com tais intervenções do poder público a região se tornava capaz de suportar, até certo ponto, o aumento dos fluxos de automóveis e pessoas que eram previstos a partir da crescente ocupação terciária de seus prédios.

---

<sup>63</sup> Cordeiro (1997), pg. 325.



Obras de alargamento em 1974 (fonte: Instituto Cultural Itaú)

Cordeiro (1997) fornece ainda três outras informações bastante interessantes e que auxiliam na compreensão das novas formas de ocupação da Avenida Paulista. Em primeiro lugar pode-se identificar uma tendência das “amenidades urbanas” - hotéis de luxo, restaurantes de nível internacional, casas de espetáculos - e também dos equipamentos culturais e dos agentes dos mercados das artes em acompanhar esse deslocamento dos centros de comando corporativo em direção à região da Avenida Paulista. Em segundo lugar existe uma diferença nos padrões de distribuição espacial na cidade entre as sedes e escritórios centrais das empresas do setor financeiro e as do setor industrial. Enquanto as primeiras se concentram majoritariamente na região em torno da Avenida Paulista, as sedes das segundas se encontram mais espalhadas por diversas regiões da cidade.

A mesma diferença se reproduz na comparação entre os locais escolhidos para a instalação dos escritórios centrais das empresas de controle acionário transnacional e as empresas nacionais. As primeiras se encontram muito mais concentradamente instaladas tanto na região da Avenida Paulista quanto nas novas áreas de escritórios construídas ao redor da Avenida Berrini.

Entre a metade dos anos setenta e o início dos anos noventa mais de setenta bancos se instalaram na avenida <sup>64</sup>. Mas talvez nenhum desses novos ocupantes da Paulista tenham feito da sua chegada tamanho acontecimento como parece ter sido o caso do Citibank.

Construído entre os anos de 1984 e 1986, o edifício sede do banco foi projetado de acordo com o que havia de mais moderno em técnicas e estéticas naquela época. Todo recoberto de vidros azuis, o prédio demandou de seus projetistas a consulta a vários outros edifícios do mesmo porte e destinação em várias cidades do mundo.

Aquilo que o torna passível de ser considerado um marco nesse processo de ocupação da avenida pelas sedes de grandes corporações é, em primeiro lugar, o fato de que a sua construção parece ter marcado o auge da valorização imobiliária na região. O edifício foi construído ao custo de 20 milhões de dólares, tendo sido o mesmo valor investido na compra de seu terreno. Segundo Bueno de Moraes (1995), após a sua construção o mercado de imóveis na Paulista passou por um período de grandes desajustes, durante o qual foram poucas as transações efetivamente

---

<sup>64</sup> Limena (1996), pg. 115.

realizadas, em função da “artificialidade” dos altos preços que passaram a ser praticados.

Parece ter surgido também nessa época uma certa incompatibilidade entre a agilidade requerida pelos investimentos corporativos e a ocupação residencial da Avenida. Durante a pesquisa de campo o administrador de um condomínio residencial na avenida me contou ter sido mais ou menos por volta de 1985 ou 1986 a última vez em que foi procurado por investidores interessados na compra do prédio para posterior demolição. Naquela ocasião um banco japonês, interessado em constituir sua sede brasileira na avenida, teria feito uma oferta de dez mil dólares por cada metro quadrado do terreno do condomínio - valor que significava para os proprietários de cada unidade uma remuneração superior a três vezes o preço de mercado dos apartamentos. Segundo ele o negócio não foi concretizado “... porque na época tinha a lei do inquilinato, que permitia aos inquilinos ficarem até cinco anos... Demorava uns cinco anos para você tirar um inquilino. Então eles desistiram e nós perdemos o negócio.”.

Mas voltando a o edifício do Citibank, a segunda razão pela qual ele parece representar um momento marcante na história da avenida se deve ao fato de que a sua presença acabou por se constituir como um marco simbólico da nova paisagem da Paulista que então começava a ser produzida, e isso não apenas em função de suas dimensões e destinação, ou ainda porque talvez ele represente o início de uma tendência de construção de edifícios “únicos”, totalmente diferenciados uns dos outros.

Durante a pesquisa de campo ouvi de fontes diversas uma história cuja importância não reside em sua veracidade ou na falta dela, mas sim no fato de que ela é contada por muitos naquele tom de quem fala sobre algo misterioso e inexplicável, e no meu modo de entender apenas isso já basta para que percebamos que ela tem algo a dizer.

Conforme me foi dito por um funcionário do próprio Citibank, ao adquirir o terreno no qual viria a ser construído o edifício, o banco comprou também a área - do lado esquerdo do prédio - na qual funciona hoje um estacionamento. O duplo objetivo dessa aquisição teria sido, por um lado, garantir a possibilidade de uma expansão futura das instalações, e por outro, permitir, enquanto o terreno fosse mantido desocupado, a leitura, livre de quaisquer

obstáculos, da fachada lateral do edifício.

Mas conforme pode ser visto nas fotos que reproduzo a seguir, o prédio se localiza no terceiro lote, a partir da esquina da Paulista com a Alameda Campinas. O segundo terreno é onde se encontra o estacionamento mencionado, e ao seu lado, bem na esquina, existe um prédio bastante baixo onde funciona uma agência do Banco Safra. Segundo se diz, o Citibank não teria se limitado a comprar o terreno vizinho mas além disso teria adquirido, do proprietário do prédio da esquina, o “espaço aéreo” da agência do Safra, quer dizer, o “potencial construtivo” do seu terreno. Somente dessa forma seria possível garantir definitivamente um recuo lateral capaz de conferir a máxima visibilidade ao imponente edifício azul, cujo projeto privilegia, indiscutivelmente, a sua fachada lateral direita.

Após me contar essa história, o gerente com quem eu conversava sugeriu-me que perguntasse por maiores detalhes a uma pessoa do departamento de arquitetura do Citibank, com quem eu já havia marcado uma entrevista. Essa segunda pessoa reagiu à simples menção ao “prédio do Safra” - com a qual tentei iniciar minha pergunta - com uma afirmação taxativa: “Isso é tudo estória, não posso te dizer que me disse isso, mas uma pessoa de alto cargo aqui do banco me garantiu que isso não existe.”. À mesma história da compra do “vácuo” pelo Citibank me foi narrada por funcionários do estacionamento vizinho, sempre no mesmo tom de quem conta aquilo que se conta por aí.

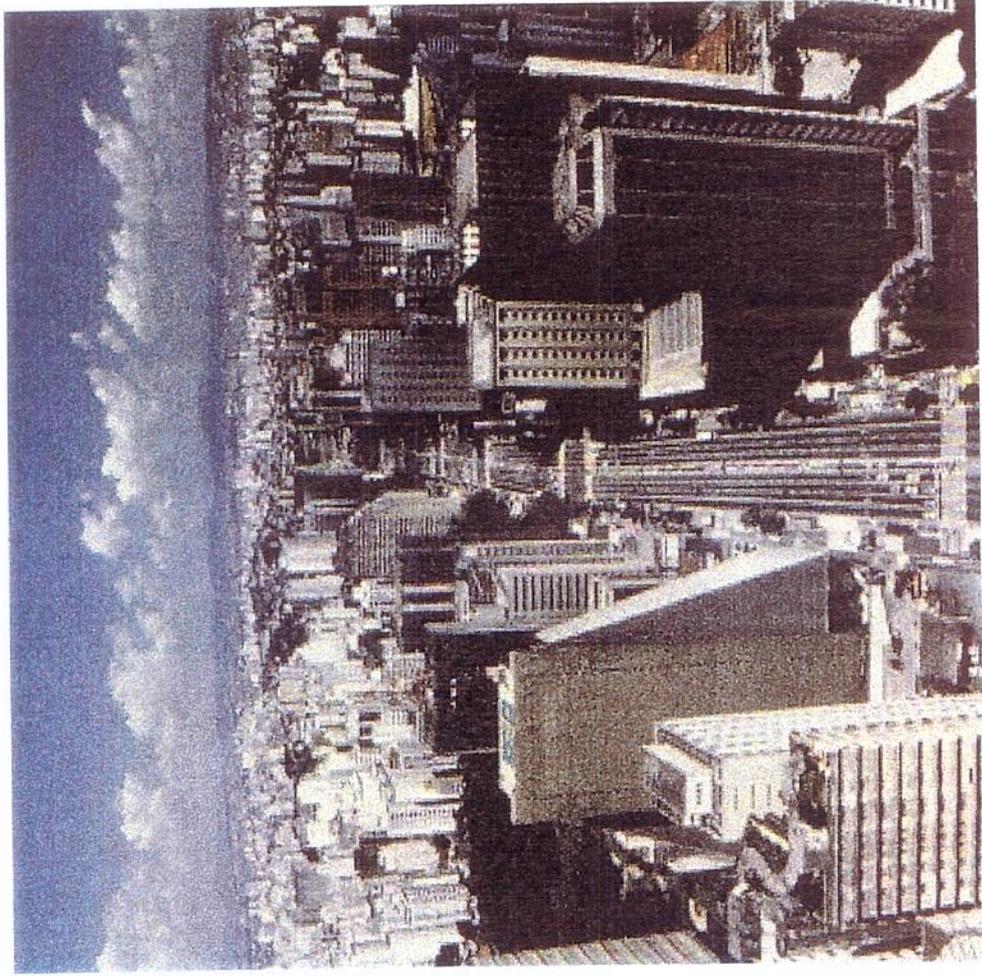
Não foi de fato possível obter alguma confirmação inequívoca da verdade ou das “meias-verdades” envolvidas na criação e propagação dessa história, mas também não era isso que eu procurava. Me satisfiz com a descoberta de que o edifício do Citibank, as leituras que dele fazem as pessoas que o utilizam ou consomem visualmente, e as histórias imprecisas que o envolvem, parecem marcar o florescimento de um novo período de investimentos na produção da paisagem da avenida. Um período no qual o poder de enquadrá-la foi deslocado na direção dos grandes interesses corporativos que se preocupam em transforma-la em uma grande vitrine de suas atividades.



Edifício do Citibank (fotos do autor)



Final da Copa do Mundo (fotos do autor)



Vista aérea da Paulista em 1986 (fonte: Instituto Cultural Itaú)

## Parte III

### DESLOCAMENTO

## CAPÍTULO VI

### Paisagem é Esquecimento

#### VI.1 Extra-Quadro

Se o cotidiano da Avenida Paulista se restringisse hoje exclusivamente à somatória dos rituais diários de trabalho e consumo que a elite profissional dos seus escritórios de luxo realiza, poderíamos nos satisfazer com a simples constatação de que delineia-se naquele espaço um dos nódulos sustentadores da teia mundial por onde circulam os significados e valores da globalização.

No capítulo V procurei traçar uma trajetória que descrevia as principais e mais novas formas de ocupação dos espaços privados da Avenida como atividades que são estruturadas a partir de outros espaços políticos, econômicos e culturais mais amplos - atividades que neste sentido dizem mais respeito ao mercado do que ao lugar<sup>1</sup>.

---

<sup>1</sup> Afirmando isto pensando no sentido que Zukin (1996) confere a essa oposição entre as forças que desvinculam pessoas de contextos sociais específicos - o mercado - e os sentimentos de pertencimento e participação proporcionados pela vida social mais localizados e que se expressam na sua noção de lugar.

Mas esta descrição - por mais próxima que possa estar de uma parte importante das transformações produzidas entre a década de 60 e os dias de hoje - não é de forma alguma suficiente para dar conta das tensões que atualmente configuram a Avenida Paulista como uma zona de conflito permanente.

É preciso que esta representação, o lugar visto de longe, num relance que abstrai as dissonâncias, ceda terreno a um quadro mais detalhado e ao mesmo tempo mais próximo.

Em primeiro lugar, é necessário que sejam aí incluídas as pessoas e atividades que hoje gravitam em torno daquele núcleo de serviços mais sofisticados e que são aí inseridas em posições subalternas e de menor prestígio.

O dia-a-dia nas calçadas, lanchonetes, elevadores e esquinas da Paulista é vivido e construído por um conjunto pouco narrado e muito extenso de trabalhadores responsáveis pela viabilização da infra-estrutura necessária ao funcionamento dos centros de decisão que se instalam nos andares mais altos dos edifícios.

Caminhar pela Avenida, principalmente durante os dias de semana, é poder desfrutar da co-presença de um exército interminável de entregadores de lanches, faxineiras, office-boys, guardas de segurança, garis, técnicos de manutenção de elevadores e painéis luminosos, porteiros, taxistas, e principalmente de motoboys.





"Homens Trabalhando" (fotos do autor)

Em segundo lugar, é preciso reconhecer que as relações entre a história da Avenida Paulista e o desenvolvimento urbano da cidade de São Paulo vão além da sistemática implantação de políticas públicas que visavam garantir a exclusividade da região.

À medida em que a cidade crescia, e o seu centro metropolitano se expandia em direção à Avenida Paulista, passavam a se deslocar para esta região não apenas os escritórios centrais das grandes empresas mas também uma extensa série de pequenas atividades comerciais e de outras formas de uso do espaço urbano. Recriavam-se assim na Paulista certos padrões de sociabilidade que no passado haviam se restringido às áreas centrais de São Paulo.

A própria produção da lucratividade de diversos novos prédios da Avenida dependeu deste movimento. Ao mesmo tempo em que eram erguidos os edifícios sede das grandes corporações transnacionais, instalavam-se também pequenos escritórios de advocacia, consultórios médicos e odontológicos, lojas de quinquilharias, casas lotéricas, lanchonetes, fliperamas, bancas de jornais e outros estabelecimentos voltados ao atendimento direto dos consumidores finais dos serviços ali prestados.

Os espaços da Avenida Paulista passaram, também neste sentido, a se integrar de forma mais clara e direta ao ritmo da vida da metrópole. As figuras do trânsito intenso e do transeunte foram aos poucos se incorporando a esse cenário de forma que hoje as suas largas calçadas são palco dos mais variados tipos urbanos - de hippies tardios a executivos atrasados, de casais em encontros furtivos a famílias de indigentes, de grupos de turistas estrangeiros a imigrantes das mais variadas procedências.

Além desses usos e personagens - que de certa forma não a diferenciam de outros espaços centrais das grandes metrópoles - a Paulista foi se tornando também um dos pontos preferidos pela população da cidade para a realização de manifestações políticas diversas e de festas comemorativas. A visibilidade ali conferida às passeatas de grevistas, aos comícios políticos e às torcidas de futebol em festa pela conquista de mais um título, fez com que ela se tornasse um lugar para o qual esporadicamente se dirigem quantidades significativas de pessoas vindas das regiões mais distantes da cidade.

Ou seja, ao mesmo tempo em que o intenso influxo de investimentos reproduzia, ainda que de forma mais amena, as barreiras econômicas responsáveis pela elitização da propriedade de bens imóveis na região, eram produzidas também as condições urbanísticas<sup>2</sup> para o uso mais intenso e diversificado do espaço público da Avenida por parte de segmentos sociais que em períodos anteriores poucas razões e chances teriam para tanto.

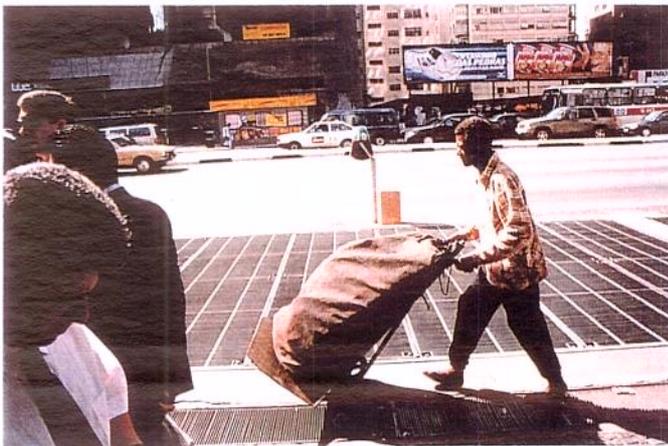
Mas à medida em que essa diversidade não se restringe unicamente à estética e à visualidade do espaço público porque traz consigo a diferença cultural e também as desigualdades sociais produzidas na metrópole, a intensificação da sua ocupação significou também a intensificação dos conflitos entre diferentes formas de apropriação e resignificação de seus espaços edificados.

Nestas condições, descrever a Avenida Paulista da década de 90 apenas como uma grande vitrine de serviços *worldclass* a céu aberto é deixar de lado boa parte dos outros incontáveis usos e atores que o seu espaço abriga. E mais do que isso, é também despolitizar e esvaziar de conflito toda a história presente dos embates sociais que se criam em torno das reivindicações contraditórias sobre os direitos de representar politicamente a Avenida e de ao mesmo tempo se fazer por ela representar.

Esse apagamento da conflituosidade explícita que se desenvolve entre as diversas formas de apropriação dos espaços e das imagens da Avenida Paulista é, no presente, justamente o procedimento discursivo e material utilizado para a produção e disseminação das narrativas contemporâneas da Avenida Paulista como uma paisagem elitizada e exclusiva da globalização.

---

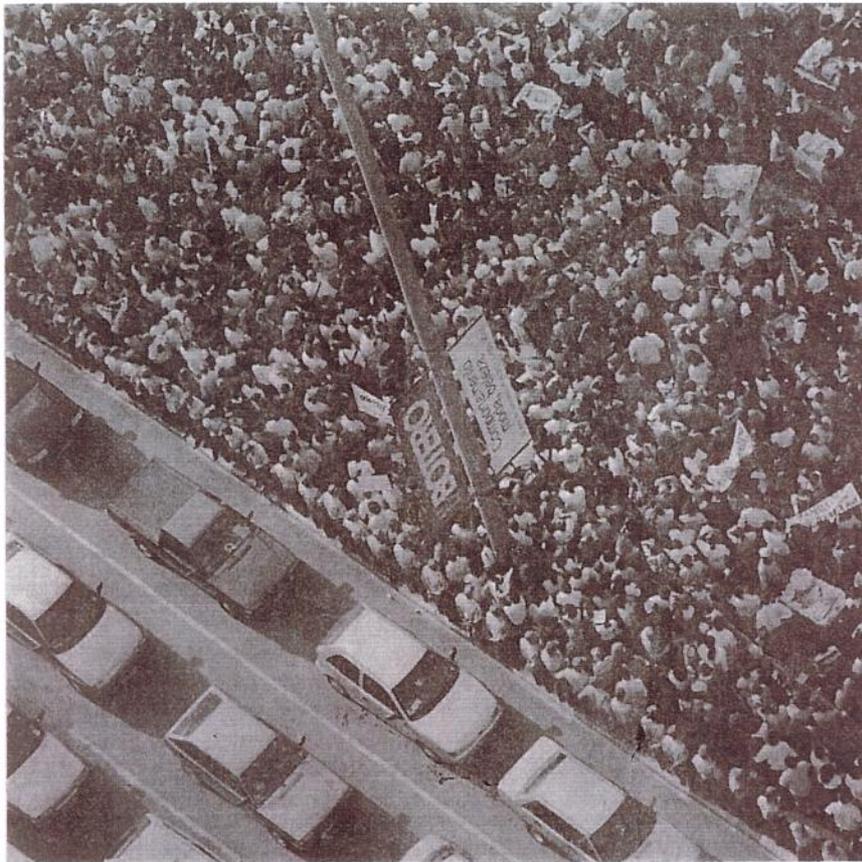
<sup>2</sup> Dentre essas merecem ser destacadas: a integração da Avenida como importante elemento da malha viária da cidade - desde a concepção do Plano de Avenidas e da construção da Avenida 9 de Julho; o alargamento da Paulista e a construção do complexo viário Vinícius de Moraes - que a integra às avenidas Dr. Arnaldo e Rebouças, e à Rua da Consolação - no início dos anos 70; e também a a implantação do ramal "paulista" do metrô, em fins dos anos 80.



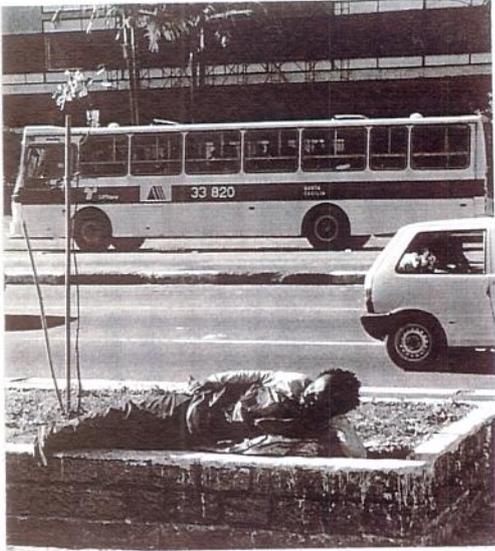
Diferentes usos da Avenida (fotos do autor)



Manifestações e Comemorações na Paulista (fotos do autor)



No alto: fotografia publicada pelo Jornal Folha de São Paulo (21/05/89, pg. 3-4) com a seguinte legenda: "Professores da rede estadual de ensino bloqueiam pista da Avenida Paulista durante assembléia". Em baixo: foto da mesma manifestação. Note-se que um extenso cordão policial "bloqueia" os manifestantes, mantendo-os circunscritos a uma das pistas. Os diferentes pontos de vista e enquadramento utilizados nessas imagens inflexionam a situação, de forma que, dependendo da foto escolhida cada uma das duas "metades" da cena enquadrada aparece "bloqueando" ou "sendo bloqueada".



Um lugar para se estar, ou um espaço por onde passar ? (fotos do autor)

## VI.2 Perturbações na Paisagem

A primeira grande dificuldade para realizar uma abordagem satisfatória da complexidade envolvida na produção contemporânea da singularidade da Avenida Paulista é a filtragem prévia das informações que é realizada pela imensa maioria das fontes escritas disponíveis.

O volume de reportagens jornalísticas, matérias temáticas e artigos assinados produzidos pela grande imprensa paulista, e também pelas diversas publicações de escopo e distribuição mais dirigidos que trazem referências à Avenida Paulista, é assombroso. E é assombroso também o grau de seletividade e de coerência entre os argumentos, exemplos, dados e valores oferecidos por este conjunto de narrativas que em geral, reproduz as representações e as valorações hegemônicas inscritas materialmente na Paulista.

Os temas escolhidos são na maioria das vezes referentes à economia das altas esferas, às atividades de consumo cultural, e às questões relacionadas ao gerenciamento urbano, incluindo-se aí: as representações da cidade como o domínio dos automóveis; a defesa do preservacionismo, urbano e cultural, estetizante e nostálgico realizado pela iniciativa privada; a participação da elite paulistana na produção de uma cidade de “primeiro mundo”- quer dizer, uma cidade abstrata na qual as oportunidades, direitos, valores e interesses seriam universais e equitativamente distribuídos entre todos os cidadãos.

Desta forma, os representantes da elite econômica, cultural e política da cidade são os personagens construídos e sistematicamente associados de forma positiva à vida cotidiana da Paulista pelos poderes integrantes desse extenso conjunto de atores envolvidos na produção das práticas discursivas de maior circulação a respeito da Avenida.

Mesmo quando este padrão é rompido, tal ruptura se realiza dentro de limites bastante estreitos. Quando se opta por narrar a presença de outros atores no

espaço físico ou simbólico da Paulista, tal narração cumpre geralmente a função de prescrever e descrever a erradicação desta presença, que passa a ser enquadrada como um desvio na trajetória de produção da paisagem de poder da Avenida.

Os primeiros momentos da pesquisa de campo foram marcados pela minha intenção de construir um lugar a partir do qual as minhas observações pudessem suplantar os limites impostos por estes enquadramentos.

Entre o início de 1997 e o mês de setembro do mesmo ano me vi às voltas com este desafio: como identificar, nomear e analisar a complexidade do cotidiano da Avenida se este se constituía como o objeto preferencial de ações que deliberadamente objetivavam a sua elipse e seu apagamento? Como articular esses enquadramentos - que eu ainda acreditava serem realizados unicamente através da elaboração de discursos parciais - com as práticas materiais do dia-a-dia dos atores hierarquicamente inferiores, dentro das estruturas de poder da Avenida?

A partir de então, o próprio transcorrer de alguns acontecimentos, aos quais voltarei mais adiante, indicaram os caminhos possíveis a serem seguidos. Mas durante sete ou oito meses eu me vi envolvido por um torvelinho incessante de imagens e presenças que compõem, de forma aparentemente desestruturada, a vida cotidiana da Avenida Paulista.

Em janeiro de 1997 me instalei em uma kitinete na Rua Bela Cintra, a cinco quarteirões de distância da Avenida no sentido de quem desce em direção ao centro da cidade. O que então eu buscava era alguma nova perspectiva que se diferenciasse tanto daquela antes mencionada - o enquadramento pré-fabricado da Avenida que compõe as suas representações "oficiais" - quanto da perspectiva que eu mesmo até então possuía por "conhecer" a Avenida sempre de passagem. Quero dizer, eu a conhecia da forma como o seu espaço havia sido até então por mim praticado: ou utilizando-o como um ponto a partir do qual eu podia me orientar e me deslocar na cidade de São Paulo ou sendo, eu mesmo, pela Avenida atravessado e deslocado. Me refiro aqui às inúmeras vezes em que aquelas diversas representações "oficiais" da Paulista me alcançaram - sob a forma de imagens e textos circulantes - nos lugares e momentos mais inesperados, me lançando temporariamente no interior do seu perímetro expandido para além da escala de sua localização geográfica.

Durante este período de aproximadamente um mês caminhei e conversei sempre que possível com diversas pessoas nas imediações, procurando me concentrar, inicialmente, na observação da realidade mais imediata da vida diária nas calçadas, cruzamentos, e estabelecimentos comerciais de acesso possível.

A escolha deste período, embora tenha sido determinada por constrangimentos de ordem prática, acabou por se revelar também significativa para os futuros rumos que tomariam os trabalhos: em comparação com o resto do ano, o mês de janeiro - conforme depois pude confirmar - é particularmente marcado por uma diminuição significativa do afluxo diário de pessoas a esta região.

Embora tal observação possa não configurar algo exclusivo da Avenida Paulista este fato me chamou a atenção para a impossibilidade de qualquer enfoque que superestimasse o caráter residencial da Avenida - como por exemplo a opção por tratá-la como algo semelhante a um bairro ou a uma comunidade isolada. Tal hipótese deveria ser definitivamente afastada com o objetivo de se evitar uma subvalorização do nítido vínculo existente entre o ritmo e intensidade marcantes da vida social nos espaços abertos da Avenida e as atividades profissionais que ali se concentram.

As caminhadas diárias, em horários e direções diversas me permitiram também a observação direta dos diferentes ritmos, temporalidades e formas de uso do espaço público - concorrentes e concomitantes - que de forma muito clara conformam os vários períodos do dia e também as relações cambiantes entre os diferentes lugares que se superpõem naquele espaço.

Mas dois aspectos marcaram de forma especial os resultados desta primeira aproximação: em primeiro lugar, a infinidade de atores sociais efetivamente envolvidos das mais diversas formas na vida cotidiana da Avenida chamou a atenção para a impossibilidade de qualquer tentativa de reduzir a multiplicidade das experiências concretas deste espaço da cidade à simples constatação do sucesso total dos projetos já levados a cabo pelos poderes hegemônicos com relação à estruturação dos usos e representações do espaço público. As apropriações que historicamente reproduziram o conteúdo de exclusividade das imagens e dos usos associados a essa avenida não foram capazes ainda de fixar fronteiras físicas e simbólicas completamente

intransponíveis e imutáveis ao seu redor.

Em segundo lugar, surgiu também a percepção e a experiência diária daquilo que me era inacessível. De certa forma, o mapeamento horizontal que eu realizava se configurava muito mais como uma restrição ao nível da rua, às duas dimensões do espaço pedestre do que como um pretense esquadramento exaustivo do espaço disponível. Além de sua extensão e largura, a Avenida Paulista é construída como uma superposição vertical de diversas atividades e atores<sup>3</sup>.

Se por um lado tornava-se patente que era impossível ter a experiência da "totalidade" da vida diária nesse contexto, por outro, ficava ainda mais fortemente marcada a impressão de que os gigantescos volumes verticais que emolduravam a visão dos transeuntes continham universos que, além de serem também inapreensíveis na sua totalidade, muitas vezes eram, antes de mais nada, inacessíveis na sua exclusividade. Espaços privados cujas superfícies, intencionalmente oferecidas à cidade na forma de fachadas, emolduravam o espaço público<sup>4</sup>.

Várias outras questões com que me deparei durante os meses seguintes surgiram da confrontação entre as lembranças trazidas pelas memórias, anotações e fotografias que guardei deste mês e algumas outras visitas esporádicas à Avenida durante o ano de 1997.

A esta altura as minhas reflexões podiam contar com algumas poucas certezas e muitas dúvidas. Em primeiro lugar, estava suficientemente claro que ao mesmo tempo em que a Avenida Paulista concentrava as práticas, investimentos e representações de uma elite terceiro mundista em processo de globalização, a sua história presente a isso não podia ser resumida. Amputar de um só golpe todas as suas outras faces seria reproduzir o enquadramento dominante que a apresentava como um espaço a ser, por direito e tradição, ocupado e produzido em prol das forças do mercado.

Por outro lado tentar incluir no quadro que eu me esforçava por delinear

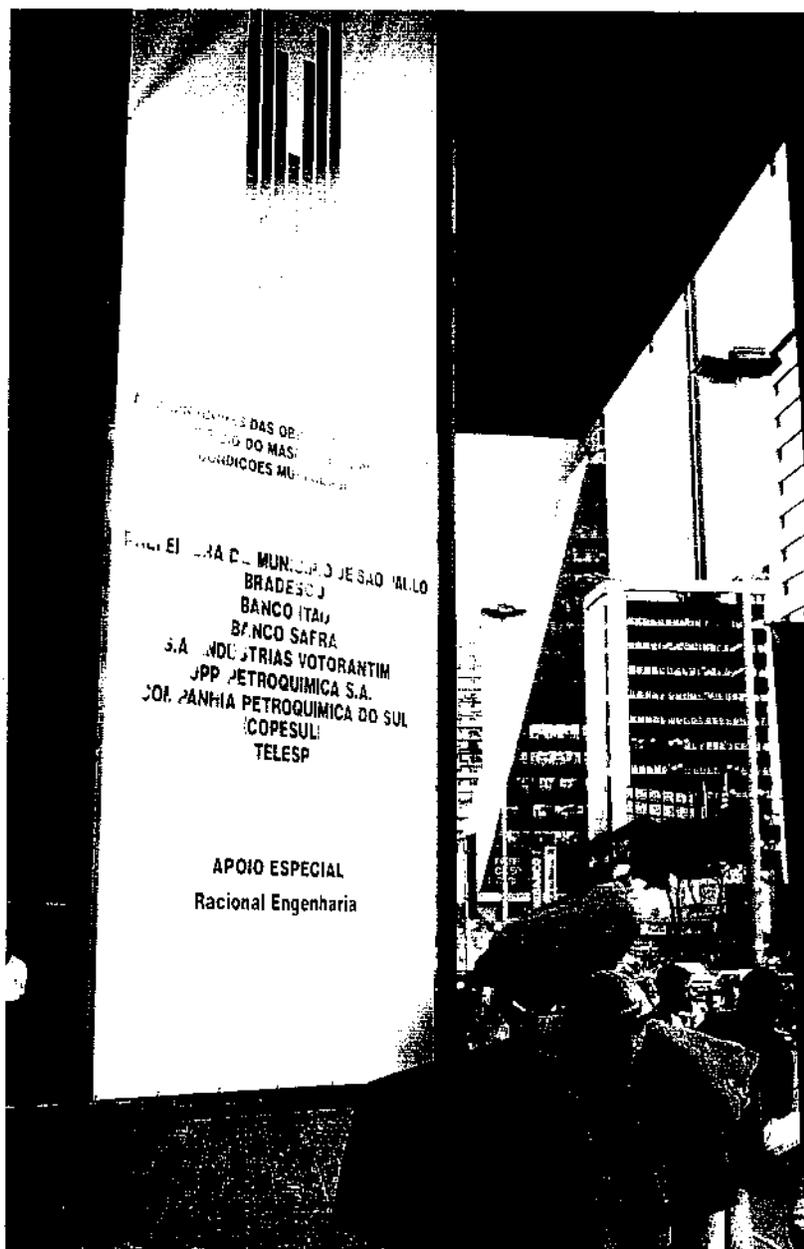
<sup>3</sup> Apenas como estimativa, podemos calcular a área ocupada pelas pistas, calçadas e quarteirões adjacentes à Avenida como algo em torno de 680.000 metros quadrados. Distribuídos nesse espaço estão mais de um milhão de metros quadrados de área útil construída. (Fonte: Revista Veja SP, 7 de maio de 1998, pg. 14.).

<sup>4</sup> Tal significação do arranjo espacial da Avenida - uma via larga, plana e reta, com fronteiras laterais definidas pelas superfícies verticais das fachadas dos grandes edifícios - foi sugerida pelo logotipo do Masp. Embora ele possa ser lido como uma estilização da letra "M" a sua referência à preponderância visual das "margens" verticalizadas da Paulista é bastante clara.

toda a infinidade de outros atores sociais envolvidos concretamente com a produção do espaço da Avenida - e suas práticas e representações - já havia se demonstrado ser uma tarefa irrealizável.

Impunha-se portanto uma questão de ordem prática e conceitual: Como se articulam estas duas ordens de existência da Avenida Paulista? Como é possível abordar de forma satisfatória cada uma delas sem perder a outra de vista?

Com essas dúvidas em mente continuei acompanhando, sem grandes surpresas, as grandes e pequenas histórias de trabalho e lazer na região da Avenida. Foi então que, em meados do ano, dois "acontecimentos" marcaram uma importante inflexão na construção do foco e do enquadramento deste trabalho.



Logomarca do Masp, time de patrocinadores, homem passando (foto do autor)

### VI.3 Atualizações da Singularidade: a Expulsão do Comércio Ambulante e o Grito dos Excluídos.

Em sua edição do dia 23 de julho de 1997 a revista *Veja*, no encarte *Veja SP*, publicou uma matéria de quatro páginas atribuindo à presença do comércio ambulante na Avenida Paulista a responsabilidade pela transformação daquele local em “uma pocilga como a Avenida São João”<sup>5</sup>.

Esta matéria responsabilizava o prefeito Celso Pitta pela ausência dos fiscais da prefeitura e do policiamento ostensivo nas calçadas o que teria levado à invasão da Avenida pelos camelôs e à conseqüente degeneração do “símbolo da cidade de São Paulo”.

Este é por sinal, atualmente, o formato mais utilizado e o assunto preferido pela grande imprensa ao se referir à Paulista: o símbolo da cidade que se degrada.

São incontáveis as situações nas quais os artigos e reportagens se iniciam com variações da frase “A Avenida Paulista, símbolo da cidade de São Paulo escolhido por mais de um milhão de habitantes no início da década de 90,...”.

A própria matéria da revista *Veja* que aqui discuto se inicia da seguinte forma: “ Escolhida por mais de 1,5 milhão de paulistanos como o símbolo da cidade no início da década, a centenária Avenida Paulista foi abandonada pelo prefeito Celso Pitta, que parece querer fazer dela uma sucursal da Avenida São João ou da Rua Teodoro Sampaio.”

É interessante notar também a hipérbole que recorrentemente faz aumentar o caráter “democrático” de tal escolha da Avenida como símbolo de São Paulo. A “eleição” da Avenida foi resultado de um concurso realizado em 1990 pela Rede Globo e pelo Banco Itaú, um dos maiores e dos mais visíveis

<sup>5</sup> “Liberou Geral. Fiscais somem e 400 camelôs tomam conta da Paulista”. Revista *Veja SP*, 23 de Julho de 1997, pgs. 22 a 25.

proprietários da região<sup>6</sup>.

Neste concurso votaram 1.454.211 paulistanos - o equivalente a 15,7% dos 9.261.964 habitantes da cidade<sup>7</sup> - dos quais, segundo divulgado pelos organizadores do concurso, apenas 20%, ou 290.000 pessoas, teriam escolhido a Avenida Paulista. Ou seja, além de não ter sido possível obter informações sobre os critérios de amostragem utilizados em tal escolha, o número de votos dados à Avenida Paulista está bastante longe do um milhão e meio de paulistanos anunciados no trecho acima citado.

De qualquer forma, argumentava-se ali que o descaso e a corrupção do poder público estavam colocando em risco a "Avenida que é a 'imagem da cidade', conforme lei municipal de 1991", entregando-a aos camelôs.

No mês de junho, após denúncias de que os fiscais responsáveis pela região estariam recebendo propinas para permitirem o trabalho dos ambulantes, o administrador da Regional de Pinheiros foi exonerado e os fiscais retirados das ruas. Conforme estimativas do SINPESP<sup>8</sup>, a partir desta medida, que coincidiu com o início dos procedimentos de "limpeza" das áreas mais centrais da cidade, o número de vendedores de rua na Avenida Paulista teria triplicado: até o início do ano em média 150 ambulantes trabalhavam diariamente nas suas calçadas; com a suspensão da fiscalização tal número teria chegado a 450.

Os dados quantitativos oferecidos pela matéria citada coincidem com tais estimativas do sindicato. Mas as semelhanças acabam aí. De fato, a publicação desta matéria parece ter sido o estopim, ou o sinal, para o início de uma série de confrontos envolvendo a mídia, os camelôs da Paulista e os seus representantes, os poderes públicos municipais e as associações civis comandadas pelos grandes proprietários da Avenida.

<sup>6</sup> "Paulista dos grandes bancos. Do Chase Manhattan, de Tóquio, passando pelo Exterior de Espanha, o Union, o da Argentina, o da república do Uruguai, o Central do Brasil. São noventa, sendo que muitos não se abrem para a rua, estão acima, não disponíveis para o público comum. O Itaú comparece cinco vezes, é o que tem maior frequência. Avenida eclética de seguradoras, financiadoras, corretoras (os corretores da Bolsa, que fica no centro, depois que o pregão fecha, sobem e vão almoçar no Degas, sub-solo do Masp, recebendo desconto proporcional à variação do pregão de um dia para o outro)." ( Texto de Ignácio de Loyola Brandão no livro "Paulista Símbolo da Cidade". Banco Itaú(s/d), com apresentação de Roberto Egydio Setúbal).

<sup>7</sup> Dado referente ao ano de 1992 fornecido por Levy (1997), pg. 198.

<sup>8</sup> Durante a pesquisa de campo realizada entre maio e junho de 1998 entrevistei o vice-presidente do Sindicato dos Permissionários de Pontos Fixos do Estado de São Paulo (SINPESP), Sr. Alcides Benvino Franca, ao qual fui indicado pelo Sr. Peres - um camelô há mais de quinze anos instalado na Paulista e que se tornou um dos meus principais informantes. É importante deixar claro que ao citar especificamente cada um dos camelôs com quem conversei na Avenida farei sempre uso de nomes fictícios. Este procedimento procura respeitar os pedidos diversas vezes feitos pelos próprios - que algumas vezes se recusaram até mesmo a me fornecer os seus nomes verdadeiros alegando razões de segurança as quais considero perfeitamente cabíveis e aceitáveis.

E não era de se esperar outra coisa. A “realidade fabricada”<sup>9</sup> pela argumentação desenvolvida naquele texto tinha um objetivo muito claro: pressionar a prefeitura da cidade para que se efetuasse a retirada dos camelôs e, ao mesmo tempo, justificar e legitimar as intervenções das milícias de segurança privada no espaço público das calçadas.

A situação da Paulista era enquadrada como o processo de destruição, realizada pelos camelôs, do símbolo da cidade de São Paulo, graças à conivência do poder público - incorporado na pessoa do prefeito “carioca” Celso Pitta - e apesar dos esforços e da boa vontade dos proprietários da região.

Assim, era explicado que “Como o poder público não cuida do assunto, a sociedade civil está começando a se mexer. A Associação Paulista Viva, presidida pelo ex-prefeito Olavo Setúbal e formada por empresários e residentes da região, por exemplo, pretende conscientizar cada um a ‘vigiar o seu pedaço’, nas palavras de Alex Thiele, diretor superintendente da entidade.”<sup>10</sup>.

O comércio de rua encarnava a sujeira, o perigo e a desonestidade, uma vez que, “com os seus badulaques de contrabando, os camelôs tentam enganar os pedestres.”<sup>11</sup>. Como discutirei mais adiante, este último ponto - a associação entre o ambulante e o bandido - parece ser o foco onde se concentram as maiores disparidades entre as interpretações do comércio de rua oferecidas, por um lado, pelos seus próprios praticantes e, por outro, por aqueles atores que a eles se opõem.

A citação de depoimentos dados por representantes dos “sistemas peritos”<sup>12</sup> responsáveis pela produção da materialidade da cidade e de seus significados <sup>12</sup> cumpria a função de corroborar a tese mais geral da reportagem - a

<sup>9</sup> Uso esta expressão como síntese da argumentação realizada por Izidoro Blinkstein em seu livro “Kaspar Hauser ou a fabricação da Realidade”. Neste trabalho o autor realiza uma crítica, a meu ver muito consistente, à pouca atenção que a semiologia dedica à figura do “referente”, considerando-o simplesmente como a realidade que pre-existe a todo processo de criação de significações socialmente compartilhadas. De acordo com Blinkstein, a própria percepção sensível do mundo - a criação do referente - já se realiza de acordo com os “corredores estereotípicos” que se originam da atividade prática do homem em meio à sociedade. Tais colocações parecem se aplicar ainda melhor aos casos do tipo deste que discuto, em que a percepção da realidade da cidade se dá, pelo menos parcialmente, através da mediação dos grandes veículos de comunicação.

<sup>10</sup> Revista Veja, op. cit., pg.23.

<sup>11</sup> Idem, pg.24.

<sup>12</sup> Segundo Anthony Giddens, os sistemas peritos - e também aquilo que ele denomina as fichas simbólicas - configuram-se como mecanismos de “desencaixe”, ou seja sistemas abstratos que permitem aos atores sociais a avaliação de, e a participação em, relações sociais que são deslocadas de contextos locais de interação e reestruturadas “através de extensões indefinidas de tempo-espaço” (Giddens, 1991;pg. 29). Ainda de acordo com Giddens “em condições de modernidade, o futuro está sempre aberto(...)em termos da reflexividade do conhecimento em relação ao qual as práticas sociais são organizadas. Este caráter contrafactual, orientado para o futuro da modernidade é amplamente estruturado pela confiança conferida aos sistemas abstratos(...)” (Idem, pg. 87).

de que a Paulista é, por natureza, o lugar das paisagens de riqueza e do poder empresarial: “ “A poluição, o excesso de veículos e agora os camelôs impedem a vocação da Avenida de ser um bulevar”, afirma o professor Cândido Malta Campos Filho, da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da USP. “Em pouco tempo os imóveis vão se desvalorizar por causa da poluição, da sujeira que eles deixam e da ocupação das calçadas”, diz a urbanista Regina Monteiro, diretora do movimento Defenda São Paulo. “ Que empresa vai querer expor seus clientes a uma área insegura? Muitos deixarão a Paulista.””<sup>13</sup>.

Quase um ano depois da sua publicação esta matéria ainda causava reações diversas entre as pessoas por mim entrevistadas. Vários camelôs mencionaram as “mentiras” escritas ali como a causa de todos os problemas que passaram a enfrentar. Outros entrevistados, envolvidos de formas diferentes no cotidiano da região, a utilizaram como prova incontestada da degeneração da Avenida causada pelo comércio ambulante.

Mas no curtíssimo prazo as principais reações às histórias de decadência ali narradas não vieram dos camelôs ou dos empresários da região, mas sim da própria prefeitura.

O argumento final da matéria da revista *Veja* procurava demonstrar a incoerência das políticas municipais com relação ao comércio de rua na Paulista, argumentando que os artesãos credenciados para ali trabalharem, mesmo pagando os seus impostos, eram prejudicados pelo descaso com que a prefeitura encarava a invasão dos camelôs. Segundo a sentença final da revista “É a anarquia promovida pela prefeitura.”.

Se de fato a intenção era causar, ou legitimar, algum tipo de reação contrária à presença dos ambulantes na Avenida Paulista, a estratégia escolhida foi perfeita. Imediatamente, na mesma semana da publicação, a prefeitura determinou a expulsão de todos os camelôs da Paulista e recolocou os fiscais na rua. Seguiu-se então um mês de negociações que não produziram qualquer resultado. O secretário das Administrações Regionais, Alfredo Mário Savelli, mostrou-se irredutível e manteve a proibição total do comércio ambulante nas calçadas da Avenida.

Exatamente um mês depois, em 22 de agosto, ocorreu um violento confronto entre aproximadamente cento e cinquenta camelôs e cem policiais da Guarda Civil Metropolitana, na calçada da Avenida entre as Rua Frei Caneca e a

<sup>13</sup> Revista *Veja*, op. cit. pg. 22 e 23.

Alameda Ministro Rocha de Azevedo<sup>14</sup>. Na véspera, dia 21, os camelôs haviam realizado uma passeata após a qual tentaram uma reunião com o secretário Savelli, que se recusou a atendê-los. . Nesta reunião seria apresentado um projeto - desenvolvido com o apoio de uma equipe de arquitetos - que visava viabilizar a organização das formas de ocupação das calçadas com a instalação de um número limitado de barracas esteticamente padronizadas<sup>15</sup>. Já na manhã da sexta-feira dia 22, o grupo de manifestantes se reuniu no vão livre do Masp e decidiu pela realização de um protesto que consistia na montagem das suas barracas em frente ao prédio do Banco Itaú localizado na esquina da Frei Caneca com a Paulista, conforme foi às 10:30 da manhã comunicado ao secretário Savelli. Segundo a Folha de São Paulo “O prédio foi escolhido por ser a sede do Instituto Cultural Itaú, onde está sediada a Associação Paulista Viva, presidida por Olavo Setúbal, que pediu ao prefeito a retirada dos camelôs.”.

Embora a Associação Paulista Viva e o Instituto Cultural Itaú já estivessem nesta ocasião instalados em um outro edifício na Avenida, construído especificamente para este fim, o motivo oferecido pelo jornal para a escolha do local do protesto parece razoável.

Como argumentarei mais adiante, o ex-prefeito Olavo Setúbal - um dos proprietários do Banco Itaú e “prefeito da Avenida Paulista” nomeado na gestão de Paulo Maluf - bem como outros representantes da elite de financistas da cidade, parecem dispor de determinadas “facilidades” em seus relacionamentos com a administração municipal que não estão disponíveis a outros setores da sociedade civil, e tal hierarquização do acesso às esferas de decisão da municipalidade é amplamente percebida pelos atores sociais que não dispõem dos mesmos privilégios.

Segundo Marcos Antônio Maldonado, coordenador da manifestação, a montagem, a partir das 11 horas da manhã, dos aproximadamente 30 tabuleiros e banquinhas tinha como único objetivo chamar a atenção da opinião pública para as reivindicações da categoria, o que excluía a realização da venda de quaisquer produtos, e não configurava portanto uma infração às determinações do poder público: “Isto aqui é um protesto político e simbólico, ninguém está aqui para

---

<sup>14</sup> As informações a respeito deste enfrentamento foram retiradas das edições do dia 23 de agosto de 1998 dos seguintes jornais: Jornal da Tarde ( pg. 12-A); O Estado de São Paulo (pgs. C1 e C4); Folha de São Paulo (pg. 3-6).

<sup>15</sup> Voltarei mais adiante a tal assunto uma vez que este projeto foi mencionado mais detalhadamente pelo Sr. Alcides durante a entrevista que me foi concedida.

vender.”<sup>16</sup>, “o protesto é político. As barracas fazem parte.”<sup>17</sup>.

À uma da tarde já havia se deslocado para o local, em quinze viaturas, um contingente de cem guardas da GCM e de vinte fiscais da prefeitura. O chefe dos fiscais exigia que as barracas fossem desmontadas, numa tentativa de descaracterizar a “condição de camelô” dos manifestantes e permitir que fosse a eles imposta a necessidade de se deslocarem pela Avenida. O objetivo, ao que me parece, era justamente esvaziar a carga simbólica contida na forma específica de manifestação escolhida pelos camelôs - forma esta que fixaria a sua imagem como elemento legítimo na paisagem da porta do prédio do Banco Itaú.

A reação dos manifestantes à insistência dos fiscais foi imediata e se deu com a formação de um cordão humano ao redor de suas barracas enquanto entoavam em coro : “Chega de corrupção. Camelô não é ladrão.”<sup>18</sup>.

A pedido do chefe do comando de fiscalização e apreensão da Administração Regional da Sé, que decidiu pela retirada à força dos tabuleiros, os guardas foram acionados e cercaram os camelôs. Com o começo do empurra-empurra o conflito se iniciou. E em pouco mais de um minuto foi encerrado.

Doze camelôs foram detidos, por desacato a autoridade e incitação à violência, e liberados no mesmo dia. Dois guardas se feriram levemente. Transeuntes entrevistados acusaram a Guarda Municipal de uso excessivo de violência física: uma faxineira relatou chorando “Estava indo trabalhar quando vi um homem algemado apanhando dos guardas(...)Onde estão as autoridades para conter esses guardas? A PM tem quem olhe. Quem olha esses guardas?”<sup>19</sup>. Um camelô, que há oito anos trabalhava naquele local, disse ter sido espancado no 78º DP por uma delegada que lhe teria chamado de vagabundo : “Ela disse que ia nos tirar a pauladas.”<sup>20</sup>. Alguns camelôs prometeram entrar na justiça contra a Guarda Municipal.

---

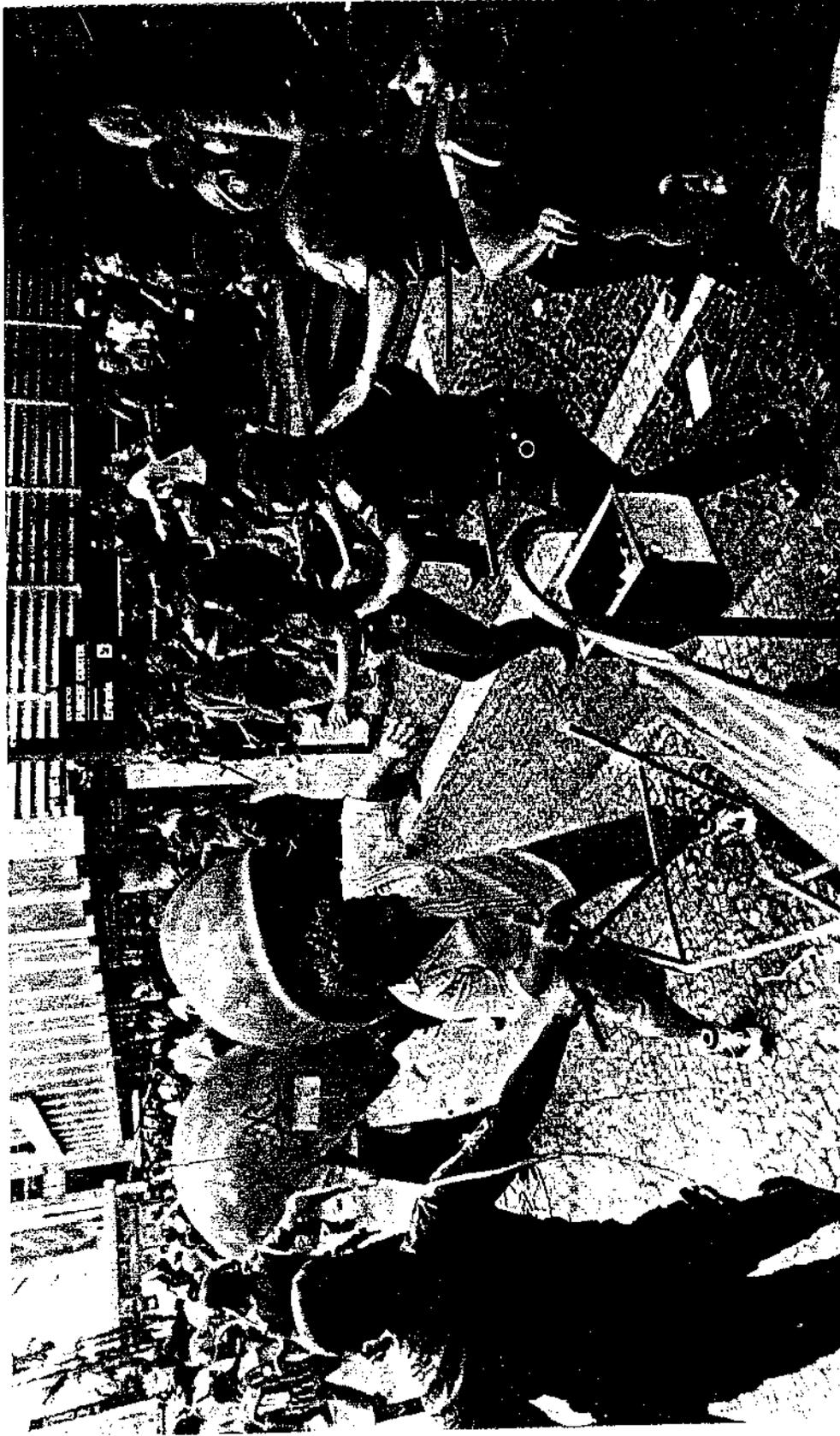
<sup>16</sup> Jornal da Tarde, op.cit..

<sup>17</sup> Folha de São Paulo, op. cit.

<sup>18</sup> Idem.

<sup>19</sup> Idem.

<sup>20</sup> O Estado de São Paulo, op. cit., pg.C4.



Confito entre a Guarda Civil Metropolitana e os camelôs no dia 22/08/97 (fonte: Jornal da Tarde 23/08/97)

Algum tempo antes desse conflito, no início do mês de agosto, eu já havia tido a oportunidade de acompanhar uma grande manifestação política realizada na Avenida Paulista, denominada por seus organizadores "O Grito dos Excluídos".

Diferentemente do protesto dos camelôs, não houve registro naquela ocasião de qualquer confronto entre a polícia e os manifestantes. Mas tal fato não impediu que se expressassem, ao longo do dia, as diversas reivindicações conflitivas em torno do direito à apropriação do espaço físico e simbólico da Avenida Paulista. Do meu ponto de vista, a própria tranquilidade relativa de toda a situação cumpriu a função de tornar ainda mais fácil a apreensão dos diversos níveis nos quais se construíam e se explicitavam tais reivindicações.

Já no começo da tarde surgiam os primeiros sinais de que os acontecimentos, deslocamentos e alterações na ordem da paisagem cotidianamente imaginada e vivida na região da Paulista, seriam dignos da atenção e da participação - em inúmeros sentidos muito diversificada - das inúmeras pessoas que têm naquele espaço da metrópole os seus lugares privilegiados de moradia, trabalho, alimentação, diversão, reivindicação e consumo.

Os primeiros ônibus transportando os manifestantes - sua aparência e sua lógica desde o início inadequadas e contrastantes naquele contexto - já então circulavam pelas ruas paralelas à Avenida do lado dos jardins, notadamente ao longo da Alameda Santos e da Rua Augusta.

A algazarra de seus ocupantes e seus olhares curiosos e explícitos - disparados com cabeças e mãos apenas precariamente contidas no volume inteiriço dos veículos - se somavam às bandeiras dos diversos sindicatos e movimentos sociais, em grande parte vermelhas, que eram agitadas para fora das janelas.

Este conjunto suscitava comentários e indagações por parte dos pedestres, das pessoas que faziam compras ou almoçavam, e daqueles que participavam do intenso jogo do trânsito de automóveis. Os olhares se detinham naquele movimentação interpelativa e geradora de ruído visual e sonoro.

Ainda que fosse por pouco tempo e discretamente, as outras atividades eram suspensas, fornecendo às pessoas os instantes necessários ao olhar e à experimentação dos diversos sentidos que podiam ser atribuídos à paisagem em movimento. Movimento cujas apropriações do tempo, do espaço e do horizonte visual imediato da cidade se distinguiam da normalidade do consumo, do trabalho e mesmo das formas mais usuais de se caminhar pela cidade. Aquele desfile parecia ser digno de nota, parecia demandar, exigir mesmo, alguma atribuição de significados, uma nomeação.

Ainda mais marcantes eram os próprios ônibus utilizados pelos manifestantes. Os veículos tecnológicos daqueles deslocamentos de demandas sociais para o ponto de fuga da paisagem financeira da metrópole eram visivelmente desgastados pelo tempo e mal conservados, sujos de terra e poeira, velhos e baratos, se distinguindo marcadamente tanto dos ônibus e trolebus uniformizados do serviço de transportes coletivos, quanto dos sóbrios ônibus executivos, superfícies planas e polidas que diariamente refluem, com seus passageiros quase invisíveis, aparentemente individualizados no espaço de suas poltronas, pelas ruas daquela região.

À medida em que a tarde avançava, os diversos trajetos confluíam para a Avenida Paulista propriamente dita. Um homem carregando uma enorme cruz de madeira, da qual pendia grande número de painéis e vasilhames velhos e usados, chega ao quarteirão do Masp, vindo da Consolação. A esta altura, o número de repórteres e fotógrafos presentes já era elevado. Entrevistas e pausas para fotos com o pano de fundo das propagandas do cigarro Camel e da exposição de Monet exibidas pelo MASP.

As duas calçadas da Avenida são ocupadas por grupos das várias divisões da polícia militar. Alguns homens se mantêm na porta das viaturas estacionadas nas calçadas, trocando informações e julgamentos através das rádio-

frequências "exclusivas" da polícia<sup>21</sup>. Sendo o trânsito desviado, o asfalto começa a ser tomado pelos manifestantes, pelos funcionários da Companhia de Engenharia de Trânsito e seus veículos e cones amarelos e pela polícia montada. A concentração inicial, planejada para o vão livre do Masp, é abortada. Os veículos blindados, os caminhões de transporte e os homens da tropa de choque da Polícia Militar ocupam e cercam este espaço e determinam que se constitua um fluxo contínuo e pouco intenso de manifestantes em direção à Avenida Brigadeiro Luís Antônio.

Nesta região da Avenida, nos quarteirões contíguos ao museu, a pista de rolagem - apesar de bloqueada aos automóveis não diretamente envolvidos no controle da manifestação - mantém a sua função de escoar qualquer acúmulo, de funcionar como traçado condutor e linha de força a atuar sobre os deslocamentos e os seus tempos no espaço público da cidade. Tal movimento é acompanhado por dois helicópteros, sendo que um deles, da polícia militar, se desloca sempre a baixa altitude entre os prédios da Avenida e estaciona por diversas vezes sobre o que parecia ser o núcleo mais concentrado dos manifestantes.

No início da noite, um carro de som - o maior deles - é o centro de coordenação da manifestação, o palco principal dos discursos e shows que se desenrolam. Outros carros menores, enviados por sindicatos do ABC e associações de sem-teto do interior do estado, circulam devagar e amplificam dolorosamente discursos variados.

Em meio à multiplicidade de estímulos da situação - músicas, faixas, panfletos, fantasias, bandeiras, camisetas, conversas, performances, discursos e principalmente movimentos - me esforço por observar os rostos das pessoas. Reconheço um professor de História do colégio, militante sindical, um deputado federal do Partido dos Trabalhadores a quem eu havia entrevistado em 1996 numa pequena reconstituição de sua história de vida. Não reconheço mais ninguém.

<sup>21</sup> As comunicações da Polícia Militar de São Paulo, via rádio, se utilizam do sistema "trunking" de rodízio de frequências, através do qual cada conversação se divide em dois canais - centralizados pelas estações repetidoras - que ocupam alternadamente a mesma frequência, dificultando a monitoração das conversações entre os policiais por parte de outras pessoas. Além disso cada equipamento de rádio possui um número de identificação que é checado via software, a cada transmissão, pelo sistema informatizado das estações repetidoras. A polícia conta hoje com o "Sistema Simulcast" :5 estações repetidoras ( Avenida Paulista, pico do Jaraguá, Centro, Cantareira e Arthur Alvim) na cidade de São Paulo recebem com intensidade e em momentos diferentes cada chamado. Como as 5 estações são "linkadas" simultaneamente via microondas à central ( para atrasar ou adiantar os sinais provenientes das repetidoras " existe um relógio de rubídio que atrasa um segundo a cada mil anos" ), a partir da central é possível a obtenção da localização precisa de cada chamada. ( fonte: Home page da PMESP).

O meu olhar e atenção se aceleram, se expandem e se perdem dos indivíduos e da possibilidade mesma de individualizá-los. Classifico, incluo, excluo, organizo, agrupo as pessoas e volto atrás. Vejo tipos de pessoas e atitudes, percebo diferenças. Vejo homens de aspecto simples, mulheres descansando nos canteiros e crianças brincando e comendo. Um pipoqueiro. Alguns vendedores de cerveja, água e refrigerantes. Executivos saindo em grupos de 3 ou 4 do trabalho. Uma equipe de segurança privada fechando com grades o acesso ao edifício do Citibank que fecha com vidros uma imensa escultura de cipó<sup>22</sup>. Um grupo de anarco-punks. Uma outra cruz e um Jesus vivo se mantém erguidos no canteiro central. Como horizonte a ser escolhido pelo espectador os arcos do Mc Donald's, o edifício do Citibank, um outdoor do Banco 1 ou o carro de som principal. A bandeira do Brasil é estendida no asfalto. Um morador se diverte apontando - da janela de um apartamento no 12º andar do edifício Paulicéia - um fecho laser por sobre as camisetas, posters de Che Guevara, e panfletos que um homem de traços andinos tenta vender. Um rapaz com uma melancia na cabeça defende, com inscrições no seu peito e costas, a pureza e soberania do que ele considera MPB. O senador Roberto Requião surge no telão onde se lê: "CPI dos Precatórios Acaba em Pizza". Um aposentado vestindo um cartaz. Os cavalos. Os helicópteros.

Os vôos rasantes por entre os prédios, reproduzindo a linha reta da avenida a alguns metros acima do solo, as paradas por sobre os nódulos mais concentrados da manifestação e o ruído produzido durante tais evoluções, impossível de se ignorar, me fazem levantar os olhos.

Um helicóptero, facilmente identificável pelos símbolos da polícia militar divide o espaço aéreo da Avenida com um segundo aparelho, que mais tarde naquela mesma noite, pude identificar como o responsável pelas tomadas aéreas exibidas no telejornal da Rede Globo de televisão<sup>23</sup>.

À medida que cada um dos aparelhos se distanciava em direção ao

<sup>22</sup> Esta escultura foi escolhida como ornamento para o lado direito do andar térreo do edifício como forma de amenizar a dureza e frieza de suas linhas e dos materiais empregados em sua construção (Bueno de Moraes, 1995, pg. 198).

<sup>23</sup> Conforme verifiquei posteriormente este helicóptero é utilizado na cobertura jornalística diária da Rede Globo na cidade de São Paulo. Durante as edições do telejornal SP-TV, os apresentadores convocam as imagens e os comentários feitos ao vivo a partir do aparelho, significativamente batizado de "Globocop", numa explícita alusão ao personagem do cinema "Robocop". Nos filmes desta série um policial ferido por criminosos sofre uma série de implantes mecânicos e eletrônicos e é transformado numa máquina de guerra - o Robocop. Os seus constrangimentos morais são totalmente eliminados, o que o torna um matador implacável. A única regra de conduta implantada em seus chips de memória é aquela que o impede de causar qualquer dano à mega-corporação que o criou e que é também a concessionária dos serviços de segurança pública da cidade.

Largo do Paraíso vou diminuindo a inclinação de minha cabeça e varro desta forma o espaço vertical da Avenida em direção ao nível da rua. Já distante o helicóptero se inclina para a sua esquerda e desaparece por detrás de um dos telões publicitários instalados na calçada. Neste exato momento é exibido um comercial cujo personagem principal aumenta para três o número de aeronaves que participam da manifestação.

Um lençol imundo aparece sozinho na tela e a falta de qualquer outro referencial de tamanho me faz supor se tratar de uma roupa de cama em escala humana. Após ser inteiramente recoberto por uma farta espuma branca e macia o tecido repousa imaculadamente solitário na minha frente. Logo em seguida, surge planando sobre a peça um helicóptero, em relação a ela minúsculo, mas de dimensões muito aproximadas ao helicóptero “verdadeiro” que acabara de se esconder atrás do painel. Soltando uma série de longas cordas terminadas em ganchos a aeronave inicia uma ascensão suave porém firme, levando consigo o gigantesco lençol. A paisagem que se descortina por baixo, e que encerra a peça publicitária, revela uma tomada aérea da própria Avenida Paulista, lindamente iluminada, perfeitamente equilibrada na simetria dos edifícios que a emolduram. Uma paisagem de cartão-postal representando a ordem e a pureza do desenvolvimento civilizado da forma urbana, acompanhada dos dizeres taxativos: “Omo: imbatível na remoção de manchas e proteção das fibras.”

Barthes (1993) dedica uma de suas “mitologias” ao fabuloso mundo da publicidade de saponáceos e detergentes. Opondo este grupo dos produtos de limpeza àquele dos cloretos e amoníacos ele aponta os valores que são afixados a cada um deles: “Por exemplo, as soluções de cloreto de sódio (*Cândida*) foram sempre consideradas como uma espécie de fogo líquido cuja ação deve ser cuidadosamente controlada, sem o que o próprio objeto pode ser atingido, “queimado”; a lenda implícita deste tipo de produto repousa sobre a idéia de uma modificação violenta, abrasiva, da matéria: os produtos são de ordem química ou mutilante: “matam” a sujeira. Ao contrário, os pós são elementos separadores o seu papel ideal consiste em libertar o objeto da sua imperfeição circunstancial: “expulsa-se” a sujeira, mas esta não morre; na propaganda visual do *Omo*, a sujeira é representada por um pequeno inimigo débil e negro que foge apavorado da roupa limpa e pura, sob a simples ameaça do julgamento do *Omo*. Os cloros e os amoníacos são sem dúvida nenhuma os delegados de uma espécie de fogo total,

salvador mas cego; os pós são pelo contrário, seletivos, empurram, conduzem a sujeira através da trama do objeto, desempenham uma função de polícia, não de guerra.”<sup>24</sup>.Ao mesmo tempo em que a publicidade silenciosa reproduzia metaforicamente a idéia de uma necessária remoção das manchas da paisagem da Paulista, o carro de som abrigava os discursos inflamados dos líderes sindicais.

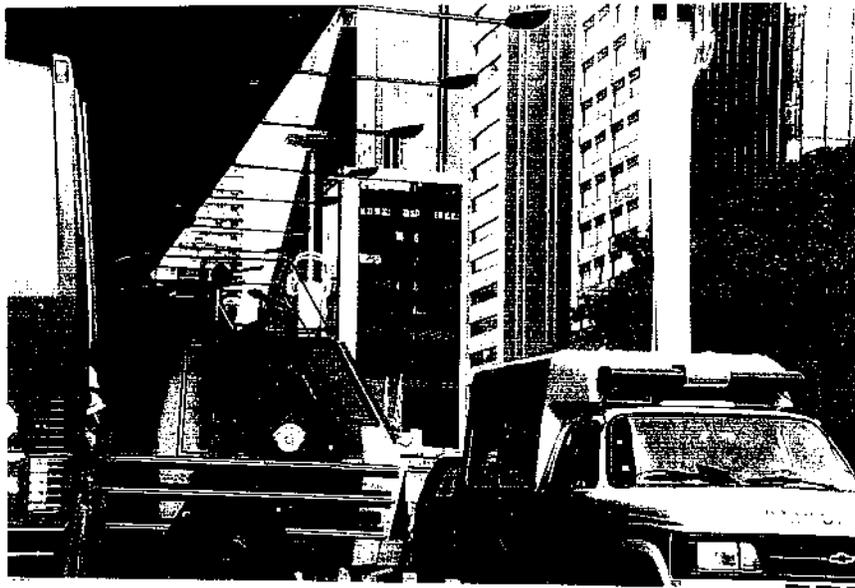
Diversos representantes das associações organizadoras da manifestação se revezavam ao microfone tratando de temas do interesse de cada uma das categorias ali representadas. Nos intervalos de cada um desses discursos mais específicos, o principal animador do protesto convocava transeuntes e funcionários que saíam do trabalho a se juntar aos manifestantes. De tempos em tempos, ele fornecia as grandezas mais ou menos imaginadas da adesão ao movimento e repetia o seu principal bordão: “Vamos tomar a Avenida! Já somos mais de 50 mil companheiros! A Avenida Paulista não é dos banqueiros e nem do capital estrangeiro! A Avenida Paulista é do povo!”. Mas paralelamente a essas declarações de posse e propriedade da Avenida, um outro discurso - que já não podia ser ignorado - se insinuava nos telões, de forma cíclica e marcante.

Entremeando os diversos anúncios publicitários veiculados, algumas mensagens institucionais da Associação Paulista Viva se sucediam interminavelmente - uma delas, no rastro do anúncio de sabão em pó, delegava a todos os cidadãos a responsabilidade pela limpeza do espaço público da Avenida e outras duas, procurando reagrupar os extremos da história da Avenida através da criação de um presente circular, suspenso por palavras de ordem cuidadosamente escolhidas: “Associação Paulista Viva: preparando a Avenida para o futuro.”; uma propaganda de iogurte, outra de automóvel; “Associação Paulista Viva: trabalhando pela preservação da Avenida.”; um filme de ação, uma manchete jornalística; “Associação Paulista Viva: preparando a Avenida para o futuro.”, e assim por diante ao longo da noite.

De volta em casa, assistindo TV. No telejornal da madrugada as imagens aéreas do “Globocop” mostram a manifestação, que é anunciada como um fracasso em razão do pequeno comparecimento da população. As estimativas da Polícia Militar falavam de dez a quinze mil pessoas presentes. No intervalo comercial o Banco Itaú repete o seu principal *slogan*: “Itaú: pronto para o futuro.”.

---

<sup>24</sup> Barthes,(1993); pg 29



No alto: veículos da Tropa de Choque ocupam o vão livre do Masp.  
No centro: helicóptero da Polícia Militar sobrevoa manifestação.  
Em baixo: propaganda da Omo (fotos do autor).





Mensagens institucionais da Associação Paulista Viva durante o "Grito dos Excluídos" (fotos do autor)

## Capítulo VII

### A Discursividade Pública e as Práticas Espaciais

Nas histórias da expulsão dos camelôs das calçadas da Avenida e da realização do “Grito dos Excluídos”, interpenetram-se diversas tentativas localizadas e localizáveis de reelaboração dos significados e dos próprios atributos definidores da Avenida Paulista.

Procurar entendê-las exclusivamente em termos de sua eficácia prática imediata é perder a oportunidade de tratar os seus diversos momentos como ações sociais que se localizam em meio ao *contínuum* que se estende entre as ações puramente técnicas e os atos simbólicos. Segundo Leach, “num extremo temos as ações que são inteiramente profanas, inteiramente funcionais, pura e simples técnica; no outro, temos as ações que são inteiramente sagradas, estritamente estéticas, tecnicamente não funcionais. Entre esses dois extremos temos a grande maioria das ações sociais que participam em parte de uma das esferas e em parte de outra. Desse ponto de vista, técnica e ritual, profano e sagrado não denotam tipos de ação mas *aspectos* de virtualmente qualquer tipo de ação. A técnica tem consequências materiais e econômicas que são mensuráveis e predizíveis; o ritual, por outro lado, é uma declaração simbólica que “diz” alguma coisa sobre os indivíduos envolvidos na ação.”<sup>1</sup>.

Os inúmeros objetos, ações, discursos, e movimentações envolvidos naquelas situações conformam uma complexa trama que chama atenção para a

---

<sup>1</sup> Leach, (1997), pg.76.

relevância de certos “acontecimentos” que se realizam em torno da Avenida e articulam, em diversos níveis, atores e práticas sociais que cotidianamente se apresentam de forma dispersa no tempo, no espaço, e nas estruturas de significação que presidem a produção localizada da Paulista.

Nesse sentido, pode-se falar de acontecimentos que cristalizam o presente da Avenida, reagrupando ali, ainda que temporariamente e provisoriamente, as múltiplas significações socialmente produzidas. Por sinal, o caráter provisório dessas articulações produzidas faz com que a metáfora da cristalização seja incompleta e imprecisa. De fato, o que se produz são atualizações dos conflitos que moldam a história presente da construção da singularidade da Avenida Paulista.

Em determinadas situações, os elementos estruturados e estruturantes que compõem a vida social da Avenida são colocados em diálogo pelos agenciamentos que deles fazem os diversos atores sociais ali envolvidos<sup>2</sup>.

Assim, por exemplo, quando o Sr. Olavo Setúbal - na condição de ex-prefeito de São Paulo, presidente da Associação Paulista Viva, “Prefeito Honorário da Avenida Paulista”, e proprietário da instituição financeira que mais se beneficia do seu poder de criação de visibilidade - fala ou deixa de falar a respeito do significado que a presença ou a ausência dos camelôs pode assumir para a imagem da Avenida Paulista, não é apenas de um discurso isolado que se trata. O próprio ato de enunciação é eficaz no sentido de atualizar alguns aspectos da virtualidade de uma das Avenidas imaginadas.

São trazidos para o primeiro plano, em situações como essa, o passado de exclusividade e o futuro incerto desse lugar; as imagens possíveis da cidade de São Paulo e aquelas hoje consideradas desejáveis; as assimetrias existentes nas condições diferenciadas de acesso que os diversos setores da sociedade possuem em relação às esferas de decisão dos poderes públicos; e também as próprias desigualdades existentes entre os poderes dos diversos atores sociais de tornarem os seus discursos e representações visíveis e legitimados em escalas de circulação que ultrapassem as relações face-a-face estabelecidas nos espaços físicos da

<sup>2</sup> Não quero com isso pressupor qualquer simetria possível ou desejável entre os objetos articulados nessas situações dialógicas. A idéia é justamente apontar para a imperfeição constitutiva dos mecanismos socialmente produzidos com o objetivo de instituir as separações culturalmente determinada entre os diferentes aspectos da realidade cotidianamente vivida.

Avenida Paulista.

Por isso, ao falar de acontecimentos que “atualizam” os processos contemporâneos de produção da Avenida Paulista é importante deixar claro o sentido que é atribuído à idéia de atual. Segundo Lévy (1996), o “atual” está em oposição ao “virtual”, e não ao “possível”. Enquanto este último se constitui como um todo já acabado e apenas ainda não realizado, o virtual “é como o nó de tendências ou de forças que acompanha uma situação, um acontecimento, um objeto ou uma entidade qualquer, e que chama um processo de resolução: a atualização”, e esta última “(...) aparece então como a solução de um problema, uma solução que não estava contida previamente no enunciado. A atualização é uma criação, **invenção de uma forma a partir de uma configuração dinâmica de forças e de finalidades**, (...) o atual em nada se assemelha ao virtual: responde-lhe.”<sup>3</sup>.

Desta forma, a análise de um conjunto delimitado de “acontecimentos,” relativamente recentes dentro do contínuo fluxo de produção histórica da Avenida Paulista, permitirá compreender a realidade das tensões - determinadas pela indissociabilidade entre as forças promotoras da globalização e da localização - que são ali vividas e constantemente reelaboradas.

Com o uso do termo “acontecimento” refiro-me aqui portanto às inúmeras irrupções de tensões que dizem respeito às formas materiais e simbólicas de apropriação dos espaços sociais da Avenida e que, ao se configurarem, demandam e produzem necessariamente algum tipo de resolução<sup>4</sup>. Tais resoluções, através dos vários processos simbólicos polissêmicos que produzem - operam geralmente no sentido de intensificar e, ao mesmo tempo, transformar as marcas distintivas socialmente compartilhadas e capazes de demarcar as diferenças entre a região da Avenida Paulista e outros espaços urbanos nas mais diversas escalas e também entre os diferentes atores sociais envolvidos na vida cotidiana desta região.

Ou seja, nos “acontecimentos” estão presentes tanto expressões de forças que impulsionam as transformações do espaço social da Avenida, quanto pressões no sentido de que tais atualizações possam ser realocadas dentro das estruturas de

<sup>3</sup> Lévy, (1996); pgs. 16 e 17. grifos meus).

<sup>4</sup> Note-se que a própria idéia de atualização já aponta para o fato de que tais resoluções nunca são as únicas possíveis, afinal é isto que marca a diferença entre o “virtual” e o “possível”.

significação preexistentes à sua ocorrência.

Nesse sentido, ao falar de “acontecimentos” e ao eleger alguns deles para a análise, a intenção é permitir que diferentes fluxos de interação social surjam como tensões complementares que são capazes de explicitar os processos de concretização de práticas sociais reflexivamente elaboradas a partir dos horizontes fornecidos tanto pela história passada deste espaço, quanto pelas suas projeções contínuas rumo a diversos futuros imaginados<sup>5</sup>.

A presença da Paulista no imaginário urbano e a constante reprodução material e simbólica da sua paisagem, não se resumem absolutamente aos fatos sociais observáveis diretamente no espaço conformado pelas linhas que definem o seu perímetro geográfico. Como objeto de constantes reapropriações que transcendem, no tempo e no espaço, as práticas corporais cotidianas das pessoas localizadas em seu ambiente material, a Avenida Paulista é maior do que o espaço físico que ocupa. Pode-se mesmo afirmar que as espacializações realizadas na escala dos corpos em movimento pela Paulista só se concretizam tendo como horizonte de referência as estruturas de significação produzidas por aqueles outros discursos e práticas de natureza diversa e inseridos em outras escalas espaciais.

Ao mesmo tempo, seria incorreto pretender que haja separação total entre essas duas ordens de existência da Avenida, ou mesmo a precedência lógica de qualquer uma delas sobre a outra - uma vez que através de diversos dispositivos socialmente elaborados, aquelas suas inúmeras virtualidades são constantemente trazidas para o seu espaço físico e ali reatualizadas através das edificações nele construídas, das suas formas de organização, das suas significações compartilhadas e também por meio das práticas de espacialização ali

<sup>5</sup> Várias das considerações que aqui faço sobre a noção de “acontecimento” me foram sugeridas pelo texto “The Genesis of the Individual”, de Gilbert Simondon, publicado na revista “Zone”, e pela extensa discussão que Sahlins (1990) realiza a respeito das relações entre “estrutura” e “evento”. Este último desenvolve certas diferenças entre suas noções de “evento”, e de “acontecimento”, as quais não ignoro mas também não considero essenciais neste momento à compreensão do uso que faço deste último termo. Incluo aqui essas referências como forma de indicar o contextualização teórica de uma idéia que me surgiu de forma relativamente intuitiva durante a pesquisa de campo.

desempenhadas.

Na primeira parte deste capítulo analiso a produção dos significados da Avenida que se realiza, por um lado, através da materialização de sua paisagem edificada por meio do urbanismo e de suas justificativas, da arquitetura e dos signos diversos que a eles são incorporados e afixados, e por outro através da materialidade circulante das diversas representações públicas desta paisagem. São a essas ordens de enquadramento que me refiro ao tratar da *discursividade pública*.

Para tanto devo trabalhar esse conjunto de atualizações da Avenida em três momentos específicos: urbanismo; arquitetura e propaganda; e por fim uma seção mais sucinta a respeito dos enquadramentos realizados pela imprensa. Conforme acredito ficará claro, essa subdivisão é adotada com o objetivo de permitir maior clareza na exposição.

Na segunda parte do capítulo são enfocadas determinadas formas de se usar e praticar o espaço da Avenida, com especial ênfase nas atividades dos camelôs e das equipes de segurança pública e privada na região.

Esta divisão do capítulo em duas partes não pretende supor, de forma alguma, qualquer separação - especialmente uma separação ontológica - entre a produção do "lugar" Avenida Paulista e a criação do "espaço" Avenida Paulista.

Nesse sentido, pode-se dizer que este capítulo dialoga com a conceituação de "lugar" e "espaço" utilizada por Michel de Certeau. Quero dizer, se aqui separo a situação presente em dois momentos - um primeiro que compreende a produção das estruturas físicas edificadas da Avenida, e um segundo que se refere aos usos e às práticas espaciais que "exercitam" essa paisagem edificada - o objetivo é justamente argumentar que a re-produção das significações da Avenida Paulista se realizam simultaneamente em ambos os níveis de forma que nenhum deles pode ser apreendido sem que tal interpenetração seja levada em conta.

As fontes utilizadas são bastante variadas e incluem elementos tais como: coletâneas de artigos de jornal; fotografias de minha própria autoria e imagens de origens diversas; propagandas na mídia impressa e eletrônica; referências bibliográficas pertinentes; propostas de legislação voltadas para a

regulamentação dos usos do espaço urbano e mais especificamente da Avenida; materiais impressos de divulgação institucional; anotações e observações feitas durante os períodos de pesquisa de campo; e por fim, as entrevistas realizadas ao longo deste período.

Como forma de facilitar a fluidez da argumentação, gostaria de antecipar algumas considerações a respeito das entrevistas realizadas. É importante deixar claro que me utilizei de dois métodos para o registro das opiniões das diversas pessoas que mencionarei ao longo do texto. Em alguns casos, as entrevistas foram gravadas e posteriormente transcritas em sua íntegra. Assim foi com a Síndica do Conjunto Nacional e coordenadora da Comissão de recuperação do Parque Trianon - Sra. Vilma Peramezza, com o diretor do Sinpesp - Sr. Alcides - e com o Sr. Marcel - síndico e administrador já há mais de três décadas de um dos edifícios residenciais construídos na Avenida Paulista em meados dos anos 50 e morador da Avenida há mais de quarenta anos.

Em algumas outras situações optei por, ou fui obrigado a, não gravar determinados depoimentos. Os funcionários do Citibank por mim entrevistados se enquadram neste grupo. Nas três oportunidades a presença de outras pessoas e as constantes interrupções ocorridas, uma vez que tais entrevistas se realizaram no local de trabalho dos entrevistados e durante o horário de expediente, me fizeram optar por uma menor formalidade nos procedimentos, o que entendo foi positivo para o transcorrer do trabalho. Aqui se incluem o Sr. Darcy - Gerente Adjunto de Segurança do edifício do banco na Avenida Paulista, o Sr. Paulo - Gerente de Projetos e Instalações - e a Sra. Augusta - da Área de Arquitetura e responsável pelo interior das novas agências do banco.

Foram também realizadas entrevistas de duração bastante variada com camelôs que trabalham na região da Paulista. Nestes casos a sua recorrente relutância em oficializar qualquer identificação e, principalmente, o seu comportamento padrão - completamente refratário à captura de suas imagens - indicaram a pertinência do uso de outros métodos de registro.

Assim, em todas essas situações em que não fiz uso do gravador, tomei por procedimento realizar as anotações o mais detalhadamente possível imediatamente após o fim dos encontros, de forma que o teor mais característico das falas destes informantes pôde ser em grande parte preservado.

A organização de todo este material, do qual as entrevistas e anotações são apenas uma parte, procura concretizar determinados recortes já anunciados na introdução do texto, ou seja: em primeiro lugar essas explorações do presente se preocupam com as constantes redefinições a que estão sujeitas as fronteiras entre as instâncias públicas e privadas da vida social na região da Avenida Paulista; e em segundo lugar, e como forma de viabilizar as discussões relativas àquelas redefinições, cada uma das seções seguintes deverá se deter prioritariamente sobre um dos níveis através dos quais se constróem hoje os enquadramentos da Avenida Paulista, vale dizer, os enquadramentos produzidos a partir das diversas formas de discursividade pública e dos usos e práticas espaciais desenvolvidos na região.

## VII.1 Discursividade Pública

### VII.1.1 Urbanismo

1

É impossível refletir sobre o sentido e os significados atuais das intervenções urbanísticas e arquitetônicas na Avenida Paulista sem identificar os atores que produzem e difundem as representações sobre determinadas regiões centrais da Cidade de São Paulo como áreas urbanas em franca decadência e deterioração e que, assim o fazendo, produzem também as demandas pelos seus próprio projetos privados de intervenção nos espaços públicos em questão.

O processo de expulsão dos camelôs, a intensa monitoração das manifestações públicas, bem como a grande maioria das transformações e alterações no cotidiano da Paulista, só podem ser entendidas a partir da sua localização dentro deste contexto mais amplo no qual interesses privados bastante específicos se organizam através da constituição de “associações civis sem fins lucrativos” tais como a “Associação Paulista Viva”<sup>6</sup> e a “Associação Viva o Centro”. Com o objetivo de interferirem e redefinirem os rumos da sua produção e gerenciamento, as áreas centrais da cidade de São Paulo são, por tais associações, anunciadas como vítimas da degradação promovida pelos “usos irregulares” de seus espaços e pelo descaso e incompetência por parte dos poderes públicos.

Estes atores, diretamente interessados na re-produção de paisagens capazes de representar o seu poder econômico e cultural, vêm ao longo dos últimos anos criando toda uma série de constrangimentos a outras formas possíveis de apropriação dos espaços públicos a partir da definição e operacionalização de uma ampla agenda de questões relativas a aquilo que é por eles próprios definido como

---

<sup>6</sup> A Associação Paulista Viva foi criada em 1996, como um desdobramento da Comissão Paulista Viva instituída em 1995 pelo prefeito Paulo Maluf e que inicialmente possuía a missão de analisar as propostas de intervenção urbana na região da Avenida.

o interesse comum dos habitantes da cidade - "o desenvolvimento e a valorização urbana"<sup>7</sup>.

Muito embora tais associações recorram constantemente à invocação da inoperância e insensatez dos poderes públicos - como forma de justificar e legitimar a sua atuação, e mesmo a sua própria existência - o que se percebe na grande maioria das situações concretas em que os seus interesses se fazem presentes é antes o estabelecimento de uma relação simbiótica com estes mesmos poderes, do que a oposição e o conflito que poderiam ser esperados a partir do tom de seus discursos.

A própria situação que teria levado à criação da "Comissão Paulista Viva" é um exemplo desta lógica que articula, de fato e de direito, os poderes públicos a determinados grupos organizados representantes de interesses privados na redefinição do espaço urbano.

No ano de 1994 foi apresentado pelo então Secretário do Planejamento da cidade de São Paulo, Roberto Paulo Richter, um projeto urbanístico que tinha por objetivo melhorar o trânsito na região da Paulista através da construção, na Avenida, de um corredor central exclusivo para ônibus.

As últimas grandes intervenções na região haviam sido a construção do complexo viário, em 1972 e o alargamento da Avenida em inícios dos anos 70, durante as gestões de Faria Lima e de Olavo Setúbal na Prefeitura<sup>8</sup>.

Segundo o jornal O Estado de São Paulo, aquela proposta do Secretário teria criado uma grande polêmica em meio aos urbanistas e arquitetos paulistanos, e após "uma campanha feita pelo Estado [o jornal], Richter desistiu da idéia e Maluf convidou Olavo Setúbal para presidir a Comissão Paulista Viva"<sup>9</sup>.

Essa comissão - criada pelo decreto nº 35.612 de 25 de outubro de 1995, assinado pelo Prefeito Paulo Maluf - tinha como finalidade "participar de maneira ativa na preservação e desenvolvimento da região, além de organizar um concurso de propostas que valorizasse a Avenida e identificasse as melhores soluções."<sup>10</sup>.

<sup>7</sup> "Paulista Viva". Informativo da Associação Paulista Viva, ano I, número 1, junho /julho de 1997, pg 3.

<sup>8</sup> Limena (1996), pg. 112.

<sup>9</sup> "Associação Paulista Viva tenta recuperar Avenida. Ex-prefeito Olavo Setúbal busca adesão de empresários da região a entidade.". O Estado de São Paulo. 19 de março de 1997.

<sup>10</sup> "Paulista Viva". Catálogo institucional publicado pela Associação Paulista Viva (s/d).

Em pouco tempo a Paulista Viva passaria a tratar de outras questões que expandiram sensivelmente o seu poder de enquadrar o espaço da Avenida. Mas já na época de sua criação não constituía qualquer novidade a existência de discursos e propostas voltadas para a defesa da necessidade de intervenções em uma Avenida vista como um importante órgão da cidade - o seu coração financeiro - que se encontrava doente. Assim, por exemplo, em 1994 o Masp e a Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da USP realizaram, nas dependências daquele museu, uma exposição intitulada "Trianon - O Masp e seu Entorno".

O encerramento deste evento foi marcado por um debate público entre "arquitetos, engenheiros, urbanistas, políticos e moradores da região"<sup>11</sup>, "representantes do setor imobiliário e o presidente da Associação Viva o Centro"<sup>12</sup>. Durante este debate, o ex-prefeito de São Paulo no início da década de 70, José Carlos de Figueiredo Ferraz, declarou: "O processo de degradação da Avenida Paulista é canceroso e precisa ser estancado o mais rápido possível"<sup>13</sup>.

Naquela ocasião concluiu-se que a "degradação" da Avenida era devida principalmente à decadência dos padrões de sua ocupação residencial e, de um modo mais geral, da piora da "qualidade de vida" na região. Em entrevista concedida ao Jornal da Tarde, Nestor Goulart dos Reis Filho, professor da FAU, afirmava "A Avenida é apresentada como um eixo bancário, mas na verdade é uma área residencial em degradação"<sup>14</sup>, e o texto seguia explicando, "a Paulista tem cerca de 40 prédios residenciais e outros 40 ocupados por bancos. Os residenciais estão mal conservados, alguns desocupados e outros foram adaptados irregularmente para uso comercial(...) além do risco de acidentes, a poluição e o barulho também estão fazendo com que os moradores se mudem. O resultado são prédios parcialmente vazios e até em estado de abandono. O arquiteto teme que esses prédios venham a se transformar em grandes cortiços."<sup>15</sup> Um ano antes, em 1993, a própria Prefeitura parecia dar sinais de que se preocupava com tais possibilidades uma vez que alegando razões de segurança conseguiu obter na justiça a ordem de despejo coletivo para todos os moradores do Edifício Baronesa de Arary, situado na esquina da Avenida com a Rua Peixoto Gomide, bem ao lado do Parque Trianon e quase em frente ao Masp.

<sup>11</sup> Bueno de Moraes (1995), pg.205.

<sup>12</sup> "Figueiredo Ferraz vê 'tumor' na Paulista.". O Estado de São Paulo, 11 de março de 1994.

<sup>13</sup> Idem.

<sup>14</sup> "Paulista: rica mas maltratada". Jornal da Tarde, 10 de março de 1994.

<sup>15</sup> Idem.



Despejo dos Moradores do Edifício Baronesa de Arary em 1993 (fonte: Instituto Cultural Itaú)

A conclusão desse debate merece ser destacada porque aponta a aparente dualidade que constitui a situação atual da Avenida: "Eles [os participantes do debate] foram unânimes em afirmar que há a necessidade urgente de reverter o processo de deterioração da Avenida, já que se trata do conjunto imobiliário de mais alto valor do país."<sup>16</sup>.

A Paulista era, já nessa ocasião, redefinida como um espaço dividido, fendido, e estacionado a meio caminho entre o progresso e a estagnação, a riqueza e a sujeira. De um lado, pólo de concentração do capital imobiliário, industrial, cultural e financeiro, representado pelos edifícios corporativos, pelos seus centros culturais, e pelos seus representantes de terno e gravata ["O maior símbolo do poder econômico da capital, por onde circulam diariamente 1,1 milhão de pessoas, tem o metro quadrado mais caro do país, entre 7000 e 8000 reais"<sup>17</sup> ] e, de outro, uma área que se encontra sob o risco iminente de se tornar mais um exemplo - como o centro da cidade já havia sido feito representar - da "decadência urbana" causada pelos usos e formas de ocupação menos desterritorializados e mais conectados à própria materialidade e à escala humana da cidade ["A Avenida pode passar por um processo de deterioração semelhante ao do centro da cidade."<sup>18</sup>].

A referência ao centro "decadente" de São Paulo expressava o consenso que já havia sido produzido a respeito da necessidade de intervenções naquela região. Alguns anos antes, em 1991 havia sido fundada a Associação Viva o Centro, uma entidade que se autodefine como "Sociedade Pró-Revalorização do Centro de São Paulo". A sua criação se realizou a partir da "tomada de consciência das mais significativas entidades empresariais sediadas ou vinculadas ao Centro de São

<sup>16</sup> "Avenida Paulista: em busca da recuperação.". Revista Arquitetura e Urbanismo, abril/maio de 1994.

<sup>17</sup> "Hélices sobre a cidade.". Revista Veja SP, 07 de Maio de 1998.

<sup>18</sup> "Paulista: rica mas maltratada". Jornal da Tarde, 10 de março de 1994.

Paulo do seu papel de sujeitos e agentes do desenvolvimento urbano”<sup>19</sup>.

A participação dessa instituição - instalada no Edifício sede do BankBoston, na Rua Líbero Badaró, de frente para o Vale do Anhagabaú - na redefinição estética e funcional da região na qual atua tem se tornado cada dia mais intensa e, de uma forma geral, o sentido dessas intervenções se assemelha àquelas que hoje são levadas a cabo também na região da Paulista pela Associação Paulista Viva.

Uma das formas de atuação da Associação Viva o Centro é através do “Programa Ação Local”, que tem por objetivo “implementar a qualidade de vida, o bem-estar e a segurança de todos aqueles que moram, circulam ou trabalham no centro de São Paulo.”<sup>20</sup>.

Através da constituição de núcleos que permitem aos participantes do programa - aberto a “moradores, usuários, proprietários e dirigentes de empresas”<sup>21</sup> - a intervenção no cotidiano administrativo de suas “micro-regiões”, a proposta do “Ação Local” é “colaborar” com os poderes públicos “por meio da fiscalização da sua atuação, do encaminhamento de sugestões consensuais e da montagem de parcerias que objetivem a implantação de soluções rápidas e adequadas para os problemas(...)entre outros os relativos a segurança, coleta de lixo, limpeza, camelôs, defesa contra calamidades, manutenção de equipamentos públicos e promoção social.”<sup>22</sup>.

Note-se que a forma institucional desse programa define, de forma sutil, o direito de participar nas intervenções no espaço público das micro-regiões como

<sup>19</sup>O seu papel de representante dos interesses privados das grandes empresas da região é confirmado pela origem, explicitada pela própria Associação, dos membros eleitos de sua diretoria atuante em 26/08/97:

**Presidente** - Henrique de Campos Meirelles (**Banco de Boston**); **Presidente da Diretoria Executiva** - Marco Antonio Ramos de Almeida (**Banco de Boston**); **Diretor Vice-Presidente** - Alencar Burti (**Associação Comercial de São Paulo**); **Diretor Vice-Presidente** - Alencar Costa (**Associação Brasileira de Entidades de Hospedagem, Alimentação e Turismo**); **Diretor Vice-Presidente** - Gilmar Carneiro dos Santos (**Sindicato dos Empregados em Estabelecimentos Bancários do Estado de São Paulo**); **Diretor Financeiro** - Wilson Antonio Salmeron Gutierrez (**Federação Brasileira das Associações de Bancos**); **Diretor Secretário** - Luís Eduardo Ramos Lisboa (**Associação Brasileira de Bancos Internacionais**); **Diretor** - Carlos Eduardo de Oliveira Diniz (**Bolsa de Valores de São Paulo**); **Diretor** - Celso Figueiredo Filho (**Locata Comercial e Administradora de Bens Ltda.**); **Diretor** - Jaime Marcondes Cupertino (**Banco Itaú**); **Diretor** - Odair Zioli (**Banespa**); **Diretor** - Vicente Antonio Pittner (**Bolsa de Mercadorias & Futuros**); **Consultor** - Jorge da Cunha Lima; **Consultora** - Regina Prospero Meyer. Fonte :Revista “Urbs”. Ano 1, número 1, agosto de 1997, pg. 61. Associação Viva o Centro.

<sup>20</sup> Revista “Urbs”, op. cit., pg.6.

<sup>21</sup> Idem.

<sup>22</sup> Idem.

dependente do tipo de vínculos que os indivíduos interessados possuam com relação às propriedades privadas ali localizadas. Quer seja como proprietários de empresas ou de bens imóveis, ou como funcionários dos estabelecimentos da região, os participantes são instituídos como atores politicamente legítimos através de um olhar que parte dos espaços privados em direção ao espaço público, e não o contrário.

Segurança, lixo, limpeza, camelôs e calamidades. A definição das agendas de “problemas”, a produção das imagens da cidade desejada que a elas correspondem, e a prescrição da “colaboração” entre a “sociedade civil” e os poderes públicos, explicitados nas propostas de programas como este, reproduzem o modelo que vêm se tornando a principal forma de atuação dos atores hegemônicos envolvidos nesse processo de produção de uma “cultura pública privatizada”<sup>23</sup>.

As associações como a “Viva o Centro” e a “Paulista Viva” têm desenvolvido diferentes mecanismos - como por exemplo o “Ação Local” - capazes de viabilizar ações mais ou menos pontuais através das quais o seu poder de fazer valer os interesses específicos de seus associados é capaz de suplantar e submeter outras reivindicações de direitos à cidade formuladas por diferentes grupos da sociedade.

A complexidade e a criatividade envolvidas nessas estratégias tornam, cada uma delas, um caso à parte. Mas tal fato não impede que sejam observadas certas características comuns à maioria delas. Em primeiro lugar, é notável o fato de que o seu poder de enquadrar a realidade do espaço urbano passa, geralmente, por um acesso diferenciado às esferas de decisão e aos serviços públicos municipais.

O exemplo mais claro desse “acesso facilitado” aos poderes públicos me foi fornecido por uma história de “limpeza” do Vale do Anhagabaú ocorrida no início de 1998, narrada por duas fontes diferentes.

---

<sup>23</sup> “ *The cultural power to create an image, to frame a vision, of the city has become more important as publics have become more mobile and diverse, and traditional institutions - both social classes and political parties - have become less relevant mechanisms of expressing identity(...) they are developing new spaces for public cultures. By accepting these spaces without questioning their representations of urban life, we risk succumbing to a visually seductive, privatized public culture.*” (Zukin, 1995; pgs. 2 e 3.).

Segundo Sônia<sup>24</sup>, corre à “boca miúda” pelo “mercado”<sup>25</sup>, a história de que o BankBoston, teria pago aos camelôs que trabalhavam no trecho do Vale do Anhangabaú em frente à sua sede, uma semana de “férias remuneradas” entre os meses de março e abril deste ano. Diz-se também que, na realidade, não era de filantropia que se tratava.

O BankBoston realiza todo ano, tradicionalmente desde a sua fundação, um ciclo de reuniões entre os seus principais executivos espalhados pelo mundo. Em 1998, pela primeira vez, essas reuniões deixaram de se realizar na matriz mundial da instituição, na cidade de Boston, e foram transferidas para a filial do banco no centro de São Paulo - possivelmente por alguma razão associada ao fato do atual presidente mundial da instituição ser brasileiro.

Pouco tempo antes da data marcada para este encontro, os camelôs que ocupavam o entorno do edifício sede no Vale do Anhangabaú, foram procurados por representantes da instituição e aceitaram deixar a região durante uma semana, em troca de um ressarcimento pelos dias de trabalho perdidos.

Após ouvir esse relato, procurei o Sr. Alcides<sup>26</sup> com o objetivo de checar a pertinência de tais informações. Sem mencionar os interesses do banco descritos pelo primeiro informante, perguntei a ele a respeito de algum fato ocorrido no início de 1998 relativo à retirada dos camelôs do Vale do Anhangabaú. A história se tornou ainda mais interessante.

Segundo ele, em uma quinta-feira, enquanto trabalhava na sede do sindicato, foi procurado por dois ou três ambulantes que lhe contaram uma história da qual, a princípio desconfiou. Mas durante o restante desse dia e nos dias seguintes inúmeras outras vezes ouviu a mesma narração. Os camelôs - que trabalhavam na área do Anhangabaú que é avistada a partir das janelas do edifício do BankBoston - foram procurados por representantes da Associação Viva o Centro que lhes falaram sobre o interesse da Prefeitura em realizar a limpeza e a recuperação dos canteiros e do calçamento da região. Dadas as dimensões das

<sup>24</sup> Nome fictício. Essa pessoa, com quem conversei diversas vezes durante a pesquisa, atua na área de operações financeiras internacionais de um grande banco brasileiro.

<sup>25</sup> Essa é a expressão utilizada pelos operadores, analistas e investidores do mercado financeiro como forma de se referir ao circuito mais ou menos restrito de informações sem origem definida ou confirmação oficial mas que em geral são tomadas como confiáveis a ponto de orientar os seus comportamentos e as suas decisões profissionais e mesmo pessoais.

<sup>26</sup> Diretor do SINPESP, já citado anteriormente.

obras previstas seria necessária a interdição da área por alguns dias. A Associação Viva o Centro, no intuito de cooperar com a Prefeitura se dispunha a pagar aos camelôs, em bases negociadas individualmente, o valor do prejuízo que a eles seria causado. A recepção da proposta foi excelente. O pagamento adiantado pelos dias parados foi encarado como a concessão de “férias remuneradas”, e os ambulantes procuraram o sindicato para contar a história maravilhados com a conquista obtida. Todos aceitaram. A decepção veio logo ao término do prazo combinado. O que foi visto inicialmente como “férias” acabou por se revelar como “demissão” sumária. Após os funcionários da Prefeitura terem encerrado os seus serviços, a polícia ocupou toda a área e impediu o retorno dos ambulantes para o seu antigo local de trabalho.

Após ouvi-lo, comentei sobre a informação que me havia sido fornecida a respeito da reunião internacional do BankBoston. A sua resposta foi imediata e sucinta: “- Não. Não ouvi falar disso não. Mas é tudo a mesma coisa, Banco de Boston, Viva o Centro, Prefeitura... tá tudo no mesmo balaio.”

Ao contar essas versões da história da limpeza do Anhangabaú não pressuponho a total veracidade de cada uma delas e nem mesmo que a combinação de ambas possa representar a totalidade das negociações envolvidas nesse processo. Mas esses relatos criam uma tal proximidade entre os diversos atores interessados no enquadramento daquele pequeno, embora destacado, espaço do centro da cidade, que se tornam imediatamente capazes de explicitar o caráter localizado e excludente das práticas que concretizam na paisagem urbana - mais uma vez através da associação entre o poder público e os interesses privados - os valores embutidos nos discursos em prol da “revalorização” da cidade.

E esse parece ser justamente o segundo ponto em comum entre as diversas estratégias para a criação do espaço urbano como imagem e semelhança dos projetos privados dos atores sociais hegemônicos: a sua sustentação depende da criação de um imaginário capaz de revestir os interesses privados da imagem de executores ideais para a recuperação das qualidades democráticas dos espaços públicos.

Nesse sentido, a cidade de São Paulo não se configura como uma exceção aos padrões de crise do espaço público verificados em escala mundial. Zukin (1995), por exemplo, demonstra como a criação dos BID's (*Business Improvement*

Districts) na cidade de Nova York aponta para um "(...)scenario of drastic privatization."<sup>27</sup>.

Neil Smith, ao realizar a análise comparativa de inúmeros casos de "redensenvolvimento"<sup>28</sup> urbano nos Estados Unidos, Europa e Austrália, toma o cuidado de argumentar que as diferenças nos seus padrões específicos de transformação são maiores do que se pode imaginar a partir de uma visão puramente econômica. Mas, por outro lado, ele também chama a atenção para aquilo que existe de comum entre tais processos localizados de remodelamento urbano: o discurso e as práticas da "revitalização urbana" das áreas centrais destas cidades.

Segundo este autor, o termo revitalização não é apropriado para descrever as intervenções contemporâneas nos centros das grandes metrópoles pelo simples fato de que as promessas populistas aí embutidas não se concretizam de forma a beneficiar com igual intensidade todos os diversos segmentos sociais que compõe a vida urbana: *"It focuses on "making cities livable", meaning livable for the middle class. In fact, and of necessity, they have always been "livable" for the working class. The so-called renaissance is advertised and sold as bringing benefits to everyone regardless of class, but available evidence suggests otherwise."*<sup>29</sup>.

Mesmo enfatizando o descompasso entre as práticas exclusivistas e o discurso universalista da "revitalização" urbana, e na realidade a partir do reconhecimento da face excludente desses processos, Smith defende que em certo sentido, o termo revitalização é correto para descrever as transformações na forma, nos usos e nas maneiras de se administrar o centro das grandes metrópoles contemporâneas, uma vez que aquilo que hoje se realiza é um intenso

<sup>27</sup> Zukin(1995), pg.34. Os BID's são associações de proprietários de determinadas regiões da cidade de Nova York surgidas na década de 70 e que recebem da municipalidade o direito de executarem serviços de manutenção e melhorias nessas áreas a partir da utilização de recursos angariados através da taxação voluntária de seus membros. Tais associações surgiram no momento da crise fiscal de 1975 e a partir de então se multiplicaram e tomaram para si responsabilidades crescentes com a limpeza das ruas e os serviços de segurança.

<sup>28</sup> Utilizo aqui esta palavra como uma tradução provisória do termo "*redevelopment*" que é utilizado pelo autor para se referir a todo o conjunto de transformações do espaço urbano das grandes metrópoles em meio a atual fase de expansão e internacionalização capitalista. Incluem-se aí portanto, tanto os processos de ocupação de áreas na periferia das cidades por parte das classes sociais mais abastadas e por centros de negócios e comércio quanto o refluxo de investimentos de capitais internacionais e de determinados setores das classes médias em direção aos centros das cidades. Para a discussão sobre o conceito de redensenvolvimento ver Smith (1996), cap 2- "Is Gentrification a Dirty Word?". Para a comparação entre as formas assumidas por esse processo nas diversas cidades tratadas pelo autor ver, do mesmo livro, toda a parte II: "The Global is The Local."

<sup>29</sup> Smith(1996), pg. 89.

*"redevelopment process dedicated to the revitalization of the profit rate. In the process , many downtowns are being converted into bourgeois playgrounds (...)"<sup>30</sup>.*

Mas, se por um lado, afirmar que tais processos de revitalização visam promover e reinstaurar a valorização e a lucratividade dos capitais imobilizados na paisagem urbana é algo que nos possibilita compreender melhor a natureza do recente ressurgimento do interesse de diversos atores pelas áreas centrais das grandes metrópoles - as principais vítimas de longos períodos de desinvestimento generalizado ao longo do século XX -, por outro lado, tal consideração é insuficiente para descrever os significados produzidos e reafirmados ao longo destes processos.

No caso específico da cidade de São Paulo, os objetivos econômicos do redensolvimento urbano são muito mais explícitos do que nas situações analisadas por Smith, uma vez que a noção de "revitalização" é usualmente substituída ou acrescida pelo par valorização/desenvolvimento. Assim, por exemplo, a Associação Viva o Centro define como seu objetivo "o desenvolvimento da área central de São Paulo, em seus aspectos urbanísticos, culturais, funcionais, sociais e econômicos, de forma a transforma-la num grande, forte, e eficiente Centro Metropolitano, que contribua eficazmente para o equilíbrio econômico e social da Metrópole, para o pleno acesso à cidadania e ao bem-estar por toda a população."<sup>31</sup> No mesmo sentido podemos ler no informativo bimestral "PaulistaViva": "Constituída em 1996, a Associação Paulista Viva tem participação ativa no processo de preservação e desenvolvimento da Paulista e seu entorno, defendendo os interesses da Avenida eleita símbolo de São Paulo em 1990, com mais de um milhão de votos. A Avenida Paulista é o principal pólo das atividades econômicas, institucionais, culturais e turísticas da cidade, sendo identificada com o maior centro econômico da América Latina."<sup>32</sup>

O deslocamento da ênfase desses discursos em direção à figura indeterminada da "valorização urbana" representa uma forma diferente de apresentação do ideário da revitalização urbana. Mas alguns de seus predicados são ainda assim preservados. O marketing universalista e a roupagem democrática

<sup>30</sup> Idem, pg. 88.

<sup>31</sup> Revista "Urbs". Ano 1, número 1, agosto de 1997, pg. 61. Associação Viva o Centro.

<sup>32</sup> "Um Projeto de Vida Para a Paulista - Associação Paulista Viva pretende concretizar projetos voltados à valorização urbana da Avenida." Artigo publicado no informativo "PAULISTAVIVA". Ano 1, número 1. Associação Paulista Viva. junho/julho de 1997.

são reproduzidas através da transformação do espaço urbano em um sujeito de direitos. É esse o artifício que permite à Paulista Viva por exemplo se declarar a legítima defensora dos “interesses da Avenida eleita símbolo de São Paulo, em 1990, com mais de um milhão de votos”<sup>33</sup>.

Após apresentar dessa maneira um tanto sintética os interesses envolvidos nos projetos contemporâneos de reapropriação dos espaços públicos da cidade de São Paulo e os traços mais gerais das estratégias e mecanismos desenvolvidos para este fim, passo a descrever com maiores detalhes a atuação da Associação Paulista Viva.

## 2

Conforme já foi dito, em outubro de 1995 o Sr. Olavo Setúbal foi convidado para presidir a Comissão Paulista Viva, ocasião na qual recebeu de Paulo Maluf o título de “Prefeito Honorário da Avenida Paulista”.

A Comissão tinha por tarefa realizar a análise das transformações arquitetônicas e paisagísticas a serem implantadas na Avenida de forma a encontrar soluções que evitassem a sua deterioração<sup>34</sup>. Nesse sentido, em fevereiro de 1996 a Comissão declarou a abertura de um concurso nacional de projetos para a recuperação da Paulista.

Na época em que se planejava a realização desse concurso, o projeto anteriormente formulado pela Secretaria Municipal do Planejamento - que previa o já mencionado corredor central de ônibus - era objeto de críticas contundentes que se originavam até mesmo de outros órgãos da Prefeitura. O próprio Secretário de Obras, Reynaldo de Barros, teria a ele se oposto declarando “O projeto do professor Figueiredo Ferraz não foi executado quando devia e hoje é praticamente impossível fazê-lo.”<sup>35</sup>

---

<sup>33</sup> Grifos meus.

<sup>34</sup> “Setúbal Lança Hoje Concurso Sobre Paulista”. O Estado de São Paulo, 26/02/96.

<sup>35</sup> Idem. A referência é feita ao projeto “Nova Paulista”, proposto em fins da década de 60 e não realizado por completo, e do qual o projeto de Richter retirava várias de suas idéias.

A subcomissão designada para a avaliação dos projetos inscritos no concurso da Comissão Paulista Viva era composta pelos seguintes membros: o arquiteto Pedro Antônio Galvão Cury, representando o Instituto dos Arquitetos do Brasil; Ernest Mange, vice-presidente do Instituto Cultural Itaú e posteriormente membro do conselho deliberativo da Associação Paulista Viva; Roberto Cerqueira César; um representante do Instituto de Engenharia; e por fim, o publicitário Francisc Petit, membro da Comissão Paulista Viva<sup>36</sup>.

Os projetos concorrentes, deveriam “respeitar três características básicas da Paulista, que são as atividades econômica, institucional e cultural.”<sup>37</sup>. Note-se que esse enquadramento da Avenida como centro concentrador dos poderes das grandes instituições passou a funcionar também posteriormente como a própria justificativa da existência da Associação Paulista Viva: “A Paulista sempre se apresentou como pólo das atividades econômicas, institucionais e culturais da cidade (...). A Associação Paulista Viva existe para conservar essa posição, envolvendo empresas e pessoas que, de alguma maneira, se preocupam em manter a saúde do coração financeiro do país.”<sup>38</sup>.

Aqui vale fazer uma observação de grande importância. As inúmeras citações, provenientes de fontes diversas, das quais faço uso nesse texto, são sem dúvida alguma extremamente repetitivas. Mas tal fato se deve à maciça coerência e seletividade demonstradas pelas fontes escritas disponíveis, conforme fiz questão de ressaltar no capítulo anterior.

As duas últimas citações são um bom exemplo da ressonância que é produzida quando diversos atores capazes de difundirem eficientemente as suas representações sobre a cidade, se dedicam de fato a fazê-lo de forma coordenada. É impossível determinar quem “criou” o bordão da Paulista como “pólo de

<sup>36</sup> “Prefeitura Bancará Projeto da Paulista - Ex-prefeito Olavo Setúbal anuncia concurso e diz que empresas não vão financiar obras.”. OESP, 27/02/96.

<sup>37</sup> Idem.

<sup>38</sup> “Paulista Viva”. Catálogo institucional publicado pela Associação Paulista Viva (s/d).

atividades econômicas, institucionais e culturais.”<sup>39</sup>.

Mas o que me interessa - mais do que compreender de que forma os órgãos de imprensa têm o conteúdo de suas matérias condicionado pelo “profissionalismo” com que determinados atores e instituições se auto-representam através de suas assessorias de imprensa - é identificar e apontar o fato de que determinadas representações e nexos simbólicos - criados pelos atores sociais detentores dos maiores poderes de divulgação dos enquadramentos que realizam da realidade da Avenida Paulista - assumem, através da sua repetição exaustiva, o valor de verdades inquestionáveis.

O poder e a pervasividade adquiridos por essas representações - como aquela da Avenida enquanto pólo econômico, cultural e institucional - fazem com que elas possam se tornar instrumentos imprescindíveis na ocupação, em primeira instância, dos espaços simbólicos conformados pelo imaginário social e pelos discursos sobre a Avenida e, num outro nível, dos próprios espaços físicos da Paulista. “Esvaziados” de elementos indesejáveis pelas práticas mais concretas de enquadramento que se realizam através da definição dos seus usos e formas de ocupação permitidos, os espaços edificados da Avenida se tornam suportes físicos para a inscrição dos significados difundidos por aquelas representações.

Segundo Olavo Setúbal, o lançamento do concurso foi um absoluto sucesso. Quinhentos e setenta e cinco editais foram vendidos, e “até um arquiteto franco-suíço”<sup>40</sup> foi pessoalmente comprar o seu. Esperava-se a inscrição de cerca de quatrocentos trabalhos.

Setenta e seis projetos foram entregues e, dentre esses, onze foram

<sup>39</sup> Durante a pesquisa de campo pude perceber o quão importantes se tornam para as grandes instituições, os seus departamentos internos ou os serviços contratados de terceiros, que desempenham as funções de “assessoria de imprensa”. Em várias situações encontrei dificuldades em justificar a importância que teria para a minha pesquisa a realização de entrevistas com determinados representantes dessas instituições. As secretárias procuravam sempre me direcionar para os serviços da sua assessoria de imprensa, os quais diversas vezes já possuíam *kits* de materiais impressos - os *press releases* - informando, através de discursos publicitários muito bem articulados, sobre as atividades daquelas instituições. O caso mais radical ocorreu na minha tentativa de obter maiores informações a respeito das representações e dos projetos para a Avenida Paulista que orientam as atividades do “São Paulo Conventions & Visitors Bureau”, uma associação de entidades, empresas e pessoas ligadas à promoção da cidade de São Paulo como destino turístico internacional, principalmente do turismo de negócios. Essa instituição me foi indicada pela Síndica do Conjunto Nacional como a responsável pela elaboração de um grande projeto que visa a transformação da Alameda Santos em um centro hoteleiro internacional de alto nível. Infelizmente, dadas as dificuldades encontradas e o pouco tempo de pesquisa de campo disponível, não me foi possível desenvolver a contento a abordagem a tal instituição.

<sup>40</sup> Olavo Setúbal citado na matéria “Concurso para a Paulista é Debatido por Arquitetos.” OESP, 21/03/96.

classificados pela sub-comissão julgadora<sup>41</sup>. No dia 30 de julho de 1996 a imprensa noticiava o resultado: “O projeto vencedor do Concurso de Valorização Urbana da Avenida Paulista repete a proposta feita pelo Secretário Municipal do Planejamento Roberto Paulo Richter, e que foi rejeitada pelos paulistanos.”<sup>42</sup>.

O arquiteto José Magalhães Júnior, vencedor do concurso, apresentou uma proposta que previa, além da construção do corredor central para ônibus, a criação de uma grande praça unindo o Masp ao Parque Trianon, a arborização das calçadas, e a construção de vias subterrâneas para a circulação e o acesso dos pedestres ao transporte coletivo.

Em entrevistas fornecidas após a divulgação dos resultados os membros da comissão julgadora negaram veementemente que qualquer pressão por parte da Prefeitura pudesse ter influenciado a escolha dos vencedores. E de fato, não era essa a questão relevante. O poder de decisão sobre os rumos que viriam a ser tomados pelas transformações urbanísticas da Avenida Paulista estava bastante concentrado na Comissão Paulista Viva. As regras do concurso não expressavam qualquer comprometimento por parte da Prefeitura ou mesmo da Comissão com a concretização das alterações sugeridas pelos concorrentes. Segundo Ernest Mange, a Comissão se reservava o direito de “(...)aproveitar idéias de outros concorrentes para chegar a um projeto final para a Avenida.”<sup>43</sup>.

Não haviam sido definidos também prazos ou fontes de financiamento para a realização das obras. Com relação a esse último ponto, Setúbal afirmava, já em fevereiro de 1996, que não se cogitava a hipótese de que as empresas com sede na Avenida financiassem a realização das obras: “A Prefeitura vai arcar com os custos das obras do projeto que vencer o concurso.”<sup>44</sup>. Ao mesmo tempo em que Setúbal voltava a fazer tais afirmações, no dia do anúncio do resultado do concurso, o Prefeito Paulo Maluf declarava que “a decisão sobre o destino da Paulista caberá à comissão presidida pelo ex-prefeito Olavo Setúbal”<sup>45</sup>.

---

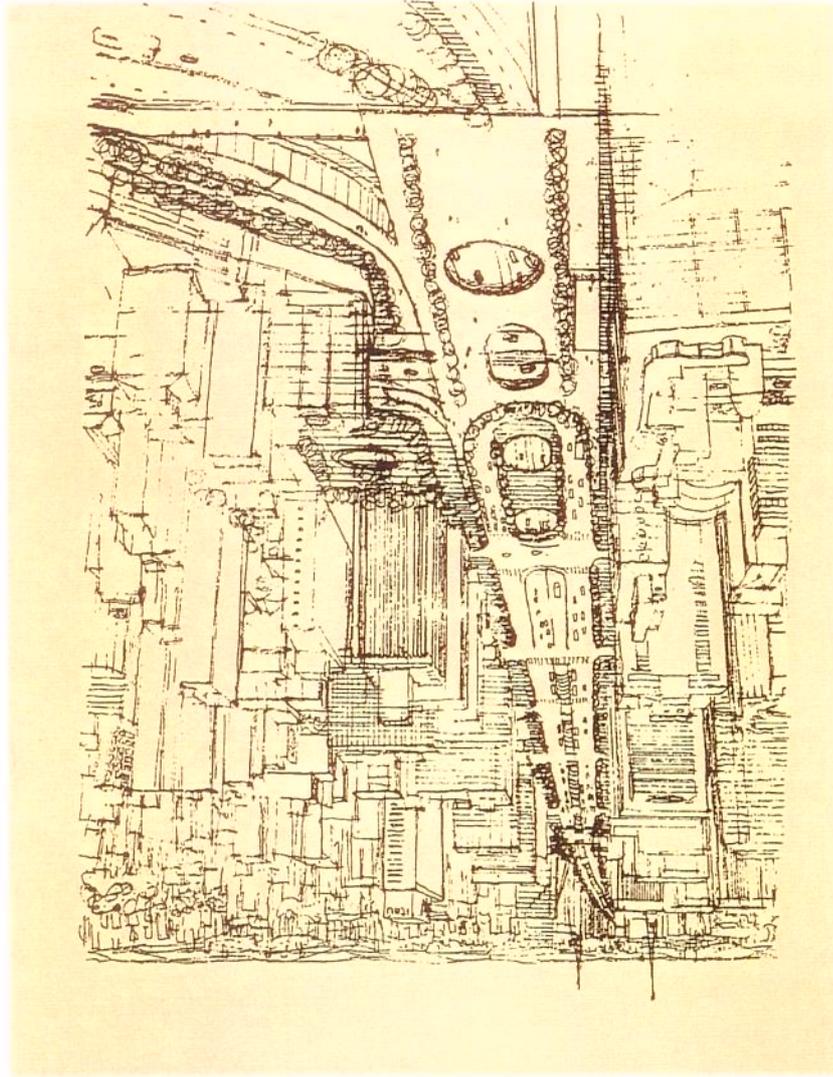
<sup>41</sup> É interessante notar que desses onze projetos, nove pretendiam a criação de uma praça unindo o Masp ao Trianon e seis defendiam a “remoção completa de ônibus da Paulista, deslocando-os para a Alameda Santos e Rua São Carlos do Pinhal”. OESP, “Arquitetos Criticam Corredor na Paulista”, 31/07/96.

<sup>42</sup> “Projeto para a Paulista Repete Plano de Richter”. OESP, 30/07/96.

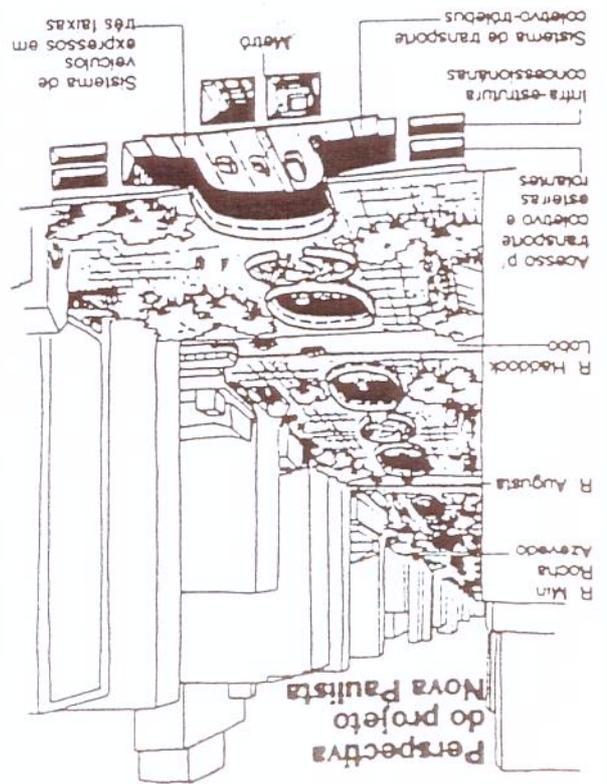
<sup>43</sup> “Arquitetos Criticam Corredor na Paulista”. OESP, 31/07/96, op. cit.

<sup>44</sup> “Prefeitura Bancará Projeto da Paulista - Ex-prefeito Olavo Setúbal anuncia concurso e diz que empresas não vão financiar obras.”. OESP, 27/02/96.

<sup>45</sup> “Projeto para a Paulista Repete Plano de Richter”. OESP, 30/07/96.



Ao lado: Projeto Nova Paulista, do início dos anos 70 (fonte: Bueno de Moraes, 1995, pg. 153).  
 Em baixo: Projeto do arquiteto José Magalhães Júnior, vencedor do Concurso de Propostas para a Valorização Urbana da Avenida Paulista (fonte: Catálogo Institucional da Associação Paulista Viva, s/d).



A aparente separação entre as responsabilidades atribuídas à Prefeitura e à Comissão Paulista Viva, não era impecilho para que determinadas decisões tomadas por cada uma das partes fossem muito bem recebidas pela outra.

Num ato carregado de simbolismo, simultaneamente à divulgação do projeto vencedor do concurso, os jornais noticiavam que o Prefeito Paulo Maluf acabara de sancionar uma lei municipal que pretendia regulamentar e coibir a utilização da Paulista para a realização de manifestações públicas<sup>46</sup>.

Esse projeto de lei, quando inicialmente apresentado pelo vereador Miguel Colassuono (PPB), pretendia dar poderes à CET (Companhia de Engenharia de Tráfego) para proibir qualquer manifestação que pudesse prejudicar o trânsito na região. O texto foi mudado em razão da garantia constitucional da liberdade de manifestação não poder ser ferida por uma lei municipal. O projeto substitutivo encaminhado foi aprovado na câmara dos vereadores por 55 votos a favor e nenhum contra.

A versão do projeto sancionada por Maluf exigia que qualquer intenção de uso da Avenida Paulista para tal fim fosse comunicada à CET com pelo menos cinco dias de antecedência: “Maluf declarou que não haverá restrições à liberação da Avenida quando se tratar de ‘ato cívico, a favor da pátria’. Nos demais, ele disse que não gostaria que houvesse autorização. ‘A Paulista é o último lugar onde se deve fazer manifestações, porque o trânsito todo se afunila’, considerou.”<sup>47</sup>.

A reação de Olavo Setúbal à divulgação desta medida da Prefeitura foi bastante esclarecedora a respeito das idéias que viriam a nortear a sua atuação como presidente da Associação Paulista Viva. Segundo declarou, a Prefeitura havia dado, ao sancionar essa lei, um passo importante na direção de impedir a degradação da Avenida: “De nada adianta um grande projeto se o uso for deteriorado.”<sup>48</sup>.

A Comissão Paulista Viva fundou a Associação Paulista Viva no dia 10 de dezembro de 1996. Embora eu não tenha obtido durante a pesquisa indicações seguras a respeito dos motivos e da extensão desse fato, uma coisa ficou clara. Ao

<sup>46</sup> As informações sobre tal lei foram retiradas da matéria “Lei fixa Aviso de 5 dias para atos na Paulista”. OESP, 30/07/96.

<sup>47</sup> Idem.

<sup>48</sup> Olavo Setúbal citado na matéria “Resultado de Concurso Vai Ser Anunciado Hoje”. OESP 29/07/96.

nomear o Sr. Olavo Setúbal como “Prefeito Honorário da Avenida Paulista”, o Prefeito Paulo Maluf já havia declarado que o seu objetivo era o de lhe fornecer toda autonomia possível para lidar com as questões relativas ao espaço urbano daquela região. A Comissão Paulista Viva, de certa forma, ainda deveria responder à Prefeitura Municipal. Afinal ela era um comissão com poderes limitados formada especificamente para lidar com um problema específico. Como a partir do início de 1997 o cargo de Prefeito passaria a ser ocupado pelo candidato vitorioso nas eleições municipais realizadas em fins de 1996, a autonomia da comissão só poderia ser garantida através de uma mudança no seu estatuto jurídico. Tal motivação para a criação da Associação Paulista Viva precisa, obviamente ser melhor investigada, mas a princípio a sua suposição não contradiz o fato de que o Sr. Olavo Setúbal permaneceu na presidência dos trabalhos da Paulista Viva, que por sua vez parece ter obtido maior liberdade de atuação desde então.

A Associação Paulista Viva instalou seus escritórios no edifício do Instituto Cultural Itaú, localizado na esquina da Avenida Paulista com a Rua Leôncio de Carvalho. Talvez este fato explique o comentário descuidado feito por um funcionário do Instituto Cultural Itaú durante uma das visitas que fiz às suas instalações. Ao expor a essa pessoa o meu interesse em conhecer melhor as atividades da Associação Paulista Viva ela me disse: “Oral! Mas isso é muito fácil! A Paulista Viva é do Itaú né... fica aqui mesmo no prédio...”.

O conselho deliberativo da Associação era integrado, no início de 1997, pelas seguintes pessoas: Roberto Costa de Abreu Sodré, ex-governador do Estado e ex-ministro das relações exteriores, os empresários Paulo Germanos, Roberto Duailibi - publicitário da agência DPZ, Paulo Martins Altenfelder, Marcello Vidigal e Alex Thiele, além dos arquitetos e engenheiros Alberto Botti, Ernest Mange, Cândido Malta Campos Filho, José Magalhães Júnior [o vencedor do concurso de revalorização da Avenida] e Roberto Scaringella.”<sup>49</sup>. Segundo se argumentava, “A participação ativa de personalidades de grande experiência na vida pública confere à Associação Paulista Viva o alicerce necessário para consolidar a sua posição de porta-voz da comunidade na defesa dos **interesses da Avenida Paulista** junto aos órgãos governamentais.”<sup>50</sup>.

Já no primeiro número publicado de seu informativo bimestral, a

<sup>49</sup> “PAULISTAVIVA”. Ano I, número 1, pg. 2. Associação Paulista Viva. junho/julho de 1997.

<sup>50</sup> *Idem*. Grifos meus.

Associação Paulista Viva anunciava que de fato, o projeto urbanístico premiado no concurso de 1996 não seria implantado completamente ou em todos os seus detalhes. As diversas medidas recomendadas para alavancar a revalorização da Avenida passariam a ser encaradas como intervenções mais pontuais a serem levadas a cabo pela “parceria” entre a iniciativa privada - representada pela Paulista Viva - e a Prefeitura, pelo menos até que os órgãos públicos competentes fossem capazes disponibilizar os recursos necessários à realização da totalidade das transformações previstas.

As temáticas que passaram a merecer a atenção da Associação Paulista Viva delineiam o início de um ataque sistemático aos usos da Avenida cujas imagens não se encaixam nos estreitos limites dos sonhos de globalização das grandes empresas instaladas na região. Um pequeno sumário das suas intervenções e dos seus projetos de redefinição dos usos e imagens da Avenida é suficiente para que se possa perceber o sentido no qual deverão se encaminhar, ao longo dos próximos anos, as políticas de intervenção nesse espaço da cidade.

No segundo número do informativo da associação louvava-se a medida administrativa através da qual a Secretaria Municipal de Transportes havia determinado a retirada de 55% dos ônibus que circulavam diariamente pela Avenida<sup>51</sup>. O fluxo anterior de 311 ônibus a cada hora, perfazendo um total de 40 linhas que percorriam a Paulista foi reduzido para 142 ônibus, correspondentes a 21 linhas. Segundo a associação, as vantagens trazidas foram não só a diminuição dos níveis de poluição atmosférica como também o aumento de 100% na velocidade média com a qual os veículos particulares passaram a poder atravessar a Avenida<sup>52</sup>.

Além disso, dava-se destaque ao projeto do gerente-geral do Hotel Intercontinental que pretendia transformar o quarteirão da Alameda Santos, entre a Alameda Campinas e a Rua Pamplona em “um exemplo para toda a cidade”: “aqui teremos um paisagismo diferenciado, lixeiras uniformizadas, segurança 24 horas por dia, e o mais importante de tudo, eventos culturais que recolocuem São

<sup>51</sup> A partir de junho de 1998 a Prefeitura determinou também a proibição do tráfego de caminhões pela Avenida e suas transversais entre as 10 e as 20 horas de segunda a sexta-feira. Tal decisão ilustra o enquadramento da Paulista como uma região de uso não prioritariamente residencial, uma vez que os caminhões que servem as empresas e atividades comerciais ali localizadas deverão, ao menos na teoria, passar a circular durante à noite, trazendo transtornos para os moradores.

<sup>52</sup> “PAULISTAVIVA”. Ano I, número 2, pg. 3. Associação Paulista Viva. Agosto de 1997

Paulo em seu devido posto de líder intelectual do país.”<sup>53</sup>.

A associação é também uma defensora ferrenha das vantagens trazidas pelo cuidado dos proprietários dos imóveis localizados na Avenida com a manutenção e limpeza das calçadas em frente às suas propriedades: “Parte importante do conjunto que faz da Paulista a Avenida-símbolo da cidade de São Paulo, suas calçadas recebem diariamente milhares de pedestres. São trabalhadores e executivos das empresas que ali têm sua sede; moradores da região e de outros lugares em busca de entretenimento ou para fazer compras e turistas que procuram seus espaços culturais como o Masp e as diversas galerias da arte, instaladas em sedes de empresas, ou simplesmente para conhecer nosso mais famoso cartão-postal.”<sup>54</sup>.

Os motivos apresentados para a defesa do cuidado dos particulares com as suas calçadas são de duas naturezas. Em primeiro lugar argumenta-se a respeito dos motivos legais, pois de acordo com a legislação municipal os proprietários são os responsáveis pela manutenção do calçamento, cabendo à Prefeitura apenas a fiscalização sobre o cumprimento dessa obrigação. Mas conforme dá a entender a própria Associação, isso é apenas na teoria, porque “além disso há o aspecto prático: calçadas bem conservadas são um verdadeiro cartão de visitas das empresas sediadas na Paulista, funcionam como uma espécie de propaganda silenciosa e sem dúvida revertem em benefício para a imagem dessas mesmas empresas.”<sup>55</sup>.

Esse tema singelo, conforme argumentarei mais adiante ao descrever as intervenções do condomínio do Conjunto Nacional no espaço público da Avenida, alia a preocupação com a estética da Avenida aos desejos privados de controle e monitoração do seu espaço. O discurso sobre a limpeza das calçadas, encarada como estratégia de *marketing* sutil, extrapola a simples preocupação com a sujeira propriamente dita - papéis, folhas, copos, latas e outros objetos da cultura urbana - e recai sobre aquilo que é visto como a poluição social da Avenida. É nesse sentido que Alex Thiele, o diretor superintendente da Paulista Viva afirma “como não podemos ficar esperando soluções, cada empresa pode exigir que os seus

---

<sup>53</sup> *Idem*, pg 4.

<sup>54</sup> *Idem*, pg 1.

<sup>55</sup> “PAULISTAVIVA”. Ano I, número 4, pg. 1. Associação Paulista Viva. Abril de 1998.

seguranças impeçam os camelôs de ocupar o seu espaço.”<sup>56</sup>.

Ao discutir as políticas de remodelamento de determinados espaços públicos em Nova York, Zukin(1995), cunhou uma expressão que no meu entender se aplica muito bem ao projeto de “recuperação” do Parque Trianon elaborado por uma comissão da Associação Paulista Viva criada especialmente para este fim. Zukin se refere aos processos de recuperação de parques públicos por ela analisados - o Central Park, o Hudson River Park, e o Bryant Park - como intervenções que se baseiam na domesticação da violência e das diferenças manifestadas no espaço urbano, através da “pacificação pelo capuccino”<sup>57</sup>.

Este modelo de intervenção se baseia na adoção, em Nova York, dos princípios de *design* propostos por William H. White, cuja idéia básica “is that public spaces are made safe by attracting lots of ‘normal’ users. The more normal users there are, the less space there for vagrants and criminal to maneuver.”<sup>58</sup>.

Se nos recordarmos da idéia de que o poder de produzir e difundir formas específicas de paisagens urbanas depende do repertório acumulado por seus produtores - e portanto da sua capacidade de impor múltiplas perspectivas a partir das quais os espaços da cidade podem ser enquadrados - as constantes referências e elogios feitos pela Associação Paulista Viva - e também por outros atores representantes da elite paulistana - à bem-sucedida recuperação da cidade de Nova York pelos poderes hegemônicos e pelas “pessoas de bem”, podem tornar bastante claras as possibilidades de que as mesmas formas de se encarar a gestão e a produção dos espaços públicos já desenvolvidas naquela cidade possam estar em vias de definirem os rumos do “redenselvimento” urbano da cidade São Paulo<sup>59</sup>.

Aquilo que está em jogo nas tentativas de “pacificação pelo capuccino”

<sup>56</sup> Alex Thiele citado em “Liberou Geral. Fiscais somem e 400 camelôs tomam conta da Paulista”. Revista Veja SP, 23 de Julho de 1997, pgs. 22 a 25. Grifos meus. Note-se que quando o entrevistado diz “seus espaços” ele está se referindo ao espaço público das calçadas da Avenida como propriedade privada das pessoas que legalmente estão obrigadas a cuidar da sua manutenção, ou seja os proprietários dos imóveis. Essa distorção expõe nitidamente o caráter privatista do ideário que comanda as apropriações da Paulista realizadas pela Paulista Viva: se alguém deve cuidar da realização de alguma benfeitoria no espaço público, a contrapartida imaginada como necessária é a declaração do direito que esse ator passa a ter sobre a propriedade daquele espaço. O dever do cidadão é assim transformado no direito, adquirido por algumas algumas instituições, de intervenção e mando no espaço público.

<sup>57</sup> Zukin (1995), pgs XVI e 28.

<sup>58</sup> Idem, pg. 28.

<sup>59</sup> Para a avaliação positiva feita pela Paulista Viva dos processos em curso em Nova York, ver o artigo de Gilberto Dimenstein, “Porque Nova York é um Sucesso.”, originalmente publicado no jornal Folha de São Paulo, e transcrito no Informativo “PAULISTAVIVA”. Ano I, número 3, pg. 6. Associação Paulista Viva, novembro/dezembro de 1997.

não é de fato a possibilidade de recuperação do espaço público, mas sim a tentativa de recupera-lo para o uso exclusivo de determinados atores sociais, e por isso mesmo, de uma forma que coloca em risco os atributos que até hoje poderiam ser vistos como a sua própria definição.

É interessante notar como o objetivo das reformas do Trianon é definido pela comissão da Paulista Viva: "Três reuniões já foram realizadas e muitas idéias apresentadas. O consenso, porém, é único: o Trianon estará totalmente recuperado com a apropriação de sua área pela população que trabalha e mora na Avenida Paulista."<sup>60</sup>.

A coordenadora da comissão responsável pelo "diagnóstico" do parque<sup>61</sup> e pela elaboração do projeto de intervenção pretendido, é a Sra. Vilma Peramezza - já mencionada anteriormente como a síndica do Conjunto Nacional. Segundo ela "Não há outra forma de tornar o parque habitável senão habitando-o."<sup>62</sup>.

Os membros escolhidos para tomar parte dessa comissão são, além da sua coordenadora, o vice-presidente do conselho de segurança dos Jardins, o gerente-geral do Intercontinental Hotel, o arquiteto José Magalhães Júnior, um representante do Masp, outro do Departamento de Parques e Jardins da Prefeitura, e o diretor superintendente da Associação Paulista Viva Sr. Alex Thiele.

O estudo inicial das condições e da história das transformações já sofridas pelo parque ficou a cargo da Associação Brasileira de Arquitetos Paisagistas. As suas conclusões demonstram desde logo a imprecisão e a parcialidade da representação do parque como um lugar desabitado, abandonado. Conforme declaração de Maria Cecília Gorki, da ABAP, "O público do parque é cativo e não é pequeno, ao contrário do que se poderia imaginar."<sup>63</sup>.

Durante a entrevista que realizei com a Sra Vilma, conversamos também um pouco a respeito desse projeto. As suas declarações contraditórias são bastante

<sup>60</sup> "PAULISTAVIVA". Ano I, número 3, pg. 3. Associação Paulista Viva. novembro/dezembro de 1997.

<sup>61</sup> Esta expressão "diagnóstico do parque", que remete imediatamente para a imagem de um lugar doente, é utilizada inúmeras vezes pelas pessoas envolvidas na elaboração do seu projeto de recuperação.

<sup>62</sup> "PAULISTAVIVA". Ano I, número 3, pg. 3. Associação Paulista Viva. novembro/dezembro de 1997. Vale reforçar aqui o caráter de seletividade e discriminação implícito em afirmações como essas lembrando da colocação de Neil Smith a respeito dos discursos que se dizem defensores da "recuperação da vida urbana": "It focuses on "making cities livable", meaning livable for the middle class. In fact, and of necessity, they have always been "livable" for the working class. The so-called renaissance is advertised and sold as bringing benefits to everyone regardless of class, but available evidence suggests otherwise." (Smith, 1996, pg. 89.)

<sup>63</sup> "PAULISTAVIVA". Ano I, número 4, pg. 3. Associação Paulista Viva. abril de 1998.

expressivas do sentido que aos poucos vai sendo assumido pelas intervenções privadas no espaço público da Paulista. Ao narrar a constituição da comissão do Parque Trianon ela me dizia "(...) e aí fizemos uma comissão que realmente vai dar alguma contribuição feita por algumas instituições que são: a ABAP, que fez todo o diagnóstico do parque assim, o parque é tombado e ninguém pode mexer. Então eles foram procurar o Carlos Lemos que deu um parecer, levantaram "ó, tem cinco tipos de banco...", sabe! Isso tudo pode ser mexido. Já ouvimos pelo problema da segurança o pessoal ligado ao CONSEG [Conselho de Segurança] que vai fazer uma proposta para melhorar o parque e uma série de entrevistas com os usuários do parque porque vão... E não tem nenhuma ocorrência. Se você for na delagacia, não ocorre nada lá. Eu acho que o parque foi tão cercado, tão abandonado, que as pessoas nem percebem que tem. Ele não é aberto, ele não te convida a entrar. Ele acaba sendo ocupado pelos desocupados. Por traficantes... porque lá é sossegado.". Mas e então, o parque é utilizado ou não é? Ele tem "problemas de segurança" ou não?

Conforme indicarei na segunda parte desse capítulo os discursos a respeito da violência e do crime e a adoção de procedimentos de segurança diversos na região da Paulista cumprem um papel que vai além da sua eficácia prática na contenção da criminalidade urbana. E é dessa parcela de suas motivações, que não pode ser justificada pelas estatísticas da violência na região, que emergem os seus significados.

Depoimentos como o acima citado trazem à tona, pouco a pouco, as intenções de transformação do espaço público da Paulista num grande centro de consumo onde são estetizadas tanto as distinções e os gostos das classes sociais incluídas nos quadros dessas paisagens quanto também a violência e o crime, lembrados constantemente pela presença de policiais, guardas particulares e dispositivos de segurança variados.

A "pacificação do Trianon pelo capuccino" procura transformar o seu espaço público numa imagem ideal de uma cidade sem conflitos e sem excluídos. Recuperar o parque para permitir o acesso das pessoas "normais" - aquelas que podem morar ou trabalhar nos imponentes edifícios na Paulista; ocupar o seu espaço através da promoção de atividades culturais de forma que os desocupados se retirem ou passem a consumir os valores embutidos nas práticas e objetos da

produção artística da elite da região.

A Sra. Vilma continuava a expor os objetivos da comissão: “A nossa visão é de que se constituísse uma fundação com recursos dos donos de estacionamento para gerenciar o parque de forma constante, de tal forma que ele fosse um braço do Masp, um braço dos hotéis, estivesse ligado com a garagem, com essa nova visão de garagem<sup>64</sup> ... Já tem uma garagem que vai ser feita lá só que o dono diz que não vai servir para nada(...) O que interessaria para eles do estacionamento era criar em cima uma área qualquer de lazer, um anfiteatro para pequenas coisas, uma lojinha de flores, uma loja de souvenir, um pequeno café, que atraísse os visitantes, né?(...) então o que nós estamos levantando aqui se destinaria a ser um pólo onde você poderia ter uma área para criança ir lá e pintar ao ar livre, ligada a uma escola do Masp, um lugar que servisse para turista, um lugar para as pessoas passearem. Mas também uma programação constante de eventos. Trazer escola... Vamos fazer um centro de estudo do botânica, sei lá o que, mas que fosse um parque vivo, senão continua sendo um parque morto. Para diminuir as despesas a gente arrenda aí para uma Brahma da vida, que põe lá um restaurante, que paga as despesas... Agora nós estamos fazendo um esforço nesse sentido, a conclusão do nosso trabalho vai ser: é possível, é viável, mas precisa ser feito pela iniciativa privada, porque se você der para a Prefeitura fazer eles fazem esse negócio de ficar vendendo espaço para por esses relógios digitais que eu já ouvi dizer que em cima disso vêm não sei quantos painéis...”.

A representação do parque morto, ocupado pelos desocupados, e possível vítima futura da poluição visual estimulada pela Prefeitura não contradiz os resultados de uma pesquisa que teria sido realizada em fevereiro de 1996, com 940 entrevistados, sobre os problemas mais sensíveis da região da Paulista e as melhores formas de resolvê-los: “As medidas apontadas pelos entrevistados para melhorar a Paulista são: diminuição ou proibição do tráfego de ônibus, construção de passagens subterrâneas nos cruzamentos, aumento da arborização e do policiamento, retirada dos camelôs e mendigos das calçadas, diminuição do

<sup>64</sup> Aqui ela se refere a um projeto que já havia sido citado durante a entrevista e através do qual o proprietário da rede de estacionamentos Estapar pretende criar “garagens temáticas” que serviriam também de meio de divulgação para as obras de artistas plásticos iniciantes, idéia que lhe foi sugerida a partir das viagens internacionais que tem realizado em busca de novidades para o seu ramo de negócios. O primeiro desses estacionamentos deverá ser aberto no prédio dos Hospital das Clínicas na Avenida Rebouças, e deve ter como tema as conquistas dos grandes médicos que passaram pelo hospital ao longo de sua história.

número de painéis decorativos e melhora da limpeza.”<sup>65</sup>.

Na época da conclusão da minha pesquisa de campo o projeto de recuperação do Trianon estava em fase final de elaboração, e podemos esperar para os próximos meses o anúncio das mudanças por ele propostas. Quanto à sua implementação efetiva, nem mesmo a coordenadora da comissão pôde me dar qualquer estimativa de prazos, pois como ela disse durante a entrevista “Eu estou reunindo os documentos que eu tenho que redigir, porque estamos encerrando os trabalhos, para entregar esse diagnóstico, essa orientação pro Dr. Olavo Setúbal, que é o presidente da Associação Paulista Viva, e daí ele vai entregar pra quem ele quiser...”.

Em outubro de 1997, a Associação Paulista Viva já dava sinais de que a mudança de seu estatuto - de comissão nomeada pela Prefeitura, para associação de proprietários e administradores de imóveis na Paulista - não se constituiria como um impedimento do seu acesso diferenciado aos serviços públicos. Muito pelo contrário, a sua independência legal permitiria que as suas relações com a Prefeitura fossem deslocadas da esfera eminentemente política, onde se reinvidicam os direitos à participação na definição das prioridades dos investimentos públicos, para a órbita das relações econômicas através das quais os cidadãos privilegiados podem comprar, a preços irrisórios diga-se de passagem, os “serviços exclusivos” de um setor público praticamente falido.

Foi efetuando tal deslocamento que a Associação Paulista Viva e a Prefeitura - representados na ocasião respectivamente por Olavo Setúbal e pelo Prefeito Celso Pitta - assinaram, no dia 15 de outubro, um convênio que estipulava a seguinte negociação: a Associação Paulista Viva, “com o objetivo de reforçar a segurança e manter a Avenida Paulista e seus arredores sem a presença de vendedores ambulantes” se comprometia a doar à Guarda Civil Metropolitana “recursos para a manutenção do policiamento em toda a região da Avenida Paulista, nos seguintes termos: serviço de manutenção de viaturas, combustível e vale-refeição complementar.”<sup>66</sup>.

<sup>65</sup> OESP, 26/02/96. A reportagem não informa sobre quem seriam os contratantes dessa pesquisa e nem sobre quais os métodos utilizados. Mas de qualquer forma é impressionante a semelhança entre os resultados obtidos, as propostas contidas no projeto urbanístico vencedor do concurso para a revitalização da Avenida, as medidas esparsas tomadas pela Associação Paulista Viva, e as idéias e julgamentos expressos pela coordenadora da comissão do Parque Trianon.

<sup>66</sup> “PAULISTAVIVA”. Ano I, número 3, pg. 2. Associação Paulista Viva. novembro/dezembro de 1997.

Naquela ocasião Olavo Setúbal discursava: "A Avenida Paulista é o símbolo maior de nossa cidade, que conquistou esse título por mérito e pelo seu valor e não como fruto de marketing (...) e por ser um símbolo sagrado da cidade é que devemos preservá-lo sempre com muito carinho e orgulho.", palavras às quais respondeu o Prefeito Celso Pitta "dizendo que o convênio assinado entre as duas partes reafirma a sua opinião de que a iniciativa privada deve cuidar do patrimônio municipal(...). Todos os segmentos da sociedade devem colaborar para a melhoria da qualidade de vida(...). A Associação Paulista Viva dá um exemplo que deve ser seguido por todos."<sup>67</sup>.

Como um pano de fundo que informa todo o contexto dessas intervenções mais pontuais nos espaços da Avenida, a Associação Paulista Viva tem realizado constantes pressões sobre a Prefeitura para a liberação das verbas e a escolha e contratação das empresas que deverão executar o projeto mais abrangente de reformulação da Avenida. Assim, por exemplo, o seu Presidente Olavo Setúbal, na mesma ocasião da assinatura do convênio com a Guarda Metropolitana, pediu "ao prefeito que requisitasse da Emurb a contratação do projeto vencedor de Magalhães como estava acordado" dizendo, "a aprovação desse projeto é essencial para a continuidade dos outros projetos que temos agendados, inclusive aqueles em parceria com a Prefeitura. Para que a própria Associação Paulista Viva mantenha os seus objetivos e o seu sentido de existir, é necessário que o contrato entre a Emurb e o arquiteto Magalhães seja assinado logo."<sup>68</sup>.

Mas além dos cuidados que a Associação dispensa à "qualidade" da paisagem edificada da Paulista, as suas investidas - realizadas através das invocações à necessidade da estrita observância das leis, à promoção da qualidade de vida, e à defesa dos "interesses da Paulista" - têm como primeiro e mais frequente alvo as práticas do comércio ambulante nas calçadas da região. Acredito que esse tema possa ser melhor abordado a partir da análise das práticas cotidianas de uso dos espaços da Avenida, uma vez que nesse nível é que irão se materializar, de forma inegável, os conflitos entre, por um lado, as estratégias dos atores sociais hegemônicos e, por outro, as táticas - "que remontam talvez às astúcias multimilenares dos peixes disfarçados ou dos insetos camuflados"<sup>69</sup> - mais localizadas dos vendedores de rua. Tratarei desse assunto no ítem VII.2.

---

<sup>67</sup> Idem.

<sup>68</sup> Idem, pg.4.

<sup>69</sup> De Certeau (1994), pg. 38.



Vendedoras Ambulantes na Avenida (fotos do autor)

## VII.1.2 Arquitetura e Propaganda

### 1

O conjunto arquitetônico da Avenida Paulista não tem como característica marcante a sua homogeneidade. Construídos em épocas bastante distintas e tributários dos mais diferentes estilos e escolas, os edifícios que compõem esse conjunto variam enormemente em termos de dimensões, aparência e destinação. Nesse sentido, a referência a esse conjunto só pode ser feita em termos da sua localização, uma vez que se existe algum ponto em comum entre os seus diversos elementos esse é, sem dúvida alguma, o fato de eles se organizarem em torno da Paulista.

Por esse motivo as características físicas da Avenida operam como um importante elemento na definição do sentido que cada uma das edificações pode assumir na sua paisagem. O espaço comum conformado pelas calçadas e pistas de circulação da Avenida pode ser lido assim como o substrato material sobre o qual são inscritos e fixados pontualmente, os significados materializados pela arquitetura de cada um dos prédios construídos.

Ao longo da linha reta e plana da Paulista intercalam-se irregularmente alguns poucos casarões, outros tantos edifícios construídos entre as década de 40 e o início dos anos 70, e um conjunto de prédios mais novos que possuem um caráter, no meu entender, bastante distinto desse último grupo.

Durante as primeiras décadas em que a Avenida se verticalizava, a recorrência ao repertório arquitetônico de contornos “modernos” produziu, até certo ponto, uma homogeneidade entre os prédios construídos. Quer seja em razão das características originais dos seus projetos, ou em função das marcas que o tempo já pôde inscrever em suas superfícies, esses edifícios mais antigos são hoje menos visíveis e mais indiferenciados ao longo da Avenida.

Se nos primeiros anos de história da Paulista os casarões ali construídos

primavam pelo esforço generalizado no sentido de se diferenciarem cada um deles, de todos os outros, os edifícios mais novos - construídos a partir da quebra da exclusividade dos usos residenciais e da ocupação pelas grandes empresas e bancos - parecem ter retomado essa prática da diferenciação explícita.

Alguns edifícios deste período - como os prédios da sede da Fiesp, o do Citibank, os dos bancos Safra e Real e da Caixa Econômica Federal, o edifício do Instituto Cultural Itaú, e mesmo o Conjunto Nacional, o mais antigo dentre estes prédios citados - primam pela exclusividade de suas formas e pelo uso de materiais bastante particulares em suas fachadas. Todos eles são capazes de se destacar dos seus arredores e de simbolizarem, através da aparente ausência de desgaste de suas fachadas monumentais, a constante renovação dos poderes concentrados na Avenida.

Todos esses edifícios mencionados acima, possuem uma característica em comum: a capacidade de criarem, através da utilização de diferentes dispositivos, determinados espaços que questionam a existência de rígidas separações físicas ou distinções conceituais entre os espaços privados da Avenida e o seu espaço público. É exatamente à existência e aos significados desses espaços liminares que dedico as próximas páginas<sup>70</sup>.

A organização do espaço comum da Avenida Paulista vem se realizando, já há muito tempo, como a produção de um logradouro público capaz de permitir e incentivar o aumento da velocidade e da intensidade dos deslocamentos pelo espaço urbano de São Paulo. A desobstrução das suas pistas de circulação de veículos e das suas calçadas se constitui como o grande objetivo a ser alcançado pelas inúmeras intervenções ali realizadas. Durante a sua história foram se sucedendo obras de alargamento e de pavimentação, a renovação e substituição dos meios de transporte coletivos, por exemplo com a implantação do metrô no início dos anos 90, e a modernização dos sistemas de semáforos e de sinalização pública.

Embora na prática a Avenida esteja longe de se tornar uma via expressa, na acepção mais estrita do termo, os esforços para a remoção de quaisquer resistências que a sua materialidade pudesse oferecer à circulação cada vez mais

<sup>70</sup> A análise exaustiva da arquitetura da Avenida Paulista constituiria, por si só, um trabalho de dimensão incalculável, muito além da proposta deste texto. Em caso de interesse sobre tal tema recomendo a consulta ao já inúmeras vezes citado texto de Bueno de Moraes (1995).

rápida de bens e pessoas pelo seu espaço produziram uma série de enquadramentos que aos poucos puderam transformar o espaço comum da Paulista em uma área de circulação acelerada de pessoas, mercadorias e imagens.

Nesse sentido pode-se afirmar que a Avenida - como espaço público capaz de permitir e incentivar o encontro e as experiências coletivamente compartilhadas de se estar junto aos outros, - está gradualmente desaparecendo. Parafraseando Alberto Dines<sup>71</sup>, *ser* na Paulista, atualmente, é não *estar* nela, mas passar por ela, tão rápida e autonomamente quanto possível.

A observação do cotidiano dos entregadores de refeição, dos moto e office boys, e dos motoristas sempre apressados - que dirigindo com os vidros totalmente fechados se transportam a outros lugares e contextos de interação através do uso compulsivo de seus celulares, rádios e ar-condicionados - deveria ser o bastante para que se percebesse os sentidos de determinadas sensibilidades que hoje se espalham pela cidade. Quando ouvimos diariamente os comentários do tipo "Hoje o trânsito estava um caos!", não é sobre a administração do fluxo de veículos que se fala. O trânsito, tomado como a possibilidade e a própria definição da vida na cidade, simboliza os valores investidos das forças vitais do deslocamento, de forma que o que se quer significar com esses comentários, é o pavor e a experiência desagradável que provocam as situações nas quais alguém se vê como estando na cidade e não apenas por ela passando o mais rápido possível.

Nesse contexto - em que o espaço público é feito operar como veículo através do qual se realizam os deslocamentos, e não mais como a finalidade dos mesmos - é que se produzem as condições para que as experiências do estar na cidade passem a se realizar em áreas delimitadas pelos valores e poderes inscritos na liminaridade de determinados espaços públicos-privados.

Talvez o exemplo mais grosseiro dessa apropriação das funções e formas do espaço público por parte das instituições privadas instaladas na Avenida seja aquele fornecido pelo edifício-pirâmide da Fiesp.

Os seus andares mais baixos, onde hoje se encontra instalado o Centro Cultural da Fiesp, possuem um recuo de aproximadamente uns 15 metros em

<sup>71</sup>Artigo publicado no jornal Folha de São Paulo, 06/06/98, pg.5-11, no qual o autor escreve "Hoje, *ser* é não *estar*(...)Hoje, com os super-aviões de 400 lugares e os hotéis de 500 apartamentos, a melhor viagem é ficar onde se está."

relação ao limite frontal do terreno. Mas a base da pirâmide que forma o corpo principal do edifício se estende indefinidamente por sobre esse espaço aberto até intersectar a linha vertical imaginária que pode ser traçada a partir da cobertura da estação do metrô localizada bem defronte do prédio. O efeito geral desse arranjo sugere a forma de uma gigantesca boca aberta por sobre o espaço público da calçada e pronta a engolir os transeuntes.

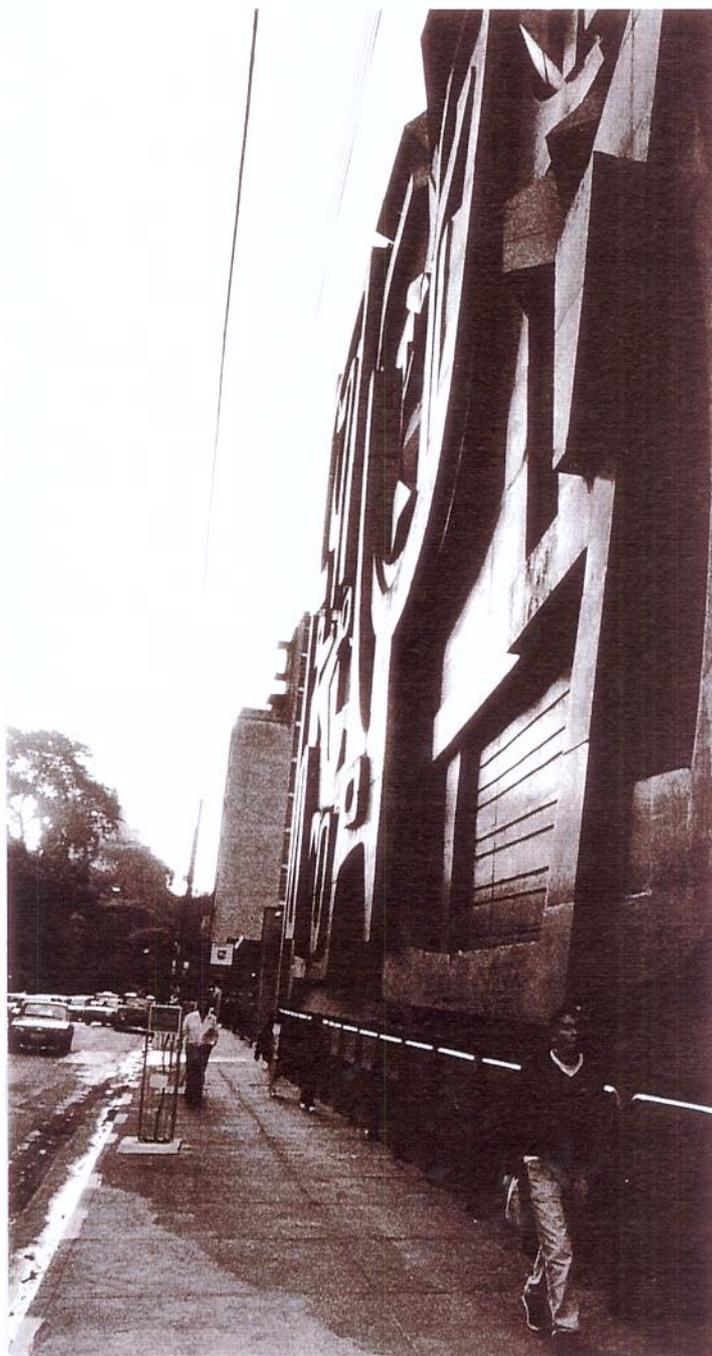
Em comparação ao vão livre do Masp, este dispositivo arquitetônico subverte completamente as funções e os significados da construção de uma pesada estrutura em concreto por sobre uma área térrea mantida desimpedida. No Masp, o vão é aberto nos seus quatro lados. No prédio da Fiesp, as suas laterais são fechadas por muros e o fundo preenchido, em toda sua extensão pelas vitrines de vidro do Centro Cultural.

As reformas nessa face do edifício voltada para a Paulista foram realizadas recentemente por ocasião da decisão de instalação do Centro cultural. Mas ao mesmo tempo em que se procurou produzir aí o espaço liminar intensamente vigiado que descrevi acima, na outra face do prédio, voltado para a Alameda Santos, manteve-se o paredão decorado por um mural em relevo que se ergue ostensivamente no limite da calçada.

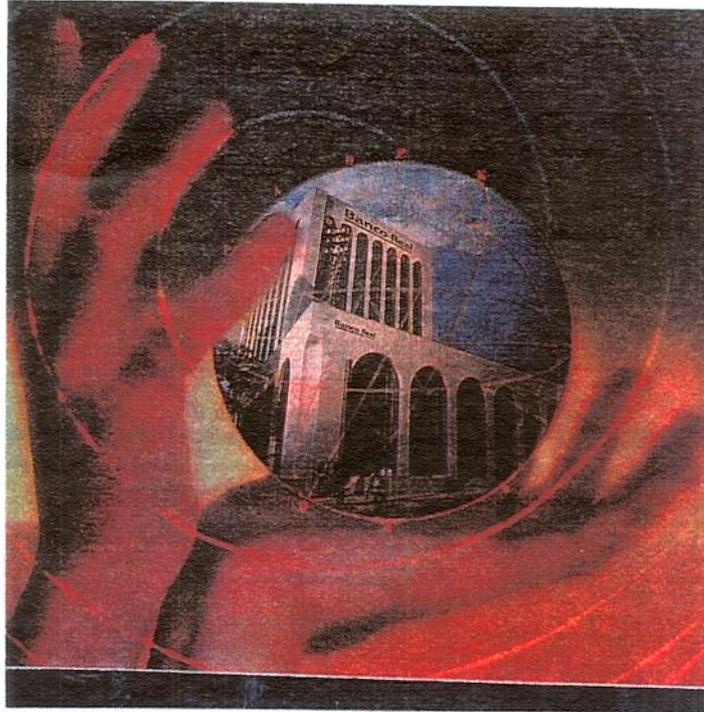
Essa dubiedade da relação do prédio com o seu entorno me parece tornar ainda mais explícita, porque bastante óbvia, a intenção das reformas realizadas no lado da Paulista. Através da fabricação de um recuo espacial na sua frente, o edifício da Fiesp procura borrar os limites físicos entre o seu espaço privado e o espaço público da Avenida. Mas uma rápida passada de olhos pela sua retaguarda torna bastante difícil acreditar nas boas intenções desse mecanismo.



No alto: vista frontal do prédio da Fiesp a partir da Avenida Paulista.  
Em baixo: detalhe do recuo térreo que leva ao Centro Cultural.  
Note-se os dois guardas da segurança privada observando o movimento na estação do metrô (fotos do autor).



Fachada do prédio da Fiesp na Alameda Santos (foto do autor)



"Deposite Aqui o Seu Talento, Pode Render um Futuro Promissor Para Você". (Imagem e dizeres retirados de anúncio publicitário do Banco Real, convidando voluntários para o seu programa de trainees). Onde estão as pessoas? O anúncio como um todo é um convite para que participemos de um espaço circunscrito pelos critérios organizacionais da instituição e apresentado de forma a não permitir a inclusão de pessoas no espaço público enquadrado.



Detalhe da arquitetura do Banco Real. Em cada uma das reentrâncias são instaladas barras de ferro com pontas verticais. Esse mesmo dispositivo cerca todos os quatro lados do prédio em toda a sua extensão (foto do autor).

Bastante semelhante a esse procedimento, mas ao mesmo tempo de forma menos explícita e mais fantasiosa, o edifício do Banco Real abriga em seu interior uma simulação de espaço público urbano. A agência bancária instalada em seu térreo reproduz a paisagem de uma praça. As instalações para o atendimento aos clientes se organizam em nichos situados no perímetro de um jardim central.

É interessante notar, por um lado, o significado da relação entre esse espaço de “convivência” produzido internamente com as imagens do espaço das calçadas em frente ao banco utilizadas nas propagandas dessa instituição e, por outro, os dispositivos que procuram impedir o acúmulo de pessoas indesejáveis nos arredores exteriores do prédio, tais como a intensa atuação de homens da segurança privada e a instalação de pontas de ferro em toda a extensão do perímetro do edifício<sup>72</sup>.

Um terceiro tipo de procedimento arquitetônico que pode observar ao longo da Avenida, e cujos melhores exemplos são fornecidos pelos edifícios do Banco Safra, na esquina da Paulista com a Augusta, e da Caixa Econômica Federal, na esquina da Paulista com a Alameda Ministro rocha de Azevedo, é a eliminação de toda e qualquer protuberância nas edificações. Estes prédios são implantados razoavelmente recuados em relação aos limites frontais de seus terrenos, e se erguem como superfícies perfeitamente planas em toda a sua extensão vertical. No espaço criado pelo distanciamento entre suas fachadas e o limite da calçada nada é colocado. A superfície perfeitamente lisa projeta-se do plano vertical ao plano horizontal criando, dessa forma, sob imponente moldura, um espaço vazio o qual poucos transeuntes ousam atravessar. Sob o olhar atento dos seguranças dos bancos apenas as pessoas que se dirigem ao interior desses prédios costumam passar por essas “zonas livres”.

No caso da Caixa Econômica Federal a única diferença perceptível entre a calçada e esse espaço aberto na frente do prédio é o revestimento do piso. As calçadas da Avenida são revestidas com pedras portuguesas, e área do recuo frontal desse prédio é coberta por pequenos ladrilhos de cerâmica. No prédio do Banco Safra existem dois pequenos degraus em toda a largura do terreno, mas estes, de qualquer forma, não se configuram como qualquer obstáculo prático ao acesso à área.

<sup>72</sup> Estes mecanismos que visam impedir o “estacionamento” de pessoas, como mendigos e vendedores ambulantes, nas muretas e reentrâncias da fachada dos prédios serão mencionados na segunda parte desse capítulo.



No alto: prédio do Banco Safra, na esquina da Avenida Paulista com a Rua Augusta (foto do autor).  
Em baixo: espaço vazio em frente à Caixa Econômica Federal. À esquerda temos a fachada do prédio voltada para a avenida (foto do autor).

Aquilo que aproxima os arranjos espaciais produzidos pelas soluções arquitetônicas implantadas nos prédios do Safra e da Caixa Econômica Federal é também responsável pela geração tanto das semelhanças quanto das diferenças existentes entre esses dois edifícios e os prédios da Fiesp e do Banco Real.

Todos os quatro pretendem de alguma forma simular a dilatação do espaço público da Avenida, mas enquanto os dois últimos o fazem através da produção de espaços privados passíveis de serem ocupados e utilizados por determinadas pessoas - ainda que sob total vigilância e somente para os fins estabelecidos pelos seus proprietários - os dois primeiros produzem uma simulação de espaço público que só se torna apropriável através do consumo visual da imagem de amplidão e de abertura criadas. São espaços privados com aparência de espaços públicos desertos, e nesse sentido, também fazem desaparecer a Avenida como lugar onde se pode estar, transformando-a em uma série de imagens da cidade pelas quais passamos o mais rápido possível.

2

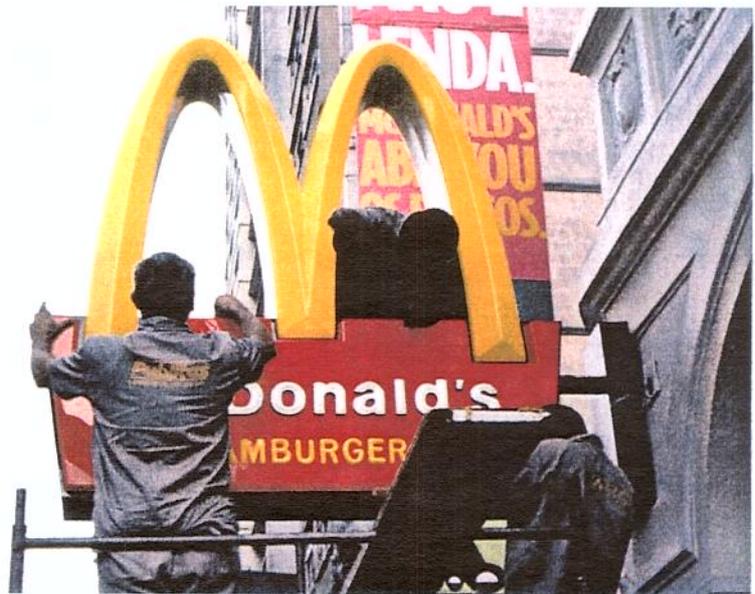
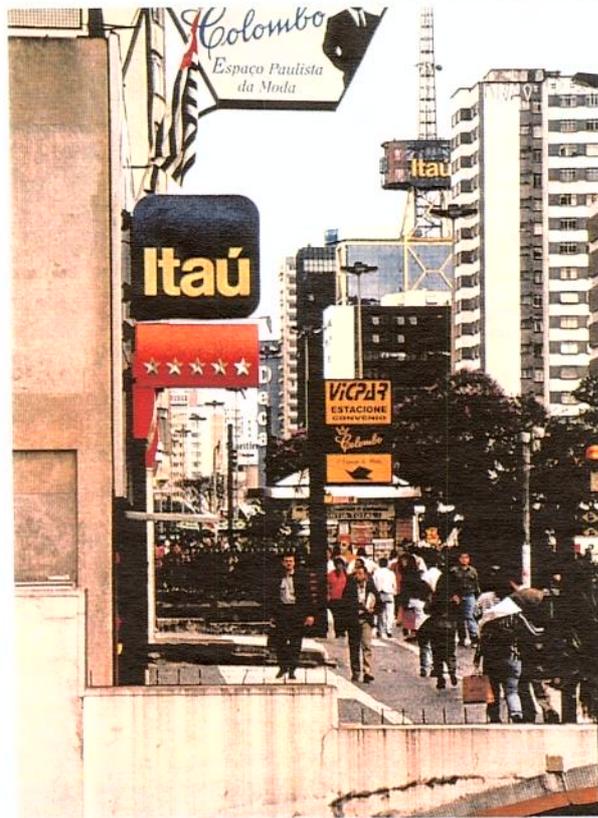
Pode-se também, em um outro sentido, dizer que a Avenida Paulista é deslocada e transformada em simples pano de fundo para a materialização localizada dos poderes privados hegemônicos.

Ao servir como suporte material para a instalação de anúncios publicitários, ou como reserva simbólica para a criação de imagens de distinção em propagandas de diversas naturezas, a Paulista se torna o nexó concreto que permite aos mestres das artes do marketing e da promoção de mercadorias se apropriarem da cidade como materialização dos mundos imaginários por eles produzidos.

O espaço físico da cidade e a sua presença na memória coletiva, são transformadas, pela saturação de significados produzidos pela publicidade, em uma mera "(...)oportunidade para a marca conviver com o consumidor" porque afinal, "antes de entrar no bolso do consumidor, você precisa entrar na vida dele"<sup>73</sup>.

---

<sup>73</sup> Declarações de Reginaldo Ferrante, diretor de negócios da agência de publicidade Fischer & Justus, em entrevista concedida por ocasião da sua participação na organização do evento "É Tempo de Brasil", encomendado pelo "Palácio do Planalto para mostrar durante a copa do mundo, o que de bom se produz no Brasil, inclusive cultura". (Fonte: Revista Marketing Cultural, número 13, pg. 14.).



A utilização da materialidade da Avenida como suporte para a publicidade. Na foto mais abaixo, a cariátide, que fazia parte do projeto original do casarão, se tornou "Atlas" a "suportar" o painel da lanchonete que ocupava o prédio (fotos do autor).



Em cima: uma das principais formas que os moradores dos edifícios residenciais encontram para minimizar as suas despesas com manutenção é através da locação das fachadas para a instalação de peças publicitárias. Em baixo: o Masp serve aqui como suporte para três marcas: o Banco Francês e Brasileiro; a Racional engenharia; e para o cigarro Camel. O seu outdoor atua sobre a paisagem edificada da cidade não apenas se fixando por sobre ela, mas também representando-a, com a dramaticidade da "grande angular"; como um signo no qual a verticalidade desempenha papel preponderante (fotos do autor).

A quantidade de campanhas publicitárias que se valem da conceituação que a Avenida Paulista desfruta como um lugar especial dentro da cidade de São Paulo é imensa, e ocupa, além de todo e qualquer espaço físico disponível na própria Avenida, amplos espaços nas redes nacionais dos meios de comunicação - que inclui jornais, revistas e a televisão.

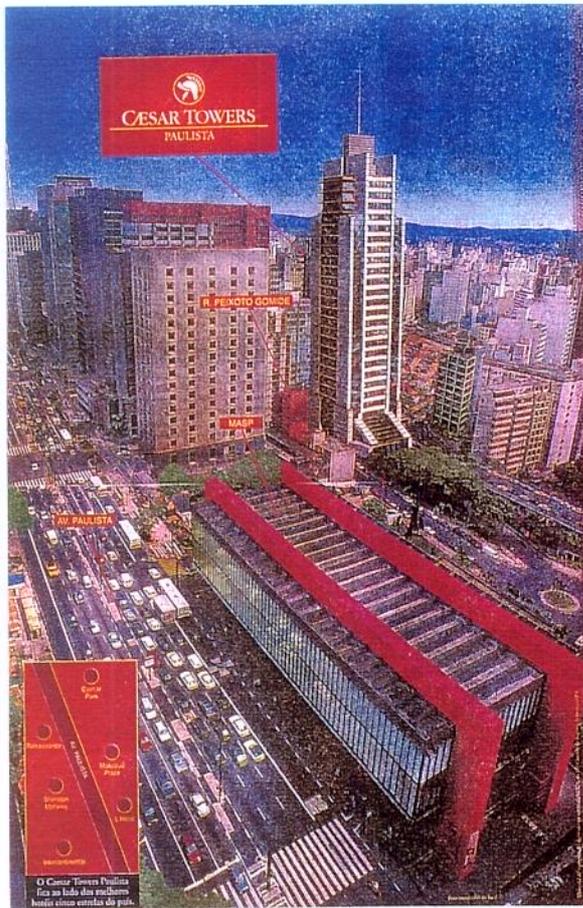
O caso mais comum de apropriação publicitária dos valores positivos associados à paisagem da Avenida Paulista parece ser o dos anúncios de empreendimentos imobiliários situados na região, e cuja propaganda usualmente se dedica a vendê-los como investimentos seguros<sup>74</sup> e bem localizados - tanto no sentido de proximidade em relação a diversos serviços e amenidades urbanas, quanto no sentido de terem, justamente em função da localização privilegiada, uma alta rentabilidade capaz de os tornar investimentos economicamente interessantes.

Em segundo lugar há também os comerciais que mesmo não estando voltados à venda de objetos localizados na Avenida dela se utilizam como ponto de referência para a ilustração, valorização e/ou reforço de imagem de outros produtos, como é o caso do anúncio de uma revista sobre automobilismo reproduzido mais adiante<sup>75</sup>.

Neste grupo também inclui-se, por exemplo, um recente comercial de TV realizado pelo governo federal, que ajuda a compreender melhor o mecanismo associativo presente também na foto acima mencionada. Com o objetivo de incentivar o turismo interno este comercial institucional apresentava diversos "tipos" característicos de cada estado ou região se declarando maravilhados com as belezas de outros lugares do país. Um mineiro matuto se divertia numa "caliente" paisagem nordestina. Um gaúcho visitava a amazônia sem abandonar a sua cuia de chimarrão. Em São Paulo uma mulher negra e sorridente, caracterizada como uma típica "baiana", posava para o filme no canteiro central da Avenida Paulista.

<sup>74</sup> Segundo Polnik (1997) a associação direta entre a propriedade imóvel e a segurança dos investimentos imobilizados sob essa forma, vem se tornando, desde pelo menos meados do século XIX, um traço cultural cada vez mais forte na cultura urbana paulistana.

<sup>75</sup> Publicado na revista Veja de 05/11/97. Este anúncio da Revista "Quatro Rodas" afirma: "Carro é coisa importante demais para se conversar com qualquer um." após o que é propagandeada a "conversa direta" que o eventual leitor pode ter com Emerson Fittipaldi, tido como um expert no assunto. A montagem fotográfica é interessante por associar através da cor e da luminosidade três elementos: o próprio Emerson Fittipaldi, o prédio do Masp. e os fluxos luminosos produzidos pelo deslocamento dos veículos pela pista da Avenida.



Pré-lançamento

# Único

Caesar Towers Paulista. Ótimo como um hotel. Só é melhor porque pode ser seu.

É a sua chance de ser parceiro da Rede Caesar Towers.

Pela primeira vez na sua vida você vai poder ser parceiro de uma das maiores redes hoteleiras do Brasil e do mundo. Investir na Caesar Towers Paulista é dar qualidade de alto nível ao seu patrimônio, porque a Rede Caesar Towers de Representação e Reservas é uma das líderes mundiais em taxas de ocupação.

Tudo o conforto no melhor lugar de São Paulo.

O Caesar Towers Paulista é um projeto único, em localização única, bem junto ao Mary e em todos os melhores bairros e centros da pais. O Caesar Towers Paulista tem o conforto que você encontra nos



- melhores hotéis:
- Lobby grandioso, com 11m de pé-direito
  - 6 elevadores
  - Fitness Center com piscina, hidromassagem e saunas
  - Blue Bar, com música ao vivo e ambiente acolhedor
  - Restaurante Rose Room, que homenageia o legendário hotel

"The Algonquin", da Rede Caesar Park, em Nova York:

- Loja de conveniência;
- Centro de Convenções para até 300 pessoas, onde podem ser realizados shows, banquetes e eventos;
- Private Meeting Rooms, para almoços de negócios;
- Executive Floors. Os apartamentos dos três primeiros pavimentos podem ser tornados escritórios.

Não perca este grande negócio.

É a sua melhor oportunidade de investir num imóvel com excelente rentabilidade. Não perca esta chance. Não é sempre que uma tão magnífica rede de hotéis do mundo oferece parceria.

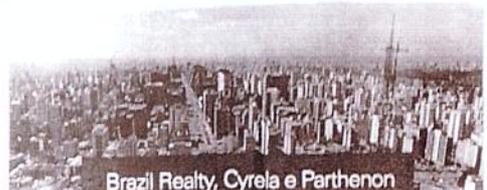
Preço fechado - 60 meses para pagar.

Unidade	Na escritura	60 mensais (a 1ª em 01/01/97)	8 semestrais (a 1ª em 01/06/97)	Preço
1º andar	R\$ 7.200,00	R\$ 580,00	R\$ 3.500,00	R\$ 70.000,00

As demais condições de pagamento se encontram à disposição dos interessados no local.

VISITE STAND NA RUA PEIXOTO GOMIDE, 707. OU LIGUE 3067-0000.

COOPERADORA DE INVESTIMENTOS - Conselho de Administração: 0800 01 01141 - Rua Euzébio de Almeida, 199 - Jardim América - CEP 01407-001 - São Paulo - SP - Tel: 3067-0000

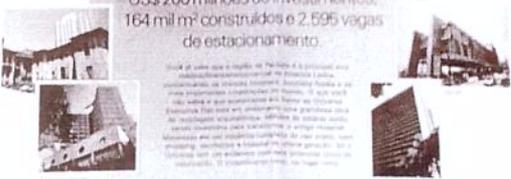


Brazil Realty, Cyrela e Parthenon apresentam o melhor investimento com o máximo de rentabilidade na região da Paulista.



## universe EXECUTIVE FLAT

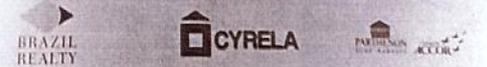
Este será o vizinho do Universe Executive Flat. Um complexo comercial com mais de US\$ 200 milhões de investimentos, 164 mil m<sup>2</sup> construídos e 2.595 vagas de estacionamento.



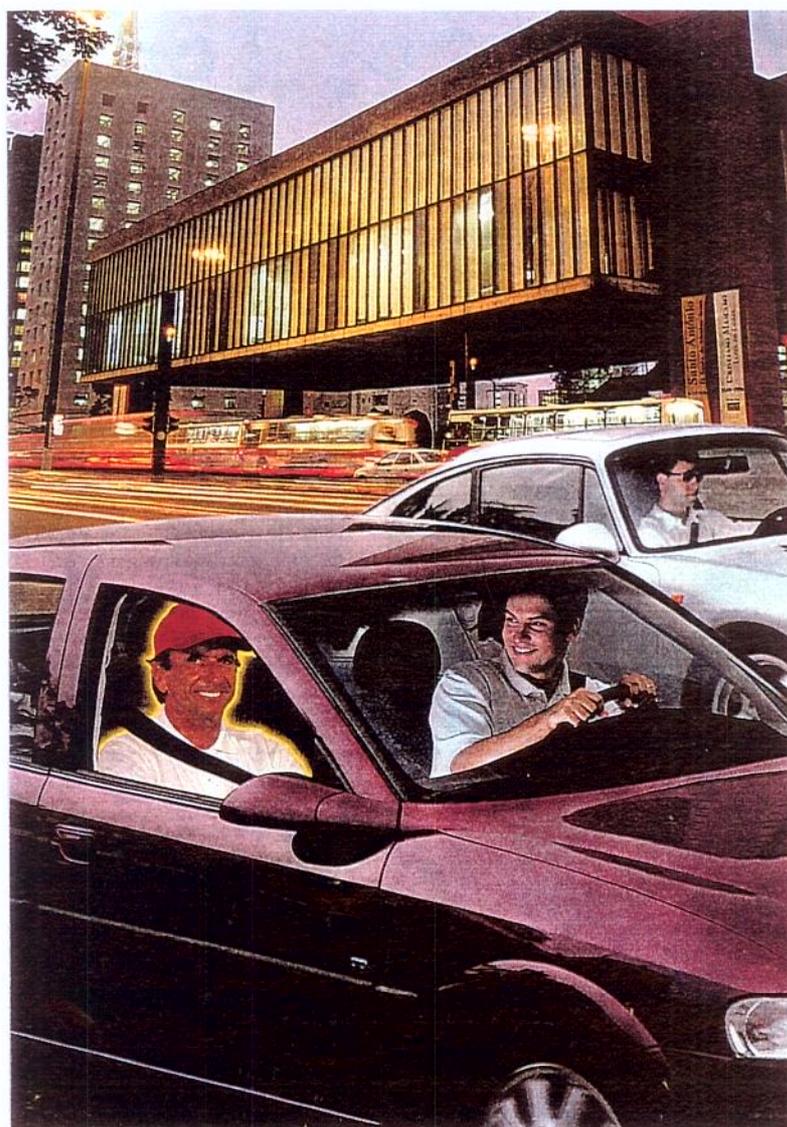
Trouxemos para o Brasil o padrão de rentabilidade internacional. A resposta dos investidores foi imediata: 323 unidades totalmente escrituradas. Conheça a base deste sucesso.



Segurança	Qualidade	Rentabilidade
<p>A Brazil Realty é a primeira empresa nacional fundada para o Sul Cone Sul, tendo como escrituras alguns dos maiores fundos de investimentos do mundo, que administramos um portfólio de milhares de imóveis. Tudo isso significa a sua segurança: Brasil Realty tem, hoje a segurança e garantia do capital internacional. Hoje, mais e o The World, construído e concluído em 11 dias.</p>	<p>17m metros de 1.800.000 m<sup>2</sup> de escrituras e 2,7 milhões de metros quadrados e escrituras em andamento. São 34 anos de atuação e milhares de milhares de alto padrão, construídos para o mercado brasileiro e com sucesso. Quando não foram os investidores no The World terem a certeza do melhor negócio.</p>	<p>Primeiro grande investimento do mundo, o Grupo Parthenon investiu 2,5 bilhões em 1.200 unidades. No Brasil, administramos alguns milhares de unidades. São 34 anos de atuação e milhares de milhares de alto padrão, construídos para o mercado brasileiro e com sucesso. Quando não foram os investidores no The World terem a certeza do melhor negócio.</p>



CONHEÇA NAS PRÓXIMAS PÁGINAS O UNIVERSE EXECUTIVE FLAT. SUA NOVA OPORTUNIDADE DE INVESTIR COM SEGURANÇA, QUALIDADE E RENTABILIDADE.



Anúncio da Revista Quatro Rodas

A organização dualista dos argumentos deste comercial produz diversas contextualizações cuja escala nacional se baseia na soma de contrastes criados entre pessoas que enquadram positivamente lugares, e lugares que produzem experiências determinadas pela localização. As imagens dos lugares, as suas representações cujos significados cognitivos e estéticos são socialmente compartilhados, são neste exemplo tão importantes quanto os estereótipos dos tipos regionais que com as primeiras são intencionalmente articulados. São as “categorias totêmicas” enunciadas por Sahlins, através das quais objetos enquadram pessoas e pessoas enquadram objetos.

Num nível ainda mais sutil de criação de ícones produtores de intertextualidades temos a publicização, através da propaganda, de narrativas que conectam, por similaridade, não necessariamente de forma simultânea, lugares também não contíguos espacialmente. Um exemplo é o povoamento de amplo escopo, realizado pela simbologia do banco Itaú, de espaços pertencentes a diferentes ordens de materialidade.

A presença maciça das marcas de identidade visual do Itaú na Avenida Paulista cria ligações entre este lugar e outros espaços. Anúncios em jornais de São Paulo divulgaram a escolha do Corcovado como símbolo da cidade do Rio de Janeiro. A sua eleição pela população se deu em um concurso, naquela cidade realizado, nos mesmos moldes daquele que em São Paulo elegeu a Avenida como símbolo da cidade<sup>76</sup>. O anúncio, com uma foto de página inteira do Corcovado, criava uma narrativa em que a mediação realizada por esta instituição financeira conectava imaginariamente os dois lugares.

No dia 28/02/98 uma sequência de dois anúncios do Itaú, durante a transmissão pela Rede Globo em escala nacional de uma partida de futebol entre os times do São Paulo e do Botafogo, cria a contiguidade entre aqueles dois primeiros lugares e outros dois de natureza menos inequívoca. Durante o intervalo da partida, uma imagem do campo vazio é alterada eletronicamente de forma a fazer surgir, pairando por sobre o gramado do estádio do Morumbi uma versão tridimensional do logotipo do banco que realizava, suavemente, movimentos de

<sup>76</sup> Conforme argumenta o anúncio - que traz uma foto aérea do Cristo Redentor, mostrando a cidade e o mar à sua frente - este concurso foi a prova definitiva do amor que o Banco Itaú sente pela cidade do Rio de Janeiro: "O Itaú declara seu amor pelo Rio." . Ainda de acordo com a argumentação do texto publicitário tal prova vem reforçar a demonstração desse sentimento - que semana anterior já havia motivado o Itaú a adquirir o Banerj, durante o seu leilão de privatização.

rotação sobre seu próprio eixo. A sua perfeição era intensificada pelo realismo com que a sua sombra, também eletronicamente simulada, imitava tais movimentos ao ser projetada na superfície do círculo central do campo.

Ainda nos intervalos foi apresentado também o comercial do “Itaú bank phone”. Um casal muito contente realiza suas movimentações bancárias acessando, através de um computador doméstico o *site* do banco. Aqui, mais uma vez, retorna a marca corporativa da instituição, só que desta vez ela surge unicamente num espaço virtual-real delimitado pela tela do computador personagem do filme. Com a resolução caracteristicamente granulada das imagens infográficas o logotipo se estabiliza somente graças à somatória entre a intimidade da vida doméstica do casal, o espaço virtual criado pela rede telemática, e a apresentação repetitiva deste comercial num meio de comunicação de massa ao som da voz “personalizada” do cantor baiano Gilberto Gil.

A estratégia maciça de reforço da identidade corporativa deste banco ao mesmo tempo em que cria vínculos imaginários entre lugares não contíguos - a Avenida Paulista mais a paisagem mediadora entre natureza e cultura do morro do Corcovado mais um *site* na internet mais um estádio de futebol híbrido de grama e sombra eletrônica - se apóia, ela própria, na apropriação da carga afetiva gerada e transmitida pelas experiências concretas e localizadas da vida social coletiva (no campo de futebol), doméstica (na programação televisiva) e urbana (no Corcovado e na Avenida Paulista).

Mas a demonstração mais convincente desse enquadramento de lugares específicos realizado pela publicidade do Itaú foi por mim experimentada, durante o período da pesquisa de campo, no próprio espaço físico da Avenida Paulista.

Na extremidade sudeste da Avenida há, ainda hoje, uma pequena praça denominada praça Oswaldo Cruz. Antigamente, ela cumpria a função de permitir o contorno dos automóveis e demarcava o início da Avenida. Após as diversas intervenções urbanísticas realizadas naquele trecho a praça passou a ser dividida ao meio em razão do prolongamento e alargamento da Avenida.

Certo dia, estando na sua metade que ficou do lado dos Jardins, e aguardando para atrevessar a Rua Des. Eliseu Guilherme, em direção à Rua Dr. Rafael de Barros, me deparei com um imenso outdoor do cartão de crédito do Itaú.

Conforme pode ser visto na foto reproduzida a seguir, a imagem mostra em primeiro plano o cartão de crédito “5 estrelas” do banco, e ao fundo um casal abraçado de frente para a paisagem da torre Eiffel em Paris.

Mas a localização exata escolhida para a instalação desse painel, estabelece um prolongamento do seu sentido por sobre a materialidade da cidade. Através do pano de fundo fornecido pela superfície espelhada de um edifício ali construído, o conteúdo discursivo da peça publicitária é estendido para além das margens do outdoor, criando uma cena que mistura o lugar no qual o espectador se encontra às imagens de um lugar sonhado.

Nas vidraças do prédio surge o reflexo da torre instalada no alto do prédio do Instituto Cultural Itaú. Graças a um efeito de perspectiva possibilitado pelo domínio localizado das distâncias, a torre Eiffel se torna pequena em comparação a ela. Dessa forma o conjunto passa a insinuar, quase sem querer, o poder do Banco Itaú em criar a Avenida Paulista como uma paisagem para consumo visual - graças ao seu poder de manipular um grande repertório de imagens desterritorializadas e posteriormente reterritorializadas da forma mais conveniente possível. O dispositivo criado mistura uma paisagem de poder a uma outra de sonho.

Se esse arranjo é capaz de produzir a simultaneidade e a contiguidade entre lugares inicialmente distantes, outros jogos de reflexos produzidos na Avenida se mostram capazes de instituir as mesmas relações entre lugares separados pelo próprio transcorrer do tempo histórico.

Em 1995, Hugues Desmazieres executou a pintura de um painel de quatorze metros de largura por trinta de altura na lateral voltada para a Avenida, do prédio número 124 da praça Oswaldo Cruz<sup>77</sup>. Este painel reproduz uma visão panorâmica da Paulista de 1902, na forma como ela seria vista a partir de seu reflexo em um edifício revestido de vidros verdes.

Quase em frente, do outro lado da Avenida, no fundo do terreno onde em 1935 foi construída a “Casa das Rosas”, existe há alguns anos um edifício cuja fachada é totalmente recoberta por vidros verdes reflexivos. A opção por recuar tal prédio em relação à frente do terreno teve por objetivo preservar o casarão, o seu

<sup>77</sup> “Painel remete Paulista atual à de 1902”. Artigo publicado no jornal O Estado de São Paulo, 03/11/1995.

famoso jardim, e a vista desse conjunto que se obtém a partir da calçada da Paulista.

O efeito visual resultante dessa combinação de prédios, casas, jardins e reflexos - todos eles reais e simulados - é o de uma profundidade visual na qual o passado e o presente se intercalam sucessivamente, por diversas vezes, transformando a Avenida em seu próprio *outdoor*, e as suas imagens sonhadas em sua própria realidade espacializada.



No alto: outdoor do Cartão Itaú. Em baixo: prédio do Instituto Cultural Itaú (que teve o seu nome recentemente alterado para Instituto Itaú Cultural). No primeiro plano o monumento do caixeiro viajante, estacionado em frente ao prédio do Sesc desde 1980 (fotos do autor).



Outros reflexos na Avenida (fotos do autor)

### VII.1.3 Imprensa

A intenção de apresentar um dos sub-ítem deste capítulo dedicado exclusivamente aos enquadramentos da Avenida Paulista produzidos pela imprensa é destacar a importância que a difusão maciça dos discursos produzidos e amplificados pelos meios de comunicação possui em razão da sua capacidade de transformar as idéias de alguns atores sociais, os coletivos responsáveis pela produção e divulgação dos conteúdos midiáticos, na experiência de muitos outros, os consumidores desses conteúdos<sup>78</sup>.

Esta colocação não pressupõe que o consumo das notícias, imagens, entretenimento e das inúmeras formas híbridas de conteúdos mediatizados, seja uma atividade eminentemente passiva. Pelo contrário, quanto mais “ativo” for de fato esse consumo, mais ele se aproxima de se constituir como experiência, ou seja, como parte integrante da maneira pela qual o consumidor está no mundo.

A questão das escalas nas quais circulam as representações midiáticas é também mais um fator a contribuir para a relevância assumida pelos seus discursos. Tal fato é tanto mais verdadeiro quanto mais estiver claro que a Avenida é produzida, em diversas dimensões de sua existência, de forma a se tornar um signo capaz de se deslocar intensamente por esses circuitos de informações e imagens da vida contemporânea. Se ela é produzida para ser vista, essa contemplação das suas imagens de ordem, riqueza e poder não se restringem hoje, como em certa medida o faziam na época de sua fundação e durante as primeiras décadas de sua história, ao consumo realizado no seu espaço físico. As imagens da Paulista também foram sendo, pouco a pouco, “desencaixadas” das interações face a face, se me é permitida essa imprecisão, e deslocadas em direção a circuitos espaço-temporais de outra natureza. A Avenida é hoje produzida como uma imagem a ser consumida a partir do helicóptero, da tela de televisão, ou das páginas coloridas de revistas que circulam mundialmente<sup>79</sup>.

Ao longo dos ítem iniciais deste capítulo, já chamei a atenção para as

<sup>78</sup> Biocca (1993).

<sup>79</sup> Penso aqui em duas matérias que colecionei durante a pesquisa. A primeira publicada na revista de bordo da Varig, que em sua matéria de capa trazia uma reportagem sobre um “passeio de ferrari” pela cidade de São Paulo, e um dos locais escolhidos para as fotos e para a narrativa do texto foi o jardim da Casa das Rosas na Avenida Paulista. A segunda, publicada na revista News Week também como matéria de capa, apresentava uma única foto da cidade de São Paulo que era exatamente da Avenida Paulista. (fontes: “Um sábado por São Paulo, de Ferrari”. Revista Ícaro número 165, pgs 36 a 44; “Urban Bliss - Why Megacities Like São Paulo aren't so Bad”. Revista Newsweek, 10/06/96, pgs 40 a 45.)

ressonâncias existentes entre os discursos e representações de determinados atores hegemônicos - ao menos no que se refere ao seu poder de instituir como realidade uma das versões possíveis da Paulista - e as formas de enquadramento dos fatos e notícias relativos à Avenida utilizadas pela mídia impressa. Ao fazer uso de inúmeras citações e referências a matérias e reportagens, publicadas nos últimos anos por essas empresas de comunicação, espero também já ter fornecido um panorama do tom e das modulações através dos quais a Avenida é geralmente tratada.

Além desse material já apresentado, possuo também organizados e analisados, uma série relativamente extensa de artigos e textos editoriais, principalmente do jornal O Estado de São Paulo, que se dedicam, por um lado, a criticar e combater a utilização da Paulista para a realização de manifestações públicas, e por outro, a desmoralizar e discriminar a presença do comércio ambulante no espaço da cidade de São Paulo como um todo, mas principalmente nas suas regiões centrais, incluindo-se aqui a própria Avenida.

A discussão desse material seria muito interessante como forma de enfatizar ainda mais o sentido praticamente único que possuem os discursos da imprensa e das associações civis que defendem as políticas de "revalorização urbana". Mas opto aqui, por não fazê-lo, e para tanto tenho dois motivos. Em primeiro lugar tal exposição pouco acrescentaria ao quadro que veio sendo traçado a partir do capítulo VI, e aquilo que seria ganho com o reforço desses traços representaria também sem dúvida um excesso de reafirmações de coisas já ditas. Em segundo lugar, e essa me parece ser a razão mais relevante para essa omissão consciente, a extensão de tal tarefa levaria a uma perda do destaque que pretendo dar à pequena história que contarei a seguir.

Mas antes de iniciá-la quero deixar explícitos, desde logo, os motivos que me levam a considerá-la relevante. Em primeiro lugar, o seu desenrolar veio confirmar algumas observações que fiz já durante os primeiros dias da minha estada em campo a respeito da forte presença da imprensa na Avenida.

No terceiro dia após a minha chegada a São Paulo, por volta da uma hora da tarde eu me encontrava no portão principal do parque Trianon, em frente ao Masp. Naquele momento estacionou sobre a calçada uma equipe de reportagem da Rede Record de Televisão. Após os acertos técnicos, iniciaram-se as gravações de uma matéria, cujo conteúdo eu desconhecia, com a repórter sendo enquadrada tendo o Masp às suas costas. Me interessou na ocasião observar como aos poucos ia

se formando a aglomeração de pessoas ao redor da equipe de TV. Após a dispersão desse grupo segui meu caminho em direção ao Conjunto Nacional, onde passei o resto da tarde tentando fazer contato com determinadas pessoas que me interessava entrevistar.

Quando retornei para o apartamento fui surpreendido pela exibição daquela matéria no telejornal da noite. O seu tema era a manifestação pública realizada, ao longo da tarde, pelos professores estaduais que se encontravam em greve naquela época. Essa manifestação se realizou na frente do Masp e foi excepcionalmente violenta, tendo terminado com um confronto aberto entre grupos de professores, seguranças contratados pelo próprio sindicato da categoria e a Polícia Militar<sup>80</sup>. Profundamente arrependido de não ter no início da tarde me lembrado da antiga máxima que diz sempre haver fogo onde há fumaça, resolvi adotar como prática padrão durante o restante da pesquisa procurar saber os motivos da presença de repórteres na Avenida, fato que frequentemente ocorre.

E foi assim que durante aquele mês em que circulei quase que diariamente pela região, respondi a várias pesquisas de mercado - as mais absurdas possíveis - e conversei com jornalistas, câmeras-men, motoristas e outras pessoas envolvidas na produção local do jornalismo na Paulista. Dessa forma, terminei por ter claramente a noção de que além de todas aquelas relações já mencionadas entre a imprensa e a Avenida, existia mais um aspecto bastante importante a ser levado em conta: é muito intensa a produção jornalística na Paulista. A Avenida é tomada como a cidade em inúmeras ocasiões nas quais as equipes de reportagem resolvem entrevistar os **paulistanos** sobre os assuntos mais diversos.

Em segundo lugar, essa história de como fui acabar sendo, quase por acaso, entrevistado **sobre** a Avenida, revela a profundidade das inflexões que o enquadramento feito pela imprensa pode causar sobre a totalidade das situações abordadas.

Em um início de tarde me dirigi ao edifício do Citibank para uma das entrevistas que realizei com seus funcionários. Após terminar o trabalho saí do prédio pela portaria da Paulista, e resolvi ficar por alguns minutos, enquanto

---

<sup>80</sup> Através da mesma reportagem fiquei sabendo que na semana seguinte, no mesmo dia, horário e local seria realizada nova manifestação, a qual tive a oportunidade de acompanhar.

fumava um cigarro, observando o movimento na praça da frente do banco<sup>81</sup>.

Me dirigia então para a calçada quando fui abordado por um rapaz, portando um gravador e acompanhado por um fotógrafo.

- Com licença, você poderia nos dar uma pequena entrevista?

- Sobre o que é?

- Você trabalha no banco?

- Não, eu sou pesquisador universitário, e estou fazendo um trabalho sobre a Avenida Paulista, daí vim entrevistar um funcionário do banco. Mas que bom você ter me parado assim eu aproveito e te entrevisto também - falei isso enquanto pegava o meu próprio gravador.

- Olha eu sou repórter da revista Marketing Cultural e estou fazendo uma matéria sobre a cultura na Avenida Paulista, pra ser publicada na nossa edição de julho, e queria saber....

- Que legal, é bem esse o meu tema - imaginei que de fato eu não estava mentindo, afinal, um antropólogo na Avenida Paulista não estaria pesquisando outra coisa.

- Que interessante! então eu acho que nós temos bastante coisa para conversar, você se importa de tirar um foto? - o rapaz foi falando isso e fazendo um sinal para o fotógrafo se aproximar.

- Não. Por favor, eu não gostaria...

- Mas se não ficar bonito a gente não coloca!

- Não é essa a questão, eu nem sei qual é o teor da sua reportagem, e nem você tem como me apresentar para o seu leitor porque eu nem falei nada ainda...

- Mas não tem problema porque...

- Então vamos fazer o seguinte - comecei a falar e fui tirando a minha câmera da bolsa - sabe, eu também estou fotografando as pessoas na Avenida, então vocês podem tirar uma foto minha fotografando vocês...

- Mas aí não vai aparecer o seu rosto e ...

- O do seu fotógrafo também não, só o seu, se você quiser aparecer é claro.

<sup>81</sup> Este é mais um daqueles espaços liminares anteriormente mencionados. Situada dentro do terreno do Citibank, esta área com alguns bancos e guardas de segurança, permanece normalmente aberta para a calçada, sendo fechada com grades por ocasião de manifestações públicas ou de festas de rua realizadas em frente ao banco. O limite entre o espaço privado aberto, e a calçada, é demarcado por um pequeno muro colocado no canto direito do terreno e sobre o qual está instalada uma câmera cuja função é monitorar o comportamento das pessoas que estejam se aproximando da frente do banco vindas da calçada.

O rapaz desistiu da foto e me deu a impressão de procurar alguma desculpa para desconversar.

- Olha nós temos bastante pessoas ainda para entrevistar, que tal se eu te telefonasse mais tarde, aí eu poderia te fazer uma perguntas com mais calma, eu te falo da revista, da reportagem, e você me fala da sua pesquisa, o que você já descobriu, que tal?

- Perfeito, anota então o número...

E assim voltei de novo para o apartamento imaginando ter sido antipático demais com o repórter e que as chances dele me telefonar eram muito poucas. Mas de qualquer forma, resolvi me preparar. Decidi que, em primeiro lugar, eu iria tentar tomar nota das perguntas que ele me fizesse, e também me concentrar em fornecer a ele somente as informações obtidas através de fontes bibliográficas seguras, como por exemplo os dados sobre a história da Avenida e as idéias dos autores que tratam hoje em dia, sobre as relações entre as transformações da cidade e os contextos sócio-econômicos mais amplos, e nada dos dados ou das análises que pudessem comprometer a continuação da pesquisa.

Para minha surpresa, no mesmo dia ele ligou e conversamos durante mais ou menos uma hora ao telefone. Eu já estava razoavelmente convencido de que seria interessante se eu pudesse comparar o conteúdo da entrevista com a forma final da matéria publicada. Na pior das hipóteses, as edições que fossem feitas das minhas declarações poderiam indicar os critérios de enquadramento utilizados para representar a Avenida. Além disso a matéria deveria conter alguns dados que seriam úteis para o desenvolvimento posterior da pesquisa.

As suas perguntas foram bastante repetitivas e tinham como objetivo me levar a falar sobre determinados temas e a fazê-lo a partir de certos pontos de vista bastante específicos. Tentei argumentar que a multiplicação dos espaços privados de consumo cultural na Avenida representava uma reformulação, em termos bastante adequados ao contexto político e social contemporâneo, das características com as quais a Avenida havia sido historicamente investida pelas elites interessadas na manutenção da lucratividade e dos significados de seus espaços.

- Mas você não acha que este movimento cultural na Avenida está relacionado com os maiores níveis educacionais promovidos e exigidos por uma economia de serviços? Tanto que são os bancos que mais constróem galerias e salas de exposição.

- Com certeza está relacionado com a importância crescente das instituições financeiras, mas veja, isso não implica numa melhora do nível de instrução formal de todas as pessoas. Essa economia baseada no setor serviços, que é bastante presente na Avenida, depende também de uma série de serviços pouco qualificados e mal remunerados que precisam ser executados. Precisa de alguém pra fazer a limpeza desses centros culturais, pra fazer a manutenção dos painéis e dos letreiros...

- Tudo bem, mas não é bom pra essas pessoas que tenha exposições de arte, peças de teatro para elas irem?

- Claro que é bom, mas seria melhor ainda se elas pudessem participar da escolha dos espetáculos que vão ser apresentados, das obras que vão ser expostas... Se você me perguntar o que eu prefiro, esses centros culturais dentro de prédios de banco ou um espetáculo de rua, um músico na calçada, eu vou te responder que depende do que eles estiverem apresentando, mas aí é o meu gosto, como poderia ser o seu ou de qualquer outra pessoa, então é melhor que esses espetáculos ocorram de forma que todo mundo possa escolher o que é melhor, o que acha melhor. E além disso, o empregado que trabalha aqui e pega duas, três horas de ônibus pra ir pra casa como ele faz pra ficar e ir ver um espetáculo?

A determinada altura tomei consciência da distância radical que separava os significados atribuídos à noção de cultura por cada um de nós, e tentei fornecer a ele a chave para compreender o sentido das minhas colocações, quer dizer, o lugar de onde falava o antropólogo. Ele se interessou pelas informações relativas ao início da história da Avenida, e se fixou em me perguntar sobre quais haviam sido as "grandes realizações culturais" da Paulista ao longo do século. Argumentei a respeito da permanência dos sentidos de exclusividade -expressos sob diversas formas diferentes ao longo desse período - nos espaços da Avenida.

A conversa foi muito agradável e, no geral, forneci a ele diversos dados, dos quais sei que tomou nota em razão das pausas e dos diversos pedidos que me fez para repetir determinadas informações.

Durante os últimos minutos, voltamos ao tema inicial.

- Quer dizer que você não acha mesmo que os funcionários mais graduados, os executivos que trabalham nos bancos ou nas grandes empresas da Paulista, por terem uma formação mais elaborada, maiores qualificações, demandam esse tipo de investimento em cultura, em centros culturais?

- Preste bem atenção, eu não disse que não há essa demanda, provavelmente ela é real. Só que, por um lado, já existem diversos trabalhos argumentando que aquilo que gera essa demanda não é necessariamente um maior grau de instrução, por assim dizer, mas justamente uma aspiração por algo capaz de simbolizar uma condição cultural “superior” - e nesse sentido, antes de ser uma demanda por bens culturais de consumo é um investimento naquilo que tem sido chamado de “capital cultural”<sup>82</sup>. Por outro lado, mesmo que você considere que esse comportamento é uma demanda na forma que você mencionou, fica a pergunta: é ela que determina a existência desses espaços culturais? É mais uma vez eu acho que é possível interpretar esse fato de uma outra forma. Talvez aquilo que determine a construção desses espaços privados de cultura seja menos a pressão exercida por uma demanda pré-existente por parte dos eventuais consumidores e mais a demanda, por parte de quem os produz, as empresas, por uma estratégia que dê a elas maior visibilidade na mídia e no próprio espaço da cidade.

A julgar pela completa exclusão das minhas opiniões do texto publicado, imagino que não fui, durante a entrevista, tão articulado assim. Pensando melhor, talvez as minhas palavras tenham influenciado ligeiramente o parágrafo final da reportagem.

A minha insistência em enfatizar tanto a presença na Avenida de outros atores sociais que não se encaixam nas imagens sofisticadas de uma economia de serviços “worldclass” quanto a perversidade do apagamento dessa situação parece ter sido enquadrada de uma forma bastante adequada ao propósito do texto : criar a representação de uma Avenida Paulista “cultural” bastante complexa e principalmente sofisticada. Encerrava-se assim o texto: “ ‘Tanta arte assim deixa tudo mais bonito, e o trabalho da gente fica mais agradável’, observa, arrebatada na sua simplicidade, Míriam da Penha Peres, 31 anos, copeira de um dos consulados da Paulista.”<sup>83</sup>.

Nessa matéria - um caso particular dentre a fórmula mais geral de construção de paisagens da Avenida capazes de estruturar formas particulares de enquadramento dos atores sociais que participam do seu cotidiano - a demarcação das diferenças nos direitos à participação na vida social da Paulista não se realiza através da exclusão de determinados atores do quadro produzido e nem mesmo

<sup>82</sup> A esta altura eu me lembrava de Bourdieu (1984) e também, principalmente, do artigo de Roberto Grun (1992), no qual esse autor demonstra que, comparativamente, dentro do conjunto dos ocupantes de cargos gerenciais por ele analisado, justamente aqueles profissionais formados em “escolas de segunda linha” - e possuidores de trajetórias profissionais menos bem sucedidas - eram os atores mais envolvidos em atividades que representam investimentos pessoais na aquisição de capital cultural.

<sup>83</sup> “A Avenida da Arte Paulista.”. Revista Marketing Cultural, número 13, julho 1998. pgs. 32 a 35.

por meio da prescrição de estratégias para a sua remoção. O que se produz é uma oposição aberta entre, por um lado, a sofisticação e a riqueza associadas à concentração de cultura e finanças e, por outro, a simplicidade e a susceptibilidade da gente mais “simples”, que tem a vida facilitada pelas dádivas do “mecenato” em sua versão mercadológica.

A chamada, no índice da revista, trazia além da foto que reproduzi no capítulo II, ao discutir a noção de enquadramento, as seguintes palavras: “Megaoutdoor - A av. Paulista deixa de ser apenas o centro financeiro do país para se tornar também o grande espaço cultural.”<sup>84</sup>.

Ao longo do texto enfileiravam-se aquelas afirmações que, conforme notei anteriormente, ressoam por todo o espaço dos discursos e representações mais difundidos sobre a Avenida: “O metro quadrado mais caro de São Paulo é um grande centro cultural por onde passam um milhão de pessoas por dia”; “Nascida em 1891, sob a égide dos barões do café(...) o processo de verticalização fez dela o maior centro financeiro da América do Sul e o metro quadrado mais caro da cidade - r\$ 5 mil, segundo avaliação do Creci.”.

Mas por outro lado, conforme eu já esperava a partir das conversas que tive com o repórter, o texto também trazia algumas declarações e dados bastante interessantes, fornecidos tanto por pessoas ligadas à promoção da Avenida como importante espaço dentro do mercado da cultura, como por atores envolvidos na materialização da cultura de mercado no espaço da Paulista.

Segundo dados fornecidos pela Associação Paulista Viva -“espécie de Prefeitura da Avenida”, “presidida pelo banqueiro Olavo Setúbal”<sup>85</sup> - as empresas instaladas na Avenida investiram em 1997, 50 milhões de reais em projetos culturais, sendo que desse total, 45% correspondem ao investimento realizado por cinco instituições: “Esse valor corresponderia a R\$ 6mil investidos em cada metro ou 8% de todo o investimento aprovado via Lei Rouanet, no período, que foi de R\$199 milhões”<sup>86</sup>. Até o final de 1998, o Instituto Itaú Cultural deverá ter realizado, ao longo de um período de três anos, um total de 32 milhões de reais de investimentos em suas instalações. O espaço cultural da Fiesp foi reestruturado ao

---

<sup>84</sup> Idem, pg.5. Grifos meus.

<sup>85</sup> Idem, pg. 34.

<sup>86</sup> Idem.

custo de 5 milhões de reais<sup>87</sup>.

A cidade de Nova York aparece mais uma vez como exemplo no qual se espelham os sonhos paulistanos. José Tijurs já havia sonhado, na década de 50, em recolher *royalties* ao imaginar o Conjunto Nacional transformando a avenida Paulista na 5ª Avenida. Segundo o diretor-presidente do Memorial da América Latina, Fábio Magalhães, tal ideal se generalizou: “Se a Paulista tem um sonho, esse sonho é querer virar a 5ª Avenida, de Nova York.”<sup>88</sup>. O texto da matéria vai um pouco mais longe, e invertendo os termos da comparação, descreve os diversos aspectos que tornam a Avenida novaiorquina bastante parecida com a Paulista: “Como a Avenida paulistana, Magalhães diz que a similar novaiorquina também concentra negócios, arte, cultura e entretenimento. Lá encontram-se locais culturalmente importantes como os museus Guggenheim e o Metropolitan Museum, a Sotby’s, casa especializada em leilões de obras de arte, e o Rockefeller Center, com seus escritórios reunidos em torno de um espaço cultural. “Sem esquecer do Central Park, por onde se chega pela 5ª Avenida (...)”<sup>89</sup>.

A declaração que mais chama a atenção na reportagem é aquela feita por Ricardo Ribenboim, diretor superintendente do Instituto Itaú Cultural, que se refere à proliferação dos espaços culturais privados na Paulista como a “continuação do espaço urbano do concreto da Avenida”<sup>90</sup>. A continuidade física entre esses espaços é inegável, e mesmo a leitura bastante sintética das suas relações confirma tal característica. Mas o que pode, e deve, ser questionado é a continuidade de sentidos e significados que hoje se produz, através de múltiplas infiltrações localizadas, entre o espaço público da Avenida Paulista e os espaços privados que ali são reinventados.

Zukin (1995)<sup>91</sup>, numa colocação bastante provocativa, afirma que o tipo de espaço público mais produzido atualmente nos Estados Unidos são as prisões e, se questionando sobre o quão representativo do atual modelo mais geral de espaço público pode ser o espaço penitenciário, ela destaca algumas características marcantes dos parques públicos de Nova York: “But is the Hudson River Park, near

<sup>87</sup> A Lei Rouanet é uma lei federal que oferece, a empresas interessadas em investir em projetos culturais, a possibilidade de obterem abatimentos fiscais que hoje podem chegar ao limite de 5% do total dos impostos devidos. É interessante notar que o aumento do limite de abatimento, que até 1995 era de 2%, significou um crescimento significativo do número de empresas a se beneficiar desse mecanismo: De setenta empresas em 1994 para mil e setenta em 1997. (Fonte: “Aperfeiçoar a Cultura”, artigo do secretário nacional de apoio à cultura, do Ministério da Cultura, José Álvaro Moisés, na Revista Marketing Cultural, número 13, pg. 13.)

<sup>88</sup> Idem, pg. 33.

<sup>89</sup> Idem, pgs. 33 e 34.

<sup>90</sup> Idem, pg 35.

<sup>91</sup> Zukin(1995), pg. 24.

Battery Park City or Bryant Park, on 42<sup>nd</sup> Street, less secure or exclusive than a prison? They share with the new wave of prison building several characteristics symptomatic of the times. Built or rebuilt as the city is in severe financial distress, they confirm the withdrawal of the public sector, and its replacement by the private sector, in defining public space. Reacting to previous failures of public space - due to crime, a perceived lower-class and minority-group presence, and disrepair - the new parks use design as an implicit code of inclusion and exclusion. Explicit rules of park use are posted in the parks and enforced by large numbers of sanitation workers and security guards, both public and private. By cleaning up public space, nearby property owners restore the attractiveness of their holdings and reconstruct the image of the city as well."<sup>92</sup>.

Embora as reformas propostas para o Parque Trianon ainda não tenham sido iniciadas, tudo indica que pode-se esperar a implantação de um modelo de "revitalização" cujas características se aproximem bastante das reformulações dos parques nova-iorquinos<sup>93</sup>.

Mas porque voltar a falar do Trianon? - afinal a Avenida Paulista é um espaço muito mais amplo, permeável e complexo do que qualquer parque nela contido. É verdade. E além disso, São Paulo não é Nova York. Mas o tom de obviedade com que são tratadas determinadas questões relativas ao uso, destinação e formas de gerenciamento cotidiano dos micro espaços sociais dos parques urbanos como o Trianon tornam possível a percepção do grau em que se interpenetram as instâncias públicas e privadas em espaços de grande visibilidade e valor simbólico como a Avenida Paulista. As técnicas de vigilância e controle - somadas à criação de lugares capazes de atrair as "pessoas normais" - que hoje se multiplicam na Avenida, não apenas criam espaços de transição, como as zonas limítrofes entre as calçadas e o interior dos grandes edifícios corporativos, mas também procuram transformar o próprio espaço público em um espaço de liminaridade entre a presença e a ausência, entre o lugar e as suas imagens produzidas para o mercado.

---

<sup>92</sup> Zukin (1995), pgs. 24 e 25.

<sup>93</sup> Tanto o trabalho de Zukin acima citado, como o de Smith (1996) desenvolvem em profundidade a história recente da reapropriação dos parques públicos em Nova York pelas pessoas "normais". A descrição de Smith da extensa batalha pelo direito de uso do Tompkins Square Park é um excelente exemplo de como esse processo de reapropriação baseado na exclusão se realizou, ao longo de vários anos, através de inúmeros conflitos - oposições em termos de discursos e principalmente conflitos de rua - entre diferentes grupos da sociedade fortemente organizados como, por exemplo, de um lado, as associações de proprietários e comerciantes da região em questão e, de outro, as associações de *homeless people* e grupos de imigrantes e anarco-punks.

## VII.2 Práticas Espaciais.

1

Conforme argumentei anteriormente, a totalidade da experiência de se “habitar” a Avenida é constituída pela interação simbólica e política entre as pessoas ali presentes e o conjunto de “palavras de ordem”<sup>94</sup> produzido pela simultaneidade e contiguidade de signos de poder comunicados da mais diversas formas - como por exemplo na grandiloquência arquitetônica dos edifícios, nas indicações e informações transmitidas pelas diversas placas e sinais que organizam o fluxo de pessoas e veículos, e também pelas imagens e mensagens inscritas fugazmente nos suportes publicitários ali edificadas. O conjunto formado pelos prédios, calçadas, pistas de circulação, mensagens publicitárias, representações midiáticas, projetos urbanísticos, pelos discursos hegemônicos e pelas instalações físicas de toda a infraestrutura que permeia os espaços edificadas da Avenida Paulista conformam apenas uma dentre as suas várias dimensões correlacionadas de existência.

Além de “ocupar espaço” em meio ao tecido urbano da cidade, a Avenida é também ela própria um espaço ocupado e praticado cotidianamente. No sentido que De Certeau (1994) dá à distinção entre lugar e espaço pode-se afirmar que o lugar - a Avenida Paulista enquanto objeto de dimensões físicas determinadas - é cotidianamente transformado em espaço pelas práticas dos atores sociais ali presentes. Mas é preciso que atentemos para as transformações, em sentido inverso, que se realizam através dos mesmos processos de interação entre os atores sociais e o espaço urbano. Através das suas diversas práticas espaciais, os diferentes atores expressam e realizam as suas estratégias e táticas de apropriação da avenida e de seus significados. Assim, se por um lado, em termos empíricos, a avenida edificada precede à sua ocupação pelas pessoas, por outro lado os processos de produção material desse espaço - e dos sentidos desse lugar - estão constantemente se realizando a partir das referências fornecidas pelas diferentes formas de uso e pelos significados produzidos ao longo da ocupação cotidiana do espaço físico da Paulista

<sup>94</sup> Deleuze e Guattari (1995), pgs 11-13.

Também já foi dito que as pessoas que cotidianamente “praticam” o espaço da Paulista não são apenas os altos executivos das inúmeras corporações ali instaladas, ou mesmo os moradores da cidade que a utilizam principalmente como corredor de passagem. Uma quantidade bastante expressiva de pessoas vivencia diferentes formas de permanência neste espaço. São pessoas que trabalham, negociam, conversam, vigiam e esperam nas suas calçadas e jardins.

Durante a semana pode-se facilmente identificar um padrão que articula os diferentes períodos do dia a determinados deslocamentos realizados na avenida. Pela manhã, entre mais ou menos as sete e meia e as nove e meia, o influxo de pessoas para a região é bastante intenso.

Nesse período a quase totalidade dos pedestres circula na mesma direção. Saindo de cada um dos acessos que do metrô levam à superfície, grupos bastante numerosos e densos se dirigem aos edifícios das redondezas. Parece que o cálculo da distância entre o metrô e o destino final da caminhada de cada um preside, de fato, as escolhas das estações de desembarque. À medida em que a maioria dos pedestres procura encurtar ao máximo o percurso a ser percorrido a pé, durante este horário as regiões entre cada uma das estações e o ponto médio da linha reta que as separam das estações vizinhas são ocupadas por pessoas que caminham todas, quase sem nenhuma exceção, na mesma direção. Por exemplo, suponhamos um observador parado, no início da manhã, em um ponto exatamente equidistante dos acessos às estações Brigadeiro e Trianon-Masp, na esquina da Paulista com a Al. Joaquim Eugênio de Lima. Ao olhar para qualquer um dos lados da Avenida, a impressão será a de que todas as pessoas caminham em sua direção, e apesar disso, poucos serão os pedestres a ultrapassarem aquela linha imaginária que separa e classifica as duas estações, a depender do destino pretendido por cada um, como a mais próxima e adequada ou a mais distante e evitada.

Gradualmente essa unicidade dos deslocamentos vai se rompendo, e os padrões de caminhadas se complexificam. São pessoas que vão de um prédio a outro ou a vários outros, e pessoas que descem ao metrô ou aguardam nos pontos de ônibus. Começam a surgir os office-boys, e entregadores em geral. As lojas já abertas drenam também parte dos transeuntes, e o trânsito, um pouco mais suave, passa a se adequar melhor -ainda que não perfeitamente - à temporização do

sistema de semáforos da avenida.

O horário do almoço representa o início de uma nova transformação. É sem dúvida alguma entre o meio-dia e as duas horas da tarde o período de maior movimento nas calçadas. As pessoas passam a se deslocar em pequenos grupos que imagino serem compostos por colegas de trabalho e amigos que aproveitam esse tempo para se encontrarem. Além dos funcionários de escritórios, bancos e empresas surge também um outro numeroso grupo formado pelos entregadores dos restaurantes e lanchonetes da região.

Em nenhum outro período do dia podem ser vistas na calçada tantas pessoas com trajes "padronizados". Os ternos, gravatas e sapatos, juntamente com os uniformes coloridos - em sua grande maioria vermelhos, amarelos e azuis - dos entregadores dão um aspecto bastante característico à intensa movimentação da hora do almoço. Eu diria que alguém acostumado ao cotidiano da avenida seria capaz de identificar, ao menos aproximadamente, esse período do dia - mesmo que não dispusesse de qualquer referência de horários - somente a partir dos tipos de pessoas encontradas e dos seus padrões de movimentação.

O trânsito de automóveis também se intensifica nesse horário. Segundo me disse um taxista que faz ponto a dois quarteirões da Paulista, a partir das onze-e-meia da manhã diversos dos funcionários da região começam a se deslocar para irem almoçar em outros lugares mais distantes. Dessa forma vários dos automóveis que ocupam as garagens e estacionamentos durante o horário de expediente passam a se utilizar da avenida. O mesmo vale para os táxis, que circulam lentamente à procura de passageiros, que em geral são facilmente encontrados.

Durante a tarde, aos poucos restabelece-se aquele padrão mais difuso de uso das calçadas e pistas de automóveis. Mas à medida em que se aproxima o fim do dia a agitação retorna de uma forma ainda mais intensa do que no início da manhã ou na hora do almoço, com a diferença de que o sentido dos deslocamentos se torna menos inequívoco do que naqueles dois outros períodos. O fim do expediente para a maioria das pessoas que trabalha na Paulista, representa não só a hora de ir embora mas também a possibilidade de se escolher "ficar" um pouco por ali. Assim os sentidos das caminhadas em direção às estações do metrô é simetricamente oposto ao do início do dia, mas a quantidade de pessoas a realizarem simultaneamente esses trajetos é muito menor. Da mesma forma, a

ocupação dos bares e restaurantes também é menos intensa do que no período do almoço, mas a descontração parece ser maior. Paletós no ombro, gravatas nos bolsos e entregadores bem menos apressados. A confusão do trânsito de fim de tarde ocupa a avenida, e até mais ou menos as sete horas da noite as suas pistas se transformam em uma linha ininterruptamente preenchida pelos automóveis.

Dentro de cada semana esses padrões diários sofrem pequenas inflexões. As sextas-feiras parecem ser mais movimentadas no período da tarde e da noite do que o restante dos dias. Mas é durante os fins-de-semana que essa rotina se altera quase por completo.

Os frequentadores da avenida passam a ser pessoas, famílias e casais em busca de lazer e entretenimento. O visual "profissional" do meio de semana cede espaço aos trajes mais informais e até mesmo esportivos. Em diversas ocasiões encontrei passeando pela Paulista, ou bebendo e conversando em seus bares e lanchonetes, grupos de skatistas e ciclistas devidamente paramentados. O ritmo dos andares diminui sensivelmente. A avenida assume ares de *boulevard*, e uma certa aparência que parece relembrar o seu próprio passado. Tal transformação foi enfatizada por um dos entrevistados, o Sr. Marcel <sup>95</sup>, que ao explicar o fato da avenida ser eleita o símbolo da cidade em uma época em que já se argumentava sobre a sua degradação, dizia: " [a Paulista] ela é bonita mesmo. A Avenida Paulista desde quando ela surgiu , se você começar a ver, como ela é o espigão, o ponto mais alto... e tem também esse prédios bonitos, é esse centro comercial bem planejado. Não pode ser comparada com uma avenidinha qualquer. E depois também ela é bem larga e a frequência também. Porque veja bem, eu falei antes que a frequência piorou - porque ela era frequentada por uma elite, ela era muito mais limpa muito mais bonita porque a frequência era outra - mas piorou mais no horário de segunda a sexta quando ela é bem movimentada. Porque depois, no sábado, domingo e feriado você começa a ver aqui uma elite. E ela é bonita, você vê que é um pessoal que tem cuidado. Eu sei que o trabalhador ele tem direito de visitar todos os setores de São Paulo - para depois não dizer que eu acho que tem que proibir - só que eu acho que aqui tem muito comércio, muita coisa, esses bancos eles abrem... você sabe como é a renda que ganha o trabalhador - e com isso é frequentado também por pessoas de alto nível e então aí vieram também os malandros. No nosso prédio aqui já teve gente assaltada aqui na porta duas vezes.

<sup>95</sup> Morador da Paulista, proprietário de imóveis na região e administrador de um dos grandes condomínios residenciais da Avenida.

Porque nós temos uma confusão muito grande aqui, é muito séria a nossa situação. Porque, como eu falei, popularizou muito né!”.

É interessante notar que nesse jogo de ocupações e desocupações da avenida por parte dos diversos atores sociais há a superposição de padrões diferenciados para cada tipo de atividades por eles realizadas. Em termos bastante gerais, podemos identificar grupos que a ocupam durante os dias úteis - entre eles executivos, funcionários de escritórios, entregadores e motoboys - e por outro lado certos tipos que aparecem especialmente durante os fins-de-semana - como desportistas e famílias em momentos de lazer.

Alguns grupos se fazem presentes durante todos os dias da semana. Incluem-se aqui os guardas e agentes de segurança privada, os vendedores de rua, os policiais militares e da Guarda Civil Metropolitana, os moradores de rua e andarilhos, os empregados da manutenção e limpeza dos edifícios, e os funcionários da prefeitura responsáveis pela limpeza e manutenção da avenida. É exatamente nas interfaces das atividades desses grupos que se tornam imediatamente perceptíveis os movimentos que colocam em prática as inúmeras estratégias e táticas envolvidas na apropriação cotidiana do espaço da Paulista.

Gostaria de voltar um pouco à distinção feita por De Certeau entre esses dois tipos de formas de criação de nexos entre o espaço e o tempo da vida social. Segundo ele, as estratégias representam uma imposição do lugar sobre o transcorrer do tempo histórico. A idéia do “próprio” é justamente essa: através do estabelecimento e distribuição de lugares específicos para cada atividade e tipo de ator social, procura-se evitar que as possíveis transformações e questionamentos criados pelas práticas de movimentação no espaço ao longo do transcorrer do tempo sejam capazes de alterar os fundamentos das estruturas de poder operantes em determinado contexto. É assim que as noções de “propriedade” - cada coisa em seu lugar e a seu tempo - operam no sentido de filtrar os ruídos produzidos por práticas de outra natureza

Por outro lado, as táticas partem das possibilidades de ganho temporário permitidas pelo transcorrer do tempo. A tática só tem por lugar o lugar do outro<sup>96</sup>, e a sua exterioridade em relação a esses “próprios” estrategicamente produzidos faz com que a sua ligação ao fluxo temporal lhe seja por demais importante: “Not

---

<sup>96</sup> De Certeau (1994), pg. 46.

*having a place, tactics rely on time, on the use of opportunities, on the exact moment of intervention which can transform a situation into a favorable one, on the rapidity of movements which can change the organization of a space.*<sup>97</sup>.

As estratégias de reafirmação da Avenida Paulista enquanto lugar que simboliza e concentra poder dependem do sucesso do conjunto de investimentos realizados na construção, discursiva e material, desse lugar e de suas exterioridades. Se anteriormente chamei atenção para as diversas formas através das quais a discursividade pública é feita operar nesse sentido, falta ainda indicar de que modo determinadas práticas sociais de apropriação do espaço urbano são “empurradas” para fora da avenida através das operacionalizações, bastante pontuais, de determinados dispositivos que atualizam os projetos hegemônicos de enquadramento do espaço público.

O caso mais nítido desses investimentos - que pretendem eliminar do espaço físico da avenida as práticas e atores que não se enquadram nos conceitos e valores de um poder que se pretende purificado de toda e qualquer forma de conflito - é o já mencionado esforço para a expulsão do comércio ambulante das calçadas da Paulista.

No capítulo VI narrei a sequência de eventos que resultaram no conflito entre a Guarda Civil Metropolitana e um grupo de camelôs que protestava em frente a um dos prédios do Banco Itaú no dia 22 de agosto de 1997. Essa história, apenas para lembrar, se iniciava com a publicação na revista *Veja* de uma reportagem que exigia a retirada dos camelôs, prosseguia com a imediata reação da prefeitura, que ordenou a “limpeza” da avenida, e resultava na realização daquele protesto - após um mês durante o qual o Secretário das Administrações Regionais teria se negado a negociar com os ambulantes.

Mas a história, assim contada, não faz jus ao quadro que hoje se configura nas calçadas da avenida. O comércio ambulante não foi eliminado por completo da paisagem, mas a redefinição de seus espaços e os procedimentos adotados pelos camelôs expressam claramente aquela vinculação entre as táticas e o transcorrer do tempo.

Poucos dias depois da intervenção da prefeitura que expulsou os

---

<sup>97</sup> Caldeira (1992), pg. 19.

ambulantes da avenida, em fins de julho de 1997, foi realizada uma reunião entre 50 membros da Associação Paulista Viva, o Secretário das Administrações Regionais - Alfredo Savelli -, e o Coronel Wagner, da Guarda Civil Metropolitana.

O relato sobre esse encontro se tornou a matéria principal do informativo da Associação Paulista Viva publicado no mês de agosto daquele ano<sup>98</sup>. Na foto acompanhando o texto é mostrada a mesa que presidiu essa reunião: ao centro o Sr. Olavo Setúbal, do seu lado direito o coronel Wagner e o Secretário Savelli, à sua esquerda o ex-governador de São Paulo Roberto de Abreu Sodré e Alex Thiele, ambos membros do conselho deliberativo da Associação Paulista Viva.

Esse evento foi também a primeira reunião operacional da associação e, nas palavras de Setúbal, cumpria-se ali "(...) a função fundamental da entidade, ou seja, o entrosamento entre a sociedade civil e poder público, e é justamente para isso que estamos aqui, para conjuntamente chegarmos a boas soluções para nossa cidade."<sup>99</sup>. Não havia, ou pelo menos não foi mencionada, a presença de nenhum representante dos camelôs nessa ocasião.

A Paulista Viva declarava-se satisfeita com a retirada pacífica dos ambulantes, realizada pelos fiscais da Prefeitura e pela GCM, e além disso argumentava-se sobre o fato de que essa atitude representava simplesmente o cumprimento da lei: "Mais uma vez a associação coloca-se a favor da legislação vigente (lei 11039, de 23 de agosto de 1991, que dispõe sobre as atividades dos ambulantes), ou seja, eles só podem atuar nos espaços autorizados pelas administrações regionais, portando permissão com indicação explícita do local para o exercício da atividade."<sup>100</sup>.

É bastante interessante notar que as invocações a essa lei são feitas tanto por parte dos atores interessados em justificar a expulsão dos camelôs quanto pelos representantes desses últimos. No mesmo sentido em que se posiciona a Paulista Viva, a síndica do Conjunto Nacional declara, orgulhosamente: "A nossa calçada é como parte do prédio: compramos floreiras e lixeiras, varremos e lavamos(...) os seguranças exigem a licença dos [camelôs] que pretendem se instalar aqui; como

---

<sup>98</sup> "Ambulantes: a comunidade busca soluções.". Informativo PaulistaViva, ano I, número 2, agosto de 1997, pg. 1.

<sup>99</sup> Idem.

<sup>100</sup> Idem.

ninguém tem, eles vão embora. Nunca houve atrito.”<sup>101</sup>.

A lei 11039 de 1991 de fato dispõe sobre a necessidade do porte da licença concedida pelas administrações regionais, mas não apenas isso. Segundo o Sr. Alcides, do Sinpesp, “Essa lei diz que nas vias e logradouros públicos os equipamentos podem ser padronizados no máximo com dois metros de largura e um metro de profundidade e mantendo entre eles a distância de dez metros no caso de equipamentos fixos e quinze metros para equipamentos móveis, além disso ela determinou a criação de uma comissão em cada Administração Regional que teria a função de fazer estudos e projetos para determinar as vias que seriam regulamentadas e os projetos para a padronização dos equipamentos. O ministério público determinou agora que cada uma das 27 regionais tem 6 meses para formar as suas comissões, porque a prefeitura ignorou tudo isso até agora. O ministério público quer que se cumpra a lei e todas as lideranças dos ambulantes hoje batem nessa mesma tecla, nós queremos só que se cumpra a lei, não queremos nada mais da prefeitura.”<sup>102</sup>.

A situação da Avenida Paulista começa a ficar mais clara a partir dessa colocação. Segundo o Sr. Alcides as lideranças dos ambulantes elaboraram, com o auxílio de arquitetos, um projeto para a utilização ordenada da Paulista: “Nós entendemos que teria condições de colocar os equipamentos padronizados de acordo com a estética da avenida, por ser um design moderno, você colocaria um equipamento moderno, com distância de 15 um do outro, como manda a lei. Nós não apresentamos no projeto nada que não estivesse de acordo com a lei. Então seriam, se não me engano, foram setenta e pouco pontos marcados de um lado e oitenta e poucos marcados do outro. Dava um total de cento e cinquenta, que era o número de ambulantes que tinha antes da prefeitura retirar a fiscalização e depois voltar com tudo pra cima da gente. (...) Mas o Savelli deve ter engavetado. Porque a gente entende o seguinte, se fosse distribuído o pessoal nesses equipamentos modernos até aumentaria o fluxo de pedestres, porque de acordo com nosso projeto os ambulantes seriam treinados para dar informações turísticas. O ambulante passaria por treinamento, sobre como ser mais educado, até com um mapa da cidade. Além de dar informações às pessoas a respeito das ruas, onde fica tal rua, onde fica tal prédio, também divulgaria os projetos culturais da região. O pessoal

<sup>101</sup> Declaração de Vilma Peramezza em: “Liberou Geral. Fiscais somem e 400 camelôs tomam conta da Paulista”. Revista Veja SP, 23 de Julho de 1997, pgs 24..

<sup>102</sup> “Equipamentos” é o termo utilizado pelo entrevistado para se referir às banquinhas dos camelôs.

do SESI, aquele pessoal do Masp, passaria todas as informações pro ambulante e ele passaria a dar todas essas informações pro turista. Então o projeto era bom, o equipamento muito bonito. Se pode ficar uma banca que vende revista na Avenida Paulista, com mais de vinte metros quadrados, um trambolho, poderia ter também o equipamento dos ambulantes porque a prefeitura estaria resolvendo um problema de desemprego e ao mesmo tempo dando uma força para aumentar o turismo na cidade.”

As reivindicações à simples observância da lei, feitas tanto pelos atores sociais hegemônicos - na tentativa de justificar a retirada dos camelôs - quanto pelos representantes dos ambulantes - ao reivindicarem seus direitos à avenida - são um bom exemplo de como até mesmo um objeto técnico, um texto jurídico fixado por sobre a materialidade da forma urbana, está sujeito a ser constantemente enquadrado de formas radicalmente incompatíveis a partir dos diversos pontos de vista possíveis.

O subtítulo da matéria publicada pela Associação Paulista Viva informava que “Em cumprimento à lei, as calçadas da Paulista (...) voltam a ser exclusivas dos pedestres.”<sup>103</sup>. Essa afirmação é apenas uma verdade parcial, e isso por dois motivos.

Em primeiro lugar, mesmo que os camelôs tivessem sido completa e definitivamente retirados da avenida, restariam ainda uma série de outros modos de ocupação das calçadas que não são sequer mencionados pela Paulista Viva ou mesmo pela imprensa.

Conforme já apareceu na citação da entrevista com o Sr. Alcides, as bancas de jornal são provavelmente as maiores privilegiadas pela grande largura das calçadas da avenida. Elas de fato ocupam grandes espaços ao longo de toda a Paulista, e não é raro que sejam colocadas prateleiras de jornal e máquinas de refrigerante em suas laterais.

Mas a forma de ocupação mais difundida e aceita das calçadas, é sem dúvida alguma, o seu uso pelos motociclistas e motoboys. É impressionante a quantidade de motos dos serviços de entregas expressos que circulam durante todo o dia pela Paulista. E embora a presença de guardas de trânsito também seja

<sup>103</sup> “Ambulantes: a comunidade busca soluções.”. Informativo PaulistaViva, ano I, número 2, agosto de 1997, pg. 1.

bastante grande eu não pude presenciar nenhuma ocasião na qual um motociclista fosse multado ou chamado a atenção por estacionar ou circular pelas calçadas e pelo canteiro central da avenida.

Uma outra forma de ocupação desses espaços ditos de direito exclusivo dos pedestres é aquela praticada pelas equipes de reportagem que diariamente se instalam na avenida.

A única menção que ouvi, durante todo o tempo de realização da pesquisa, aos incômodos e abusos praticados por esses atores, foi feita pelo mesmo Sr. Marcel. Ainda assim a suas colocações se inseriam em um contexto mais amplo, no qual ele associava o maior número de pessoas circulando diariamente pela Paulista e a construção do metrô na região, aos problemas hoje enfrentados pelos moradores: "Eu acho que a Paulista para ser uma avenida símbolo de São Paulo não era pra ela ter hoje esse movimento que tem, ela está um pouco largada, era pra ela estar um pouco mais bem cuidada... porque de vez em quando nós temos aqui qualquer festa, qualquer evento na Paulista, futebol... e aí começa a ter o abuso. Eu outro dia escrevi uma carta para o prefeito porque agora nós tivemos a disputa do campeonato e só a T.V. Globo colocou aí na nossa calçada sete caminhões. Então veja bem, isso não depende de nós. Até que eles dizem assim, na revista da Paulista Viva: que cada morador deve cuidar da sua área. Agora, como eu cuido da minha área se o poder público deixa encostar aqui na minha calçada sete caminhões? Eu até reclamei nesse órgão, o CET, e eles não tomaram nenhuma providência, os caminhões ficaram 24 horas na nossa calçada!".

É interessante notar que não pude presenciar, nem uma vez sequer, o uso, pelos órgãos de imprensa, das calçadas em frente aos edifícios de propriedade das grandes corporações privadas. Talvez isso se deva aos permanentes esquemas de segurança e controle do espaço público que são gerenciados por suas extensas equipes de agentes e guardas de segurança - quer seja por meio da sua presença física ou por intermédio dos circuitos de câmeras que vigiam e monitoram os arredores desses prédios.

Por outro lado, o tipo de situação apontada pelo Sr. Marcel é bastante comum em frente aos condomínios residenciais e aos edifícios públicos. O caso mais explícito dessa seletividade envolvida nas escolhas dos lugares exatos onde se instalam os caminhões e furgões - a partir dos quais a avenida é constantemente

deslocada em direção a públicos distantes - é a ocupação diária - com exceção dos fins-de-semana - da calçada em frente ao Instituto Pasteur - na esquina da Paulista com a rua Maria de Figueiredo - por parte de uma unidade móvel da Rede Globo de Televisão.

Nos dias úteis, por volta das 17:30 horas, um furgão dessa empresa é estacionado no passeio público, onde permanece até mais ou menos as oito horas da noite. A sua função é transmitir imagens ao vivo da paisagem iluminada da avenida para o telejornal regional que vai ao ar por volta das dezenove horas. Ao fim de cada bloco do programa o âncora anuncia a hora, a temperatura, e a situação do trânsito na cidade, enquanto são mostradas imagens panorâmicas da Paulista. Em uma tomada contínua a câmera instalada no teto do furgão realiza um *close* em direção ao telão eletrônico localizado na outra extremidade do quarteirão. Ao fechar completamente o enquadramento na imagem ali exibida, ressurgem o mesmo âncora, que a partir dos estúdios da emissora anuncia as atrações dos próximos blocos.

Assim como a calçada do Instituto Pasteur, o passeio em frente ao Masp, cuja continuação é o vão livre do museu, é constantemente ocupado por carros de reportagem. Em uma situação - um tanto representativa das imunidades conferidas aos atores capazes de transmutar a avenida em paisagem através da difusão de suas imagens - pude perceber o grau de "flexibilidade" contido nos clamores à "devolução do espaço da rua aos pedestres".

Certo dia, passando em frente ao Museu topei com um caminhão, meio velho e desbotado, estacionado bem em cima do passeio, ocupando toda a sua largura. Curioso, percebi na sua lateral o logotipo de uma empresa de locação de equipamentos cinematográficos. Voltei atrás alguns passos e me coloquei exatamente em frente ao veículo para fotografar a cena. Em poucos segundos um senhor de aspecto simples e fala mansa me abordou.

- Você não está me multando não né'?

- Não, estou só fotografando.

- Ah! Ainda bem, senão eu tô ferrado lá na empresa.

- Porque o caminhão está estacionado aqui?

- É que eu vim trazer uns equipamentos pra gravação da novela das sete que estão fazendo aí no museu.

- Mas o caminhão é da Globo?

- Não, não. A gente aluga os geradores pra eles. Mas tá a serviço da Globo!

O homem falou isso e apontou um detalhe que eu ainda não tinha percebido. No vidro dianteiro do caminhão, colada com durex, estava uma folha de caderno onde havia sido escrita, com caneta esferográfica, a mesma declaração de salvo conduto - "A serviço da Globo."

Uma outra forma de utilização do espaço público é a instalação de canteiros, jardineiras, e floreiras de vários formatos. Dois traços são comuns a esses objetos. Em primeiro lugar a sua utilização como suporte publicitário. Qualquer arremedo de planta ou gramado está sujeito a ser coberto com as logomarcas de seus "patrocinadores". Dentre todos esses casos, o mais gritante é o do canteiro em frente ao prédio do Banco Itaú, cuja foto reproduzo mais adiante. Foi exatamente nesse trecho da avenida que se realizou o conflito entre os camelôs e a GCM. E embora os primeiros tenham sido banidos do local, a mensagem publicitária nada sutil, ali instalada pela Deca, permanece enfeitando o cenário.

Mas além de se prestarem ao uso publicitário, as jardineiras desempenham também - no sentido dado por Roland Barthes naquele trecho citado no capítulo VI - o papel de polícia. É uso corrente a instalação, em seus perímetros, daquelas fileiras de barras pontiagudas de metal utilizadas para evitar que as pessoas ali se apoiem ou sentem.

A Sra. Vilma Peramezza, síndica do Conjunto Nacional, é, como ela mesma disse durante nossa entrevista, famosa por suas ações contra "os usos indevidos" do espaço da Avenida. O condomínio por ela administrado conta com mais de 80 guardas de segurança que patrulham vinte e quatro horas por dia o interior do prédio e também todo o seu perímetro de um quarteirão inteiro. Em cada uma das quatro calçadas que circundam o edifício passeiam constantemente mais

ou menos três ou quatro seguranças. Mas além dessa estratégia - que por um lado visa, tanto proteger os espaços privados do Conjunto Nacional quanto ritualizar<sup>104</sup> a exibição dos poderes privados ali localizados, e por outro lado, busca intervir nos, e se apropriar dos espaços públicos ao seu redor - a síndica decidiu-se, alguns anos atrás, a preencher os espaços das calçadas com objetos que impedissem a sua ocupação por atores "indesejados". Ela mesma conta: "Eu tenho uma briga famosa aqui desde 84. No ano da guerra do golfo, eu acordei de manhã e tinha aquela história de "tempestade no deserto", e ia começar a funcionar o metrô aqui. Eu falei: - Ih! vai encher de ambulante aqui no pedaço, preciso ocupar a calçada - Chamei um arquiteto para fazer a "operação tempestade na calçada". Enchemos de floreira, de lixeira nossa, e aqui ninguém mais entra!".

O caso das calçadas que cercam o Conjunto Nacional parece ser de fato uma radicalização dos procedimentos adotados em diversas áreas da Avenida Paulista. Digo isso porque a administração do edifício é responsável pela "desertificação" seletiva das quatro calçadas ao seu redor - na avenida, na rua Augusta, na alameda Santos e na rua Pe. João Manuel. Atualmente, a situação mais comum, é bastante diferente dessa. E esse é o segundo motivo pelo qual as histórias que hoje falam da ausência total dos camelôs na Paulista não representam o que de fato se verifica cotidianamente na região.

Depois dos conflitos em 1997, só fui voltar a caminhar pela avenida, alguns meses depois. Nesse meio tempo, passei por ela algumas vezes, e a impressão era de que realmente o comércio ambulante havia sido completamente banido dali.

Ao retornar, já em 1998 para a pesquisa de campo, cheguei à Paulista de metrô, e assim que saí da estação Brigadeiro, me deparei com dois homens que vendiam guarda-chuvas e gorros de lã em frente ao prédio onde se situa o escritório do BNDES, e segundo um deles, também o "Banco Atlético Português". Encostei ao

<sup>104</sup> O caráter de ritualização e estetização da violência está extremamente presente no cotidiano da Paulista. Em um determinado dia em que caminhava pela avenida percebi uma quantidade incomum de policiais militares fazendo ronda pelas calçadas, tanto que resolvi conta-los. Num espaço de dois quarteirões - entre a Rua Augusta e a Rua Peixoto Gomide, em apenas um dos lados da calçada, contabilizei um total de treze policiais. Curioso, mas também temeroso de que algo sério estivesse ocorrendo me aproximei de dois guardas parados em frente ao Edifício Baronesa de Arary:

- Com licença, está acontecendo alguma situação de emergência aqui na avenida?- o policial foi o mais claro possível.

- Não, é a operação padrão que temos que fazer a cada dez dias mais ou menos. Eles deslocam a gente pros lugares que aparecem mais. Ainda mais agora que é ano de eleição. É só pra inglês ver. A gente não está nem armado, se acontecer alguma coisa somos só eu, ele [apontando para o colega], e Deus.

seu lado e puxei conversa. Me chamou atenção o fato de que nenhum dos dois estivesse com as tradicionais barraquinhas montadas. Perguntado a respeito disso, o mais velho deles me disse: “Agora não dá mais pra ficar com a banca o dia inteiro. Daí a gente vem com os carrinhos e coloca tudo dentro de caixa. Se aparecer o “rapa” é fácil. A gente sai andando como uma pessoa qualquer.”.

Os carrinhos aos quais ele se referia são aqueles “porta-malas” dobráveis e com rodinhas, tão comuns em aeroportos, hotéis e universidades. Durante as semanas seguintes percebi que esse tinha se tornado o dispositivo mais utilizado pelos camelôs para escapar das dificuldades a eles impostas pelas situações cotidianas. Tendo se tornado para eles cada vez mais difícil a obtenção do reconhecimento de seus direitos a se fixarem nas calçadas da avenida, uma das soluções encontradas foi a de minimizar a sua dependência em relação a essa fixidez, optando pela adoção de práticas viabilizadoras de deslocamentos quase instantâneos pelo espaço da Paulista.

A preocupação em evitar que justamente essa mobilidade colocasse em questão a eficácia de suas estratégias de apropriação do espaço público, levou a síndica do Conjunto Nacional a optar por “absorver” alguns ambulantes: “Aqui dentro você vai ver que tem três engraxates no Conjunto, e tem também o Zé do Coquinho e o vendedor de bilhetes. É gente que já estava aqui quando eu cheguei. O Zé do Coquinho ficava em frente do Econômico -Excel [na esquina da avenida com a Augusta]. Quando fizeram o “limpa” eu falei pra ele sumir um pouco, porque ele tomava conta do resto, ele estava lá, quer dizer, eu estava respeitando alguém que estava lá. Novo não entrava. Aí ele começou a receber orientação do fiscal pra ficar na esquina da Augusta, do lado da Augusta. Aí eu falei, não, porque se você ficar do lado da Augusta vem mais, e a gente não pode abrir precedente. Então ele está aí há um tempão, e eu trouxe ele para dentro da galeria. Hoje não vai vir mais ninguém, só está aí quem já estava.”.

Dois pontos são bastante importantes nessa história. Em primeiro lugar, a presença de alguns poucos vendedores ambulantes - talvez ambulante não seja o termo mais apropriado para essa situação - dentro do edifício, reforça a aparência de espaço público que se procurava produzir ali desde a elaboração do seu projeto arquitetônico. O térreo do conjunto nacional é construído como uma série de lojas organizadas em quatro corredores bastante largos, simulando ruas, e que se

originam um em cada uma das faces do edifício, vindo a se encontrarem, uns com os outros, no centro do terreno. Nesse local foi inicialmente construída uma espécie de praça, coberta por uma cúpula transparente que proporcionava iluminação natural ao lugar. Essa praça hoje é ocupada por uma lanchonete que foi ali instalada há alguns anos. Esse arranjo, e a simulação por ele produzida, me parece ter tido as suas significações bastante enriquecidas com a presença dos camelôs que ali se fixaram.

A sua “aparência” de espaço público é o contrário simétrico do espaço produzido pela intervenção privada nas calçadas em frente ao prédio. Mais adiante reproduzo uma imagem da calçada do Conjunto Nacional antes da “operação tempestade na calçada” e outra de sua situação atual. Para que se possa fotografar o interior do andar térreo do edifício é necessária a obtenção de autorização da Administração do Condomínio, que se localiza numa das torres do prédio.

O segundo aspecto interessante relatado pela Sra. Vilma, se refere à sugestão dada, pelo fiscal da prefeitura, ao “Zé do Coquinho”, no sentido de que ele se mudasse da calçada da avenida para a calçada da rua Augusta. Esse arranjo é a situação hoje mais observável nos cruzamentos da avenida com as suas transversais.

Além da utilização dos “carrinhos”, é através da instalação de suas barracas nas transversais, o mais próximas possíveis do limite das esquinas com a avenida, que os camelôs tem conseguido permanecer na região. Mas esse segundo dispositivo, antes de ser uma tentativa de burlar a fiscalização da prefeitura é exatamente o fruto de um acordo verbal com os fiscais e com a Secretaria das Administrações Regionais.

Segundo o Sr Alcides, do Sinpesp, logo depois da expulsão dos camelôs “Nós conversamos com o Savelli [Secretário das Administrações Regionais] e falamos que tínhamos vários pais de família que precisavam trabalhar e ele falou: “- Infelizmente na Paulista não tem mais condições de trabalho. Não vou permitir porque vai ser feita uma reforma da avenida, o pessoal vai mudar algumas coisas, então nós não vamos mais permitir o comércio de ambulantes na Avenida Paulista. Mas as transversais, aqueles que quiserem trabalhar nas transversais podem trabalhar”. Aí nós passamos a informação, inclusive a vereadora Aldaiza [Aldaiza Sposati] esteve lá no dia seguinte e ele passou a mesma coisa para ela - para avisar

pro pessoal arrumar lugares nas transversais e ir trabalhando até ver o que acontecia.”

De acordo com inúmeros camelôs a quem perguntei sobre a sua opção de trabalhar nas ruas transversais a história do acordo com a prefeitura é verdadeira. Mas tal fato não impede que após determinado horário, com a ausência da fiscalização, diversas barracas sejam transplantadas para a área das calçadas da avenida propriamente dita.

Esse arranjo, dada a sua situação legal, que permanece indefinida - da mesma forma que o era a situação anterior na qual as barracas eram montadas na avenida durante o dia inteiro - parece se constituir como uma forma de organização bastante provisória. Essa impressão é reforçada pelo caráter de restrição da mobilidade dos camelôs - semelhante ao processo de “absorção” realizado no Conjunto Nacional - aí contido.

Os desconfortos atualmente trazidos à circulação de pedestres pelas ruas que cortam a Paulista são sem dúvida alguma maiores do que aqueles que supostamente eram produzidos nas calçadas da avenida. Na rua Augusta por exemplo<sup>105</sup> a largura da calçada dificilmente ultrapassa três metros, enquanto que na Paulista essas medidas ficam em torno dos dez metros.

A estratégia adotada pela prefeitura reproduz um modelo que já vinha sendo utilizado na região do centro da cidade, e que é interpretado, pelo Sr. Alcides, como uma forma de produzir uma avaliação - por parte da opinião pública - extremamente negativa a respeito da presença do comércio ambulante nas ruas da cidade: “Olha a tática que os caras usaram. Parece guerrilha. Só que se eu falar pro pessoal não topar, parece que sou eu que não quero que eles trabalhem. Centro Novo: Tiraram primeiro da Praça Ramos. Entrou todo mundo na [rua] Barão de Itapetininga. Depois tiraram da Xavier de Toledo e Avenida São João. Entrou todo mundo na Barão de Itapetininga. Depois tiraram da Conselheiro Crispiniano e da Avenida Ipiranga. Entrou todo mundo na Barão de Itapetininga. Quatrocentas bancas na Barão de Itapetininga. Então o coitado do pedestre vinha da Sé, sem ambulantes, rua Direita sem ambulantes, Patriarca sem ambulantes, Viaduto do Chá sem ambulantes, e aí quatrocentos ambulantes na Barão de Itapetininga, e

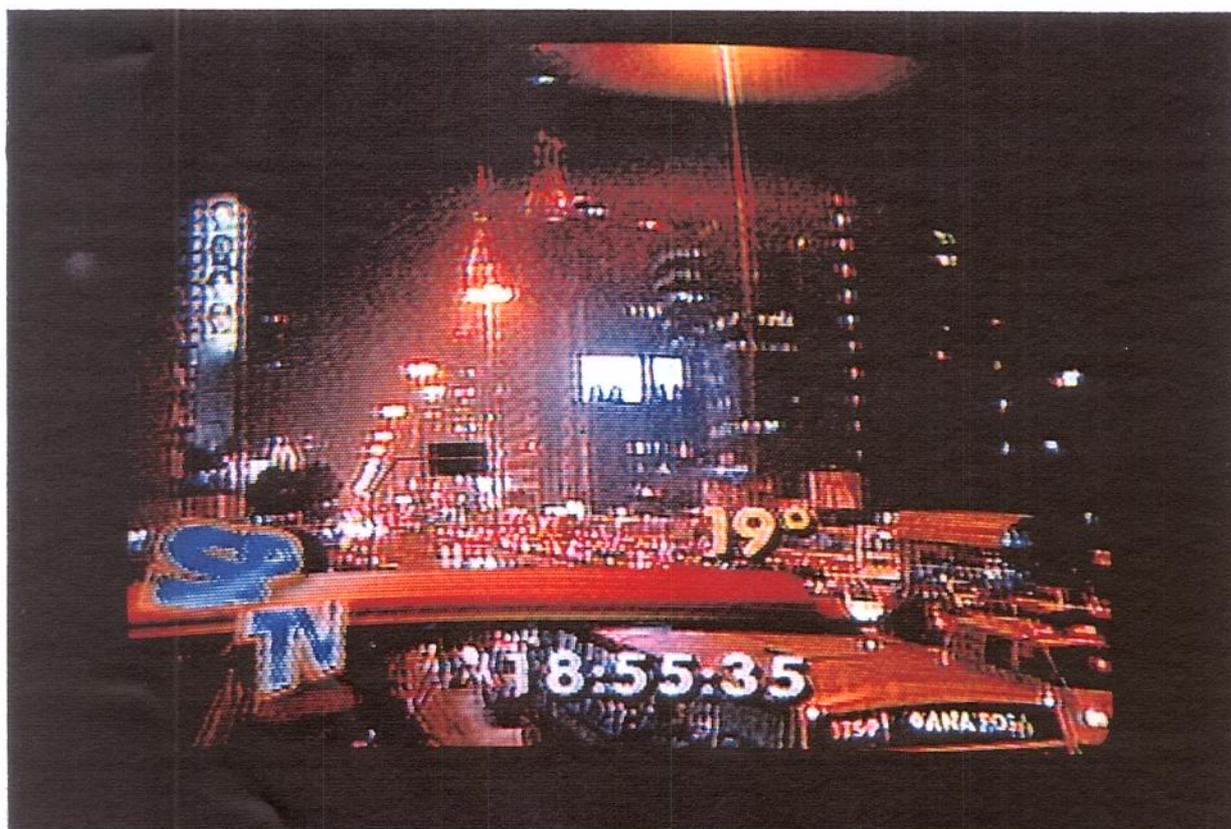
<sup>105</sup> Ver fotos no fim desse capítulo. Na foto superior a calçada da rua Augusta, embaixo a calçada da rua Frei Caneca.

Praça da República sem ambulantes. O que que você acha que o pedestre ia falar quando não conseguise entrar, quando tinha que fazer zigue-zague? “- Quero mais é que tire mesmo!” - O pedestre não tem como saber que isso é uma tática que a prefeitura está usando. E agora está usando no Centro Velho e na Paulista também. Porque tirar da avenida e botar nas transversais, acontece o que? Se eu não consigo andar na calçada e ando na rua, então isso está me atrapalhando! É jogada da pesada...”.

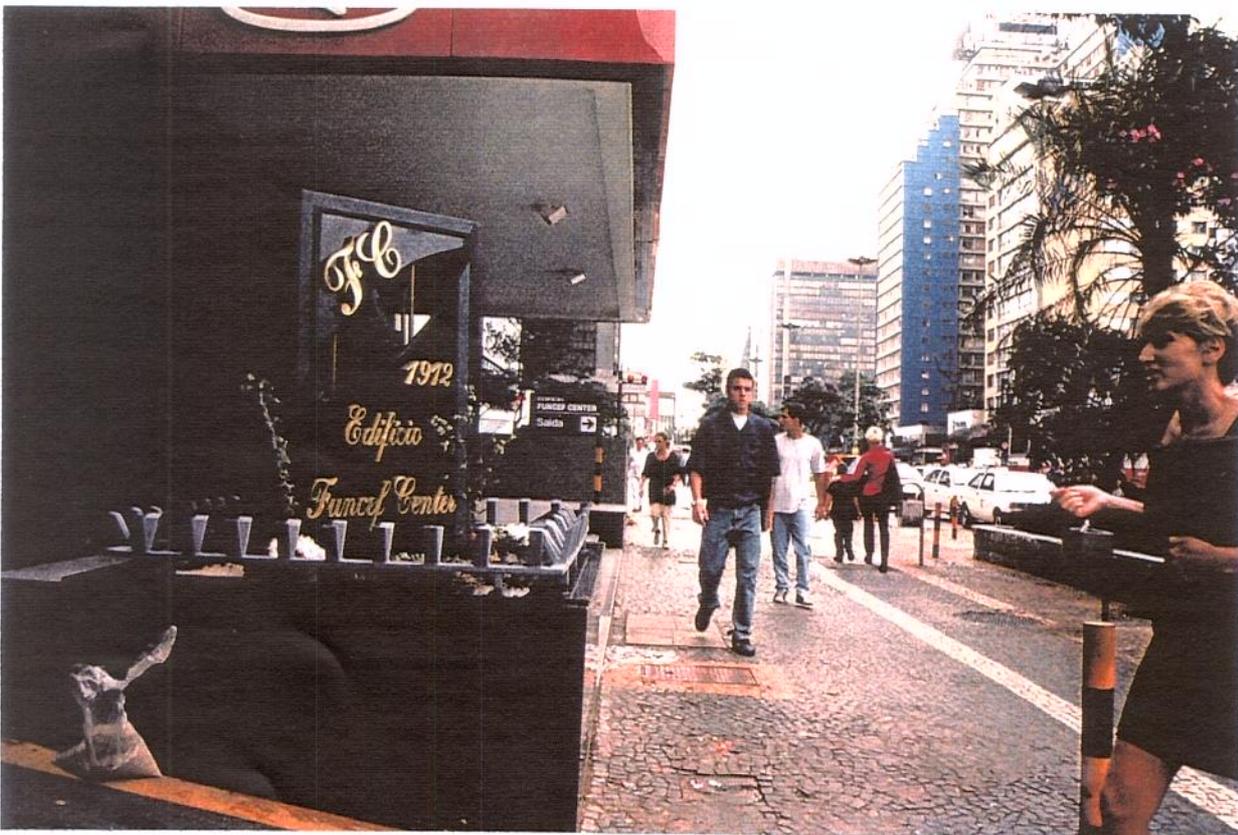
Essas formas atuais de organização dos usos e das ocupações dos espaços públicos da avenida se constituem como arranjos extremamente instáveis e temporários, produzidos por um determinado padrão de interação e conflito entre os diversos poderes desiguais que ali são colocados em em jogo. Nesse sentido nada garante que mesmo em um curto espaço de tempo, várias das argumentações aqui desenvolvidas possam se manter intocadas. Mas esse caráter transitório e instável do quadro presente dos conflitos travados na avenida e pela avenida - cujo esboço aqui traçado é sem dúvida alguma, apenas parcial - é justamente o que torna imprescindíveis os esforços para a inclusão na paisagem da Paulista, dos atores sociais que normalmente são dali excluídos. Antes de se constituir como um território já completamente sitiado e abstraído do seu entorno mais imediato, a avenida é parte constitutiva e objeto central de um contínuo processo de produção do espaço urbano da cidade de São Paulo. E por isso mesmo, o seu futuro está em aberto.



No alto: são inúmeros os bares e restaurantes que colocam mesas e toldos ocupando o espaço das calçadas. Em baixo: o caso mais marcante da utilização das calçadas para fins outros que não a circulação de pedestres é a sua utilização como estacionamento para motocicletas de entregadores que servem aos escritórios da Avenida (fotos do autor).



Outras formas de ocupação das calçadas. No alto: em frente a um dos prédios do Banco Itaú esse objeto lilás, fabricado pela Deca, um dos braços do grupo Itaúsa, repousa em meio a uma jardineira na calçada. Abstraída da lógica da produção industrial esta coisa gigante “enfeita” a paisagem “cultural” da Avenida. Em baixo: imagem transmitida diariamente pela Rede Globo e captada a partir de um furgão que se instala todos os dias, por volta das 17:30 horas, em frente ao Instituto Pasteur. A imagem que aparece no telão da Avenida, à direita da foto, é exatamente a mesma que é transmitida para os aparelhos domésticos (fotos do autor).



Vigilância e dispositivos automáticos de agressão. No alto: câmera do Citibank, agente de segurança do Banco, agachado um cinegrafista, ao fundo um policial militar em dia de festa na Avenida. Em baixo: placa preta e dourada protegida por duas camadas de barras pontiagudas de metal em frente à lanchonete Arby's (fotos do autor).



Conjunto Nacional em 1971 (fonte: Instituto Cultural Itaú)



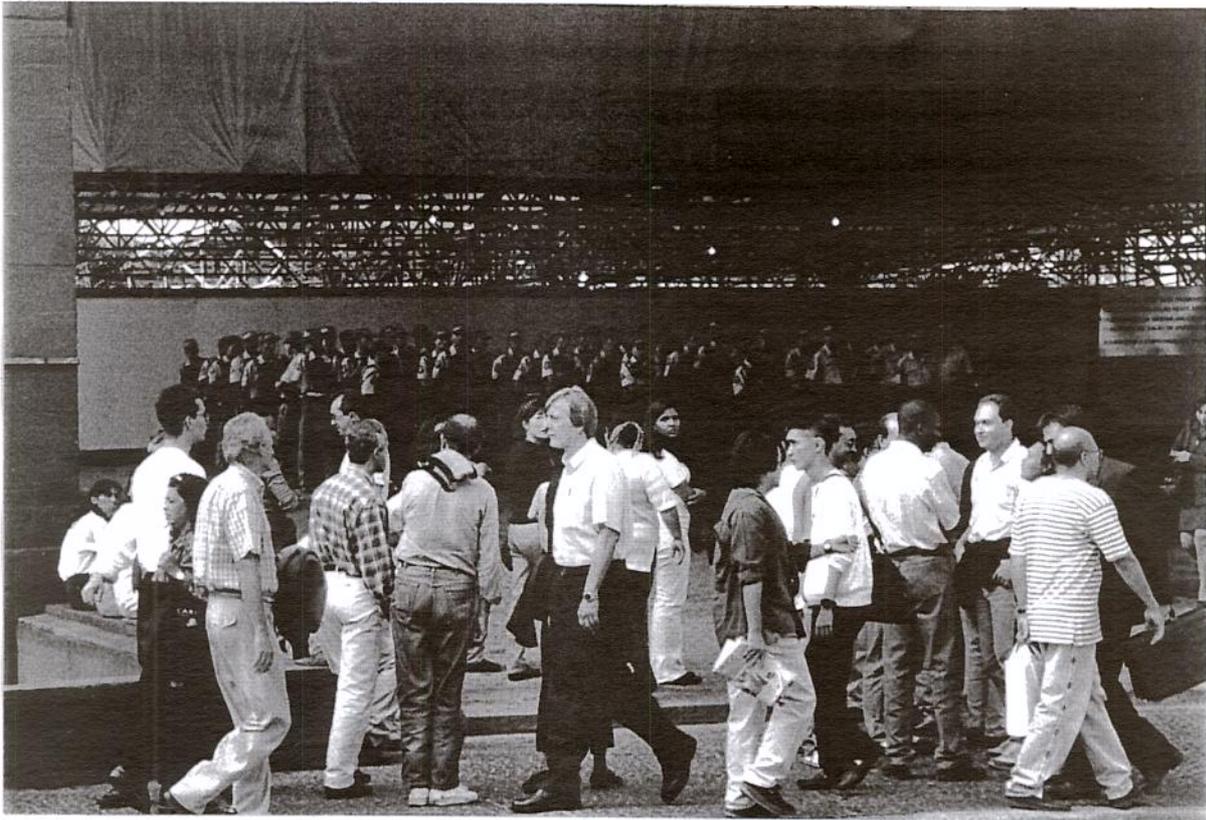
Calçada do Conjunto Nacional após a operação "Tempestade na Calçada" (foto do autor)



Os camelôs foram impedidos de trabalhar nas calçadas da Avenida e deslocados para as esquinas dela com suas diversas transversais (fotos do autor)



Segurança do Banco Real, grades anti-permanência e pelotão da Polícia Militar em formação no agradável jardim ao lado do banco (fotos do autor)



Polícia Militar ocupa a Avenida e o vão livre do Masp durante a manifestação dos professores (fotos do autor)

## CONCLUSÃO

Os inúmeros processos de reestruturação espacial e social em curso no mundo contemporâneo dependem da produção localizada de suas condições de sustentação e realização. Ao mesmo tempo em que vão se desenhando por sobre a extensão do espaço mundial determinados circuitos por onde fluem a riqueza e os significados produzidos para o mercado mundial, são também produzidas sucessivas inclusões e exclusões, de lugares e de atores sociais, desses mesmos circuitos.

Ao mesmo tempo em que determinadas regiões são fortemente imantadas pelos fluxos de capitais, pessoas e signos característicos da contemporaneidade, outras áreas são transformadas em simples distâncias a serem superadas. São lugares esquecidos, reduzidos a sua pura extensão física, e interpretados como obstáculos. O deslocamento veloz, numa auto-estrada ou em um avião, é a experiência símbolo dessa transformação de determinados lugares em tecidos intersticiais<sup>1</sup>.

Na escala das cidades, a rediferenciação entre determinadas áreas não é menor. A possibilidade de se interpretar e viver a grande metrópole como uma teia de vias de circulação acelerada atua sobre a percepção e sobre a própria produção social do espaço urbano. Se em escalas mais amplas algumas cidades e regiões são

<sup>1</sup> Augé (1994), ao argumentar sobre a existência e pervasividade daquilo que ele trata como "não-lugares" se vale exatamente dessas experiências de deslocamento rápido para esclarecer que, nessas situações o que ocorre, não é a ida a vários lugares durante um percurso, mas sim o apagamento desses lugares por onde passamos incólumes ao nos encontrarmos vinculados aos não lugares - representados, por exemplo, pelas auto-estradas, aeroportos, supermercados e aviões.

excluídas dos roteiros de viagem e das redes globais de produção de signos e informações, e transformadas assim em espaços pelos quais apenas se passa, na dimensão urbana esse processo se reproduz de maneira ainda mais nítida, tornando determinados trechos da cidade simples contingências impostas aos deslocamentos.

Essa descida a escalas espaciais cada vez mais restritas pode se realizar indefinidamente sem que a ocorrência de processos de rediferenciação espacial seja interrompida. Os sistemas de segurança - compostos por muros, cercas elétricas, câmeras, sensores de movimento, dispositivos arquitetônicos variados, e milícias de segurança privada - se encarregam não só de garantir o surgimento de ilhas residenciais de prosperidade em meio a vizinhanças de resto miseráveis, mas também de prometer e simbolizar a domesticação do próprio espaço público das cidades.

Por outro lado, ao mesmo tempo em que são produzidas essas nítidas descontinuidades entre lugares espacialmente contíguos, determinadas áreas bastante distantes se homogeneizam gradativamente e passam a exibir inegáveis semelhanças. As diferenças entre, por exemplo, as áreas desindustrializadas na região do Grande ABC e os pontos de comando da economia corporativa instalados nos centros de negócio da Marginal do Rio Pinheiros, são muitas vezes mais profundas e perceptíveis do que as diferenças entre aquelas primeiras e outras regiões também atingidas por desinvestimentos maciços do capital industrial.

A disseminação, em escala planetária, de determinadas “facilidades” típicas das grandes metrópoles também produz uma série de experiências nas quais os resultados dos deslocamentos no espaço são restritos à repetição e reafirmação do poder de determinados atores em se fazerem crer desvinculados dos contextos sócio-culturais mais imediatos entre os quais transitam.

Dentro deste quadro, a inserção de certas cidades - e de regiões dentro delas - nos circuitos globais de capitais, pessoas e signos, passa a depender cada vez mais das suas habilidades em se destacarem de seus entornos e de se oferecerem como matéria prima para a reprodução dos valores que compõem o ideário da globalização. Um dos resultados da combinação entre esses processos complementares de rediferenciação e homogeneização do espaço mundial é o

surgimento de uma intensa competição, em todas as escalas, pelo direito a essa inserção.

As políticas econômicas dos estados nacionais, a “guerra fiscal” entre estados e municípios, e os reinvestimentos econômicos e simbólicos na paisagem de determinadas áreas urbanas são expressões destas estratégias, formuladas e implantadas por determinados atores sociais, com o objetivo de alavancar certas porções do espaço em direção àqueles circuitos responsáveis pela reestruturação espacial do mundo contemporâneo.

As pressões para que determinadas regiões da cidade se conformem cada vez mais aos modelos imaginados pelas elites daquilo que possa vir a ser um sentido “cosmopolita” de urbanidade - como na cidade de São Paulo é o caso do seu centro e também da Avenida Paulista - geram uma série de intervenções que procuram desvincular esses lugares das estruturas sociais e dos contextos políticos e econômicos que conformam o seu entorno.

Nesse sentido pode-se dizer que são nítidas - embora não se constituam totalmente como novidade - as tentativas de transformação da Avenida Paulista em uma “paisagem de sonho”<sup>2</sup>, mas de um sonho especificamente periférico, que consiste em projetar na materialidade da cidade as aspirações de inserção internacional manifestas por suas elites.

A Paulista foi tomada ao longo deste trabalho como um espaço privilegiado para a observação, descrição e interpretação das tensões e conflitos produzidos pelas práticas sociais envolvidas nesses esforços, especialmente circunscritíveis, de criação de experiências urbanas de deslocalização.

A dupla preocupação com a recapitalização dos significados de exclusividade, historicamente produzidos na avenida e sobre a avenida, e com o apagamento do presente da sua condição, por meio da erradicação dos atores e práticas que apontam para a permeabilidade das fronteiras físicas e simbólicas dos espaços urbanos, são talvez as melhores indicações dos projetos que pretendem

---

<sup>2</sup> Zukin(1996), usa essa expressão para se referir a lugares que se compõem a partir de três características: eles são cenários, fantasias privadas compartilhadas, e espaços liminares que fazem “a mediação entre natureza e artifício, mercado e lugar”(Zukin 1996, pg 212). O exemplo mais perfeito da paisagem de sonho é, para ela, a Disney World: “(...) duas diferenças dividem os espaços modernos e sua imagem da paisagem pós-moderna do Disney World. Apenas o Disney World cria uma paisagem inteira, coerente, uma paisagem que é fundada de mais a mais para substituir a realidade social” (Idem, pg 214).

destacar a Paulista do contexto sócio-espacial no qual ela se insere mais imediatamente: a cidade de São Paulo - a mais rica e ao mesmo tempo mais pobre metrópole brasileira.

Nesse sentido pode ser dito que, se por um lado, os habitantes da cidade são feitos aceitar a Avenida Paulista como símbolo de São Paulo, por outro, não existem ainda mecanismos sociais e políticos eficientes capazes de fazer com que os atores sociais hegemônicos - que até certo ponto "controlam" a produção do espaço e das imagens da avenida - aceitem a diversidade cultural e as desigualdades sociais produzidas e experienciadas na cidade, como as condições reais nas quais se insere o presente da Paulista.

Determinadas atividades e usos do espaço público passam a ser discriminados, e as tentativas de mantê-los ausentes das áreas de maior visibilidade da cidade são parte dos esforços empreendidos para a produção do espaço urbano como uma mercadoria para o consumo visual em escala global.

As tentativas de constituição de um espaço público organizado a partir da segregação entre os seus diversos usos possíveis e entre os atores sociais a eles correspondentes, são hoje, na região da Avenida Paulista, a face mais visível do processo de reelaboração de paisagens de poder a partir da construção de "espaços públicos" privatizados.

A defesa da implantação nessa região de políticas de "revalorização urbana" parte da pressuposição, de uma causalidade inequívoca entre "degradação urbana" e desvalorização imobiliária. Tudo se passa como se a presença de determinados atores sociais - tradicionalmente investidos da imagem de pobreza e de precariedade de condições de vida - fosse inequivocamente a causa da deterioração e da posterior desvalorização de áreas urbanas que, sob outras circunstâncias, seriam ocupadas por "pessoas de bem" e como consequência poderiam obter maiores valorizações no mercado imobiliário.

Conforme argumenta Smith(1996), o sentido real desse processo é o inverso. As transformações de determinadas áreas urbanas, enquadradas como sintomas de degradação, são as consequências, e não as causas, dos desinvestimentos de capital na paisagem edificada.

As táticas de atores sociais marginalizados que visam a apropriação de espaços da cidade temporariamente abandonados pelos capitais, se revelam aqui, mais uma vez, como o exercício das oportunidades de se questionar e negar o domínio do lugar e de seus próprios por sobre o transcorrer do tempo histórico das transformações da cidade.

Sob essa ótica é que se torna compreensível a postura dos membros da Associação Paulista Viva, que se negam a investir recursos na recuperação física da infraestrutura urbana da região - embora cobrem tal comportamento dos poderes públicos - ao mesmo tempo em que planejam, através da "limpeza" e do controle da imagem da avenida, atrair novos investimentos que revalorizem os seus capitais ali imobilizados.

A nostalgia de um passado no qual a Paulista se diferenciava e se destacava claramente do restante da cidade, se baseia muito menos no sentimento de perda das formas de sociabilidade mais próximas e intensas que marcaram as primeiras fases de sua ocupação residencial, do que na preocupação com a erosão da capacidade, parcialmente perdida pela sua paisagem, de reproduzir caricaturalmente os símbolos - associados à riqueza e à cultura urbana das grandes metrópoles do hemisfério norte - passíveis de apropriação pelas classes sociais mais abastadas .

As formas particulares assumidas pela inserção da Avenida, ou de partes dela, nas tramas produzidas pela localização de processos constitutivos da globalização mantêm ainda aquele caráter, marcante em sua história, de exposição intencionalmente exacerbada de pequenos indícios de um cosmopolitanismo estetizado.

Mas por outro lado, além de se referir às suas memórias passadas, o presente deste processo de singularização - que em momento algum considero como já tendo sido completamente realizado, ou mesmo como passível de realização completa - se refere constantemente ao futuro da cidade e das formas de sociabilidade para ela imaginadas. Os acontecimentos que tecem o presente da vida urbana são tanto os prolongamentos de um passado reimaginado nas memórias e nas constantes transformações do espaço edificado, quanto também o produto visível de tensões que antecipam não deterministicamente tudo aquilo que

está em jogo no confronto entre projetos antagônicos a respeito do futuro da cidade.

Como nota Zukin, referindo-se a ocorrência sistemática de determinadas transformações na paisagem urbana contemporânea "the landscape of the 21<sup>st</sup> century has already begun, and it began more or less in the middle of the 1970's." (Zukin, 1996b)

A Avenida Paulista é um espaço que se singulariza no tempo da edificação da sua própria história, e simultaneamente, uma singularidade que só se realiza à medida em que se atualiza e se recria como espaço urbano socialmente produzido, ou seja, como um corpo específico de relações sociais de diferenças e desigualdades espacializadas e reinscritas na concretude da forma urbana. Tais reinscrições se realizam tendo como horizonte de "cálculo" o futuro para a Avenida imaginado - e sempre que possível atualizado no presente - pelos atores sociais hegemônicos detentores dos poderes privilegiados de coletivizar as formas particulares através das quais enquadram o espaço urbano da cidade de São Paulo.

A produção do presente da Paulista configura um eixo de tensões - elipsado e deslocado das narrativas e representações hegemônicas - em torno do qual se organiza uma série de relações de oposição.

Esse eixo constitui em seus extremos, tanto lugares específicos dentro da organização da cidade, quanto categorias de pensamento através das quais tais singularidades são possíveis de serem pensadas. A partir desse mapeamento simbólico que hoje polariza o espaço da Avenida, criam-se as condições para a transferência dessas significações, inscritas na paisagem urbana, por sobre a estrutura social que organiza os diversos atores que se fazem aí presentes. As formas de se classificar os elementos diversos contidos na paisagem edificada da Paulista se reproduzem socialmente, fornecendo o modelo para os enquadramentos e classificações que diferenciam entre si, os habitantes e usuários deste espaço.

Note-se não procuro reafirmar a substancialidade de cada um dos pólos constituídos nestas tensões, mesmo porque os movimentos e transformações por elas originados e viabilizados só se concretizam a partir dos próprios enquadramentos que fabricam tais relações. E é só a partir do momento que estas relações são feitas significar, são operacionalizadas é que podem de fato se constituir os seus extremos.

A história do crescimento urbano de São Paulo privilegiou o desenvolvimento, a valorização e os investimentos no assim chamado “vetor sudoeste” de expansão urbana (Rolnik, 1997). A direção da concentração da riqueza por ele determinada, se definiu já a partir da construção da Avenida Paulista em fins do século XIX.

Enquanto de um lado do centro da cidade, na direção do rio Pinheiros, eram construídos bairros com toda infraestrutura possível na época, destinados à ocupação residencial pela elite agrária e industrial, do outro lado do centro crescia a cidade das chaminés e das vilas operárias, no vale do Rio Tamanduateí.

A partir da ocupação da Avenida Paulista novos bairros residenciais foram sendo contruídos nas encostas que configuram o declive em direção ao que hoje é a marginal do Rio Pinheiros.

As novas residências desta região, nos seus primeiros anos, em muitos casos foram construídas e habitadas pelas famílias dos filhos e herdeiros dos primeiros moradores da Avenida Paulista. As “subdivisões” da riqueza envolvidas na divisão de heranças e o alto valor de mercado que alcançavam as mansões da Avenida sem dúvida alguma participaram do processo através do qual os usos residenciais da Paulista foram pouco a pouco cedendo espaço às atividades e incorporações imobiliárias de caráter comercial ou terciário.

A cidade continuou durante todo o Século XX a acompanhar este trajeto de expansão direcionado. Novos bairros, não tão próximos assim da Avenida, foram criados e puderam manter concentrada - nesta linha que hoje se estende até regiões como o bairro do Morumbi e as Avenidas Berrini e Nova Faria Lima - a riqueza apropriada desigualmente pelos habitantes da cidade. Mas a fabricação da potência desse vetor sudoeste dependeu de deslocamentos constantes, tanto por parte dessa riqueza privada quanto também dos investimentos públicos, em seu próprio interior.

Conforme parece ser hoje o caso, determinados atores sociais se mobilizam no sentido de evitar que a Paulista se torne, dentro desse vetor, uma área de fuga de investimentos, processo esse cujo início pode ser identificado em fins da

década de 80<sup>3</sup>.

A intenção de fazer com que a avenida volte a ser um pólo de atração de capital - característica tão mais desejada quanto maiores são as possibilidades de lucratividade vislumbradas com o intenso crescimento dos fluxos internacionais de capitais gerados pela globalização da economia - passa necessariamente pela produção de imagens e representações capazes de distingui-la de outras regiões dentro do mesmo vetor.

A preocupação em se fixar a imagem da Paulista como “o símbolo da cidade” pode ser lida como um esforço nesse sentido. Da mesma forma se tornam significantes as afirmações da “naturalidade” com a qual a avenida se tornou um centro de concentração do poder econômico e cultural de São Paulo e mesmo do Brasil. É assim que Olavo Setúbal diz, conforme citei em outro trecho, que “ela” conquistou aquele título “por seu mérito e pelo seu valor e não como fruto de marketing”.

No mesmo sentido a síndica do Conjunto Nacional argumenta: “ (...) Essa tentativa de mudar todo mundo para a Av. Berrini ou para a Faria Lima mesmo, foi fabricada. Tem mais haver com investimentos pesados, e a Paulista, engraçado, porque tirar os barões do café e colocar os grandes prédios foi mais ou menos espontâneo. Porque não teve uma pessoa que um dia falou, - Hoje a Avenida vai ser assim ou assado! - Não tem essa orientação una...” e termina por se questionar: “Quer dizer, o Tijurs falou - Quero transformar a Avenida Paulista na 5ª Avenida de Nova York - mas hoje essa orientação não existe. Quer dizer, você pode até ter os hoteleiros falando... mas é diferente.”

Rolnik (1997), sintetiza a dinâmica interna do vetor sudoeste: “No final do século XIX, o centro estava sendo abandonado pelas elites, e foi reinvestido pela função comercial; na segunda década do século, loteamentos residenciais exclusivos foram abertos, estabelecendo frentes de expansão para os bairros burgueses - os Jardins da City Improvements Co. Quando nos anos 30, a capacidade de rendimento do primeiro cinturão oeste (Centro Novo/ Higienópolis) chegava no limite, foi reinvestida pelo uso vertical dos apartamentos. E a abertura

<sup>3</sup> O preço médio do metro quadrado de terreno na Avenida Paulista continua hoje sendo, ao que tudo indica, um dos mais altos da cidade e do país. Mas a tendência de queda em seu valor permanece constante desde a segunda metade dos anos 80. O marco dessa inflexão remonta à construção do edifício do Citibank, conforme notei no capítulo V.

da Avenida Nove de Julho, parte do Plano de Avenidas de Prestes Maia, cuja implantação iniciou-se nos anos 30 e começou a sentar as bases para a migração das atividades terciárias do Centro, na direção sudoeste. Com isso, a Avenida Paulista, símbolo da riqueza gerada na Primeira República, com seus palácios de novos e velhos ricos, seria implodida para abrigar as torres de bancos, grandes corporações e antenas de comunicação a partir dos anos 60, sem nunca abalar o seu prestígio. Assim a valorização sobe as colinas e desce as baixadas em ondas de resignificação, invariavelmente acompanhadas pela priorização dos investimentos públicos da cidade. Na rubrica investimentos no orçamento municipal de São Paulo de 1993 e 1994, sob a gestão do Prefeito Paulo Maluf, 85% foram aplicados nesse vetor, concentrados sobretudo em obras viárias geradoras de revalorizações no interior de áreas já bastante valorizadas - caso do túnel do Ibirapuera, do prolongamento da Avenida Faria Lima e sua ligação com a frente de expansão dos edifícios de escritórios na marginal do rio Pinheiros.”<sup>4</sup>.

A Avenida Paulista encontra-se hoje no “ponto médio” deste vetor. Digo isso de forma metafórica, mas não só.

Tanto no sentido de sua localização geográfica, da sua duração histórica ou idade, da codificação visual de sua paisagem, quanto com relação às tensões envolvidas na definição dos usos possíveis de seu espaço físico e simbólico, a Avenida tangencia - e não posso aqui afirmar que o faça hoje ou que o fará no futuro de maneira simétrica - tanto o centro da cidade e as suas representações como um espaço sujo, perigoso, poluído e doente, quanto a “região da Avenida Berrini” com a sua extrema concentração de riqueza e investimentos na produção de um espaço asséptico capaz de transcender o caos urbano generalizado.

Os promotores da “revalorização urbana” da Paulista se encontram hoje pressionados pela redefinição dos usos e pelos investimentos realizados naquelas duas outras áreas.

No centro da cidade, a Associação Viva o Centro em conjunto com a Prefeitura têm se dedicado a revitalizar a lucratividade dos imóveis e a reenquadrar a paisagem dos espaços públicos, através de medidas como por exemplo a repressão ao comércio ambulante. As interconexões entre tais processos e a região da Paulista não são pequenas. À medida em que forem produzidas condições

---

<sup>4</sup> Rolnik (1997), pg. 187.

seguras de lucratividade para os reinvestimentos nas áreas mais centrais pode-se esperar uma desvalorização relativa dos imóveis da avenida. Por outro lado, a exclusão de determinadas atividades dos espaços que tradicionalmente ocupavam nas ruas do centro, tende a aumentar as pressões no sentido de sua aceitação na Paulista. O crescimento bastante rápido do número de camelôs na Avenida, durante o primeiro semestre de 1997, foi intensificado não só pela ausência temporária da fiscalização mas principalmente porque na mesma época, iniciara-se a expulsão dos ambulantes do centro da cidade. Um dos camelôs com quem conversei, e que trabalhava na Avenida Paulista a partir das sete horas da noite, horário em que já não há mais fiscais na rua, me disse que só havia se decidido por vir para a avenida após ter sido expulso da Praça da República alguns meses antes.

Por outro lado os grandes investimentos públicos e privados realizados durante os últimos anos naquilo que Rolnik chama de “frente de expansão do vetor sudoeste”, também colocam para os novos investidores, e para os antigos proprietários de imóveis na avenida, obstáculos significativos aos seus projetos de revalorização. À medida em que são hoje bastante escassos os terrenos ainda desocupados na Paulista, embora ainda existam alguns poucos, os grandes empreendimentos imobiliários se defrontam com os cálculos de viabilidade nos quais a lucratividade esperada dos investimentos na região são confrontadas com as possibilidades oferecidas por outras áreas mais novas e menos “poluídas” da cidade.

Uma das possibilidades de geração de negócios imobiliários na avenida é a aquisição de edifícios mais antigos com o objetivo de demoli-los para a construção de prédios capazes de obter maiores valores de mercado. Os obstáculos para tais estratégias não são poucos, e entre eles encontra-se a dificuldade representada pelos inquilinos e moradores dos edifícios residenciais. Penso ser possível que a difusão maciça dos discursos que denunciam a decadência e a degeneração dos prédios de apartamentos na Paulista - como símbolo da decadência da avenida como um todo - esteja relacionada a esse entrelaçamento conflituoso entre os projetos dos agentes do mercado imobiliário e os interesses dos moradores da avenida.

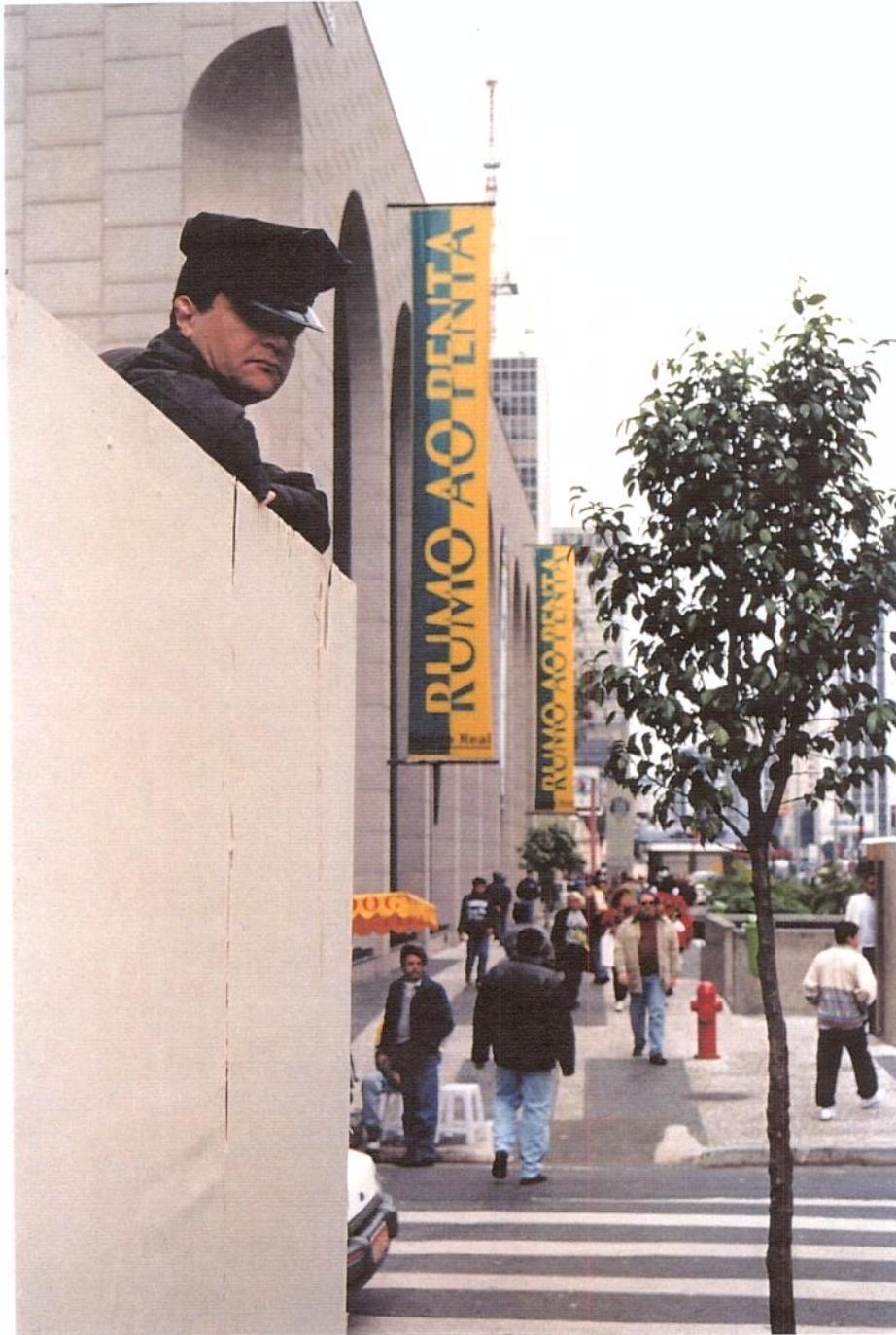
As narrativas que procuram combinar o glamour e a riqueza historicamente acumulados na região da Avenida Paulista com as inúmeras ameaças que hoje se constituem em oposição à continuidade desta trajetória

produzem uma série de nexos simbólicos que associam as formas de apropriação do espaço urbano divergentes dos projetos dos atores sociais hegemônicos, aos problemas e obstáculos surgidos em meio às suas pretendidas redefinições da forma da cidade.

Por esta ótica os esforços de se produzir o presente da Avenida são agenciados pelas tensões simbólicas, econômicas e urbanísticas que se constituem e simultaneamente conformam estes dois pólos cujas significações são socialmente produzidas como antagonismos irreduzíveis.

O que fazemos hoje, nos apropriando do passado e articulando-o com o presente produzirá uma Avenida Paulista que se assemelhará e se aproximará, no futuro, da pureza de um espaço organizado privadamente como núcleo globalizado de comando e controle da economia e do poder político e simbólico? Ou, contra a nossa vontade e os nossos esforços, o futuro que nos aguarda é o perigo da ocupação da Avenida por usos e significados que não fazem parte de nossos projetos?

Parece ser esta a questão que se colocam os atores sociais hegemônicos que hoje se dedicam a organizar, resignificar e veicular as representações das diversas ordens de existência da Avenida Paulista tomadas em conjunto.



Guarda de segurança observa o fotógrafo (foto do autor)

## BIBLIOGRAFIA

- Abbas, Ackbar (1994)** " Building on Disappearance: Hong Kong Architecture and the City." **Public Culture** vol.6, nº3, pgs 441-459. Chicago. Chicago University Press.
- Arantes, A.A. (1994)** " A Guerra dos Lugares". **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional** , 23. Heloísa Buarque de Holanda (org.). RJ: IPHAN ..
- Arantes, Otília B. F. (1996)** " Cultura da Cidade: Animação sem Frase". in Arantes, A.A. (org.) "*Cidadania*" . **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional** 24, 1996. IPHAN.
- Ariés. P. (1986)** " História Social da Criança e da Família ". RJ: Ed. Guanabara.
- Augé, Marc (1994)**. " Não -Lugares ". Campinas.Papirus
- Baltar, P. E. A., Dedecca, C. S. & Henrique, W. (1996)** " Mercado de Trabalho e Exclusão Social no Brasil " in: Barbosa de Oliveira, C. A. e Mattoso, J. E. L. (orgs.) "**Crise e Trabalho no Brasil**" , pgs.87 a 108. SP. Scritta.
- Barthes, R. (1993)** " Mitologias ". RJ. Ed. Bertrand.
- Bastos, P. P. Z (1996)**. "A Revolta dos Financistas". Campinas. Dissertação de Mestrado. IFCH. Unicamp. Mimeo.
- Biocca, F. (1993)** " Communication Research in the Design of Communication Interfaces and Systems." **Journal of Communication** 43, no 4, pgs 59-68.
- Blikstein, Izidoro.(1990)** " Kaspar Hauser ou a Fabricação da Realidade ". SP. Editora Cultrix.
- Bourdieu, P. (1984)** " Distinction - A Social Critique of the Judgement of Taste ". Londres. Routledge & Kegan Paul.

**Bueno de Moraes, F. L. M. (1995)** " Estudo Crítico e Histórico da Avenida Paulista ".  
Dissertação de Mestrado. Campinas. Unicamp.

**Caldeira, Tereza P. do R. (1992)** " City of Walls: Crime, Segregation, and Citizenship  
in São Paulo ". Ph.d.Dissertation. University of California, Berkeley.

**Caldeira, Tereza P. do R. (1996)** " Fortified Enclaves: The New Urban Segregation ".  
**Public Culture** 8, 2, pgs.303-328. Chicago. University of Chicago Press.

**Castells, M. (1996)** " The Net and the Self ".**Cultural Anthropology** 16, 1, pgs 9-38.  
Londres. Sage.

**Cordeiro, Helena Kohn (1997)** " A 'Cidade Mundial' de São Paulo e o Complexo  
Corporativo do seu Centro Metropolitano." in Milton Santos, Maria Adélia A. de Souza,  
Francisco Capuano Scarlato & Mônica Arroyo (orgs.) "**Fim de Século e  
Globalização.**" SP. Hucitec-Anpur.

**De Certeau, M. (1994)** " A Invenção do Cotidiano". Petrópolis. Ed. Vozes.

**Déleuze, G. & Guattari, F (1995)** " Mil Platôs ". Vol. 2. RJ. Ed. 34.

**Elias, N. (1990)** " O Processo Civilizador ", Volume 1. RJ. Jorge Zahar Editores.

**Entman, R (1993)** "Framing: Toward a Clarification of A Fractured Paradigm." **Journal  
of Communication** 43, no 4, pgs 51-58.

**Featherstone, M (1994)** "Cultura de Consumo e Pós-modernismo.". SP. Studio Nobel.

**Fiori, J. L.(1997)** " Globalização, Hegemonia e Império." in M. C. Tavares & J. L. Fiori  
(orgs.) "**Poder e Dinheiro. Uma economia Política da Globalização**". Petrópolis.  
Vozes. Pgs. 87-147.

**Gandy Jr. , O. H. (1989)** " The Surveillance Society: Information Technology and  
Bureaucratic Social Control ". **Journal of Communication**, 39, 3, pgs. 61-76.

**Giddens, A. (1991)** " As Consequências da Modernidade". SP. Ed. Unesp.

**Gillespie, A. & Robbins, Kevin (1989)** " Geographical Inequalities: The Spatial Bias of the New Communications Technologies ". **Journal of Communication**, 39, 3, pgs.7-17.

**Gorz, André. (1989)** " Critique of Economic Reason ". Londres. Verso.

**Grun, R. (1992)** " Quem é Moderno? Um Estudo sobre as Estratégias Discursivas de Gerentes Brasileiros " in **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. nº 18, Fev. 1992.

**Gupta, A & Ferguson, J (1992)** " Beyond Culture: Space, Identity and the Politics of Difference ". **Cultural Anthropology** 7, 1, pgs.6-23. Londres. Sage.

**Hannerz, Ulf (1980)** " Exploring the City - Inquires Toward an Urban Antrhopology ". NY. Columbia University Press.

**Harvey, David (1989).** " A Condição Pós-moderna ". SP. Edições Loyola.

**Hilferding. (1985)** " O Capital Financeiro ", in **Os Economistas**. SP. Nova Cultural

**Holston, James(1995).** " Insurgent Urbanism: Interactive Architecture and a Dialogue with Craig Hodgetts." in George Marcus (ed.) "**Technoscientific Imaginaries - Conversations, Profiles and Memories.**" Chicago. University of Chicago Press.

**Kurtzman, Joel (1994)** " A Morte do Dinheiro " . SP. Editora Atlas.

**Latour, B (1994)** " Jamais Fomos Modernos ". RJ. Ed.34.

**Lash, S. & Urry, J.(1994)** " Economies of Signs and Space ". Londres. Sage.

**Leach, E.R. (1997)** " Sistemas Políticos da Alta Birmânia ". SP. Edusp.

**Lévy, Pierre (1996)** " O Que é o Virtual ". RJ. Ed.34.

**Limena, Maria Margarida Cavalcante (1996)** " Avenida Paulista: Imagens da Metrópole." SP. Educ-Fapesp

**Magnani, J.G.C. & Torres, L. de L. (orgs.) ( 1996)** " Na Metrópole - Textos de Antropologia Urbana." SP. Edusp.

**Martins, Hermínio (1996)** " Hegel, Texas - e outros Ensaios de Teoria Social ". Lisboa. Edições Século XXI.

**Massey, Doreen (1991)** " A Global Sense of Place ". **Marxism Today**, June 1991, pgs.24-29.

**Mello, J.M.C. de (1982)** " O Capitalismo Tardio ". SP. Brasiliense.

**Mendes, R. (1993)** " A Revista SPaulo. A Cidade nas Bancas " in **Revista Imagens**. nº3, Dez, 1994, pgs. 91-97. Campinas. Edunicamp

**Nietzsche, F. (1985)** " Obras Inmortales ". Barcelon. Ediciones Teorema.

**Pina Cabral, J. de (1996)** " A Difusão do Limiar: Margens, Hegemonias e Contradições na Antropologia Contemporânea". **Maná** 2(1): 25-57.

**Rocha, Rosa M<sup>a</sup> L. de Mello (1997)** " Estética da Violência: Por uma Arqueologia dos Vestígios ". Tese de Doutorado. ECA - USP. SP. Mimeo.

**Rolnik, Raquel (1997)** "A Cidade e a Lei - legislação, política urbana e territórios na cidade de São Paulo." SP. Studio Nobel.

**Rutheford, J. (1996)** " O Terceiro Espaço: Uma Entrevista com Hommi Bhabha". in Arantes, A.A. (org.) "**Cidadania** ". **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional** 24, 1996. IPHAN.

**Sahlins, Marshall (1979)** "Cultura e Razão Prática." RJ. Zahar Editores.

**Sahlins, Marshall (1990)** " Ilhas de História". RJ. Jorge Zahar Editor.

**Santos, Milton (1994)** " Por uma Economia Política da Cidade." SP. Hucitec/Ed. Puc-SP.

**Santos, Milton (1997)** " Técnica, Espaço e Tempo". SP. Editora Hucitec.

**Santos, Milton (1997b)** " A Natureza do Espaço - Técnica e Tempo. Razão e Emoção." SP. Ed. Hucitec.

- Sassen, Saskia (1991)** " The Global City". Princeton. Princeton University Press.
- Sassen, Saskia (1996)** " Whose City is It? Globalization and the formation of New Claims" . Public Culture 8, 2, pgs.205-223. Chicago. University of Chicago Press.
- Smith, Neil (1988)** " Desenvolvimento Desigual - Natureza, Capital, e a Produção do Espaço". RJ. Editora Bertrand.
- Smith, Neil (1992)** " Contours of a Spatialized Politics: Homeless Vehicles and the Production of Geographical Scale". **Social Text** 33, pgs.54-81.
- Smith, Neil (1996)** " The New Urban Frontier - Gentrification and the Revanchist City ". Londres. Routledge.
- Smith, Neil (1996b)** " Spaces of Vulnerability - The Space of Flows and the Politics of Scale". **Cultural Anthropology** 16, 1, pgs. 63-77. Londres. Sage.
- Somekh, N (1997)** "A Cidade Vertical e o Urbanismo Modernizador". SP. Studio Nobel.
- Strange, Susan (1986)** " Cassino Capitalism". Oxford. Basil Blackwell.
- Schulz, J.(1995)** " Virtual Space: Information Technologies and the Politics of Consiousness." **Leonardo** vol. 26, nº 5, Special issue: Art and Social Consiousness, MIT Press.
- Virilio, Paul (1994)**. " O Espaço Crítico ". RJ. Ed.34.
- Zukin, Sharon (1991)** "Landscapes of Power - From Detroit to Disney World.". Berkeley. University of California Press.
- Zukin, Sharon (1995)** " The Cultures of Cities". Cambridge. Blackwell.
- Zukin, Sharon (1996)** " Paisagens Urbanas Pós-modernas: Mapeando Cultura e Poder". in Arantes, A.A. (org.)**Cidadania , Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional** 24, 1996. IPHAN.

**Zukin, Sharon (1996b)** "The Landscape of The XXI Century." Palestra proferida no simpósio interdisciplinar "**Paisagens Urbanas Contemporâneas: Cultura e Poder nas Grandes Metrôpoles**", Antônio Augusto Arantes (org.). Unicamp 16 a 18/12/ 1996.

